



SOBRE OUTRAS REVOLUÇÕES POSSÍVEIS:

O lazer e a festa como forma de resistência nas Ocupações Urbanas da Izidora



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

IZABELLA GALERA

**SOBRE OUTRAS REVOLUÇÕES POSSÍVEIS:
O lazer e a festa como forma de resistência nas Ocupações Urbanas da Izidora**

Belo Horizonte
2019

IZABELLA GALERA

**SOBRE OUTRAS REVOLUÇÕES POSSÍVEIS:
O lazer e a festa como forma de resistência nas Ocupações Urbanas da Izidora**

VERSÃO FINAL

Trabalho apresentado para Exame Final no Programa de Pós-Graduação, como requisito para obtenção do título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

Linha de pesquisa: Planejamento e Dinâmicas Socioterritoriais.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Raquel Garcia Gonçalves

Belo Horizonte
2019

FICHA CATALOGRÁFICA

G154s

Galera, Izabella.

Sobre outras revoluções possíveis [manuscrito] : o lazer e a festa como forma de resistência nas Ocupações Urbanas da Izidora / Izabella Galera. - 2019.

241 f. : il.

Orientadora: Raquel Garcia Gonçalves.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

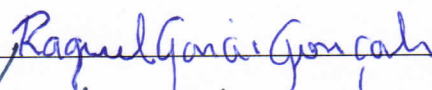
1. Lazer - Teses. 2. Festas populares - Teses. 3. Movimentos sociais urbanos - Teses. 4. Espaço urbano - Teses. 5. Vida urbana - Teses. I. Gonçalves, Raquel Garcia. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 306.4812

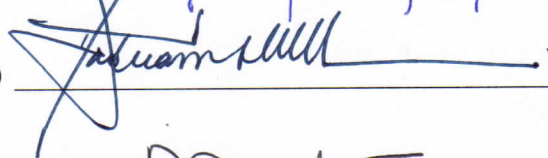
Ficha catalográfica: Preenchida pela biblioteca Prof. Raffaello Berti EA/UFMG.

Tese defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo/ NPGAU da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, e aprovada em 27 de agosto de 2019 pela Comissão Examinadora:

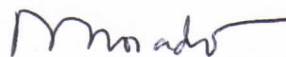
Profa. Dra. Raquel Garcia Gonçalves (Orientadora-EA-UFMG)



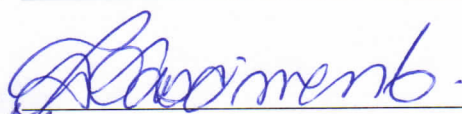
Profa. Dra. Rita de Cássia Lucena Velloso (EA-UFMG)



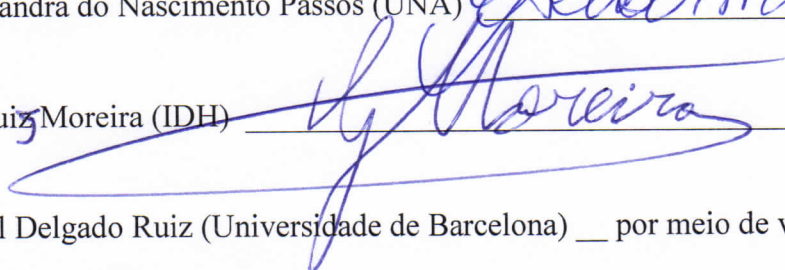
Profa. Dra. Denise Morado Nascimento (EA-UFMG)



Profa. Dra. Alexandra do Nascimento Passos (UNA)



Dr. Gilvander Luiz Moreira (IDH)



Prof. Dr. Manuel Delgado Ruiz (Universidade de Barcelona) __ por meio de videoconferência __

Não sou esperançoso por pura teimosia. Mas
por imperativo existencial e histórico.
(FREIRE, 1992, p. 5)

CARTA DE AGRADECIMENTO E AMOR

Durante esses quatro últimos anos, esta tarefa desafiadora de produzir uma tese tornou-se meu eu. Em um processo de intensa transformação como sujeita e pesquisadora, não caberia em meros agradecimentos tudo o que eu sinto e como fui afetada ao longo destes anos. É necessária uma carta de amor aos que comigo compartilharam desta pesquisa. Ao estudar o lazer e a festa, me fiz, e me faço cada dia a mais lazer e festa. Esta carta de amor é endereçada para todas, que, como eu, não se adéquam a um mundo em que muito ainda tem que ser feito, onde nós teremos que ser melhores, e ser melhores uns com os outros. Talvez por acreditar que o jogo, o riso e a festa trazem nossas formas de conviver em uma experiência humanizadora, central para a busca por justiça social. Foi a partir desses atos que esta pesquisa foi sendo vivenciada. Nada disso seria possível sem ter todas as oportunidades e privilégios que tive, sem ter em minha família um lugar de amor e proteção. De ter em minha mãe, Joscely, um exemplo de mulher, mãe e educadora. Foi a partir dela que cresci nos corredores de escolas e salas de aula, quando ela tinha que trabalhar. Para eu desbravar os espaços das escolas e faculdades que ela trabalhava era uma aventura, um lazer. E foi assim que hoje sigo seus passos. Ao meu pai, Almir, homem de extrema integridade e amorosidade, que sempre esteve presente em minha vida, e é um grande companheiro de sonhos e de desfrutar a vida com simplicidade e tranquilidade. Ao meu irmão Rodolfo, grande amor e parceiro desde sempre, que me inspira por sua dedicação e ética. À minha orientadora Raquel Garcia Gonçalves, por ter tido a sorte de tê-la encontrado desde meus primeiros dias em Belo Horizonte. Sempre com muito carinho e cuidado, você me ensinou a ser pesquisadora e professora também, é uma honra caminhar ao seu lado “Ori”. Às minhas irmãs amigas Paula, Carla e Denise presentes que essa terrinha me deu! Às amigas Letícia, Letícia Lanza e Lu Bizzoto, com quem tenho a alegria de compartilhar desta pesquisa com os pés na terra, e às amigas da minha vida toda, irmãs que mesmo longe estão comigo, em especial à Ana, Carol, Vitorio e Marina, amigos de infância, e às meninas aqui de casa, Clarinha e Fernanda, por ouvirem minhas angústias nessa reta final com tanta irmandade e amizade. Amigas que vieram com o doutorado, em quem me apoiei tanto e com quem tive tanta alegria de viver e refletir sobre esse processo tão intenso, porém prazeroso, que é escrever uma tese. À Helena, Ana Paola, Karina, Ju, Clarissa, Danilo, e tantos outros colegas que me inspiraram nessa caminhada. Ao Programa NPGAU, à Paula, que sempre foi precisa, ajudando a todos os alunos da pós-graduação a se organizarem em meio às burocracias do sistema. À Capes/CNPQ, por ter financiado esta pesquisa. Aos meus camaradas das Brigadas Populares, companheiros que dedicam suas vidas na linha de frente pela luta popular. Foi nessa organização que consegui me encontrar e me reconhecer como militante, entendendo que minha atuação não era suficiente e nem

deveria ficar apenas dentro da universidade. Um salve a Túlio, Bella, Flávia, Luiz, Clara, Ramon, Bel, Thais, Thayan, Stephany, Willian, Vivian, Rafinha, Seu Orlando, grande mestre, Rafinha, e muitos outros companheiros que, de certa forma, agregam-se à minha atuação. É uma honra e sorte caminhar ao lado de vocês. Ao coletivo Agroecologia na Periferia, que me apresentou o que vejo hoje como uma das práticas de luta mais emancipadoras e potentes. É a partir da realidade, do concreto, da educação popular e da mão e do pé na terra que as coisas podem ser melhores, e serão. Toda essa gratidão e amor que cultivo em mim por todos que construíram comigo esta tese, o central dessa conversa, são as moradoras e moradores da Izidora. Desde quando pisei nesse chão, nunca mais fui a mesma. E a cada dia que volto e permaneço nessa luta, tenho certeza que é com eles que quero estar. Foi com as Izidoras que aprendi o que é o que é matriarcado, o que é organização de base, o que é ação direta e luta institucional. Não conseguirei em pouco papel expressar o amor que sinto por todas as moradoras e moradores que sempre me recebem com um abraço apertado e afetuoso, que partilham comigo suas histórias e também seus lazes. Fui e sou feliz na Izidora. À Charlene, Lu, Paulinha, vocês são umas das mulheres mais extraordinárias que eu conheci nesta vida, com quem consegui ver e entender que nas pequenas lutas surgem os grandes embates da humanidade. À Samantinha, minha amiga, você é uma inspiração e um exemplo de compromisso com os seus. À Aninha, que alimenta de amor e comida, cuida de mim, cuida dos seus, cuida do seu bairro. Você é rara. Ao Dão, grande homem que tem uma musicalidade nas suas histórias, uma sabedoria que vem de muita lida e luta, e é um vencedor. À Kelly, Vovô, Madalena, Raquel, Mari Mari, Emily, Jeniffer. Mãe Maria, Gleicy, Joaquin, Lourival, Andreia Luísa, Dona Gildete, Matheus, Nilson, Edna, Luizinho, Rose, entre tantos outros sujeitos revolucionários que vivem nesses territórios. Meu amor incondicional às crianças da Izidora, que enchem minha vida de esperança e afeto, que são amor puro e que sempre me receberam com festa e alegria. Por fim, esta carta de amor é endereçada também à minha fé, foi com ela que fui e permaneço na Izidora, Salve todos os Santos e Orixás, salve meu pai Oxalá, minha mãe Iansã e Xangô, guerreiro que guia essa batalha e luta por justiça. Eu amo cada uma das pessoas que está nesta página, e me amo por isso também. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

Esta pesquisa busca levantar a discussão sobre as práticas de lazer como forma de resistência à produção hegemônica do espaço urbano, a partir da vivência das ocupações urbanas da Izidora, em Belo Horizonte/MG, desvelando aqui outros elementos inseridos no meio da luta por moradia, apontando para uma luta pelo direito à vida urbana, pelo direito de rir e ser feliz na cidade. Esta pesquisa ancora-se em vivenciar e refletir sobre o lazer nas ocupações, observando a produção do espaço por meio das brincadeiras, festas e jogos em territórios que se constituem em meio a um conflito urbano emblemático que desarticulou um projeto milionário que era previsto para a região. Essas práticas espaciais são sustentadas por saberes populares, que, mesmo sem suporte institucional que garanta o acesso a direitos básicos para uma vida digna, colocam em manifesto outras formas de produção do espaço construídas cotidianamente. Junto das ocupações Rosa Leão, Esperança, Vitória e Helena Greco, na região da Izidora, foram verificadas quais são as práticas espontâneas de lazer e onde estas se territorializam, participando assim da parte mais agradável e prazerosa da vida. Entende-se aqui que o jogo, o riso e a festa têm a capacidade de humanizar a cidade, reivindicando-a por seu valor de uso, sendo contraproducente e, por isso mesmo, com potência de dissolver as formas hegemônicas de produção da cidade. Por ser parte essencial da vida, o brincar espontâneo abarca a noção de autonomia, liberdade, subversão, atitude lúdica, culturas populares e tempo-espaço. Ao cruzar essas dimensões entendendo principalmente quem, onde e como elas são praticadas, defende-se o lazer como uma alegre forma de resistência e revolucionária, pelo fato de ser livre, de atuar nos corpos, no imaginário, na subjetividade e na intersubjetividade.

Palavras-Chave: Lazer. Festa. Ocupações Urbanas. Produção do Espaço. Izidora. Direito à vida urbana.

ABSTRACT

This research seeks to raise the discussion about leisure practices as a form of resistance to the hegemonic production of urban space, based on the experience of Izidora Urban Occupations in Belo Horizonte / MG, unveiling here other elements inserted in the middle of the struggle for housing, pointing to a struggle for the right to urban life, for the right to laugh and be happy in the city. This research is anchored in experiencing and reflecting on leisure in occupations, mapping the production of space through plays, parties and games in territories that are in the midst of an emblematic urban conflict that disrupted a millionaire project that was planned for the region. These spatial practices are supported by popular knowledge that even without institutional support that guarantees access to basic rights for a dignified life, put in manifestation other forms of production of the space constructed daily. Along with the occupations of Rosa Leão, Esperança, Vitória and Helena Greco in the region of Izidora, the spontaneous leisure practices were verified and where these are territorialized, thus participating in the most pleasant and pleasurable part of life. It is understood here that the plays, the laughter and the party have the capacity to humanize the city, claiming it for its use value, being counterproductive and, therefore, with the power to dissolve the hegemonic forms of production of the city. Being an essential part of life, spontaneous play encompasses the notion of autonomy, freedom, subversion, playful attitude, popular cultures and time-space. In crossing these dimensions, mainly understanding who, where and how they are practiced, leisure is defended as a joyful form of resistance and revolutionary because it is free, to act in the bodies, in the imaginary in subjectivity and intersubjectivity.

Keyword: Leisure. Party. Urban Occupations. Production of Space. Izidora. Right to urban life.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura da Pesquisa por Capítulos, Referências e Campos do conhecimento.....	24
Figura 2 - Diagrama da sistematização metodológica.	25
Figura 3 - Diagrama - Conceitos ligados ao Planejamento Estratégico.....	48
Figura 4 - Mapa com a proposta inicial para a Região da Izidora.....	53
Figura 5 - Mapa mostrando o conjunto de Grandes Intervenções previstas para o Vetor Norte da RMBH.....	54
Figura 6 - Mapa Hidrográfico de Belo Horizonte, 1937.....	62
Figura 7 - Calendário do processo judicial que envolve as ocupações da Izidora.....	71
Figura 8 - Planta de Reassentamento proposto pela Construtora Direcional (2014)	73
Figura 9 - Tirinha de Calvin & Haroldo e a dimensão do ócio como aprendizado.	77
Figura 10 - Tipos de lazer em Kaplan (1960).....	81
Figura 11 - Figura representativa dos conceitos abordados na pesquisa.....	82
Figura 12 - Mapeamento das dimensões ancoradas no campo do lazer.....	84
Figura 13 - Tirinha Mafalda.....	97
Figura 14 - Tirinha Mafalda.....	114
Figura 15 - Tirinha Mafalda.....	124
Figura 16 - Dia de Circo no "Campinho do Ubirajara" junho 2017- Referência de entrada da Ocupação Rosa Leão.....	128
Figura 17 - Crianças soltando pipa próximas à Quadra 13 - Rosa Leão	129
Figura 18 - Crianças fazendo pipas no Festival de Pipas que ocorreu dia 08/07/2017.	130
Figura 19 - Foto aérea da ocupação Helena Greco e Rosa Leão em visita em 10 de junho de 2019 com o percurso feito no dia da visita em laranja.....	131
Figura 20 - Foto aérea da ocupação Esperança em visita no dia 30 de março de 2019 com o percurso feito no dia da visita em laranja.	131

Figura 21 - Foto aérea da ocupação Vitória em visita no dia 28 de maio de 2019 com o percurso feito no dia da visita em laranja.	132
Figura 22 - Primeiro mapeamento feito na ocupação Rosa Leão, dia 22/04/2017.	134
Figura 23 - Mapa dos Pedacos de Lazer, as áreas ainda possíveis de preservação e áreas de potencial uso coletivo.	136
Figura 24 - Mapa elaborado na “Oficina URB13 Tópicos em Urbanismo – Estudos da Produção Social do Espaço urbano através da humanização da cidade”.	138
Figura 25 - Mapeamento afetivo dos “pedaços” do Lazer na ocupação Rosa Leão em cima de foto aérea.	139
Figura 26 - Foto da Praça junto ao Centro Cultural Zilah Spósito no dia da 1º oficina do Okupa Mídia em julho de 2017.	141
Figura 27 - Mapeamento afetivo dos “pedaços” do Lazer na ocupação Helena Greco em cima de foto aérea.	142
Figura 28 - Salão de Beleza na Ocupação Esperança.....	143
Figura 29 - Horta construída em um terreno íngreme em que não se pode construir.	144
Figura 30 - Mapeamento afetivo dos “pedaços” do Lazer na ocupação Esperança em cima de foto aérea.	145
Figura 31 - Foto do “Campo do Baronesa” na entrada do bairro/ocupação Vitoria.	146
Figura 32 - Mapeamento afetivo dos “pedaços” do Lazer na ocupação Vitória em cima de foto aérea.	147
Figura 33 - Crianças gravando suas brincadeiras na pracinha do centro comunitário no dia 20/04/2019.	150
Figura 34 - Crianças tirando foto das brincadeiras.	151
Figura 35 e 36– Crianças brincando com velotrol em uma segunda-feira e com bicicleta na rua dia 20/04/2019.	152
Figura 37 - Criança jogando bola em frente à casa na Rua Aroeira, ocupação Vitória.	153
Figura 38 – Meninos jogando futebol e utilizando o portão como trave.	153
Figura 39 - Meninos brincando de capoeira no dia da primeira atividade no Parquinho Ecológico, na Ocupação Vitória. Dia 18 de maio de 2019.	154

Figura 40 - Crianças pulando no monte de terra no dia da Oficina de Fossa Biodigestora, no Galpão Comunitário da ocupação Vitória em junho de 2018.	155
Figura 41 - Crianças brincando de fazer comida com terra. Galpão Comunitário da ocupação Vitória no dia 18/05/2019.	157
Figura 42 - Vista do "mirante da caixa d'água". Abaixo aparece parte da ocupação Vitória e Belo Horizonte ao fundo.	158
Figura 43 - Faixa de propaganda do Forró na Rosa Leão, no "Bar do Negão"	160
Figura 44 e 45 – Visita à Mina D'água no dia 28/04/2019.	162
Figura 46 – Foto do antigo "Barracão comunitário".	164
Figura 47 – Reunião da coordenação Rosa Leão em torno do projeto do Centro de Poder Popular Rosa Leão, no antigo "Barracão comunitário".	165
Figura 48 – Foto da Oficina de Autoconstrução para Mulheres.	166
Figura 49, 50, 51,52 – Fotos do processo de concepção, projeto e construção do Galpão.	169
Figura 53 – Foto do segundo módulo do Curso de Promotores Agroecológicos.	171
Figura 54 e 55 – Cartazes feitos para mobilização dos encontros para Construção do Parquinho.	174
Figura 56 – Crianças olhando o mapa por onde foi o percurso até o Parquinho.	175
Figura 57 – Mapa sobre foto aérea marcando o percurso do cortejo até o Parquinho.	175
Figura 58 - Crianças tocando caixa no dia do "caça à nascente" no dia 18/05/2019.	176
Figura 59 - Crianças mostrando as placas com os desejos e sinalizações do Parquinho no dia 18/05/2019.	176
Figura 60 - Crianças subindo na árvore na trilha do Parquinho no dia 18/05/2019.	177
Figura 61 - Tirinha da Mafalda.	179
Figura 62 - Festa de quatro anos da ocupação Vitória no dia 19/08/2017.	194
Figura 63 - Meninas esperando para Coroar a Santa na Festa de Nossa Senhora de Fátima. Ocupação Vitória no dia 12/05/2019.	205

Figura 64 - Tirinha feita a partir de imagens das brincadeiras na Rosa Leão.	210
Figura 65 - Tirinha feita a partir de imagens das brincadeiras na Rosa Leão.	213
Figura 66 - Tirinha feita a partir de imagens das brincadeiras na Rosa Leão.	218
Figura 67 - Tirinha feita a partir de imagens das brincadeiras na ocupação Vitória.	

LISTA DE SIGLAS.

ADE - Área de Diretrizes Especiais

AEIS - Área Especial de Interesse Social

APCBH - Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

ASF - Arquitetas Sem Fronteira Brasil

CDPCM/BH - Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte

CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais

COHAB - Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais

COPASA - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais

CPT - Comissão Pastoral da Terra

IEPHA - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPHAN - Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MLB - Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas

MLPM - Movimento de Luta Pela Moradia

OUI - Operação Urbana do Isidoro

OUS - Operação Urbana Simplificada

PBH - Prefeitura de Belo Horizonte

PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida

PMMG - Polícia Militar de Minas Geras

PNH - Política Nacional de Habitação

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

PT - Partido dos Trabalhadores

PUC - Minas Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

RMBH- Região Metropolitana de Belo Horizonte

SMAPU - Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano

SUSAN - Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional

TJMG - Tribunal de Justiça de Minas Gerais

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

URBEL Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte

ZEIS - Zona Especial de Interesse Social

ZPAM - Zona de Preservação Ambiental

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
PROBLEMA DA PESQUISA	14
PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS	22
1. PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO E SUAS REFLEXÕES	30
1.1. A CIDADE COMO UM LUGAR DE PRIVILÉGIOS: Planejamento Excludente X a luta pelo direito à vida urbana.	38
1.2. ENQUANTO MORAR FOR UM PRIVILÉGIO, OCUPAR É UM DIREITO. O contexto das ocupações urbanas da Izidora	51
1.2.1. Ocupar. Resistir. Construir.	55
1.2.2. Izidora em três atos: o antes, o durante e o agora	60
2. O QUE É LAZER? [os conceitos, as significações]	78
2.1 O JOGO	85
2.2 O RISO	89
2.3 A FESTA	92
3. POR QUE LAZER? [a pulsão, o desejo, o direito]	98
3.1 O LAZER COMO UMA PREDISPOSIÇÃO	99
3.2. O LAZER COMO UM DIREITO	104
3.2.1. O Direito pela Constituição	104
3.2.2. O Direito à Preguiça	109
4. QUANDO LAZER? [o tempo, as temporalidades]	115
5. ONDE LAZER? [o território, o lugar, o espaço]	125
5.1 O TERRITÓRIO. O LUGAR. O ESPAÇO	125
5.2 BRINCANDO DE CARTOGRAFIAR O LAZER NA IZIDORA	131
5.3 AS TERRITORIALIDADES DO JOGO, DO RISO E DA FESTA	149
5.4 TERRITORIALIZAR COMO AÇÃO REVOLUCIONÁRIA: A PRODUÇÃO SOCIAL DOS TERRITÓRIOS DE PODER POPULAR	164
5.5 O GALPÃO DO VITÓRIA	168
5.6 O PARQUINHO DO VITÓRIA. A VITÓRIA DO PARQUINHO	173
6. QUEM LAZER? [os sujeitos]	180
6.1. OS SUJEITOS	180
6.2. O BRINCAR E A FESTA EM MEIO À LUTA	182

6.3 A AUTONOMIA FLORESCE NO BRINCAR ESPONTÂNEO, NÃO NO LAZER ENLATADO	187
6.4 O BRINCAR, A FESTA E A REVOLTA: A RESISTÊNCIA COMO FORMA DE ESPERANÇA E O LAZER COMO ATO LIBERTÁRIO	197
7. O JOGO TERMINA, MAS A FESTA CONTINUA	211
7.1 FIM DE JOGO	211
7.2 A FESTA SEGUE ADIANTE	214
7.3 REFLEXÕES SOBRE A BOA VIDA: CAMINHOS QUE APONTAM PARA A EMANCIPAÇÃO	219
7.4. NA CADÊNCIA PARA UM PRÓXIMO DEBATE	225
REFERÊNCIAS	231



INTRODUÇÃO

PROBLEMA DA PESQUISA

A proposta desta pesquisa origina-se de uma inquietação e de um fascínio pelas práticas espaciais de lazer que se constituem espontaneamente e produzem cotidianamente a vida urbana por meio do jogo, do riso e da festa. Pretende-se, através deste estudo, analisar as manifestações espontâneas de lazer no espaço, desde as brincadeiras e momentos banais de ócio até a festa, que por sua capacidade de criar situações de alta sociabilidade, também se mostram como meios de mobilização comunitária. O intuito é vocalizar as insurgências que estão presentes na vida das ocupações urbanas, que, estando em locais à margem da cidade e da sociedade e sem suporte institucional, criam outras formas de cidade e de vida urbana.

Por falar a partir de uma luta pelo direito de ser reconhecido na cidade, e, para além disso, pelo direito de produzir socialmente o espaço onde se vive e se reproduz de forma digna, é importante compreender que, na lógica urbana, a desigualdade socioespacial é um pressuposto, em especial nos países com grandes contrastes, como no Brasil.

Nesse sentido, faz-se necessária uma breve análise sobre a produção e transformação da cidade, considerando-a *locus* de manifestações sociais, culturais, políticas, econômicas, sendo fruto da coletividade e arena de interesses e conflitos.

A partir da ideia de Lefebvre (1999), compreende-se que a cidade é o lugar da luta de classes. A dimensão social é seu aspecto central, é o lugar da festa, da concentração de poder e do excedente, ou seja, do encontro, da assembleia e da simultaneidade. A forma urbana é o reflexo das interações sociais junto a uma estrutura que se organiza ao redor dos meios de produção e pode-se entender, então, que a dimensão humana interage constantemente para a composição dos espaços de uso coletivo. Essa forma não tem conteúdo específico, mas é o centro de atração e de vida. É uma abstração associada à prática.

A cidade atrai para si tudo que nasce da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações. O que a cidade cria? Nada. Ela centraliza criações. E, no entanto, cria tudo. Nada existe sem troca, sem união, sem proximidade, isto é, sem relacionamentos. A cidade cria situações em que coisas diferentes ocorrem uma após a outra e não existem separadamente, mas de acordo com suas diferenças. O urbano, que é indiferente a cada diferença que cria

se une. Nesse sentido, a cidade constrói, identifica e liberta a essência das relações sociais (LEFEBVRE, 1999, p. 109).

A cidade, desde seu princípio, já nasce como espaço privilegiado, que, para Lefebvre (2001), é o lugar, por excelência, onde o trabalhador se vê dissociado da sua força de trabalho e daquilo que produz. Sendo assim, a cidade passa a ser determinada e produzida de uma forma hegemônica, em que a classe dominante exerce forte influência sobre o espaço urbano, principalmente pelo interesse econômico.

Afastado da cidade, o proletariado acabará de perder o sentido da obra. Afastado dos locais de produção, disponível para empresas esparsas a partir do setor de habitat o proletariado deixará se esfumar em sua consciência a capacidade criadora. A consciência urbana vai se dissipar (LEFEBVRE, 2001, p. 25).

No Brasil, alguns marcos contribuem para uma melhor compreensão da produção hegemônica do espaço urbano, dentre os quais se destaca aqui a Lei de Terras, de 1850, na qual as terras pertencentes à Coroa Portuguesa só poderiam ser adquiridas mediante compra e venda, sendo a primeira iniciativa a organizar a propriedade privada. A partir dessa lei, a terra passa a valer dinheiro, beneficiando os grandes fazendeiros. Ou seja, o acesso a terra passa a ser obtido pelo seu valor de troca, e não de uso.

A relação com a terra passa a ser profundamente marcada pelo interesse de uma elite dominante, sendo que os altos preços reforçam que a terra (e a cidade), por serem áreas de produção, também são produtos e usadas como mercadoria há muito tempo, sendo negadas para muita gente, e estando longe de ser um direito.

Desde o início da urbanização das cidades brasileiras “a estratégia adotada envolvia preços da terra altos e salários baixos, impedindo que esses trabalhadores tivessem acesso legal à propriedade, forçando com que se submetessem a trabalhos semisserviços” (HOLSTON, 2013, p. 259).

Com a expansão urbana, as classes mais pobres passam a ser empurradas cada vez mais para longe do centro, esvaziando o sentido da cidade (que é o espaço da festa, poder e excedente) e reduzindo o “Habitar ao Habitat” (LEFEBVRE, 2001, p. 27). Nesse sentido, a periferia é produtora tanto da “cidade formal”, onde se vende a força de trabalho, quanto dela mesma, autoproduzida espontaneamente ou de forma organizada.

O desenvolvimento das periferias urbanas e a institucionalização dos direitos sociais fundados no trabalho urbano consolidaram um padrão

centrífugo de segregação nas cidades brasileiras e modernizaram a já diferenciada cidadania dos brasileiros (HOLSTON, 2013, p. 197).

Contudo, pode-se observar que o *locus* da pobreza na cidade, geralmente invisibilizado pelo poder público e visto como “não oficial”, está em constante transformação, apoiado na autoconstrução e nas redes de solidariedade que substituem ou ocupam o papel que deveria ser do Estado. Essas ações são apontadas por Holston (2013) como “Cidadania Insurgente”.

Entendem-se aqui também essas formas autônomas de produção do espaço como “fissuras” à lógica do capital, defendida por Holloway (2013),

como o resultado de uma ação de enfrentamento, de uma resistência, e como construção de algo que seja diferente, levantando a noção de dignidade, no sentido em que a dignidade não esperará: a fissura é uma insubordinação aqui e agora, não um projeto para o futuro (HOLLOWAY, 2013, p. 28).

É diante desse contexto que a pesquisa investigou as práticas cotidianas de lazer e também o uso do mesmo para a mobilização comunitária nas ocupações urbanas de Belo Horizonte, entendendo esses territórios como locais de resistência e, conforme afirma Morado Nascimento (2016, p. 161), “em terrenos precários e condições sociopolíticas vulneráveis e até mesmo violentas”.

As ocupações urbanas surgem de forma espontânea e organizada junto a movimentos sociais, “se conformam em um movimento de liberdade para a criação de outra cidade, a partir do desentendimento que se tem ou não da cidade onde queremos viver ou da cidade que cotidianamente produzimos” (MORADO NASCIMENTO, 2016, p. 147).

Acredita-se que essas ocupações urbanas reivindicam o direito de viver e usufruir da cidade, conforme aponta Lefebvre (2001):

O direito à cidade não pode ser concebido com um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada. Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto que o “urbano”, lugar do encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático sensível (LEFEBVRE, 2001, p. 117).

Para entender e aproximar-se com maior verdade das ocupações urbanas, a ação prática e a experiência tornam-se indispensáveis, percebendo assim que o lazer (dentro de sua espontaneidade) é também uma forma de resistir, vivenciar e desejar outra cidade. Foi pela presença constante no território e pela construção de

relações de confiança e afeto com moradoras e moradores na Izidora que se constituiu a ação e a reflexão sobre o jogo, o riso e a festa.

A experiência das Ocupações traz consigo a prova de que a insubordinação à realidade capitalista deve se aliar à ação prática, à construção real, inclusive por, talvez, não haver outras alternativas de provisão habitacional aos moradores e por se tratar de algo que é maior do que uma experiência teórica de resistência (SILVA, 2016, p. 28).

Nesse sentido, algumas perguntas devem ser destacadas para delinear melhor o direcionamento da pesquisa a partir daqui: como surgem esses espaços de lazer que ainda não foram determinados pelo poder público e dentro de uma ocupação urbana? Onde as práticas de lazer criam novas territorialidades, e por quê? Quais são as práticas de lazer espontâneo mais frequentes? Quem são os sujeitos que vivem e produzem cotidianamente essas espacialidades?

A pesquisa busca trazer à tona a discussão sobre a contraposição: lazer como forma de consumo X brincar espontâneo. O lazer como prática cotidiana, e também como ruptura do cotidiano, os festejos como meio de mobilização comunitária, evidenciando, sobretudo, que estas práticas são necessárias para o ser humano e, por consequência, para o local onde se vive.

Conforme afirma Marcellino (1983), é importante entender o lazer “não como simples fator de amenização ou alegria para a vida, mas como questão mesmo de sobrevivência humana, ou melhor, de sobrevivência do Humano no homem” (MARCELLINO, 1983, p. 17). Essa sobrevivência do Humano no homem traz consigo a crença de que as práticas de lazer, e, sobretudo, o lazer marginal¹, cotidiano e não hegemônico, têm um viés revolucionário.

Ao estudar como o brincar e o ócio geram apropriações múltiplas e inesgotáveis no espaço urbano, pretende-se mapear as práticas mais frequentes e os espaços espontâneos de lazer, na escala local e microlocal, ou seja, aquela porção urbana que uma pessoa ou uma família percebe, no dia a dia, como o espaço onde mora.

Esse mapeamento serve como instrumento para o reconhecimento do território estudado e deseja colocar em destaque, no lugar dos equipamentos

¹ Entendido aqui como “lazer marginal” por se configurar tanto à margem da cidade quanto da sociedade, ou seja, nas periferias, e por ser praticado pela população de baixa renda. É importante lembrar que historicamente as possibilidades de lazer são subordinadas pela classe social de cada pessoa (MARCELLINO, 1983).

pontuais e institucionais de uso público, os territórios e práticas que resistem à dinâmica da cidade hegemônica e autenticam o papel do brincar no espaço urbano.

Dessa forma, o lazer exerce uma função importantíssima para a cidade, humanizando-a por meio da festa, do jogo e do riso, como possibilidade de mudança.

Interpreta-se aqui o lazer para além de um direito social² (art. 6, Constituição Federal, 1988) ou como mais uma forma de consumo em massa.

Enxerga-se assim o lazer como base das relações humanas, como meio de afirmação da individualidade e da coletividade, sendo uma potente forma de interação entre grupos, fomentando experiências urbanas que extrapolam o espaço da casa, apropriando-se de territórios comuns de forma efêmera e intersubjetiva.

Assim, a prática de lazer seria uma necessidade inerente à vida do ser humano, inserida junto à dimensão do imaginário criador, e, por isso mesmo, com um poder transformador e revolucionário tanto para quem o exercita, quanto para onde essa prática acontece.

Parte-se então da análise de experiências e vivências dos espaços e dos trajetos constituídos espontaneamente pelo lazer e pelas festas, tanto no momento de celebrações inserido no cotidiano, como nas festas comunitárias que extrapolam a vida cotidiana. Essas duas frentes de análise são defendidas, neste trabalho, como importantes meios para se fortalecerem as relações em comunidade e a produção partilhada e comum do espaço urbano.

Uma das motivações deste trabalho é a de olhar para o território comum, o “pedaço³”, como um poderoso ambiente que, por meio do lazer, pode humanizar a cidade. Entende-se que os conflitos e que as contradições inerentes fazem parte de sua potencialidade e que o lazer “é parte integrante da vida cotidiana das pessoas e constitui, sem dúvida, o lado mais agradável e descontraído de sua rotina semanal” (MAGNANI, 2003, p. 18).

² Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015).

³ “Pedaço” é uma categoria de análise territorial defendida pelo antropólogo José Guilherme Magnani (2003), que aponta para os espaços entre a casa e a rua, pequenos núcleos de lazer. Esse conceito será abordado com mais detalhe durante o texto.

Ocorre que a produção científica, no que diz respeito ao campo do lazer no planejamento urbano, ainda está muito focada nos espaços institucionais, como praças e parques públicos, e, quando o olhar passa a ser a autoprodução dos espaços de lazer constituídos de forma autônoma, espontânea e temporária, constata-se que há uma grande demanda e interesse de se pensar o lazer sob diferentes ângulos.

Diante disso, faz-se necessário incluir quais são as práticas e onde estão os espaços de lazer nas discussões acadêmicas e políticas, buscando, principalmente, um aprendizado com base nas iniciativas que procuram aliar os saberes locais e a prática ao campo teórico e reflexivo.

Os territórios que a pesquisa se propõe a estudar de forma mais ampla, a partir do conflito e de visitas de campo, são as quatro ocupações da Izidora (Helena Greco, Rosa Leão, Esperança e Vitória) e, de forma mais aproximada, o cotidiano junto a processos territoriais que envolvem o lazer e a festa nas ocupações Rosa Leão e Vitória, no limite de Belo Horizonte e Santa Luzia, entre os bairros Zilah Spósito (Belo Horizonte), Londrina e Baronesa (Santa Luzia).

Uma das premissas mais importantes desta pesquisa é estar inserida na experiência e vivência cotidiana das ocupações, com o esforço de não falar sobre a ocupação, mas sim com a ocupação ou, como aponta Magnani (2012, p. 249), “de perto e de dentro”. Dessa forma, o intuito é sair do papel distante do pesquisador e inserir-se como agente que contribui para a luta, sem descolar a pesquisa teórica da ação prática, aceitando assim os laços de afeto e o companheirismo que se constituem no dia a dia.

Cabe mencionar aqui que a escolha das ocupações urbanas parte da intenção de fortalecer a visibilidade dentro de uma rede de apoiadores chamada #Resistelzidora⁴, que atua na Região da Izidora desde 2013. Esse território hoje vive um dos maiores conflitos fundiários da América Latina e passa por um processo de

⁴ A região da Izidora, localizada no vetor norte da capital mineira, é alvo de emblemática disputa entre a apropriação do território pelo Estado-capital, mediada pela lógica privatista, e outras formas de produção do espaço, realizadas por comunidades tradicionais ligadas ao quilombo remanescente na área e ocupações urbanas de moradia, cuja produção do espaço passa pela ordem do comum. Mediante a perversão de diversos instrumentos de política urbana, alavancada pelo mau uso da Operação Urbana do Isidoro (OUI), evidencia-se claro patrocínio público para a construção de um gueto de pobres na região, sem infraestrutura técnica e social adequada, financiado, principalmente, pelo Programa Minha Casa Minha Vida e a instalação de Vila de Passagem para abrigar famílias removidas pelas obras no Anel Rodoviário (INDISCIPLINAR. Disponível em: http://oucqh.indisciplinar.com/?page_id=696. Acesso: 11 abr. 2017).

longa negociação com o Estado nas suas três esferas, a municipal, a estadual e a federal.

A região é conhecida formalmente como Mata do Isidoro e/ou Granja Werneck. Porém, devido à pesquisa histórica, descobriu-se que quem cuidava e detinha a posse dessas terras era uma mulher, escrava liberta, que se chamava Izidora da Costa. E, por isso, o ribeirão da Izidora é chamado assim. Foi apenas na década de 30, conforme mostra pesquisa em mapas históricos, que, colocando no mapa as bacias hidrográficas, muda-se o nome do ribeirão e da bacia da Izidora para Isidoro.

Fazendo um resgate dessa história durante momentos de conflito fundiário mais acirrado, em 2014, na segunda grande iminência de despejo, os movimentos sociais e a rede de apoiadores passam a chamar a região de “Mata da Izidora”, ou “Região da Izidora”, que simboliza uma luta que vem muito antes desse conflito fundiário. Essa ação afirmativa representa a luta pela liberdade do povo negro, pobre e pela emancipação das mulheres e igualdade de direitos para todas; pela preservação dos rios e córregos, da natureza; pelo acesso à terra, à moradia, à cidade.

As pautas levantadas pela ocupação são a permanência no território, seus direitos de acesso a uma moradia digna, à saúde, à rede de luz, ao saneamento básico e também ao lazer. A Rede Resiste Izidora começa a se articular em 2013, junto à primeira Ordem de Despejo, e vai se intensificando e ganhando mais visibilidade em 2014 e 2015.

Em 2014 e 2015, quando se organizou duas ofensivas do Estado por via de ameaças de reintegrações de posse, viu-se a intensificação das articulações sociais e políticas contra o despejo, conformando uma rede aberta e horizontal, autodenominado #Resiste Izidora, que reuniu centenas e talvez milhares de atores sociais que garantiram visibilidade nacional e internacional à causa, conseguindo, até o momento, suspender as ordens de despejo, em prol de um processo de negociação entre as partes conflitantes, qual sejam, Estado, o privado, os movimentos sociais e as famílias sem-teto (BITTENCOURT, 2016, p. 156).

Para entender um pouco mais sobre o que é uma Ocupação Urbana

do ponto de vista do marco conceitual, as ocupações urbanas referem-se às ações de famílias em luta pela moradia, apoiadas por diversos atores coletivos – como movimentos sociais, entidades de direitos humanos e grupos de pesquisa de universidades (MORADO NASCIMENTO, 2016, p. 10).

Indaga-se aqui a necessidade do lazer na vida das pessoas, discutindo a legitimação dos espaços e práticas que se apropriam de forma espontânea do território, como os campos de futebol de várzea, as pipas livres e por toda a parte, os jardins e as hortas coletivas, o Baile Funk, as festas e comemorações tradicionais, bem como os conflitos que ocorrem por meio desse processo.

Acredita-se que a maior relevância desta pesquisa seja a abertura de um processo de construção coletiva para a criação de mais espaços de uso comum que abarcam as práticas de lazer nos locais onde a população mais carece desses ambientes.

OBJETIVO GERAL:

Analisar as práticas de lazer espontâneas e as festas comunitárias como possibilidade de outra produção do espaço urbano – sendo insurgente e autoproduzido - em locais que estão à margem da cidade e da sociedade e sem suporte institucional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS E METODOLOGIA:

Objetivo específico	Metodologia
Revisar a Literatura específica sobre os conceitos que abarcam a pesquisa (direito à cidade, produção do espaço, ocupações urbanas, lazer, festa, jogo e riso). [O QUE LAZER]	Revisão Bibliográfica.
Mapear os espaços de lazer espontâneo nas ocupações da Izidora, localizada na porção Noroeste de Belo Horizonte, fazendo divisa com Santa Luzia. [ONDE LAZER?]	Estudo de campo Observação Participante: Levantamento em campo, análise etnográfica. Cartografias afetivas.
Identificar a relevância e periodicidade das brincadeiras e festas bem como quem são os sujeitos dessas práticas. [PORQUE, QUANDO E QUEM LAZER]	Visita de campo – Entrevistas e Mapeamentos com Desenhos e Base Cartográfica, Foto de Satélite, “Check In”, GPS, entre outros. Análise Etnográfica. Observação Participante.

Analisar como se dá o processo de apropriação pelas práticas de lazer e das festas. [QUEM LAZER?]	Pesquisa-ação Observação Participante.
Observar os conflitos existentes que se apresentam na dinâmica dos territórios compartilhados socialmente. [O JOGO ACABA, MAS A FESTA CONTINUA]	Estudo de campo. Observação Participante. Análise Etnográfica.
Participar do lazer e das festas comunitárias, contribuindo com o que por possível e necessário no processo.	Estudo de campo. Observação Participante. Análise Etnográfica.

Este estudo é possível através de uma ampla pesquisa teórica associada a uma metodologia participativa com envolvimento social de muitas moradoras na Izidora e a partir de análises etnográficas. Busca-se junto a esses objetivos explorar metodologias colaborativas, visando a uma compreensão dos territórios estudados, expandindo o entendimento das demandas de lazer para o local, buscando desenvolver com isto ações diversas e o cruzamento de conhecimentos populares e técnicos.

A metodologia apontada, nesse sentido, é a pesquisa-ação, participando de algumas atividades que acontecem de forma auto-organizada nos territórios como: reuniões de coordenação, assembleias, troca de saberes, fóruns, debates, jogos, mutirões, conversas e entrevistas semiestruturadas, festas.

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Para que essa sistematização de ideias consiga atingir o objetivo de analisar o lazer constituído de forma espontânea, e também como meio de mobilização comunitária, optou-se pela triangulação metodológica, a fim de dar à pesquisa dados de uma natureza mais densa, buscando o cruzamento de informações objetivas e subjetivas para estudos e pesquisas sobre as dinâmicas socioterritoriais, baseado na pesquisa-ação-participação e pesquisa qualitativa com análise etnográfica.

Segundo Fígaro (2014), o termo triangulação e sua apropriação pelas ciências sociais é como uma metáfora para a combinação e o cruzamento de métodos e técnicas de pesquisa. Entende-se que a triangulação metodológica é uma alternativa para responder a questionamentos do funcionamento dos espaços de lazer espontâneos e das práticas de autoconstrução dos mesmos.

A análise desses dados tem possibilitado o avanço da reflexão teórica e o entendimento de projetos de intervenção participativa. Utilizando os diferentes métodos de coleta de informações, o trabalho foi dividido em quatro passos para compreender a dinâmica de autoprodução das práticas e dos espaços de lazer.

Para sistematizar melhor o raciocínio da estrutura atual da pesquisa, foram elaborados alguns diagramas, conforme apresentado abaixo.



FIGURA 01. Estrutura da Pesquisa por Capítulos, Referências e Campos do conhecimento
 Fonte: Elaborado pela autora (2017).

A combinação de métodos de realização da pesquisa, de acordo com Fígaro (2014), admite uma visão a partir de vários aspectos e pontos de vista, o que pode iluminar a realidade, permitindo confluências, discordâncias, perguntas, dúvidas,

⁵ Nem todas as referências utilizadas estão listadas nesse diagrama.

falseamentos numa discussão interativa e intersubjetiva, na construção e análise dos dados da abordagem interdisciplinar, que exige a ocorrência de múltiplos olhares disciplinares sobre um mesmo objeto de pesquisa, gerando dados capazes de propiciar análises mais sólidas sobre os problemas em estudo.

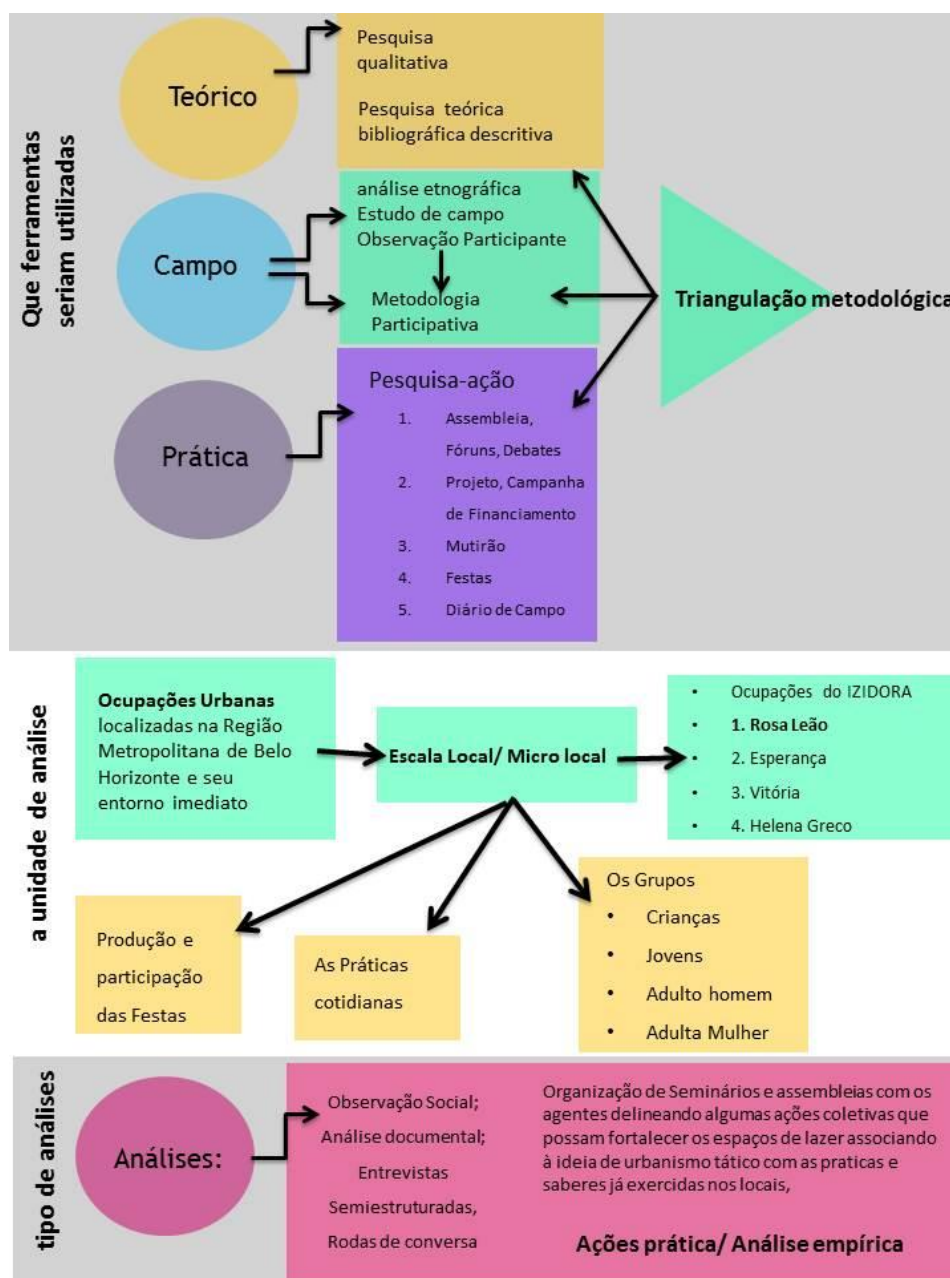


FIGURA 02. Diagrama da sistematização metodológica

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

A pesquisa participante insere-se na pesquisa prática, classificação apresentada por Demo (2000), para fins de sistematização. Segundo esse autor, a pesquisa prática “é ligada à *práxis*, ou seja, à prática histórica que se vale de

conhecimento científico para fins explícitos de intervenção; nesse sentido, não esconde sua ideologia, sem com isso necessariamente perder de vista o rigor metodológico” (DEMO, 2000, p. 21).

A pesquisa participante implica necessariamente a participação, tanto do pesquisador no contexto, grupo ou cultura que está a estudar, quanto dos sujeitos que estão envolvidos no processo da pesquisa. Nesse sentido, a pesquisa participante **configura-se como um componente político, possibilitando discutir a importância do processo de investigação, tendo como perspectiva a intervenção na realidade social.**

A observação participante “consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade (...). Neste caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de membro do grupo” (GIL, 2010, p. 103). O que, junto com a pesquisa-ação, enquanto opção metodológica com função de intervenção nos espaços coletivos, exige a contextualização no campo das Ciências Sociais e, nesse caso, a participação popular. Segundo Le Boterf (1984), a pesquisa participante tem como objetivo auxiliar a população envolvida a identificar por si mesma os seus problemas, a realizar a análise crítica destes e a buscar as soluções adequadas.

Assim, ao posicionar-se como um instrumento de investigação e ação à disposição da sociedade, a pesquisa-ação exerce também uma função política, oferecendo subsídios para que, por meio da interação entre pesquisadores e atores sociais implicados na situação investigada, sejam encontradas respostas e soluções capazes de promover a transformação de representações e mobilizar os sujeitos para ações práticas (TOLEDO; JACOBI, 2013, p. 2).

A etnografia busca entender a cultura, de forma mais aprofundada, de comunidades e grupos sociais.

Compreende o estudo, pela observação direta e por um período de tempo, das formas costumeiras de viver de um grupo particular de pessoas: um grupo de pessoas associadas de alguma maneira, uma unidade social representativa para estudo, seja ela formada por poucos ou muitos elementos (MATTOS, 2011, p. 51).

Diante disso, a pesquisa participante configura-se como **uma avaliação qualitativa das manifestações sociais**, comprometida com intervenções que contemplam o autodiagnóstico, ajudando a consolidar a construção de uma estratégia de enfrentamento prático dos problemas detectados e a organização política da comunidade como meio e fim. Conforme defende Mattos (2001, p. 52), esse processo é entendido como uma negociação constante que não se limita ao vínculo social.

Os objetivos da pesquisa-ação-participativa, no entender de Thiollent (2000), podem ser: 1) instrumental, quando visa resolver um problema prático, de ordem técnica; 2) de tomada de consciência, quando visa desenvolver a consciência coletiva a respeito de problemas enfrentados; 3) de produção de conhecimento, que não seja útil apenas para a coletividade considerada na investigação local.

Geralmente, um desses três aspectos é mais bem realizado em detrimento dos outros. Entretanto, os três podem ser oferecidos mediante um maior amadurecimento metodológico e coletivo.

Segundo Gajardo (1985):

A pesquisa participante reconhece as implicações políticas e ideológicas subjacentes a qualquer prática social, seja ela de pesquisa ou de finalidades educativas, e propugna pela mobilização de grupos e organizações para a transformação da realidade social ou para o desenvolvimento de ações que redundem em benefício coletivo (GAJARDO, 1985, p. 40).

Percebe-se que esse benefício coletivo, que pode ser destacado na constituição de espaços comuns, ancorados na escala de microplanejamento urbano, aconteceu a partir de uma assessoria técnica tanto na dimensão do conflito fundiário quanto no projeto arquitetônico e paisagístico, buscando subverter a lógica projetual clássica e garantindo uma construção conjunta com os moradores do processo decisório dos espaços de lazer.

O que mais se destaca é a possibilidade de experimentação das intervenções que são construídas de forma rápida e com baixo custo. Em meio ao processo de construção coletiva de espaços de lazer e festa, como o Centro de Poder Popular Rosa Leão, o Galpão Vitória e o Parquinho Vitória, já se podem observar as dinâmicas decorrentes da apropriação pela população local, entendendo como essas pequenas intervenções geram novas territorialidades.

Destaca-se ainda a realização de 20 entrevistas⁶ realizadas com os moradores das ocupações Rosa Leão, Esperança, Vitória e Helena Greco durante o primeiro semestre de 2019, feitas de maneira semiestruturada e gravadas em áudio e vídeo. Nesse caso, para analisar os dados coletados durante todas as ações dentro do campo de pesquisa e durante a observação participante, valeu-se da análise de conteúdo (AC) de Bardin (2009), uma técnica que demonstra ser

⁶ Optou-se por entrevistar apenas moradores, e avalia-se aqui que ainda faltou maior quantidade de moradores das Ocupações Esperança e Helena Greco, por serem territórios em que a pesquisa esteve com menos intensidade.

apropriada para pesquisas de cunho qualitativo, as que objetivam um aprofundamento, uma descoberta subjacente aos conteúdos manifestos, transcendendo a superfície do que está sendo transmitido. Ao analisar o material coletado, objetiva-se descobrir novas interpretações que não estavam aparentes no momento da coleta.

A coleta de dados foi feita por meio de entrevistas filmadas, conversas coletivas e espontâneas e, posteriormente, por meio da análise a partir de transcrições. As entrevistas revelaram um aprendizado mútuo, pois permitiram que as falas dialogassem entre si e com os sujeitos envolvidos, no processo de desnudamento dos conhecimentos por eles transmitidos, investindo em uma construção conjunta a partir das práticas de lazer espontâneas, das manifestações culturais e das festas.

Esse processo possibilitou o entendimento das territorialidades que se constituem cotidianamente a partir das falas dos moradores, a fim de fortalecer as práticas de lazer já existentes e incentivar outras práticas de lazer pelas quais o local anseia. Nesse sentido, viu-se oportuno produzir, a partir de filmagens do cotidiano e entrevistas com moradores, uma série de minidocumentários, que posteriormente serão exibidos nas comunidades.

Utilizou-se como abordagem também a cartografia afetiva, como forma de compreender o espaço constituído socialmente e autoproduzido por meio de análise territorial com as categorias pedaço, mancha, circuito, trajeto e pórtico, que são abordadas por Magnani (2003, 2012) nas pesquisas no âmbito da antropologia urbana.

Cartografar aqui não é somente o reconhecimento e a representação do espaço vivido e concebido, mas, sobretudo, o pensar e sonhar esse espaço a ser produzido.

Nesse contexto, o mapa não será apenas um registro gráfico, **mas um registro do existir**, do lugar de encontro, dos locais afetivos, carregados de símbolos e significados, buscando incorporar nele os aspectos móveis e relacionados às formas de vida. Essas novas cartografias⁷, enquanto métodos,

⁷ Utilizou-se o termo de “novas cartografias” para enfatizar a utilização dessa abordagem nas Ciências Sociais, em que não só o saber técnico e cartesiano é representado, mas principalmente os saberes locais e os “mundos de vida”, afinando-se com o pensamento dos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari, que buscaram investigar a produção da subjetividade sob essa ótica.

buscam apontar para a dimensão coletiva e em constante transformação e, como defende Rolnik, (1989, p 65.), “a prática de um cartógrafo diz respeito, fundamentalmente, às estratégias das formações do desejo no campo social”; e, como prática, buscam a experiência no chão da terra, junto com diversos agentes.

Diante desse cenário, esta pesquisa defende ações práticas que envolvem moradores no desenvolvimento de melhorias para o espaço urbano. Vê-se, em contraposição ao planejamento urbano estratégico, uma expansão dessas intervenções atreladas ao pensar o urbano e o urbanismo como processos sociais abertos e em disputa, que discutam a luta para além do direito à moradia e sim por um direito à vida urbana, buscando um processo real de emancipação em diversas esferas da vida, vinculado à construção do empoderamento de sujeitos que buscam acesso à cidade.

Por meio desta pesquisa, houve uma aproximação do tema estudado, o lazer, com os moradores da Izidora, a partir de situações concretas e da presença contínua, que possibilitaram um diálogo entre o pesquisador e a comunidade.



1. PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO E SUAS REFLEXÕES

Este capítulo buscará refletir sobre como se dá a produção social do espaço urbano e quais as alternativas se podem enxergar como transformadoras. Ancorada em leituras no campo da sociologia, geografia, arquitetura e urbanismo⁸, entende-se que o espaço é resultado de relações sociais que se estabelecem e produzem lugares por meio da materialidade do próprio corpo em ação. A ação humana aqui é defendida por Santos (1996) junto da noção de intencionalidade, que é gerada pelo desejo.

Mas a noção de intencionalidade não é apenas válida para rever a produção do conhecimento. Essa noção é igualmente eficaz na contemplação do processo de produção e de produção das coisas, considerados como um resultado da relação entre o homem e o mundo, entre o homem e o seu entorno (SANTOS, 1996, p. 58).

Nesse sentido, compreende-se que é por meio da presença do ser no mundo, interagindo com os outros, que o espaço é constituído, sendo orientado por intenções, pelo encontro, pela presença, pela participação e principalmente pelos atos. Para Santos (1996, p. 38), “o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima”. Ou seja, é composto por uma configuração territorial, dentro de sistemas naturais existentes, e pelas relações sociais. Então o “espaço geográfico é muito mais do que simples oferta de caminhos, ainda que também seja isso” (SANTOS, 1996, p. 59).

O espaço aqui estudado é visto como produto de inter-relações e interações, não é pré-existente, mas é algo modelado pelas relações existentes. O espaço então é condicionado e condicionante das relações humanas, como algo aberto e em plena transformação e atualização. Não só produto, mas processo.

Esse processo de produção do espaço é determinado pela comunicação dos corpos, que geram produções comuns de espaços, compartilhadas pelo cotidiano entre diversos agentes por meio da cooperação e do conflito.

na experiência comunicacional, intervêm processos de interlocução e de interação que criam, alimentam e restabelecem os laços sociais e a sociabilidade entre os indivíduos e grupos sociais que partilham os mesmos quadros de experiência e identificam as mesmas ressonâncias históricas de um passado comum (RODRIGUES, 1994, p. 75).

⁸ Principais autores: Lefebvre (1999, 2001, 2004, 2006, 2016), Soja (2008), Santos (1996, 2008), Harvey (2012, 2014).

A produção social do espaço urbano (influenciada fortemente pela industrialização) é regida pela lógica das forças de trabalho, sendo considerada por Harvey (2012, p. 30) como sempre sendo, “portanto, algum tipo de fenômeno de classe”. A lógica da urbanização vem sofrendo variações relevantes ao longo dos tempos, que se dão principalmente pelos valores da sociedade. Esses valores podem ser enxergados na forma como se vive, como se interage e se relaciona com a tecnologia, nos meios de comunicação e principalmente na fruição do tempo livre, que reflete, conseqüentemente, na produção no espaço urbano.

É por meio das relações sociais que o espaço é produzido. Lefebvre (2001, p. 56) defende que o espaço é “a projeção da sociedade sobre o local”. Por ser o lugar do encontro, “a cidade é o lugar onde pessoas de todos os tipos e classes se misturam, ainda que relutante e conflituosamente, para produzir uma cidade comum, embora perpetuamente mutável e transitória” (HARVEY, 2014, p. 134).

É importante entender a lógica mutável e temporal da produção do espaço, que está sempre em constante transformação. Santos (1996) amarra esse entendimento da dinâmica do espaço com a noção de “episódio”, que “quadra-se bem à ideia (...) dessa vida unitária das ações e dos objetos, na definição simultânea da produção dos eventos e da reprodução do espaço geográfico” (SANTOS, 1996, p. 59).

Em uma coletânea de artigos que Lefebvre (2016) escreveu, publicada no livro chamado “Espaço e Política – O direito à cidade II”, o autor defende já na introdução que a análise crítica da realidade urbana não pode estar descolada da vida cotidiana. Ou seja, que o conhecimento e o saber prático não andam separados e, nesse sentido, não devem ser colocados em caixas distintas. Diante disso, o autor aposta em uma “metafilosofia”, fazendo uma crítica à filosofia como uma ciência parcelar.

Lefebvre (1999) elabora uma reflexão do espaço a partir de uma Ordem Distante (instituições, como Igreja e Estado) e uma Ordem Próxima (indivíduos e grupos), ou seja, na escala da sociedade global e na escala do habitat. Além de sempre fazer a relação do que se passa em uma escala global, e pode-se dizer abstrata; e, na escala local, do vivido, o autor também abole a separação de uma análise de espaço e tempo como dois campos separados.

Pode-se complementar essa reflexão com a abordagem de Santos (2008) que defende que:

Nessa condição, o que globaliza separa, é o local que permite a união. Defina-se o lugar como extensão do **acontecer homogêneo ou do acontecer solidário** e se caracteriza por **dois gêneros de constituição: uma é a própria configuração territorial, outra é a norma, a organização**, os regimes de regulação (SANTOS, 2008, p. 37, grifo da autora).

A partir da relação entre teoria e prática, entende-se que a compreensão da totalidade só é completa se situada em uma realidade concreta, sem perder de vista o conjunto, porém levando em conta todas as relações que ali existem. Assim, Santos (2008, p. 37) afirma que “é pelo lugar que revemos o mundo e ajustamos nossa interpretação”.

Dentro da compreensão da “espacialidade”, Lefebvre (2016) aponta algumas noções de espaço, com relação entre o **Espaço Mental**, que seria o espaço percebido, concebido e representado e o **Espaço Social**, que se trata do espaço construído, produzido e projetado, ou seja, o intermédio entre a representação do espaço (espaço social), o urbano, a cidade, a materialidade e o espaço da representação (espaço mental), o imaginário, o subjetivo, o idealizado.

Serpa (2014), a partir da leitura de Lefebvre (2006) sobre a influência da representação no espaço, aponta que:

Se, por um lado, enfatiza que representação não é necessariamente ideologia, por outro, afirma que é impossível a vida sem representação, que as representações são formas de comunicar e reelaborar o mundo, aproximações da realidade que, no entanto, não podem substituir o mundo vivido. **É justamente quando o vivido é substituído pelo concebido que a representação se torna ideologia** (SERPA, 2014, p. 487, grifo da autora).

Buscando a relação entre as noções de espaço mental e espaço social, Lefebvre (2016, p. 40) questiona a inserção do espaço na prática social, econômica ou política, industrial ou urbana. Dessa maneira, pode-se abordar aqui a ideia de apropriação, que é tratada no sentido de ir muito além de consumir o lugar, e sim transformá-lo. Dentro da dimensão de apropriação, indaga-se: como você usa o espaço? Qual é sua forma de atuar e produzir espaços? Como seu corpo se movimenta e movimenta o espaço?

Entendendo que a apropriação é estabelecida pela presença do ser utilizando e produzindo simultaneamente o espaço, é fruto de gestos que estão carregados de representação do inconsciente e do imaginário, Lefebvre (2006) defende que “a natureza, que se manifesta imediatamente nos corpos e nos sentidos funda a

presença, incluindo a poderosa presença dos mitos, imagens e símbolos [...] contra o racionalismo árido, junto com a vivência e a feminilidade” (LEFEBVRE, 2006, p. 158).

Por ser fruto da prática social, o espaço é significativo, sendo político e ideológico. A produção do espaço também é produção de objetos, que se estabelecem na esfera material, financeira e espaço/temporal.

Lefebvre (2016) aponta ainda que o espaço teoricamente é visto por diferentes óticas. Na primeira delas, o espaço apresenta-se “como forma pura, a transparência, a inteligibilidade” (LEFEBVRE, 2016, p. 41). Na segunda abordagem, o espaço é lido como espaço social, sendo “um produto da sociedade” (LEFEBVRE, 2016, p. 43). Já a terceira abordagem aponta que “o espaço não seria nem um ponto de partida nem um ponto de chegada, mas um intermediário, ou seja, a **mediação**” (LEFEBVRE, 2016, p. 44).

A quarta abordagem conceitual, para Lefebvre (2016), é na qual se situa uma **leitura dialética e de maior complexidade**, o espaço nesse sentido seria:

Não se pode dizer que o espaço seja um produto como um outro, objeto ou soma de objetos, coisa ou coleção de coisas, mercadoria ou conjunto de mercadorias. (...) O espaço seria, desse modo, uma espécie de esquema num sentido dinâmico comum às atividades diversas, aos trabalhos divididos, à cotidianidade, às artes, aos espaços efetuados pelos arquitetos e pelos urbanistas. Seria uma relação e um suporte de inerências na dissociação, de inclusão na separação (LEFEBVRE, 2016, p. 47).

Nessa linha de raciocínio, o autor defende que o espaço “seria, portanto, ao mesmo tempo um espaço abstrato-concreto, homogêneo e desarticulado” (LEFEBVRE, 2016, p. 47).

Entrando na discussão sobre a produção do espaço, Lefebvre (2016a) aborda a noção de espaço a partir do Espaço Abstrato e do Espaço Diferencial.

O Espaço Abstrato representa um espaço que é formatado e orientado para a reprodução do meio de produção hegemônico. Essa configuração tem como características a homogeneidade (negação das diferenças), a fragmentação (funcionalmente segregado) e a hierarquia (lógica de dominação centro-periferia). Está profundamente ligado à reprodução da força de trabalho, produção capitalista sob controle do Estado moderno e no atual contexto dominado pela associação do Estado-mercado.

Acontece que dentro desse espaço abstrato, por meio de atravessamentos diversos, de conflitos e contradições, há um potencial transformador, que junto com

“a vivência e a experiência, atacadas de todas as formas, se defende pela revolta, pela espontaneidade bruta, pela violência contra a agressão permanente e cotidiana” (SERPA, 2014, p. 491).

É na dissolução e recombinação de hierarquias e organizações sociais, impulsionadas por atos de revolta e insubmissão, bem como de alegria, de riso e festa, que a vida cotidiana vai costurando suas formas de produzir outros espaços, orientados por práticas diferenciais.

Já o Espaço Diferencial representa a transformação do espaço a partir do cotidiano, gerando ali diversas apropriações, chamadas também de heterotopias. Esse espaço transformado e diferenciado ainda mantém em suas práticas as contradições do espaço abstrato, posto que imerso em práticas espaciais concebidas de forma hegemônica e desigual.

Destaca-se aqui que as táticas da vida cotidiana individual e coletiva têm um grande potencial de superar o espaço abstrato (homogêneo, fragmentado e hierárquico), pois é no cotidiano que se tem espaço para a ação, a experiência e o enfrentamento direto.

Lefebvre (1999), em seu livro “A revolução urbana”, coloca o papel da rua como o espaço intersticial que é palco da vida cotidiana, e é um lugar potencial de transformação em espaço diferencial. Para o autor, a rua tem uma função lúdica, de ordem superior, que é, ao mesmo tempo, o local do encontro, o local onde se anda lado a lado, mas não se encontra. Enxerga-se, então, na rua um potente *locus* para a produção de um espaço diferenciado, por meio da apropriação, entendendo-a como local que extrapola a vida privada e, por isso mesmo, é espaço de conflitos e arena de interesses, mas que é diante desses conflitos que se tem a oportunidade de se criarem “Espaços Desviados”⁹.

O espaço diferencial significa também o fim da propriedade privada do espaço e da sua dominação política pelo Estado. Sua produção acontece a partir da completa imbricação entre uma vida cotidiana profundamente transformada e uma prática da diferença espacial (BASTOS *et al.*, 2017, p. 255).

⁹ O termo “Espaço Desviado” (BASTOS *et al.*, 2017, p. 460) foi apontado como um espaço em transição entre o abstrato e o diferencial dentro de uma tática de apropriações diversas. Entende-se a partir da leitura de Bastos (2017), que apresenta uma ótica a partir da leitura de Lefebvre (2000), sobre o desvio como uma prática intermediária entre a dominação e a apropriação.

O encontro de saberes e fazeres dá-se a partir das práticas espaciais cotidianas, que emergem de uma relação dialética entre atos espontâneos e mecanizados, tentando, a partir dessas situações, criar alternativas para a produção da vida. Isto depende fortemente da linguagem que é utilizada a partir desses encontros, da capacidade de comunicação e diálogo entre os sujeitos. Nesse sentido, Santos (1996, p. 214) afirma que “o mundo ganha sentido por ser esse objeto comum, alcançado através das relações de reciprocidade que, ao mesmo tempo, produzem a alteridade e a comunicação”.

O urbano então é a possibilidade de junção, e é a partir da vida urbana que ocorre a mobilização política, e é junto com a mobilização que nasce a *práxis* urbana, na qual, para Lefebvre (1999), está o “campo cego”. Entre os campos, que não são aprazíveis, mas campos de força e de conflitos, existem campos cegos (LEFEBVRE, 1999, p. 35).

O reflexo da *práxis* urbana junto a esses campos cegos é o lugar do “**espaço vivido**”, sendo este um espaço fundamental para o conhecimento da realidade urbana. Sendo uma prática espacial cotidiana, carregada de sentido e significados, o espaço vivido implica em uma apropriação e ressignificação do espaço percebido (por meio da teoria) e do espaço concebido (por meio da prática) por meio dos espaços de representação.

A condição da apropriação instala-se a cada momento que um indivíduo se torna consciente dos papéis que seu corpo desempenha no espaço social (sua materialidade, sua opacidade, sua atuação política). Um espaço apropriado é sempre potencialidade de superação da alienação na vida cotidiana uma vez que reinstala o valor de uso (VELLOSO, 2016, sem página.)¹⁰.

A apropriação está para nós como uma contraposição à “sociedade burocrática de consumo dirigido”, pois modifica o espaço produzido hegemonicamente e transforma-o, a partir das necessidades e das alternativas cotidianas, por meio da criatividade e da espontaneidade. Enxerga-se então, a partir do lúdico, do campo simbólico criador, dos sonhos, que se tem a chance de se produzirem espaços com humanidade e afeto.

Dessa forma, a apropriação estabelece-se a partir do imaginário, do desejo e, assim, insere-se como parte do cotidiano. Pode-se perceber então seu caráter

¹⁰ Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.189/5949> Acesso em: 15 jun. 2017.

contraditório, pois, ao mesmo tempo em que se sabe que o imaginário faz parte de um imaginário coletivo, que é bombardeado diariamente por imagens de um ideal de vida e um ideal de cidade; também se tem o caráter revolucionário, no qual o imaginário, que se posiciona contra a cultura de massa, procura transformar dentro de atos e ações incessantes a produção de espaços contra-hegemônicos.

Ou seja, é a partir dos sonhos que se apropria do redor e o reinventa diariamente, sendo na escala do local e do vivido, do espaço banal e cotidiano que se pode reanimar a vida e o espaço.

O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (SANTOS, 1996, p. 218).

Entendendo então a produção social do espaço urbano no contexto contemporâneo, percebe-se que o urbano-industrial é fruto de um capitalismo regido pela lógica atual pós-fordista, em que se vê como forte característica a

deterioração dos espaços e equipamentos públicos com a consequente privatização da vida coletiva, segregação, evitação de contatos, confinamento em ambientes e redes sociais restritos, situações de preconceito e discriminação (MAGNANI, 2012, p. 254).

Cabe acrescentar aqui a reflexão de Soja (2008), ao mostrar que as cidades são também grande simulacros, orientadas pela **reestruturação do imaginário urbano**. Essa reestruturação é uma refabricação ideológica que opera a partir de imagens e simulações, que afetam diretamente a vida cotidiana, tendo uma consciência centrada na cidade. Entende-se aqui o simulacro como a simulação de algo que precede o real, sendo a representação do que vem a ser real. Nesse sentido, Soja (2008) aponta que a Cidade Simulacro

explora de uma forma diferente e mais sutil de regulação social e espacial, uma forma que literal e figuradamente 'joga com a mente', manipulando a consciência cívica e as imagens populares do espaço e da vida urbana com o propósito de manter a ordem (SOJA, 2008, p. 452).

Para Soja (2008), a sociedade contemporânea está presa em uma hiper-realidade centrada e orientada pela substituição da democracia por um Estado que é puramente mercantil e global, em que a sociedade, a partir do consumo direcionado por imagens, ícones, representações, tem seus desejos manipulados, e, por consequência, sua vida sutilmente controlada.

Esses desejos e atos manipulados anunciam, para Debord (1997), uma “sociedade do espetáculo”, na qual, por meio da alienação, o espectador torna-se um consumidor passivo, submetido a um conjunto de influências que recebe do espetáculo¹¹. Para o autor, então, “tudo o que era vivido virou representação” (DEBORD, 1997, p. 13).

Nesse ponto da “segunda revolução industrial”, o consumo alienado torna-se para as massas um dever suplementar à produção alienada. Todo o trabalho vendido de uma sociedade se torna globalmente a mercadoria total, cujo ciclo deve prosseguir. Para conseguir isso, é preciso que essa mercadoria total retorne fragmentadamente ao indivíduo fragmentado, absolutamente separado das forças produtivas que operam como conjunto. Nesse ponto, a ciência da dominação tem que se especializar: ela se estilhaça em sociologia, psicotécnica, cibernética, semiologia, etc., e controla a autorregulação de todos os níveis do processo (DEBORD, 1997, p. 31).

De forma semelhante, esse panorama é apontado por Lefebvre (1991) como a “Sociedade do Lazer”, na qual o autor exclui as práticas de lazer cotidianas e espontâneas e diz que se chegou a um ponto em que a sociedade, por uma sábia tática de manipulação, usufrui do seu tempo livre apenas como consumo. Para ele, “o lazer não é mais a festa ou a recompensa do labor, também não é a atividade livre que se exerce para si mesma. É o espetáculo generalizado: televisão, cinema, turismo” (LEFEBVRE, 1991, p. 62).

Diante desse contexto apresentado, busca-se agora perceber como se estabelece a produção do espaço urbano a partir de um planejamento. Entretanto, é importante reforçar aqui que, dialeticamente, o desafio é entender como, de uma forma tencionada, podem-se enxergar outras práticas urbanas e outras formas de apropriação da cidade que não sejam orientadas por uma lógica hegemônica, mas sim como fissuras e rupturas que se estabelecem de forma criativa, tática e estética sobre o território.

¹¹ “O espetáculo é o momento em que a mercadoria ocupou totalmente a vida social” (DEBORD, 1997, p. 30).

1.1. A CIDADE COMO UM LUGAR DE PRIVILÉGIOS: Planejamento Excludente X A luta pelo direito a vida urbana

Na lógica urbana capitalista, a desigualdade socioespacial é um pressuposto, em especial nos países com grandes contrastes, como no Brasil. Nesse sentido, faz-se necessária uma breve análise sobre a produção e a transformação da cidade, considerando-a *locus* de manifestações sociais, culturais, políticas, econômicas, sendo fruto da coletividade e arena de interesses e conflitos.

Os modelos de planejamento reproduzidos no Brasil foram alienados em relação à realidade, buscando beneficiar uma pequena parcela da população que concentra renda e propriedade de terras, deixando de lado a classe popular e trabalhadora. Da mesma forma, o processo político e econômico do Brasil gerou uma sociedade desigual, em que grande parte do povo não tem acesso à cidade formal e a direitos fundamentais que implicam nesse fato, como moradia, saneamento básico, educação, saúde, lazer. Ou seja, tem-se legislação para alguns, mercado para alguns, cidadania para alguns.

No contexto brasileiro, entende-se que, a partir da Lei de Terras, aprovada em 1850, a desigualdade social torna-se uma questão espacial, pois a terra passa de um valor de uso (posse para cultivo local) para um valor de troca (propriedade privada). É nesse momento que a Coroa Portuguesa passa a “comercializar” o território, entretanto quem poderia ter direito à compra era apenas uma parcela da população.

Essa lei foi aprovada no mesmo ano em que o Brasil¹² assinava a Lei Eusébio de Queiroz (1850), que proibia a entrada de africanos escravizados. Passou-se então a ser incentivada a vinda de imigrantes europeus para trabalhar no campo e nos grandes centros (São Paulo e Rio de Janeiro), que tinha como intuito implementar o meio de produção capitalista–industrial no país.

Nem os antigos escravizados, nem os novos camponeses tiveram acesso a terras que entravam na Lei de Terras (1850), que só foram negociadas com os já poderosos fazendeiros. Entretanto, nos centros urbanos, o trabalho assalariado era

¹² O Brasil, nessa época, estava sendo pressionado pela Inglaterra para acabar com a entrada de africanos escravizados. Dentre as intenções dos Ingleses, a consolidação do meio de produção capitalista no país era o interesse central.

destinado aos imigrantes europeus e o povo negro ficava com os trabalhos informais, sem nenhum direito garantido nem reconhecimento como parte da cidade.

Para Gadelha (1989), esse processo:

Ressalta, igualmente, a forma competente e a modernidade da oligarquia brasileira que, no século XIX, executou a transição gradual das formas escravistas - sustento da grande propriedade - para outras relações de trabalho, mantendo o sistema latifundiário, característico de nossa estrutura agrária, até os dias atuais (GADELHA, 1989, p. 155).

A Lei de Terras determinou o preço da terra para os posseiros (a classe rural mais abastada), entretanto desconsiderava as pequenas propriedades, de roçado simples, não incluindo na negociação para a aquisição desses locais quem não se enquadrava no perfil de “pessoas de bem”. Dessa forma, preservou uma estrutura de propriedade excludente, que passa a adquirir valor e renda para os seus “proprietários” e afasta a terra de sua função de ser meio de subsistência.

É importante ressaltar, conforme Gadelha (1989) defende, que o processo de transição do modo de vida mercantil para o capitalista, operando em uma nova ordem política, econômica e social, ocorrido no século XIX em todo o mundo, **tem profundos impactos nos países colonizados, que refletem nas cidades até hoje.**

Conforme Jessé Souza (2009) afirmou em seu livro “A Ralé Brasileira”, o trabalho braçal, desde o Brasil colônia, que era executado pelos escravizados e colonos, constituiu-se como símbolo de desprezo da elite. Já a abolição da escravidão não teve como suporte nenhuma política que garantisse a inclusão social e o real exercício da cidadania, ou seja, o direito ao acesso à cidade é negado ao antigo escravizado, mesmo sendo agora considerado um trabalhador “livre”.

Dentro do processo de industrialização do país, as grandes massas continuam a ser marginalizadas, agora tendo que vender sua força de trabalho nas cidades, já que não houve mais condições de se manter no campo. Acontece que, para esse novo trabalhador, a cidade não era garantida e o que restou foram os pequenos cortiços¹³ no centro, sendo inquilino, ou ocupar áreas à margem da cidade, nos morros e fora da cidade.

¹³ Os cortiços representavam a concentração dos trabalhadores e dos denominados vadios e malandros na cidade, sendo considerado o lugar da pobreza no século XIX. Após serem categorizados como espaços propícios ao vício e ao contágio de doenças, no Rio de Janeiro, os cortiços foram duramente combatidos a partir da reforma urbana do prefeito Pereira Passos (TONIOLO *et al.*, 2016, p.107).

No processo de expansão urbana e fortalecimento da industrialização no Brasil, a década de 30 do século XX, com a chamada “Era Vargas”¹⁴, apresenta uma guinada nas relações industriais no país e, com isso, a consolidação de uma classe operária e também uma classe burguesa. É nesse momento que o excedente da área rural passa para as mãos da burguesia industrial e, junto com essa transferência, há também um processo de migração do antigo camponês para a cidade, a fim de vender sua força de trabalho.

A migração, conforme explica Rolnik (2015)¹⁵, dá-se dentro de um processo de expulsão e atração. A expulsão ocorre por vários motivos, dentre eles a seca e a falta de infraestrutura e tecnologia para continuar a produzir. E a atração ocorre pela promessa de emprego, renda e oportunidades. Foi dentro desse processo que as grandes cidades brasileiras foram e ainda são constituídas.

No contexto mundial, vale ressaltar aqui que o chamado “Estado de Bem-Estar Social” vem como reflexo da crise econômica que culmina na quebra da bolsa de valores de Nova York. Essa crise reverbera no mundo todo e, como resposta a ela, o governo encarrega-se de promover uma movimentação na economia e assegurar a mínima justiça social, com a característica de ser um “Estado Forte e Interventor”.

A principal característica do planejamento urbano dentro do “Estado de Bem-Estar Social” é a centralização do planejamento no órgão estatal, composta por uma equipe técnica e pouquíssima abertura para a participação social. Esse tipo de planejamento é apontado por vários autores, como Maricato (2000), Vainer (2000), Souza (2003) como tecnocrata, técnico-burocrático ou físico-territorial clássico.

A cidade, que, para Lefebvre (1991,1999, 2000, 2001), é berço da festa, do poder e do excedente, é então produzida e planejada de uma forma hegemônica, onde interesses de uma classe sobrepõem-se a de outra. E, nesse sentido, a mão de obra que produz e faz a manutenção da cidade não consegue ter acesso ao

¹⁴ A “Era Vargas” é o período em que Getúlio Vargas assume a Presidência da República entre 1930 a 1945, após um golpe de Estado, na chamada Revolução de 30, que derrubou a República Velha (conhecida como República “Café com leite”). Nesse período, houve muitas mudanças no contexto político, mas vale ressaltar a Nova Constituição de 1934, o avanço nas Leis Trabalhistas, o início de Políticas Habitacionais (bastante questionáveis em certo ponto) e o incentivo à Industrialização, que, como consequência, fortalece o processo de êxodo rural e o aumento significativo da população urbana.

¹⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qYwWEzeGEkU> Acesso: 18 mai. 2017.

centro para viver, sendo expulsa para a periferia ou tendo que viver em cortiços e áreas de risco.

A periferia, fruto (dentre muitas coisas) do crescimento urbano, é resultado de uma expansão desigual e combinada, pois ao mesmo tempo em que a cidade exclui parte da sociedade do seu espaço de privilégios, ela depende dessa classe para existir. Para Holston (2013, p. 29), “quando desenvolveram os centros das cidades para se tornar as capitais modernizadas desse novo Brasil, as elites nacionalizantes expeliram os trabalhadores pobres e os forçaram a morar em regiões distantes e subdesenvolvidas”.

Os subúrbios, sem dúvida, foram criados sob a pressão das circunstâncias, a fim de responder ao impulso cego (ainda que motivado e orientado) da industrialização, responder à chegada maciça dos camponeses levados para os centros urbanos pelo “êxodo rural”. Nem por isso o processo deixou de ser orientado por uma estratégia (LEFEBVRE, 2001, p. 24).

Uma das principais características do pensamento moderno é a fragmentação de elementos que são indissociáveis, como centro e periferia. É necessário pensar a periferia integrada ao centro, principalmente por ser o local onde se vende a força de trabalho e que agrega um conjunto de práticas e saberes para que a cidade funcione. A relação do centro ligado à periferia exerce, sobretudo, uma forte influência nos modos de vida, até pela própria dependência que o centro tem da periferia. Uma não existe sem a outra.

Nesse vocabulário cambiante, a noção de periferia não se refere ao espaço externo excluído do capitalismo em que as subclasses supostamente existem. Refere-se, sim, a relações de dependência mútua – a produções sociais do espaço – nas quais as partes componentes definem umas às outras por meio de mecanismos de dominação e resposta (HOLSTON, 2013, p. 199).

A periferia que aqui se fala não necessariamente está fixada em um ponto geográfico. É um conceito móvel, em permanente articulação com relações sociais de poder. Significa que não é só a distância física que designa a periferia, pois a exclusão social simbólica, de acesso a direitos básicos, como saneamento básico, educação, saúde, lazer, mobilidade, dentre tantos outros, não se resume a uma separação espacial, mas também à própria estrutura e hierarquia social.

Ser periférico designa terem negados vários direitos que garantem a vida digna e até mesmo ter negado o direito a ter direitos. E, assim, de ser cidadão. A dicotomia centro X periferia chega então a uma questão central: como posso exercer minha cidadania, se nem os direitos básicos de acesso à vida digna na cidade eu

tenho? É dentro de uma lógica insurgente e alternativa que Holston (2013, p. 30) afirma que “as periferias constituem um espaço de construtores da cidade e da sua cidadania desbravadora”.

A segregação socioespacial foi determinada então por uma lógica que, ao mesmo tempo, buscou modernizar as cidades com o incentivo à industrialização, com o intuito de articular uma cidadania junto à força de trabalho. A questão aqui é: que força de trabalho? Para quem? O planejamento tecnicamente produziu cidades orientadas de forma regulatória, a partir de um ordenamento espacial distante das reais necessidades do povo brasileiro, sem incluir um contingente importante de pessoas que migraram para os centros urbanos em busca de emprego e renda.

Para Souza (2003), esse modelo de planejamento insere-se em uma abordagem regulatória, caracterizado pelo autor como Planejamento Físico-Territorial Clássico e, posteriormente, Planejamento Sistêmico. Esses dois modelos de planejamento têm em comum a busca pela “cidade ideal” e eficiente, utilizando de instrumentos regulatórios, como o uso e a ocupação do solo (geralmente seguindo o pensamento moderno de segregação de usos), zoneamento, entre outros, o que resulta em planos descolados da realidade local.

Ocorre que junto com esse aparato legal de “direitos” que o Estado se propõe a defender, apenas uma parcela da população consegue acessar o programa habitacional, a escola, os centros de saúde, os postos de trabalho com carteira assinada, entre outros. Para essa outra grande parte da população, que vive nas periferias, resta buscar alternativas para sobreviver nos centros urbanos e atuar como cidadãos. É o que Holston (2013, p. 28) aponta como um “confronto entre duas cidadanias, uma insurgente e outra entrincheirada”.

A formulação brasileira iguala as diferenças sociais no que se refere à afiliação nacional, porém legaliza algumas dessas diferenças como bases para distribuir de maneira diferenciada direitos e privilégios entre os cidadãos. Assim no início da República, ela negava educação como um direito do cidadão e usava o analfabetismo e o gênero para restringir a cidadania política. Ao legalizar essas diferenças, ela consolida suas desigualdades e as perpetua em outras formas por toda a sociedade (HOLSTON, 2013, p. 28).

Junto com um investimento forte em industrialização, o “Estado de Bem- Estar Social” de Getúlio Vargas lança mão também de um aparato legal para a classe trabalhadora: o salário mínimo e o programa habitacional.

Com isso, a cidade torna-se o espaço privilegiado da produção. Já na segunda era Vargas e no governo de Juscelino, o caráter industrial muda novamente, sendo investido em grandes indústrias automobilísticas com um processo de êxodo rural forte. Como consequência das questões de déficit habitacional e de déficit de serviços urbanos, um processo de mobilização da população organiza-se em torno das questões do direito à moradia.

Com a preocupação referente às demandas por moradia nas cidades, foi organizado um Seminário Nacional de Habitação e Reforma Urbana, ocorrido em 1963, no Hotel Quitandinha em Petrópolis, para se discutirem estratégias para as questões habitacionais dentro da pauta chamada de “Reforma Urbana”, que seria levada ao Congresso Nacional para ser contemplada na Reforma de base do governo de João Goulart.

Com o golpe militar em 1964, o Movimento de luta pela Reforma Urbana é asfixiado por um determinado tempo, mas volta com muito mais força, em meados dos anos 70, como marco da articulação dos movimentos sociais em luta pela redemocratização do país. Nesse momento, a temática habitacional continua tendo uma abordagem central, mas não única, pois a Reforma Urbana passa a ser discutida junto com a própria ideia de “Direito à Cidade”.

Toma-se aqui a ideia de “Direito à Cidade” levantada por Lefebvre (2001) e defendida posteriormente por Harvey (2012) que afirma que:

(...) a questão do tipo de cidade que queremos não pode ser separada da questão do tipo de pessoas que queremos ser, que tipo de relações sociais buscamos, que relações com a natureza nos satisfazem mais, que estilo de vida desejamos levar, quais nossos valores estéticos. O direito à cidade é, portanto, muito mais que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reivindicar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos (HARVEY, 2012, p. 28).

O direito à cidade, que foi fortemente defendido por Lefebvre (2001) e explicado acima por Harvey (2012), é um “significante vazio, tudo depende de quem vai lhe conferir o significado” (HARVEY, 2012, p. 20) e, nesse sentido, é um objeto de luta. Sendo a cidade o local onde estão em disputa vários interesses, o direito à cidade é o direito de que vários atores e classes sociais também lutem por esse espaço de decisão e poder.

Todo o processo de mobilização pela Reforma Urbana culmina na inserção dos artigos 182 e 183 na Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, na

regulamentação de tais artigos no Estatuto da Cidade, que propõe um conjunto considerado extremamente progressista e universalista de instrumentos para a política urbana brasileira. O objetivo central desses dois artigos (182 e 183) seria garantir a Função Social da Cidade e da Propriedade, e a Gestão Democrática das Cidades.

O processo possibilitou a criação de uma ordem jurídico-urbanística na qual as chamadas funções sociais da propriedade e da cidade são declaradas prioritárias, bem como a criação de um Ministério das Cidades para articular políticas habitacionais e urbanas, um Sistema Nacional e um Fundo Nacional de Habitação, e inúmeros órgãos e conselhos estaduais e municipais para detalhá-las e pô-las em prática (KAPP, 2012, p. 466).

Todavia, junto com a redemocratização do país, o final dos anos 1980 e o início dos anos 1990 são marcados por uma grande crise econômica, que reflete também na crise do Estado, e do Planejamento Urbano Regional, apontada por Maricato (2000) como o “Colapso do Planejamento Urbano Estatal”. É nesse momento que o modelo Neoliberal expande sua atuação, principalmente com a globalização, tendo seu marco com o “Consenso de Washington”¹⁶.

A história do planejamento urbano no Brasil mostra a existência de um pântano entre sua retórica e sua prática, já que estava imerso na base fundante marcada por contradições: direitos universais, normatividade cidadã -- no texto e no discurso - *versus* cooptação, favor, discriminação e desigualdade - na prática da gestão urbana. A importação de modelos tecnológicos e culturais é intrínseca desse quadro marcado por reinserções históricas subordinadas (MARICATO, 2000, p. 135).

Ferreira (2007) mostra que o conceito de globalização e de cidade global surge no sentido de alavancar a produção industrial e pela necessidade constante de aumentar a sociedade de consumo. Para isso, a hegemonia industrial do “mundo do norte” vai buscar na sociedade desigual do “mundo do sul” uma industrialização pelo viés de arrecadamento, encontrando mão de obra barata, isenção de impostos e dominação interna das elites.

Diante disso, para uma cidade ser “global”, ela tem que se adaptar aos ideais neoliberais, buscar um padrão mundial, ser competitiva e atrair investimentos externos. Dessa forma, a cidade fica condicionada apenas à ótica econômica e,

¹⁶ O consenso de Washington foi um encontro ocorrido em 1989 na capital estadunidense, que visava impulsionar a economia dos países latino-americanos por meio do Neoliberalismo. O neoliberalismo tem como principal característica a diminuição da atuação do Estado e a entrada do capital privado na gestão pública.

mais ainda, pela lógica empresarial, e, como consequência, é encarada como mercadoria.

Mesmo com a lógica cidade-empresa, Ferreira (2007) afirma que a cidade neoliberal pouco tem de liberal. Muito pelo contrário, ela precisa do Estado para bancar seu investimento nos países em desenvolvimento. É nesse momento que as grandes multinacionais começam a comprar empresas estatais em países, como o Brasil.

Esse novo padrão de produção do espaço reflete claramente na aglomeração urbana. São nesses grandes centros que a maior concentração de renda existe e, de forma dialética, as maiores desigualdades também.

A sobreposição de uma cultura de planejamento que nega a cidade informal (planejamento funcionalista), com a ideia de industrialização massiva nos grandes centros (globalização), gera uma nova movimentação da população para as regiões metropolitanas e uma ocupação espalhada e segregada.

O Planejamento Estratégico, que está estreitamente alinhado com o modelo neoliberal, vem como resposta à crise do Planejamento Urbano Regional, seguindo o exemplo de Barcelona entre 1986 a 1992. Sua principal característica é enxergar a cidade como uma empresa, transformá-la em mercadoria e concorrer com outras cidades-empresas para atração de investimento do capital global.

Esse modelo de planejamento tem como reflexo a gentrificação¹⁷ das áreas urbanas que anteriormente sofriam processo de degradação e passaram por uma “requalificação”, geralmente feita por parcerias público-privadas, a fim de se tornarem atraentes para a economia transnacional. A principal estratégia para essas intervenções são as megaobras e os megaeventos, com grandes nomes da arquitetura, equipamentos culturais, embelezamento e investimento pesado em obras viárias. Tudo isso é impulsionado por estratégias de *marketing* urbano.

Vainer (2013) afirma que um dos principais atributos do poder estratégico é a flexibilidade, que opera na base de todo o conceito desse modelo de planejamento.

A noção de flexibilidade remete, de maneira direta, sem mediações, à noção de eficiência empresarial e a outra, de enorme popularidade nos tempos que correm, de “janela de oportunidades”. Uma gestão eficiente supõe a

¹⁷ Gentrificação é o termo utilizado para quando ocorre a valorização imobiliária de uma área por meio de intervenções urbanas e novos usos que alteram as dinâmicas pré-existentes de áreas até então em processo de degradação. Como consequência, os antigos moradores acabam não conseguindo se manter no local devido ao aumento do custo de vida.

capacidade de aproveitar as oportunidades, mais rapidamente que os concorrentes - no caso que queremos examinar, as cidades concorrentes. Uma vez mais, os catalães se mostram como os vocalizadores mais qualificados do ideário da cidade-empresa (VAINER, 2013, p. 4).

Nessas cidades-empresas, palavras como “agilidade”, “eficácia”, “transparência”, “oportunidade” e “controle político burocrático” já mostram a sua característica central, que é uma relação binária entre o rendimento empresarial, sua organização e efetividade, no que diz respeito a questões econômicas e sociais, seu dinamismo e senso de oportunidade; e, por outro lado, a desqualificação da política e descrença no Estado como órgão gestor dos bens públicos.

Dentro dessa lógica, o planejamento urbano fica submetido às regras e às tendências do mercado, sendo feito para produzir cidades competitivas e melhorias localizadas onde é de interesse econômico. Todavia, o que não é virtude para o mercado, é invisibilizado. Conforme cita Vainer (2013, p. 6), “na cidade não há lugar para ideologias nem políticas, há apenas interesses. Na verdade, há apenas um único, verdadeiro, legítimo interesse: a produtividade e a competitividade urbanas, condição *sine qua non* do crescimento”.

Como consequência desse modelo de cidade, ocorre o aprofundamento da periferização das grandes metrópoles, devido ao aumento da população nos municípios da fronteira metropolitana, que se caracterizam como “cidades dormitório”, uma expansão das favelas e loteamentos irregulares para locais cada vez mais distantes. Por outro lado, a partir da década de 1990, no Brasil, a expansão urbana, conformando novos núcleos de classe média em condomínios fechados nas periferias e antigas áreas rurais, gera espaços urbanos mais complexos, desiguais e heterogêneos.

Como estratégia para que a cidade se destaque em um “mercado internacional”, Vainer (2013) aponta algumas táticas que são utilizadas como: a figura **do líder carismático com uma imagem forte e individualizada**, sendo um empreendedor político e que também seja um empreendedor econômico, que ocasiona por consequência uma despolitização e desaparecimento dos partidos como unidade; a flexibilidade, gerando um “Estado de exceção” e, como consequência, políticas e projetos de exceção, que transformam essa exceção em regra; o senso de crise, um “estado de emergência permanente”, que gera, consequentemente, a utilização compulsória de medidas provisórias e excepcionais;

a “pátria urbana”, que vende a cidade para seus cidadãos como um lugar acima dos outros e que merece consensos e tréguas em nome do bem comum.

Para Vainer (2013), o Planejamento Estratégico opera baseado em três parâmetros: a cidade é uma mercadoria; a cidade é uma empresa; e a cidade é uma pátria.

A cidade-empresa é a negação da cidade *polis*. E para subordinar a sociedade e o poder público às exigências do capital internacional e local, busca-se o consenso. Para isso, dois elementos são importantíssimos: uma consciência de crise e o patriotismo da cidade. Ao gerar uma consciência de crise, constitui-se um processo de trégua dos conflitos internos em nome do “bem comum” e, a partir daí, há uma negociação de atores públicos e privados, que, munidos de abnegação dos habitantes de anseios particulares, promovem um discurso e um projeto de cidade que gera o “patriotismo da cidade” (VAINER, 2013).

Uma das formas mais eficazes de efetivar as grandes intervenções é a criação de uma **Imagem de cidade**¹⁸, como objeto a ser alcançado, legitimando, assim, qualquer intervenção para que a cidade chegue ao seu objetivo. O marketing urbano usa dessa imagem para vender a cidade, para os investidores externos e, é por esse fato, que as grandes intervenções se limitam a uma determinada área que é de interesse do capital, mas principalmente para seus moradores, que acabam consumindo uma propaganda ufanista e limitada da realidade.

Sanches (1999) aponta essas estratégias de *marketing* urbano como uma forma de manter seu caráter hegemônico, reduzindo a cidade a uma esfera de interesses privados (sendo vendida como um bem comum), conseguindo gerar um consenso tão forte que acaba nem sendo questionada por seus cidadãos, esquecendo assim as reais demandas de cada cidade.

A produção de imagens tem um papel cada vez mais relevante na formulação de novas estratégias econômicas e urbanas, orientadas, sobretudo, para a internacionalização da cidade, mas também voltadas para a obtenção de notáveis efeitos internos, particularmente no que se refere à construção de uma ampla adesão social a um determinado modelo de gestão e administração da cidade (SANCHEZ, 1999, p. 116).

¹⁸ A imagem da cidade é reduzida a um slogan, que consegue valorizar a dimensão local no contexto da globalização econômica, gerando uma imagem de cidade-nação. Um exemplo de cidade que se debruça há muito tempo no *marketing* urbano é Curitiba, a “cidade modelo” ou “cidade ecológica”. Em Belo Horizonte, pode-se usar o exemplo do slogan “Amo BH Radicalmente” e o trecho da música de Cesar Menotti e Fabiano “É aqui que eu amo, é aqui que eu quero ficar, pois não há lugar melhor que BH”.

Para melhor sistematizar as estratégias utilizadas nesse modelo de planejamento, foi elaborado um diagrama com suas principais características:



FIGURA 03: Diagrama - Conceitos ligados ao Planejamento Estratégico
Fonte: Elaborado pela Autora a partir da leitura de Vainer (2000, 2001)¹⁹.

As famosas parcerias público-privadas são atualmente regra na forma de se executarem grandes intervenções urbanas, expandido assim redes de poder que se consolidam nas chamadas Operações Urbanas Consorciadas. “Nestas redes de poder e correias de transmissão paralelas que constituem o terreno propício às parcerias público-privadas, a cidade de exceção se conforma também como **democracia direta do capital**” (VAINER, 2013, p. 12).

Esse modelo de planejamento hegemônico apresenta, mais uma vez, e agora de uma forma mais clara e perversa, limitações sem conseguir responder aos problemas reais das grandes cidades.

Podemos concluir que a urbanização desempenhou um papel crucial na absorção de excedente de capital, e que tem o feito em escalas geográficas cada vez maior, mas ao preço de processos florescentes de destruição criativa que implicam a desapropriação das massas urbanas de todo e qualquer direito a cidade (HARVEY, 2012, p. 59).

¹⁹ VAINER, C. **Cidade de Exceção**: Reflexões a Partir do Rio de Janeiro. XIV ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PLANEJAMENTO URBANO (ANPUR), *Anais [...]* v. 14, 2001.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, O. B. F.; VAINER, C.; MARICATO, E. **Cidade do Pensamento Único, desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

Como resposta a esse modelo hegemônico e excludente de Planejamento Urbano, a mobilização social de base política por meio da ação direta vem retomando um espaço relevante na realidade brasileira. Essa postura de resistência e proposição, que parte de “baixo para cima”, foi vivenciada fortemente nos anos 80, dentro do “movimento nacional pela reforma urbana”, que segue tendo seus desdobramentos, idas e vindas até hoje. Dentro de várias facetas, vem se organizando, experimentando novas formas de participação e ação direta, revendo antigas práticas.

Holston (2013) lembra que as minorias no Brasil já, desde muito tempo, vêm resistindo, protestando e tiveram importantes ganhos dentro de uma cidadania que o autor chama de específica. Ele cita os “movimentos milenaristas, rebeliões de escravos, insurreições populares, banditismo social, turbas urbanas, revoltas agrárias e ocupações organizadas de terras” (HOLSTON, 2013, p. 42). É importante fazer esse resgate para entender que a população brasileira já, há muito tempo, vem resistindo e lutando por dignidade em detrimento de políticas hegemônicas e excludentes.

O pensamento central da Luta pela Reforma Urbana da década de 80 acreditava que, para alcançar avanços na justiça social e como consequência o “direito à cidade”, era necessário um aparato legal, que deveria garantir o acesso à cidade para todas e todos. Conforme aponta Kapp (2012, p. 465), “no Brasil, a resposta à chamada crise urbana centrou-se por décadas na ideia da reforma urbana; e reforma, como se sabe, não é revolução, pois ocorre dentro de estruturas e instituições sociais existentes”.

Para a autora, as estratégias de alcançar o direito à cidade pela reforma urbana não se mostram efetivas, principalmente por estarem presas a uma estrutura institucional e legal. Essa leitura do direito à cidade não conversa com a concepção lefebvriana, que acredita em uma transformação radical no sentido de um direito à vida urbana, sendo impossível se efetivar com a garantia de direitos pelo Estado.

Essa constatação vem sendo de grande importância nos dias atuais, para se revisarem antigas práticas e propor algo novo, mais criativo, aberto e democrático. Outras formas de se experimentar agir sobre a cidade vêm sendo discutidas e aplicadas, no que vem sendo chamado por “Planejamento Subversivo” (RANDOLPH, 2008), “Planejamento Autonomista” (SOUZA, 2003), “Cidadania Insurgente” (HOLSTON, 2013), dentre outros.

Para Randolph (2008, p. 3), "um modo alternativo insurgente e subversivo de planejar reconhece as contradições entre cidadania formal e substantiva e trabalha em nome da expansão de direitos de cidadania". Nesse sentido, não é negar as contradições e limitações de cada campo e sim assumi-las e entendê-las como um processo dialético e não binário.

Uma das principais características dessas novas práticas de participação direta dentro do planejamento urbano é que ele parta de “baixo pra cima”, sendo insurgente, atuando “apesar do Estado”, “contra o Estado” ou “pelo/com o Estado”, conforme Souza (2010) discute para entender os movimentos sociais urbanos dentro das práticas espaciais entre a luta institucional e a ação direta.

Ou seja, a participação no processo de pensar a cidade e fazer a cidade não se apresenta apenas como uma das ideias de direito à cidade, mas deve ser entendida como a sua essência. Sem o direito de participação real nas decisões, não há direito à cidade.

Para Lefebvre (2001), o direito à cidade, e mais além à própria revolução urbana, deve surgir da associação entre a “*práxis e a poiesis*”, unindo assim as práticas da vida cotidiana (e todas as suas contradições), o entendimento teórico e técnico (carregados de ideologias), a fim de criar não só outra cidade, mas outro urbano, onde a arte passe a agir e contribuir com o espaço urbano, dentro de abordagens estéticas e táticas.

Diante dessas questões levantadas, as práticas contemporâneas de luta popular urbana, imbricadas nas ocupações urbanas, convidam a pensar e realizar outras cidades, junto a práticas espaciais que desviam, fissuram e rompem com lógicas hegemônicas de produção do espaço urbano.

O desvio pode estimular diferentes aprendizagens sobre a produção de outras cidades e urbanidades possíveis. Experiências e práticas orientadas pelo uso do espaço, as quais explicitam tensões contidas nas concepções espaciais dominadas pela mercantilização da vida (BASTOS *et al.*, 2017, p. 255).

Nesse sentido, as práticas de lazer e de festa, que acontecem de maneira espontânea, autônoma e autogestionada, conformadas nos interstícios da sociedade, poderiam despertar, assim, práticas que se constituem como forma de resistência e que conseguem afirmar a importância dos saberes tradicionais e do conhecimento cotidiano na produção de um espaço diferencial.



1.2 ENQUANTO MORAR FOR UM PRIVILÉGIO, OCUPAR É UM DIREITO. O contexto das ocupações urbanas da Izidora.

Busca-se aqui elucidar melhor o Contexto das ocupações urbanas no Brasil e em Belo Horizonte nos dias atuais, em que questões sociais, como moradia, educação, saúde, lazer, saneamento básico são tratadas como casos de polícia, e não a partir de um aprofundamento em Políticas Públicas que caminhem para uma justiça socialambiental²⁰. Nesse sentido, faz-se necessário um resgate histórico do Conflito da Izidora, compreendendo que essa luta pelo acesso e permanência nessa terra começa muito antes de 2013.

Deve-se considerar que as “cidades formais” são idealizadas e produzidas, revelando no espaço construído uma gama de interesses de giro de capital econômico e enriquecimento de uma parcela muito pequena da população mundial, carregando nesse bojo a produção de outras cidades que precisam existir para que a “máquina” funcione. As desigualdades materiais e simbólicas das cidades brasileiras são perpetuadas desde sempre e acentuam-se ao ser empurrada geograficamente para locais mais distantes a pobreza, buscando a invisibilização da precariedade da vida a qualquer custo.

Enxergam-se, assim, as ocupações urbanas como um movimento de resistência e desobediência civil em busca de fazer valer leis e direitos já conquistados pela Constituição Federal de 1988, instrumentalizados no Estatuto da Cidade (2001). Nesse contexto, as ocupações vêm

resistindo não somente ao despejo das famílias, mas a outros fatores, como ausência de políticas habitacionais, especulação imobiliária, repressão policial, planejamento da cidade às portas fechadas, visão de preservação ambiental isolada da ação humana, dentre outros (BIZZOTTO, 2015, p. 54).

Partindo do pressuposto de que é o Estado que tem o poder de regularização urbanística e de oferta de infraestrutura urbana, é função dele também criar mecanismos para garantir a moradia das camadas mais pobres da sociedade. Porém, não é isto que acontece na prática, em que o interesse do mercado imobiliário, e nesse sentido de grandes incorporadoras que não têm nenhum vínculo

²⁰ “Nas ultimas décadas, ganha força um movimento de repolitização da ecologia política, fundamentada por princípios de justiça socioambiental e de reconhecimento dos conflitos socioambientais como uma instância privilegiada da luta contra a desigualdade na apropriação social da riqueza e do conhecimento” (COSTA, 2015 p.46).

com os territórios, passa a pautar para onde vão os investimentos públicos e para quem serão destinadas essas intervenções.

A Região da Izidora é um caso emblemático de disputa de interesses do grande capital privado, principalmente entre os proprietários Granja Werneck S.A, os investidores Rossi Incorporadora e Construtora Direcional e da pressão do povo que ali vivia e que conseguiu desarticular uma teia de interesses do mercado imobiliário a partir de uma luta pelo acesso à terra e à moradia.

A existência na região de uma grande área de preservação ambiental ameaçada pela ocupação irregular – e a necessidade de construção da via 540 para expandir a acessibilidade ao local, interligando a Avenida Cristiano Machado à MG-20 – levou a PBH a aprovar, em 2010, a Operação Urbana do Isidoro (OUI), estabelecendo um conflito pela terra devido aos interesses distintos que atores sociais possuem para o local (BIZZOTTO, 2015, p. 37).

Havia, desde os anos 2000, um interesse de atração de investimentos para a região com a construção de duas grandes vias que cortavam a área, a Via 540 e a Norte Sul, prevendo uma articulação viária metropolitana na região. Foi a partir de uma Operação Urbana Simplificada, dada pela Lei n. 8.137 de 21/12/2010²¹, que os proprietários conseguiram deixar a proposta mais atraente para investidores, já que a legislação que considerava a Região da Izidora toda uma ADE Ambiental - Área de Diretrizes Especiais - restringe bastante a forma de construção no local.

A Operação Urbana, que, no princípio, tinha uma roupagem “sustentável”, serviu, nesse contexto, para flexibilizar os instrumentos urbanísticos de construção, atendendo ao intuito do empreendimento de um faturamento milionário para seus empreendedores, a partir do aumento de potencial construtivo, ou seja, verticalizando a região. Foi nessa situação que a Operação Urbana da Izidora – OUI - foi criada.

A meta era ocupar-se do tratamento paisagístico das áreas públicas componentes do projeto da Via 540 a ser implantada e dos parques municipais previstos no plano urbanístico da região. Logo, ainda não havia um esforço de urbanização com a construção de grandes empreendimentos habitacionais. Entretanto, o projeto de 2000 - que não tinha um plano tão detalhado quanto o de 2010 - não se realizou por falta de interesse do setor empresarial, de modo que a área permaneceu predominantemente desocupada até o surgimento das ocupações urbanas (BIZZOTTO, 2015, p. 99).

Na figura 04, encontram-se demarcadas em verde as áreas onde estava previsto maior grau de preservação ambiental, onde seriam feitos parques e

²¹ Esta Operação Urbana Simplificada foi aprovada às vésperas do Natal, quando a cidade já estava em ritmo de final de ano e férias, sem mobilização para qualquer ato de resistência a esta proposta.

reservas particulares. Em amarelo, o zoneamento previa um grau de proteção intermediário. Em rosa, um grau de proteção menos restritivo. E as linhas em vermelho são as Vias 540 e Norte e Sul que estavam previstas para a Izidora.

A proposta deixou as áreas de preservação segregadas, não levando em consideração o leito do rio como corredor ecológico, tanto o Ribeirão da Izidora quanto o Córrego dos Macacos e Terra vermelha. Essa proposta colocava próximas a esses córregos grandes vias de automóvel, reproduzindo assim um modelo de cidade que sobrepõe estradas nos caminhos das águas e afasta a interação humana com os rios urbanos. A urbanização nessas rodovias dar-se-ia por terrenos grandes, que consolidariam uma urbanização de galpões industriais ao longo das vias e isolamento das pessoas com os rios.

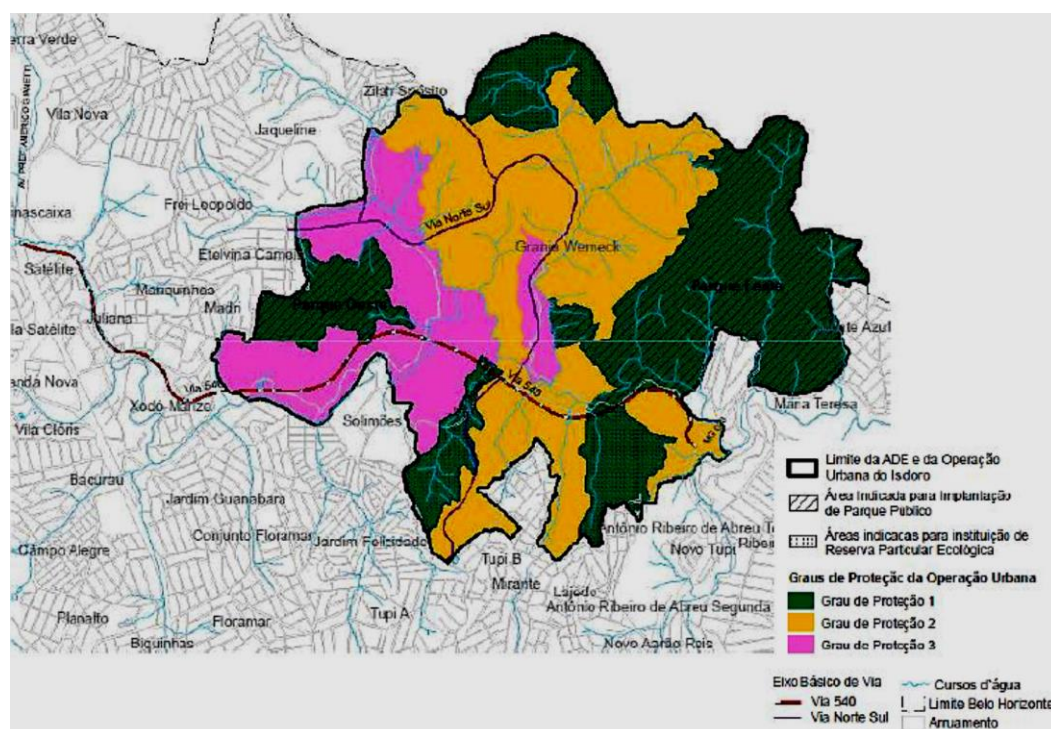


FIGURA 04 - Mapa com a proposta inicial para a Região da Izidora
Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte (2010).

Essa proposta impõe um modelo rodoviarista que cada vez mais produz espaços com baixa diversidade socioespacial e pouca interação homem-natureza. Quando se fala em disputar a produção da cidade, o conflito da Izidora materializa-se como esse processo de disputas, produzindo territórios com maior diversidade de usos, densidade atrelada a uma organização do espaço horizontal, possibilitando espacialidades muito mais ricas do que o modelo que foi proposto ao longo desses anos.

Na contramão dos interesses dos proprietários do terreno e de uma gama de investidores do mercado imobiliário, os moradores das ocupações da Izidora são pessoas que viviam de aluguel ou de favor na casa de parentes. Na iminência de não conseguir pagar as contas devido à instabilidade financeira e das relações de dominação e humilhação que passaram ao viver sob condição de favor, a alternativa de lutar por uma moradia própria a partir de uma ocupação urbana, entendendo que os programas habitacionais não responderiam a uma demanda de urgência, torna-se uma estratégia possível.

A Região da Izidora está inserida na divisa do município de Belo Horizonte com o município de Santa Luzia, pertencendo à Regional Norte do Município, e tem uma área média de 10 Km². Está dentro do que é chamado no planejamento urbano de Vetor Norte da Região Metropolitana, área que vem sendo alvo de uma constelação de grandes planos urbanísticos visando ao “desenvolvimento econômico” no sentido Norte.

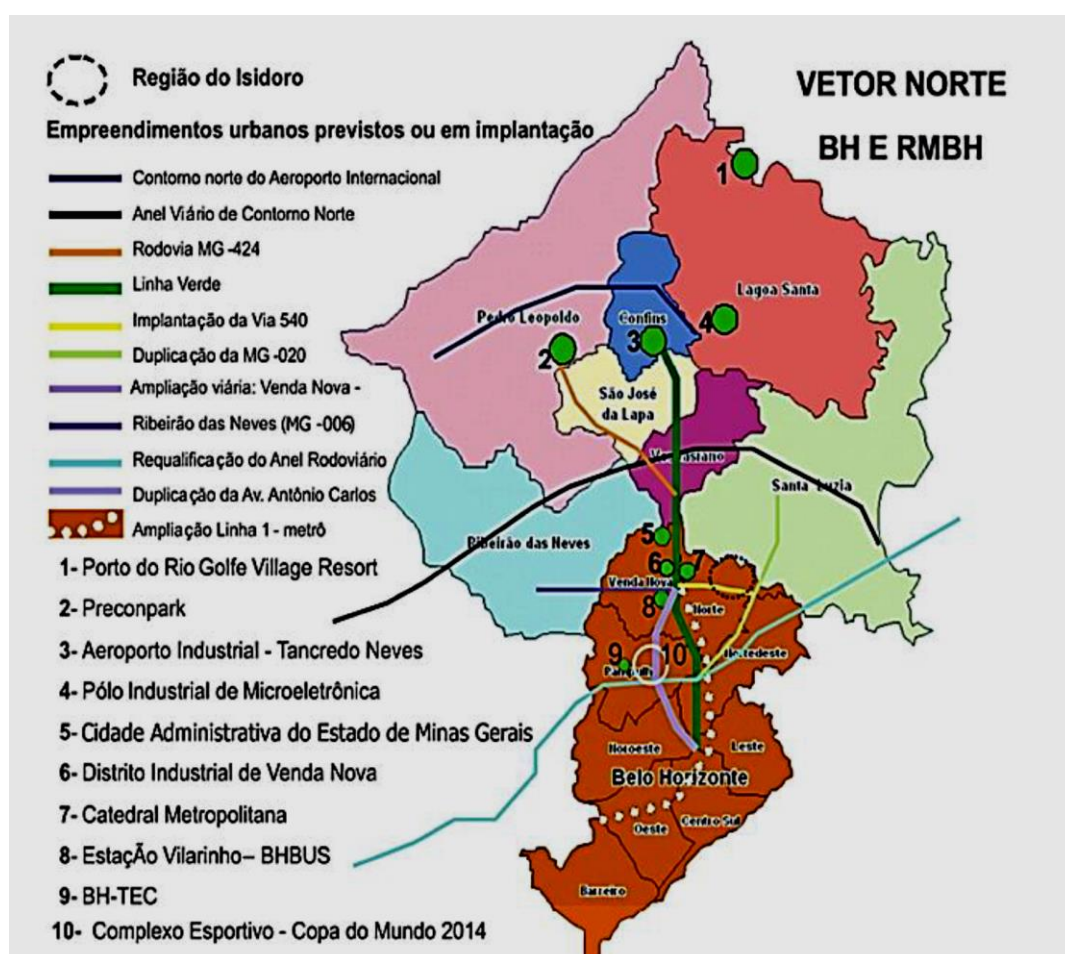


FIGURA 05 - Mapa mostrando o conjunto de Grandes Intervenções previstas para o Vetor Norte da RMBH

Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte (2010).

Torna-se assim relevante entender-se que os interesses aqui situados na Região da Izidora fazem parte de um quebra cabeça muito maior, em que outros grandes empreendimentos foram compactuados dentro de uma visão neoliberal e desenvolvimentista, que abre campo para uma mudança radical na paisagem e nos sujeitos e modos de vida dessas localidades.

A realidade é que, além da OUI, outros Grandes Projetos Urbanos bilionários vinham sendo compactuados e construídos no novo eixo de expansão urbana da RMBH: Linha Verde, Cidade Administrativa, Aeroporto Industrial de Confins, Rodoanel, CIAAR, CTCA, Precon Park, Fashion City, Reserva Real, Residencial Granville e Catedral Metropolitana Cristo Rei, são apenas alguns nomes que indicam a nova paisagem pretendida para a região norte da RMBH (FARIA, 2019, p. 67).

Diante do contexto exposto, vale compreender de que ocupações urbanas está-se falando e resgatar de forma bastante superficial, posto que não seja o foco da pesquisa, a história da Izidora em três momentos, o antes do conflito fundiário 2011/ 2013²², a resistência entre 2011/ 2013 a 2017 com a iminência de despejo e o que é Izidora agora, até 2019, momento em que o conflito aparentemente se estabilizou e os territórios passam pelo processo de cobrar a urbanização dos bairros e regularização fundiária elaborada de forma participativa, no entanto a situação ainda de encontra com muitas incertezas e entrada lenta e cheia de atropelos pelo poder público.

1.2.1 OCUPAR. RESISTIR. CONSTRUIR.

Intui-se elucidar brevemente de que tipo de ocupação urbana está-se falando aqui, já que há uma diversidade de formas de ocupar e resistir em territórios de conflito.

Faz-se então um recorte específico para se falar das ocupações urbanas para fins de habitação popular, organizadas e autoproduzidas por grupos sociais pobres, que não têm moradia própria e apresentam dificuldade de se manterem pagando aluguel ou vivem em coabitações, de favor na casa de parentes.

²² O marco temporal foi definido porque a Ocupação Helena Greco surge em 2011 e a Rosa Leão, Esperança e Vitória em 2013.

Nesse contexto, é pelo movimento de insubordinação que os moradores das ocupações buscam fazer valer seus direitos fundamentais e superar a condição de vida de carregar a “cruz do aluguel”²³. Entende-se aqui que essas ações materializam o direito à vida urbana, a direito à terra e fazem valer a função social da propriedade²⁴, prevista nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal.

Cabe diferenciar o que seria ocupação e o que seria invasão, já que existe um discurso dominante que estigmatiza os moradores de ocupação e movimentos sociais como invasores de terra e, até muitas vezes, terroristas.

As ocupações de terrenos ociosos têm por finalidade dar uso a território que não cumpre função social. Por outro lado, a invasão corresponde à retirada injustificada de alguém ou algo de terreno sobre o qual já se exercia legitimamente o uso (ISAÍAS, 2018, p. 21).

Assim, a ação de ocupação de um terreno vago por uma população privada do acesso à moradia faz cumprir um direito constitucional. Tal ação pode, em determinado momento, se mostrar hostil ou violenta, porém a maior violência não está no processo de ocupação por um grupo de famílias sem casa, mas no próprio fato de existirem nas cidades terrenos que cumprem apenas funções especulativas privadas, impondo a toda a sociedade o ônus de manter uma estrutura urbana ociosa, fomentando o alto preço do solo e impedindo que sejam ofertadas moradias para a população de menor renda (LOURENÇO, 2017, p. 196).

As lutas urbanas no Brasil existem, desde muito tempo, como resposta a sucessivas violações de direitos que os trabalhadores sofrem cotidianamente. Já, em 1917 e 1919, houve em São Paulo a “Liga dos Inquilinos”, com a organização de uma “greve de aluguel”, protestando contra os altos preços que pagavam e os despejos que ocorriam. Na década de 50, também muitos casos de despejos ocorreram, no momento em que a industrialização nos grandes centros expandia-se e o alto custo da terra e da vida. Como resposta a isto, as periferias começam a ir cada vez mais para longe.

Muitos desses despejos já foram cantados por vários poetas da cidade. A música popular brasileira está permeada de histórias urbanas, de resistências e lutas. Uma das letras mais conhecidas que narra uma crônica da vida é “Saudosa Maloca”, de Adoniran Barbosa, escrita nos anos 50, momento em que sucessivos

²³ “A cruz do aluguel” é como os moradores se referem às dívidas geradas por ter que pagar aluguel. Este termo é inspirado muito pelo aprendizado obtido nas assembleias e sob os ensinamentos de Frei Gilvander, militante da CPT – Comissão Pastoral da Terra.

²⁴ A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 no Art. 5º, inciso XXIII diz: a Propriedade atenderá a sua função social.

despejos ocorriam em São Paulo nas áreas de cortiços, próximos ao centro da cidade.

Si o senhor não está lembrado /Dá licença de conta/ Que aqui onde agora
está/ Esse edifício arto/ Era uma casa velha/ Um palacete assobradado/ Foi
aqui seu moço/ Que eu, Mato Grosso e o Joca/ Construimos nossa maloca/
Mais, um dia/ Nós nem pode se alembrar
Veio os homi cas ferramenta/ Que o dono mandô derrubá

Peguemo todas nossas coisa/ E fumos pro meio da rua/ Apreciar a
demolição/ Que tristeza que nós sentia/ Cada táuba que caía/ Doía no
coração

Mato Grosso quis gritá/ Mas em cima eu falei:/ Os homi tá cá razão
Nós arranja outro lugar

Só se conformemo quando o Joca falou:/ "Deus dá o frio conforme o
cobertor"/ E hoje nós pega a páia nas grama do jardim

E prá esquecê nós cantemos assim:/ Saudosa maloca, maloca querida,
Que dim donde nós passemos dias feliz de nossa vida (ADONIRAN
BARBOSA, 1955).

As distintas tentativas de implementação de programas habitacionais acabaram mostrando-se ineficazes e fortes reprodutores da lógica do capital sobre a terra, através da construção de conjuntos que, por vezes, não atenderam à demanda das classes populares, e sim do mercado imobiliário. A lógica urbana reafirma-se, assim, rendida aos interesses do capital e do Estado, disposto a legislar a favor de um espaço urbano que favorece a segregação socioespacial, distribuindo a cidade de forma desigual através da diferenciação sobre o custo da terra urbana e através da concentração dos investimentos em infraestrutura nas áreas centrais e nos bairros de classes média e alta das cidades, excluindo as regiões periféricas, ocupadas, necessariamente, devido à falta de oportunidade de compra na cidade formal.

Esses programas trazem consigo problemas que são inerentes à lógica capitalista sobre o ramo imobiliário e sobre a propriedade: na cidade formal, dotada de infraestrutura, comércio, possibilidade de melhor acesso ao transporte público, entre outros, não cabe a moradia de interesse social. O alto custo da terra – definido pela própria lógica de investimento em infraestrutura urbana – impossibilita que pobres residam nessas regiões, o que determina que as áreas mais afastadas dos centros urbanos consolidados recebam os conjuntos habitacionais de interesse social.

Para Morado Nascimento (2016, p. 160) “a associação Estado-capital impõe à cidade a moradia financiada como produto massificado de apartamentos genéricos nas periferias da cidade, sem urbanidade e precarizadas pela falta de serviços públicos”.

É nesse contexto de luta social pelo direito de decidir sobre a cidade que os movimentos sociais e as ocupações urbanas articulam-se na luta urbana. As ocupações urbanas existem, segundo Morado Nascimento (2016, p. 148), “em razão do exercício amplo do direito de moradores de mudar a cidade quando decidem ocupar um terreno, de forma organizada [...] como ação política coletiva efetivada por um desvio na forma como a cidade se constrói”. Para a autora, os programas sociais de habitação não conseguem superar a felicidade do alcance do “sonho da casa própria” e possuem um processo de planejamento de habitação social “voltado para a produção quantitativa de unidades, em um processo alienado da análise macro de dinâmica sócio territorial” (MORADO NASCIMENTO, 2016, p. 148).

Nesse sentido, Morado Nascimento (2016) afirma que as ocupações urbanas trazem em si o dissenso, já que retiram do mercado imobiliário um espaço que seria mais um ativo financeiro.

A experiência das ocupações traz consigo a prova de que a insubordinação à realidade capitalista deve aliar-se à ação prática, à construção real, inclusive por, talvez, não haver outras alternativas de provisão habitacional aos moradores e por se tratar de algo que é maior do que uma experiência teórica de resistência.

Do ponto de vista da economia política da urbanização uma ocupação urbana é uma maneira de apropriação do valor produzido coletivamente na cidade, mas apropriado de forma individual. Se um terreno abandonado, retido para especulação imobiliária, é ocupado por famílias sem-teto é uma maneira de recuperar a riqueza produzida pela coletividade no espaço urbano (FREITAS, 2015, p. 99).

A auto-organização nas ocupações urbanas reconhece a população como capaz de produzir a própria moradia e construir a cidade. Para Boulos (2014, p.63), as “ocupações organizadas” conformam uma proposta de resistência que mostra que “a organização coletiva dos trabalhadores é capaz de fazer o que o Estado não faz”. Para o autor, a auto-organização das ocupações urbanas é o que ele denomina como “fazer Reforma Urbana com as próprias mãos”, um enfrentamento ao Estado na luta por direitos:

O nome que damos a isso é fazer Reforma Urbana com as próprias mãos: apropriar-se do espaço urbano de acordo com interesses coletivos, colhendo os frutos da organização autônoma dos trabalhadores. Sem

deixar, por outro lado, de enfrentar o Estado para exigir a conquista de nossos direitos (BOULOS, 2014, p. 67).

Toda a constituição das periferias deu-se à margem da cidade, de forma autoconstruída e autogerida, e, acima de tudo, vista como ilegal, desorganizada e precária tanto pelo poder público, como pela sociedade de uma forma geral. Para Kowarik (2009, p. 165), obviamente, a “clandestinidade” ou “ilegalidade” era apenas formal, pois os órgãos públicos não só tinham conhecimento dessa modalidade de expansão urbana, como acabaram por aceitar que ela se tornasse a regra dominante no processo de ocupação do solo. Tratava-se de um “*laissez-faire* urbano”, produtor de enorme especulação imobiliária.

Essa autoprodução da cidade ocorre geralmente nos finais de semana, ou sendo construída pelo próprio morador, com auxílio de familiares, ou com trabalho terceirizado e contratado diretamente ou como mutirão. O que vale destacar aqui é a exploração desse morador, que, para que sua casa possa ser construída, muitas vezes dobra sua jornada de trabalho, não tira férias e usa do seu tempo livre – tempo este que é um direito social e que deveria ser voltado ao lazer e ao ócio – para erguer sua própria moradia.

Contudo, em regra geral, é a ocorrência do churrasco nos fins de semana e do mutirão na confecção das lajes. Estes são momentos de festa, após longos sacrifícios que envolvem crianças, jovens, adultos e idosos de ambos os sexos em uma empreitada que se alicerça enquanto objetivo primordial daqueles que quiserem e puderem escapar das favelas ou de cômodos precários de aluguel.

Vale a pena construir? (KOWARICK, 2009, p. 219). A questão colocada aqui é complexa, mas pode ser problematizada, pois qualidade de vida é um conceito relativo e subjetivo. Enquanto muitas pessoas preferem viver de aluguel em lugares mais estratégicos e centrais. Para muitos, esse sacrifício de morar longe de tudo, de ter que construir sua própria casa vale a pena para ter uma garantia para seu futuro, para poder deixar alguma segurança para sua família, pois, como não pode prever uma renda fixa, pelo menos pode garantir um teto.

Novamente a crônica da vida cotidiana, musicada por Adoniran Barbosa, expressa as situações viáveis para sobreviver e conseguir seu reconhecimento na cidade formalizada. Após ser expulso de sua “maloca” e vê-la ser destruída para a construção de um edifício, ele consegue um emprego fichado e adquire um terreno no Alto da Moóca, onde enfim vai construir uma casa legalizada. Encontra

novamente alguns empecilhos, pois ele precisaria de um desenho técnico para construir. A maloca é representada como espaço de refúgio e solidariedade: "Minha maloca/ A mais linda desse mundo/ Ofereço aos vagabundos/ Que não têm onde dormir" (ADONIRAN BARBOSA, 1958).

Eu arranjei o meu dinheiro/ Trabalhando o ano inteiro/ Numa cerâmica/
Fabricando potes / e lá no alto da Moóca/ Eu comprei um lindo lote dez de
frente e dez de fundos/ Construí minha maloca/ Me disseram que sem
planta/ Não se pode construir/ Mas quem trabalha tudo pode conseguir

João Saracura que é fiscal da Prefeitura/ Foi um grande amigo, arranjou
tudo pra mim/ Por onde andaré Joca e Matogrosso/ Aqueles dois amigos/
Que não quis me acompanhar/ Andarão jogados na Avenida São João/ Ou
vendo o sol quadrado na detenção

Minha maloca, a mais linda que eu já vi/ Hoje está legalizada ninguém pode
demolir/ Minha maloca a mais linda deste mundo/ Ofereço aos vagabundos/
Que não têm onde dormir (ADONIRAN BARBOSA, 1958).

Pode-se, assim, ver o contraste da necessidade de se ter uma casa própria, que vai sendo autoconstruída ao longo dos anos, do valor simbólico que essa “maloca” tem para esse morador; e, por outro lado, vale dizer que também é reproduzida dentro das ocupações²⁵ a mercantilização do espaço urbano e da vida, na cidade tudo é mercadoria e quem produz e investe nesse local não tem relação nenhuma com o valor de uso, mas sim com o valor de troca da terra.

1.2.2 IZIDORA EM TRÊS ATOS: O ANTES. O DURANTE E O AGORA

Para que se possa ver a realidade que está diante dos olhos sem se esquecer de quem fez com que as coisas chegassem até aqui, faz-se importante compreender que muitas mãos e muitas lutas passaram pelo chão da Região da Izidora.

Quem foi Izidora? Por que uma terra tão grande dessas passou tanto tempo sem ter função para a cidade? Quais foram os processos de resistência e avanço das ocupações neste território? Como se deu esse conflito fundiário?

²⁵ Cabe deixar registrado que, ao longo desses 6 anos da Luta da Izidora, ao menos duas vidas foram tiradas - Manoel Bahia e Kadu - que foram assassinados por tentarem impedir a venda de lotes e a especulação por parte de pessoas que entraram depois e começaram a operar interesses econômicos na ocupação Vitória.

Há uma riqueza de detalhes descritos em vários trabalhos acadêmicos ²⁶que antecedem a este e trazem para o presente um desvelamento de uma história injusta de privilégios de uma família poderosa em detrimento da desumanidade em relação às necessidades do povo que sempre existiu nos arredores da Região da Izidora.

Izidora foi uma mulher negra, escrava alforriada, que trabalhou e viveu nas terras que hoje recebem seu nome. Pelas narrativas coletadas durante a pesquisa, surge a história que conta que Izidora lavava roupa no córrego que leva seu nome e que herdou essas terras de um antigo fazendeiro português.

Izidora era uma escrava tinha aqui que lavava roupa... Que o córrego ficou Izidora por causa dessa escrava. Tem até um muro lá em baixo, né. O muro dos escravos lá embaixo. Uns fala muro de pedras... Outros fala muro dos escravos. E agora o que eu entendo da Izidora é, esse terreno era do... Os Werneck falou que era dele, mas não era não... Não era porque ele não conseguiu tirar nós daqui.. Então não era deles (...). E tem o... Padre Pinto falou também... Que esses terreno era de uns portugueses... E eles foram embora e abandonaram aqui com essa escrava aí, né... Por isso ficou Izidora (JOSÉ ADÃO CHAVES, ocupação Vitória, informação verbal, 2019)²⁷.

Com o passar do tempo, essa história foi apagada e o córrego e a região que levavam o nome de uma mulher negra são mudados nos mapas para Região do Isidoro e Ribeirão do Isidoro, no masculino, e é assim aparecem lá até hoje. Porém, por uma inversão afirmativa do nome, desde 2014, quando se resgata essa história, os moradores e movimentos usam Izidora, no feminino, resignificando a história de vida dessa mulher junto a tantas mulheres que vivem e são Izidoras nas ocupações urbanas.

A partir de uma pesquisa realizada pela Professora Margarete Leta,²⁸ da ASF – Arquitetas sem Fronteira, e do geógrafo Alessandro Borsagli²⁹, junto com os

²⁶ BIZZOTTO, Luciana Maciel. **#RESISTEIZIDORA**: controvérsias do movimento de resistência das Ocupações da Izidora e apontamentos para a justiça urbana. 2015.

ISAÍAS, Thaís Lopes Santana. **Mulheres em luta: feminismos e Direito nas ocupações da Izidora**. 2017.

FRANZONI, Julia Ávila. **O Direito & O Direito**. Estórias da Izidora contadas por uma fabulação jurídico-espacial. 2018.

FARIA, Daniela Oliveira. **Operação no Isidoro e Ocupações na Izidora**. 2019.

FREITAS, Luis Fernando Vasconcelos. **Do profavela à Izidora**: a luta pelo direito à cidade em Belo Horizonte. 2015.

²⁷ Entrevista realizada no dia 04/04/2019, na ocupação Vitória.

²⁸ Margarete Maria de Araújo Silva, conhecida por todos como Leta, compôs até 2015 o Escritório de Integração da PUC Minas e é professora da Universidade Federal de Minas Gerais no curso de Arquitetura e Urbanismo. Atua na área de Planejamento ambiental urbano com ênfase nas águas

moradores do Quilombo Mangueiras, o ribeirão e a região levavam o nome de Isidora³⁰ da Costa, que, quando alforriada, instalou-se na região. Pela história, Isidora era possuidora de sete alqueires de terra nos arredores do Ribeirão do onça, antes da Lei de terras, que foi criada em 1850.

Pelo mapa, pode-se ver que está escrito “Ribeirão Izidora” na área da Fazenda Tamboril e Granja Werneck, onde hoje estão as ocupações da Izidora.

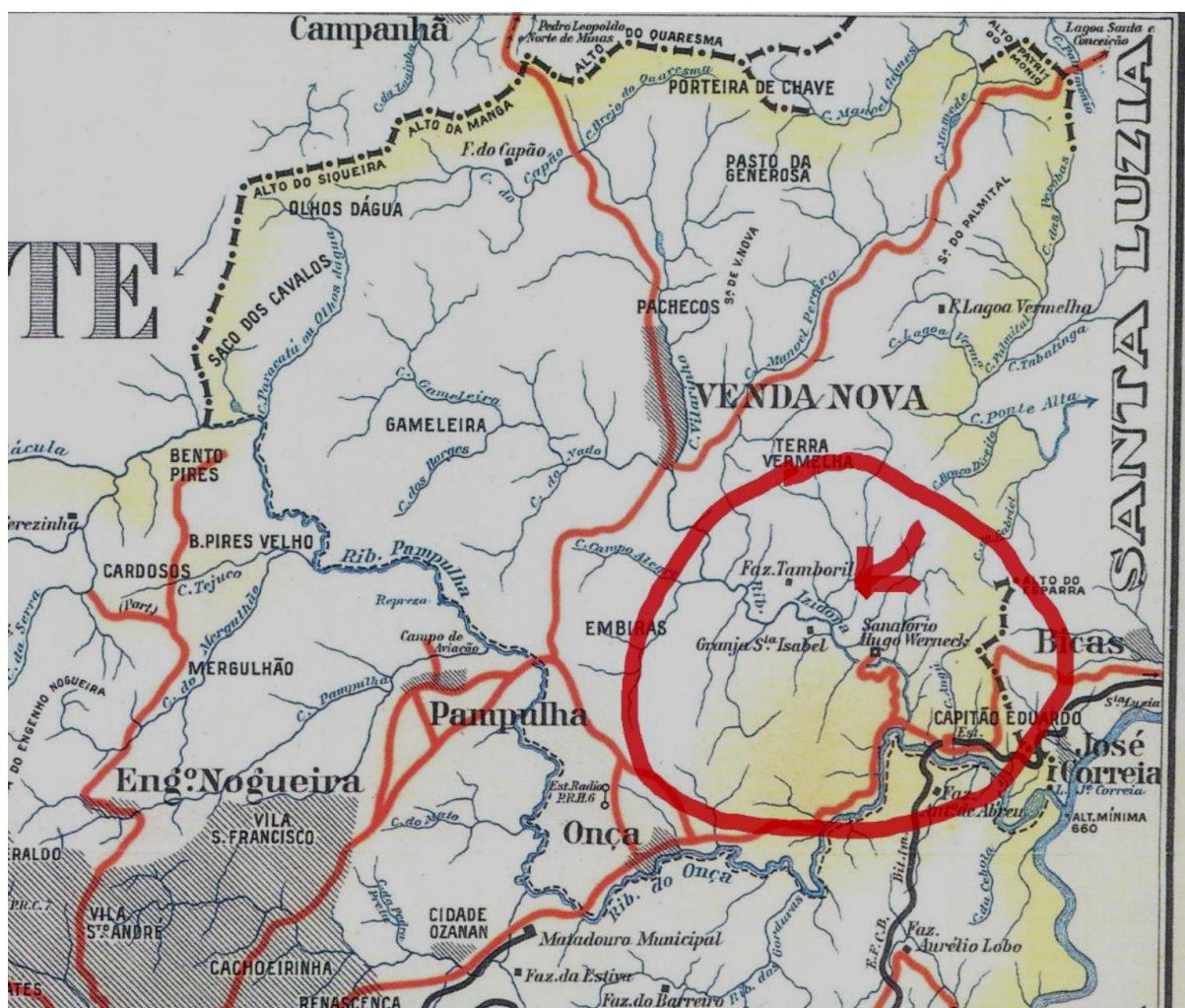


FIGURA 06 - Mapa Hidrográfico de Belo Horizonte em 1937

Fonte: Imagem fornecida pela professora Margarete Leta³¹.

urbanas em assentamentos precários e contribui como Assessora Técnica desde o início do Conflito da Izidora em 2013.

²⁹ Alessandro Borsagrl é pesquisador da história dos Rios Urbanos de Belo Horizonte e contribuiu muito para o desvelamento da história da Izidora a partir de pesquisa em arquivos. Maiores detalhes disponível em: <http://www.curraldelrey.com/>. Acesso dia 29 de julho de 2019.

³⁰ Em trabalhos acadêmicos quando se fala de “Isidora da Costa” que coloca com S. No mapa de 1923 e no conflito Fundiário, usa-se “Izidora”, com Z.

³¹ Imagem retirada do trabalho de Luciana Bizzotto. Ver em: BIZZOTTO, Luciana Maciel. #RESISTEIZIDORA: controvérsias do movimento de resistência das Ocupações da Izidora e

Um forte sinal de que essa história tem fundamento é a resistência de dezenove famílias que vivem no Quilombo Mangueiras desde o início do século XX. O Quilombo está localizado no outro extremo da Região da Izidora, divisa com o Bairro Ribeiro de Abreu e Novo Lajedo, e tem hoje uma área de 2 hectares ³²de extensão que foi doada, em 1932, pela Família Werneck à matriarca do grupo, Dona Maria Barbara. A Fundação Cultural Palmares, o IEPHA - Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico - e o Conselho Municipal de Patrimônio e Cultura já reconhecem a área como um Quilombo e atualmente essas terras estão em processo de regularização pelo INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. O IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional - assinou um “Termo de ajustamento de conduta”, reconhecendo a Comunidade Quilombola de Mangueiras.

Os quilombos são povoações de escravizados fugidos que se organizavam para sobreviver longe e escondidos dos fazendeiros escravocratas. Os locais que escolhiam para as comunidades quilombolas instalarem-se eram de difícil acesso e em meio à mata. A origem de sua palavra vem de Angola e seu exemplo mais famoso é o Quilombo dos Palmares. Entretanto é muito reduzido dizer que os Quilombos só foram criados na situação de fuga e esconderijo. Muitos quilombos formaram-se a partir de compra de terras por escravos alforriados; outros casos, por recebimento de herança; e outros grupos ocupavam áreas de fazendas decadentes. Em qualquer um dos casos, refugio, herança ou ocupação de áreas ociosas vai ao encontro do resgate histórico de Izidora e o que essa luta representa e é hoje.

Ao longo de todos esses anos, desde o início do século, quando a família Werneck apossa-se da Região da Izidora, suas atividades sempre foram agropastoris, e, sobretudo, para fins de saúde, já que a justificativa da doação destas terras para Hugo Werneck, em 1904, pela Prefeitura de Belo Horizonte era para a construção de um Sanatório. No entanto apenas 10% da área ofertada foram utilizadas, deixando mais de 90% do território subutilizado.

apontamentos para a justiça urbana. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

³² Com base do RTID (Relatório de Identificação Territorial e Demarcação da UFMG) pode-se perceber que o Quilombo Mangueiras tinha 18 hectares, e foi reduzido par 2 hectares.

Essa propriedade rural ficou usufruindo de produção agrícola de baixa intensidade durante muito tempo, contratando pequenos agricultores que viviam ao redor da região para trabalhar na terra e vender sua colheita aos fazendeiros. Isto é narrado por Luizinho, morador e liderança da ocupação Esperança, que conta que seu pai trabalhou nessas terras muito antes das ocupações chegarem.

Tinha o Seu Tatau também, que era um personagem muito importante também. Ele era agricultor aqui também. Os filhos dele vinha, nós vinha todo mundo, vinha aquela fileirinha pra sair pra plantá aqui também. Mas aí um certo tempo foi aquela, vai dizer começou a aumentar aquele negócio da terça, que era uma terça, depois passou a ser uma quinta, aí todos os agricultor começou a parar de plantar, que aqui dentro saía caminhão de milho, feijão, aqui já chegou a sair muita coisa. Mas só que aí os agricultor começou a dispersar, né, porque, tipo assim, não dava mais lucro, porque o fazendeiro ia ficar com o lucro todo. Aí abandonaram todo mundo na, aí ficou esta terra abandonada ate hoje. Mas hoje a gente chegou e deu vida diferente (LUIZINHO, ocupação Esperança, informação verbal, 2019)³³.

Na medida em que a cidade foi expandindo e a região sendo adensada e o entorno ocupado por moradias de baixa renda, gradativamente os proprietários foram deixando esse grande terreno ocioso, utilizando apenas para fins de lazer e agricultura artesanal. Esse descaso e falta de uso da área, nos anos 80, fez com que a região passasse a ser conhecida como um local de descarte de cadáveres e lixo.

Levantando o histórico do terreno, foram identificadas pelos advogados populares várias ilegalidades ³⁴ao longo dos registros de doação e posse da terra pela família Werneck em 1914. Além disso, inúmeras regalias foram cedidas pelo município de Belo Horizonte para a família, como isenção de imposto, tarifa de luz com cobrança mínima e concessão de um quarteirão no bairro Barro Preto, próximo ao centro da cidade para construção da matriz de centro de cura³⁵. Isto deixa claro o grande número de privilégios que os supostos proprietários do terreno tiveram e

³³ Entrevista realizada dia 10/06/2019 na Ocupação Esperança.

³⁴ O parecer técnico dos advogados populares que acompanham o caso apontam para 9 indícios de irregularidades na cadeia dominial da matrícula 1202 da Granja Werneck S.A, apresentando sinais de grilagem de terra.

³⁵ Art. 1º: Fica o Prefeito de Belo Horizonte autorizado a conceder aos Drs. Hugo Werneck e Samuel Libânio, ou à empresa por eles organizada, na zona suburbana ou rural, uma área de terreno suficiente para instalação de um Sanatório Modelo.

Art. 2º Esse estabelecimento gozará da isenção dos impostos e taxas municipais pelo prazo de quinze anos, a contar da data de sua instalação.

Parágrafo único. O Prefeito poderá conceder para o mesmo estabelecimento, e durante o mesmo prazo, o fornecimento de energia elétrica pelo preço mínimo pelo qual for ela fornecida à Prefeitura.

Art. 3º Fica o Prefeito autorizado a conceder gratuitamente um quarteirão na oitava secção urbana, para construção da matriz do curato do Barro Preto e suas dependências (BELO HORIZONTE, Lei 0082/1914).

ainda hoje têm, ajudando assim a aprofundar ainda mais as injustiças e as desigualdades que circundam a Região da Izidora.

O segundo ponto se refere à indefinição da propriedade do terreno. Segundo o documento, os proprietários, nos pedidos de reintegração de posse, apresentaram documentos que comprovam o não exercício de posse e a não utilização do terreno para fins coletivos, sendo a propriedade mantida para fins especulativos; logo, estava há quase cem anos sem destinação social. As áreas assumidas por cada proprietário se confundem e não há clareza de sua delimitação, além de o local exato de localização das três ocupações não ter sido traçado com exatidão, o que torna necessária uma perícia para esclarecer as reais delimitações (BIZZOTTO, 2015, p.168).

No entorno imediato da Região da Izidora, outros bairros populares foram se conformando ao longo dos anos. Um exemplo são três localidades que também surgiram fruto de ocupações espontâneas, como os bairros Jardim Felicidade, Ribeiro de Abreu e Novo Lajedo³⁶, que ficam próximos da rodovia MG-020. Nas áreas onde hoje estão inseridas as ocupações, já existiam pequenas trilhas que ligavam bairros de Santa Luzia a Belo Horizonte. Fazendo uma análise de evolução urbana, percebe-se que muitas trilhas mantiveram-se e hoje compõem o arruamento dos territórios.

Essa chegada aos territórios foi feita por pessoas que já moravam nos arredores da Região da Izidora, entre os bairros Jaqueline, Juliana e Zilah Spósito (Belo Horizonte), e Londrina, Baronesa, bem como toda a região do São Benedito, em Santa Luzia. Como bons observadores do cotidiano, viam esses terrenos inutilizados há anos e, por uma ação de desobediência e subversão, ocuparam esses locais.

De início, as pessoas demarcavam com um galho e uma sacola o lote que seria destinado à sua moradia, depois construía barracos de lona, madeirite e aos poucos subiam suas casas de Alvenaria. Hoje as quatro ocupações contam, em sua maioria, de casas de alvenaria, em processo constante de construção. Isto foi um ponto importante na época de resistência para demonstrar que as pessoas queriam permanecer na área, e seria muito mais custoso para o Estado demolir casas de alvenaria do que de madeirite.

³⁶ O Bairro Novo Lajedo surge em 2002 e foi uma das primeiras ocupações urbanas do Novo Ciclo de Lutas urbanas que se constituiu em Belo Horizonte desde os anos 2000. Foi só na aprovação do último Plano Diretor, em 2019, que o território foi reconhecido como AEIS - Área Especial de Interesse Social -, e passará por um processo de Regularização Fundiária, bem como as Ocupações da Izidora.

Chegamos no susto, fazendo uma loninha aqui, um paiolzinho acolá. Mas agora, aos poucos, estamos conseguindo os nossos telhados de verdade. E agora, queriam tirar nós daqui, não pode não pai! Que ele guia nosso passos, e é por isto que estamos na vitória há 6 anos. Porque foi 1,2,3, e não foi só. Um começo foi só as vitórias, que nós estamos lutando por ela (ANDRÉIA LUÍSA, ocupação Rosa Leão, informação verbal, 2019)³⁷.

Para além da autoconstrução das casas, as ruas também foram feitas pelos moradores e, ainda hoje, há um esforço cotidiano em resolver necessidades de infraestrutura urbana básica, como acesso à água, à luz, em como à água a pia escoa, ao tratamento do esgoto, dentre outras coisas. Há, nesse momento, uma resolução parcial das necessidades, improvisando fossas, muros de arrimo, em alguns casos, há experiências de Tevap³⁸ e círculo de bananeiras em algumas casas. Porém, a espera do acesso a serviços urbanos é constante, ninguém nega o Estado, deixando evidente que a autoconstrução do que diz respeito à estrutura urbana é uma sobre-exploração do trabalho dos moradores.

Conforme descreve Charlene, com muita propriedade, sobre o quanto é corrido sobreviver na ocupação sem nenhum direito garantido, em que além de resolver problemas de estrutura básica para existência, os moradores têm que estar atentos a todos os passos do Estado para conseguir a garantia da posse de suas casas. Sempre é mencionado nas falas dos moradores que “a nossa luta é todo dia, porque a gente não tem tempo nem pra pensar e, se é amanhã, a gente tem que fazer o hoje, né, lutar pelo hoje, garantir o hoje, porque na verdade, né, Rosa Leão, a gente mata um leão por dia” (CHARLENE CRISTIANE EGÍDIO. Entrevista concedida em 16/05/2019).

Ao resgatar a história da Rosa Leão, antiga liderança do Bairro Zilah Spósito, tem-se hoje eternizado no bairro/ocupação do terreno o que ela mesma acreditava que devia ser ocupado e ter função social.

é que quando ela via esse terreno aqui vazio ela disse, um dia vamos ocupar aquele terreno, diz que ela falava isso, e olha aqui o terreno aqui ocupado, dando a função social com moradias pra muitas e muitas famílias carentes, inclusive moradores de rua que hoje têm sua dignidade, mesmo a gente faltando todos os direitos a gente hoje pode falar, hoje eu tenho um teto pra poder cuidar do meu filho, dos meus filhos, pra mim descansar meu corpo, pra mim resistir e lutar mais uma vez, né. Então existiu um sonho dela, e eu acho que o sonho que eu vejo para Izidora é essa continuidade

³⁷ Entrevista realizada com Andréia Luiza, moradora da Ocupação Rosa Leão, no dia 17/06/2019.

³⁸ Tevap significa: Tanque de Evapotranspiração. Um método de saneamento ambiental que utiliza da própria raiz de algumas plantas para filtrar o esgoto doméstico, bem como o “Círculo de Bananeiras” que é uma técnica ambiental para tratar água cinza (água da pia).

da resistência da luta sabe, eu queria muito, mas muito, mas muito que o Universo abraçasse a luta popular como um todo (CHARLENE CRISTIANE EGÍDIO, ocupação Rosa Leão, informação verbal, 2019)³⁹.

Cabe destacar que o Conjunto Zilah Spósito⁴⁰, inserido no bairro com o mesmo nome, fica ao lado da Ocupação Helena Greco e Rosa Leão e é fruto de uma política habitacional da gestão “Frente BH Popular 93-96”, que vinha para dar resposta a uma demanda habitacional e reassentar famílias que ocuparam um terreno na região da Pampulha próximo ao córrego Sarandi, divisa com o município de Contagem no início dos anos 90. Uma de suas características é de ter um grupo de moradores engajados, que, junto ao Movimento de Luta por Moradia (MLPM), acamparam no terreno em que a prefeitura iria construir o conjunto habitacional, pressionando o poder local a dar andamento às obras que demoraram até 1998 para serem concluídas.

Outro tema que atribuí forte significação a essa experiência é que foi inicialmente amparada e organizada por lideranças comunitárias do MLPM, movimento social da década de 1990, responsável de ter criado o conjunto habitacional junto com a Prefeitura de Belo Horizonte, durante e após a gestão da Frente BH Popular, originalmente nomeado Zilah Spósito e que posteriormente dá nome ao bairro e também à ocupação (BITTENCOURT, 2017, p. 120).

Vale aqui ressaltar que a organização de base do Conjunto Zilah Spósito (que veio a partir do Movimento de Luta Por Moradia) deu experiência de luta aos moradores da ocupação Helena Greco, inserida entre o Bairro Zilah Spósito e também aos muitos moradores da ocupação Rosa Leão, que se lembram dessa luta. Assim, compreende-se que por mais que essas ocupações não tenham um planejamento urbano formal prévio, a ideia de que elas são espontâneas é também insuficiente, haja vista que há uma organização tácita no seio de sua existência.

Há mais de 20 anos, lideranças da região são responsáveis pelo avanço na urbanização popular da área. Uma dessas lideranças, Rosa Leão, foi assassinada quando mediava um conflito entre dois moradores na comunidade, o que dá nome hoje à ocupação Rosa Leão.

Rosa Leão vem de uma mulher negra, liderança comunitária, uma mulher assim, maravilhosa, guerreira, que lutou pelo bairro Zilah Spóozito que

³⁹ Entrevista realizada com Charlene Cristiane Egídio, moradora da ocupação Rosa Leão no dia 16/05/2019.

⁴⁰ Zilah de Souza Spósito foi militante da Ação Católica e atuou na comissão de Direitos Humanos, Movimento Feminino pela anistia e na Frente de Defesa da Criança e do Adolescente.

também é fruto de ocupação urbana, inclusive também participei dessa ocupação aos treze anos de idade, mas com minha irmã que veio ocupar o espaço na época. Rosa Leão é o nome dessa mulher negra que foi assassinada, executada aos quarenta anos de idade e deixou filhos pequenos pra trás assim, e ela morreu tentando ajudar (CHARLENE CRISTIANE EGÍDIO, ocupação Rosa Leão, informação verbal, 2019)⁴¹.

O conflito fundiário da Izidora iniciou-se em julho de 2013, com o mandato de reintegração de posse após as três ocupações, Rosa Leão, Esperança e Vitória conformarem-se no terreno. A decisão com liminar de reintegração de posse foi expedida dia 21/07/2013, pela juíza Luiza Divina, de uma Vara Pública Municipal de Belo Horizonte. Entretanto, já em 2011, essa área começa a ser ocupada, com despejo parcial, ilegal e forçado⁴² na ocupação que homenageia a militante histórica contra a ditadura militar Helena Greco, que foi ativista política e primeira vereadora de Belo Horizonte pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

A ocupação Helena Greco foi a primeira das quatro ocupações da Izidora. Surgiu em 2011 e é fruto de uma luta popular que advém ainda da organização dos movimentos e ciclos de luta por moradia dos anos 80 e 90. Inserida em uma área de encosta às margens do “Córrego do Toicinho”⁴³, afluente do “Córrego Terra vermelha”, a ocupação faz divisa com o Bairro Zilah Spósito, Conjunto Ubirajara e ocupação Rosa Leão.

A ocupação Zilah Spósito/Helena Greco possuiu relevância neste ciclo de lutas pelo direito à moradia e o direito à cidade, por ter sido o primeiro processo de apropriação de fração da imensa gleba ociosa da região do Isidoro, maior vazio urbano na região norte da Capital, que foi objeto posterior de outras três grandes ocupações, a Rosa Leão, Esperança e Vitória, instaurando o que ficou conhecido na opinião pública da cidade como o maior conflito sociofunditário de Minas Gerais, uma vez que as ocupações urbanas disputaram a terra com um megaprojeto imobiliário do Estado em parceria com o capital, inicialmente avaliado em quase um bilhão de reais (BITTENCOURT, 2017, p. 119).

A ocupação Helena Greco começa com cinquenta famílias que ocuparam uma área íngreme e com difícil acesso para viver. Em 2011, sofreu uma tentativa ilegal de despejo e foi aí que se articulou uma rede de apoiadores que foram ao território para impedir o despejo, o que conseguiram. Uma espécie de teia de diversos atores foi se formando ao longo dos anos e dá suporte a várias lutas sociais na cidade, que têm como matéria prima um saber popular que é experienciado

⁴¹ Entrevista realizada dia 16/05/2019, na ocupação Rosa Leão.

⁴² Em 2011 a Ocupação Helena Greco teve 24 casas demolidas e 11 seguiram em pé.

⁴³ O nome do Córrego foi informado por moradores da ocupação Helena Greco.

cotidianamente. Essa teia é composta por moradores de ocupações, movimentos sociais, setores mais progressistas das universidades, coletivos e militantes autônomos, setor progressista da Igreja Católica, Evangélica e pelos Povos de Terreiro.

Uma das hipóteses apontadas por Bittencourt (2017), militante das Brigadas Populares, é que a tentativa de despejo ilegal das famílias já era uma tentativa de conter a pressão que o povo estava fazendo em ocupar o terreno da Família Werneck, onde já estava prevista a operação urbana da Izidora.

Neste caso específico da tentativa de despejo ilegal das 50 famílias da ocupação Zilah Spósito, não é exagero sugerir que se tratou de uma mobilização de forças por parte da Prefeitura de Belo Horizonte para coibir peremptoriamente qualquer possibilidade de ocupação por famílias de sem-teto da imensa gleba ociosa do Isidoro que era objeto de um dos maiores empreendimentos imobiliários da América Latina, como anunciado oficialmente através do dispositivo da operação urbana, como planejamento do município em parceria com a iniciativa privada. E não como o discurso oficial tentou fazer crer que se tratava da defesa de cerca de menos de um hectare de área verde em função da utilidade pública e do zelo contemporâneo pela preservação ambiental (BITTENCOURT, 2017, p. 125).

Vale ressaltar aqui que só foi ao longo do processo de resistência à ordem de despejo que os moradores e movimentos sociais foram se inteirando dos projetos e interesses que os proprietários e o município tinham para a área. Com isso a revolta e a busca da permanência no território vai sendo forjada junto a uma construção em que “a justiça surge no processo de ser afetado pela resistência” (BIZZOTTO, 2015, p. 56).

Entre maio a junho de 2013, as ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória ocorrem. Inicialmente as ocupações acontecem sem uma organização prévia dos movimentos e moradores, ou seja, sem ter sido planejada para aquele terreno. Porém, logo nos primeiros dias, quando ainda não se pensava em divisão igual de lotes e arruamento, Zoca, uma das lideranças do Conjunto Zilah Spozito entra em contato com Frei Gilvander, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), junto com Bruno Cardoso, militante das Brigadas Populares, passam a fazer assembleias no território convidam desde a primeira visita a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais para acompanhar o conflito.

A primeira assembleia foi feita no “campinho do Ubirajara”, região na beira do Córrego Terra Vermelha, em frente ao Conjunto Zilah Spósito, uma das entradas da ocupação Rosa Leão. Posteriormente, foram feitas reuniões com representantes das

três ocupações (Rosa Leão, Esperança e Vitória), durante dois meses na casa da Zoca⁴⁴.

Aos poucos, houve uma construção dos movimentos, tanto internamente, quanto entre si, para assumir essa luta, que se apresentava bastante desafiadora, por conta dos interesses do grande empresariado na região⁴⁵.

Deve-se considerar o capital político que essa luta poderia atribuir ao campo de atuação dos movimentos sociais, que já vinham com certo acúmulo de lutas parecidas, como a ocupação Dandara⁴⁶ e Eliane Silva. Assim passam a compor de forma mais orgânica a luta da Izidora. Esses movimentos são as Brigadas Populares (BP's), o Movimento de Luta em Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Além disso, o Coletivo Margarida Alves (CMA), que é um coletivo de advocacia popular que presta assessoria jurídica, as Arquitetas Sem Fronteiras (ASF) e o Escritório de Integração da PUC Minas que prestam assessoria técnica na parte de urbanização também compõem um grupo que se organiza frente à resistência à ordem de despejo e atualmente para pensar na negociação e no processo de regularização fundiária da área.

Foi em julho de 2013 que a Juíza Luzia Divina concede o pedido de Reintegração de Posse da área, autorizando o despejo das famílias que ali estavam. Como resposta a essa liminar, os movimentos e moradores da Izidora começam uma sucessão de marchas até a Cidade Administrativa, a Prefeitura, a Câmara dos Vereadores, a fim de chamar a atenção dos dirigentes e abrir um espaço para diálogo com as famílias da Izidora.

Após uma quantidade de atos e uma audiência pública no dia 17/10/2013, no dia 21/10/2013 foi aberta uma mesa de negociação relacionada aos processos de reintegração de posse que abarcavam as ocupações da Izidora e Willian Rosa em Contagem.

⁴⁴ Zoca é Maria da Conceição. Liderança antiga do Conjunto Zilah Spósito e uma referência de liderança na ocupação Rosa Leão também, principalmente na área da quadra 13. Recentemente seu nome foi homenageado na tentativa de construção do Centro Comunitário Rosa Leão, que chamava ZOCA- Zona Ocupada de Cultura e Arte. Por motivos de conflitos internos a liderança pediu para que seu nome fosse retirado.

⁴⁵ Alguns dos Grandes Empresários que detêm os terrenos da Região da Izidora: Granja Werneck S.A na Fazenda Tamboril (área que foi negociada como permuta com o município de Belo horizonte), Grupo DMA, da Rede se Supermercados EPA, Mart Plus e Via Brasil, e Fazenda Capitão Eduardo.

⁴⁶ Uma constatação importante feita pelo militante das Brigadas Populares, Bruno Cardoso, é que o Conflito fundiário da Izidora transfere a atenção do Estado e acaba por favorecer a negociação para suspender o processo de reintegração de posse da ocupação Dandara.

Ao longo de 2013 até 2017, foram três tentativas de despejo que conseguiram ser suspensas. Com o passar do tempo, conseguiram ganhar visibilidade, reunir e articular uma rede de apoio ampla chamada rede #Resisteizidora, que já se articula desde 2013. Essa rede, formada por moradores, movimentos sociais, militantes e ativistas do setor cultural e simpatizantes da causa contribuiu para que o conflito da Izidora tivesse projeção internacional e ganhasse assim capital político, deixando evidente que o ônus financeiro e político de um despejo seriam enormes.

Desde então foram realizadas dezenas de marchas, manifestações, ocupações, festas e atos de solidariedade, que se intensificaram em agosto quando foi armada uma grande operação policial para realizar de forma criminosa e violenta um despejo de proporções maiores que o de Pinheirinho, em São José dos Campos. (...) Ao longo dos meses de setembro e outubro as ocupações passaram a ser um grande espaço de expressão da convergência política, acadêmica, artística e cultural, mostrando a força de organização dxs belo-horizontinx na disputa por uma cidade democrática, inclusiva, construída desde baixo e sempre à esquerda. Diante da mobilização geral a invisibilidade das ocupações urbanas, comum diante do Estado, tornou-se insustentável e o clamor por uma negociação justa e pacífica para o conflito teve que ser acolhida (RESISTE IZIDORA, 2016)⁴⁷

A Rede Resiste Izidora fez com que o conflito fundiário ganhasse visibilidade mundial, cruzando ação direta e atividades em rede social, para que as informações chegassem a vários atores da cidade, que dessem respaldo à resistência direta. Com esse fortalecimento e visibilidade que as ocupações da Izidora tiveram, em 29/11/2016, a visita do ex presidente Lula nos territórios reforçou o peso político e social que essa luta conquistou ao longo desses anos.

Em estudos detalhados, Julia Franzoni (2018) e Daniela Faria (2019)⁴⁸ contabilizaram a quantidade de dias que viveram sob ordem de despejo até 2017 e em quantos dias essa ordem esteve suspensa. Assim “encontramos os números: 907 dias de vigência e 457 dias de suspensão da ordem – ou seja, as ocupações da Izidora estiveram sob ameaça de despejo em quase o dobro do tempo que estiveram sem a ameaça” (FARIA, 2019, p. 39).

⁴⁷ Disponível em:

<https://www.facebook.com/resisteizidora/photos/a.515537448592237/573115696167745/?type=3&theater> Acesso em: 07 jun. 2019.

⁴⁸ FRANZONI, Julia Ávila. **O Direito & O Direito**. Estórias da Izidora contadas por uma fabulação jurídico-espacial.

FARIA, Daniela Oliveira. **Operação no Isidoro e Ocupações na Izidora**. 2019.

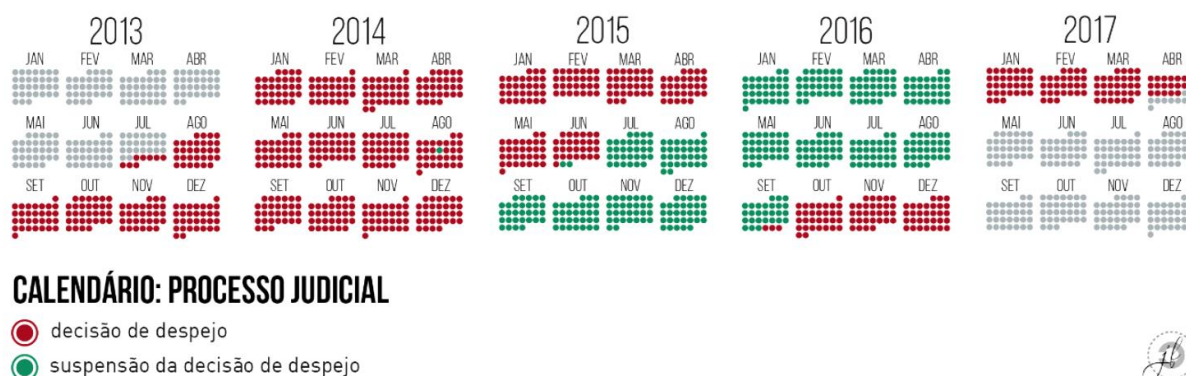


FIGURA 07: Calendário do processo judicial que envolve as ocupações da Izidora
Fonte: Faria (2019); Franzoni (2018).

Um dos episódios que mais é lembrado da época do despejo pelos moradores ocorreu no dia 13 de agosto de 2014, quando helicópteros da Polícia Militar rondaram os territórios. Os moradores organizaram-se através de vigília, com o constante barulho de foguetes e das barricadas feitas nas entradas das ocupações, criando barreira e impedindo o acesso da polícia.

Ao mesmo tempo, segundo moradores, helicópteros da PMMG haviam sobrevoado, à noite, as ocupações, amedrontando as famílias e despejando panfletos de orientação para abandonarem o terreno, na tentativa de estabelecer uma comunicação que evitasse um contato físico. Essa ação indicou o descaso do Estado para com as famílias, uma vez que, como descreve o panfleto, a responsabilidade pela segurança de mulheres grávidas, idosos, crianças e portadores de necessidades especiais seria do próprio movimento de resistência no processo de reintegração de posse. Essa era mais uma tentativa do Estado de se eximir de suas obrigações perante a população (BIZZOTTO, 2015, p. 172).

Nesse momento de grande apreensão, a Rede #Resisteizidora atuou de forma intensa junto aos moradores, partilhando do território, onde ficaram acampados por quase um mês nas três ocupações, fazendo vigília e tentando negociar de todas as maneiras a permanência das famílias no local.

Foi no meio desse bojo que os advogados populares enviaram, em 12 de agosto de 2014, um mandato de segurança contra o Governo do Estado de Minas Gerais, junto com os moradores, questionando o descumprimento de inúmeras regras previstas em tratados nacionais e internacionais e no próprio regulamento da Polícia Militar, que garantem os direitos humanos das famílias que ali vivem.

Sobretudo a partir da consideração da Convenção sobre os Direitos das Crianças, “no dia 12 de agosto de 2014, quando o juiz da Vara Cível da Infância e

Juventude, Marcos Padula, expediu uma liminar suspendendo o cumprimento da ordem de reintegração de posse na região, marcado para aquela mesma data” (BIZZOTTO, 2015, p. 175). Elaborou-se um documento que indicava que o Governo do Estado teria que garantir atendimento escolar, transporte e merenda para todas as crianças e adolescentes que viviam na Izidora, antes de dar andamento ao processo de reintegração de posse.

Essa decisão foi crucial para o processo de resistência ao despejo, pois colocou os direitos humanos acima do direito de propriedade privada, e serve até hoje como memória coletiva das ocupações, que lembram que foi por causa das crianças que a luta da Izidora conseguiu firmar-se nos territórios.

Vale mencionar aqui que, na área onde hoje se encontram as ocupações Esperança e Vitória, a empresa familiar Granja Werneck S. A. junto com a prefeitura e a construtora direcional previam uma Operação Urbana, que tinha como proposta a construção de um bairro para pessoas de classe média alta, tendo sido criado em 2000, alterado em 2010 e sofrido mais um ajuste em 2013, após a ocupação dos terrenos.

A versão de 2013 propôs a construção de habitações de interesse social dentro do Programa Habitacional do Governo Federal Minha Casa Minha Vida. Essa proposta “previa a construção inicial de 8.896 unidades no prazo de dois anos para as famílias que recebem até R\$1.600 (na Fase 1 do programa, a Faixa 1 correspondia a famílias de 0 a 3SM). Na Fase 2, seriam construídas 2.036 unidades, totalizando 10.932 unidades habitacionais” (BIZZOTTO, 2015, p. 80).

O contrato do Minha Casa, Minha Vida para a Izidora foi assinado em 27 de dezembro de 2013, após o início das ocupações. De acordo com o documento, os atores envolvidos no projeto e em sua implantação seriam (i) a Granja Werneck S/A, proprietária e vendedora do terreno; (ii) a Bela Cruz Empreendimentos Imobiliários Ltda, responsável pela construção do empreendimento; (iii) o Fundo de Arrendamento Residencial da CEF, comprador e financiador do terreno; (iv) a Direcional Participações Ltda. e a Direcional Engenharia S/A, empresas garantidoras do contrato; e (v) o Município de Belo Horizonte, o cedente. A contratação corresponderia a R\$756 milhões e a venda do terreno seria feita por R\$63 milhões (FARIA, 2019, p. 78).

Em outubro de 2014, foi apresentado, pela Santa Maria Empreendimentos, empresa da construtora Direcional, um programa de reassentamento das ocupações da Izidora. Nessa proposta, a intenção era a liberação total do terreno da Granja Werneck S.A, onde hoje estão localizadas as ocupações Esperança e Vitória, e essas famílias seriam reassentadas em uma parte da ocupação Vitória que pertence

ao município de Santa Luzia. “O reassentamento temporário em regime de comodato seria finalizado com a construção de 1.900 casas através do PMCMV⁴⁹ Entidades, o que levaria cerca de 5 anos para se concretizar” (BIZZOTTO, 2015, p. 179).



FIGURA 08: Plano de Reassentamento proposto pela Construtora Direcional em 2014
Fonte: RESISTE IZIDORA (2014).

Essa proposta foi levada para a mesa de negociação pelos empreendedores, e, a partir daí, os movimentos de resistência e moradores elaboraram junto a ASF (Arquitetas sem Fronteira) uma contraproposta, apresentada em novembro de 2014, que apontava para uma regularização fundiária e construção de infraestrutura urbana para a área, reconhecendo ali uma produção espacial legítima e que atendia melhor aos modos de vida das famílias das ocupações. E, nas áreas ainda não consolidadas, a construção de habitações populares pelo Estado.

Em 2015, houve mais uma ordem de despejo em que o Estado de Minas Gerais acionou um aparato policial muito grande, cercando os territórios das ocupações. Em setembro de 2016, após uma marcha até o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, a decisão de despejo volta a vigorar. No entanto, o processo eleitoral para Prefeitura do Município cria outros processos territoriais, principalmente no 2º turno, em que o atual Prefeito Alexandre Kalil compromete-se a regularizar a Izidora, se fosse eleito, e usa isto como um dos motes de sua campanha.

A segunda virada ocorreu depois de fatídico julgamento do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) em 28 de setembro de 2016, o qual autorizou a realização imediata da remoção forçada. Em abril de 2017, as moradoras, movimentos e o Coletivo Margarida Alves conquistaram a

⁴⁹ PMCMV: Programa Minha Casa Minha Vida.

suspensão da reintegração de posse no Superior Tribunal de Justiça (STJ), suspensão que permanece vigente até então (ISAIAS, 2018, p. 30).

A partir de fevereiro de 2017, com a entrada de Alexandre Kalil como prefeito de Belo Horizonte, novas questões à resistência aparecem. Se o cenário anterior era de falta de diálogo e criminalização das ocupações, nesse momento o político viu na luta da Izidora um grande potencial de votos, e, nesse sentido, a necessidade de honrar com seu compromisso durante a campanha.

Em março de 2017, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, a quem pertencia uma pequena parte da área da Izidora, que engloba a ocupação Helena Greco e uma pequena parte da Rosa Leão, desiste do mandato de despejo. Isto acabou por despertar um distanciamento por parte de muitos moradores nos processos de organização e ação direta contra o Estado. De certa forma, essa pequena vitória judicial acaba por ter um efeito desmobilizador em todos os territórios, principalmente porque o que unia e mantinha os moradores atentos era o próprio conflito.

A Prefeitura de Belo Horizonte pediu a desistência da ação de reintegração de posse (despejo) que move contra uma pequena parte da ocupação Rosa Leão (2,6 hectares –(...)) e contra a comunidade Zilah Spósito (Helena Greco). Porém, a ordem de despejo forçado continua valendo judicialmente para o restante da área da Rosa Leão e para as ocupações Esperança e Vitória inteiras (350 hectares – (...)), graças a outras ações judiciais que seguem contra a [Resiste Izidora](#), movidas pela família Werneck e outros particulares. Ainda, a desistência da ação pela Prefeitura de BH não a impede de, no futuro, ajuizar de novo esta mesma ação, já que não houve decisão definitiva no processo do qual desistiu (COLETIVO MARGARIDA ALVES, 2017, sem página)⁵⁰.

Ainda, em 2017, começam a fazer contato com os territórios algumas secretarias do município, como a de Assistência Social, a Subsecretaria de Segurança Alimentar. E o cadastro da saúde começa a ser feito, primeiro na ocupação Rosa Leão.

Em abril de 2018, houve um acampamento na porta da Prefeitura de Belo Horizonte, onde os moradores cobravam do Prefeito uma reunião para pautar a necessidade do reconhecimento das ocupações como AEIS - Área Especial de Interesse Social, dando segurança de posse da terra e infraestrutura básica.

⁵⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/coletivomargaridaalvesap/photos/a.543306255705460/1255015991201146/?type=3&theater> Acesso em: 07 jun. 2019.

Por meio do Decreto n. 16.888, de 12/4/2018, Alexandre Kalil reconhece 119 territórios populares como AEIS – Área Especial de Interesse Social, e dentre elas estavam as quatro ocupações da Izidora. Esse decreto foi o pontapé inicial para que a SMAPU - Secretaria de Planejamento Urbano, a Urbel, a Copasa e a Cemig começassem a pensar em como levar a infraestrutura para a região, ainda que de uma forma bastante desarticulada entre si e com uma falta de comunicação antecipada com os moradores e movimentos.

É importante deixar bem negrito que o Decreto n. 16.888/2018 não extingue por completo as ameaças que pairam sobre as comunidades reconhecidas e não prevê a realização imediata e prioritária de políticas de urbanização e regularização das comunidades. É um reconhecimento mínimo do direito de posse dos moradores dessas ocupações, por isso uma vitória. Mas seguiremos tendo que lutar pela água, pela luz, pelo esgoto, pelos postos de saúde e escolas (RESISTE IZIDORA, 2018)⁵¹.

O processo de Reintegração de Posse da área da Granja Werneck S. A., que corre nos âmbitos estadual e federal, estendeu-se até dezembro de 2018, quando foi assinada a negociação do Governo do Estado de Minas Gerais, via COHAB, que vinha tramitando desde abril do mesmo ano, por meio de uma permuta, que “trocou” a área da Granja Werneck por um terreno de tamanho quase 5 vezes maior, pertencente ao Estado, na região da Fazenda Marzagão, no município de Sabará, Região Metropolitana de Belo Horizonte.

foi assinado pelo Governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, um despacho governamental que autoriza a COHAB (Companhia de Habitação de Minas Gerais) a realizar permutas de terrenos com os pretensos "proprietários" das áreas ocupadas para transformar os terrenos das ocupações em áreas públicas destinadas à regularização fundiária (RESISTE IZIDORA, 2018)⁵².

Vale ressaltar aqui que, por mais que a negociação tenha acontecido, e isto garante a permanência dos moradores na região, há fortes críticas à forma como essa negociação foi conduzida, principalmente por mais uma vez atender a interesses do capital imobiliário. “Entendemos que a permuta de terrenos e a desapropriação com dinheiro não são as medidas justas a serem tomadas pelo

⁵¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/notes/resiste-izidora/para-compreender-melhor-os-dois-decretos-do-prefeito-de-belo-horizonte-alexandre/1383434508469189/>. Acesso em: 07 jun. 2019.

⁵² Disponível em: <https://www.facebook.com/notes/resiste-izidora/izidora-resiste-e-caminha-para-a-regulariza%C3%A7%C3%A3o-mas-pimentel-premia-especuladores/1456108777868428/>. Acesso em: 07 jun. 2019.

Estado, pois premiam a especulação imobiliária e a grilagem de terras, sobretudo da Granja Werneck S.A” (RESISTE IZIDORA, 2018).⁵³

Outro ponto importante a ser mencionado é que parte da área da ocupação Esperança e a maior parte da ocupação Rosa Leão ainda não foram negociadas, o que não dá garantia da posse para esses territórios. Nesse sentido, vale ponderar que a luta pela segurança e permanência das famílias na área ainda não terminou e corre junto do processo de regularização fundiária.

Em junho de 2019, foi aprovado o Novo Plano Diretor de Belo Horizonte⁵⁴, que reconhece as ocupações da Izidora como bairros populares, sendo incluídas como AEIS – Área Especial de Interesse Social da cidade. Para essa conquista, foi necessária uma emenda parlamentar das Vereadoras Cida Falabella e Isabela Gonçalves (MUITAS/PSOL⁵⁵), e os dias de votação na Câmara dos Vereadores contou com a presença massiva dos moradores da Izidora. No entanto, o que é desejado e reivindicado pelos moradores e movimentos é que as ocupações da Izidora sejam reconhecidas como ZEIS – Zona Especial de Interesse Social -, que seria um zoneamento que garantiria com maior qualidade a permanência das famílias no território.

⁵³ Disponível em: <https://www.facebook.com/notes/resiste-izidora/izidora-resiste-e-caminha-para-a-regulariza%C3%A7%C3%A3o-mas-pimentel-premia-especuladores/1456108777868428/>. Acesso em: 07 jun. 2019.

⁵⁴ Por quase 5 anos o Novo Plano Diretor de Belo Horizonte tramitou na Câmara dos Vereadores e passou por várias tentativas de obstrução e pressão do setor imobiliário para que não fosse aprovado.

⁵⁵ PSOL: Partido Socialismo e Liberdade



2. O QUE LAZER?

OS CONCEITOS. AS SIGNIFICAÇÕES.



FIGURA 09: Tirinha de Calvin & Haroldo por Bill Watterson
Fonte: Depósito de Tirinhas (2012).⁵⁶

Investe-se aqui em explorar a importância do lazer de uma forma mais geral, entendendo-o ainda como um conceito polissêmico e, posteriormente, sobre três matrizes conceituais que se amarram em todos os momentos, que são o jogo, o riso e a festa. Esta pesquisa compreende que o lazer, como prática intrínseca e necessária do ser humano, produz espaços cotidianamente e, por isso, deve ser entendido pelas suas mais variadas faces, seu caráter histórico, sua dimensão lúdica, cultural, política, por sua apropriação e, principalmente, pela sua capacidade de produzir uma vida urbana plena.

O lazer então é concebido como uma dimensão da cultura, caracterizada por meio de vivência lúdica de manifestações culturais no tempo/espço conquistado pelo sujeito ou por um grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações – especialmente com o trabalho produtivo (GOMES, 2004).

O termo lazer, segundo Gomes (2008), deriva da palavra em latim *Liciere* e *Licet*. Tem origem romana e está relacionado à noção de permissão, licitude, poder, ter direito de. No século XIII, o chamado “lazer arcaico” tinha na palavra *Lezer* uma representação da preguiça e da pouca vontade de trabalhar. Já no século XVIII, as

⁵⁶ Disponível em: <https://deposito-de-tirinhas.tumblr.com/post/27704264741/por-bill-watterson>. Acesso 29 de julho de 2019.

palavras das quais deriva o “lazer” seriam: *Lesiure* (inglês) e *Loisir* (francês), e ambas abarcam a noção de folga, comodidade e vago.

Para Gomes (2008), a noção de vago remete à ideia de possibilidade, de estar livre, desocupado. Já a palavra folga remete à ideia de buscar a alegria, o divertimento e o prazer dentro de um espaço de tempo.

Já a origem da palavra trabalho, que vem do termo latino “*tripalium*”, designa a noção de “padecimento e cativo, sentido que pode ser encontrado no Antigo testamento, onde o trabalho é interpretado como um sacrifício, em punição ao pecado original” (GOMES, 2008, p.35). Nesse contexto, tanto ócio quanto o lazer estabelecem-se como uma negação do trabalho, principalmente no sentido da etimologia da palavra.

Dessa forma, o ócio origina-se da palavra romana *otium* e é a negação do trabalho (*neg-otium*) e tem como principal significado o repouso, a folga. A raiz grega na palavra é *Skholé*, que significa o “tempo que é dedicado a si mesmo que gerava prazer intrínseco” (GOMES, 2008, p. 21).

De acordo com Dumazedier (1974), o lazer é exercido à margem das obrigações sociais em um tempo que varia segundo a forma de intensidade de engajamento do mesmo em suas atividades laborais. Está assim aliado a um lugar de destaque e representa tanto um momento de descanso, de constituição da personalidade e de diversão.

O ócio está profundamente relacionado à construção da personalidade. Isto pode ser visto no brincar livre das crianças, sem um tempo regulamentado, que gera no seu ato a resiliência, a confiança e o entusiasmo da vida. É nesse momento de caráter liberatório que a criatividade pode ser exercida, no qual o aprendizado passa a ser vivenciado e compreendido indiretamente e representa também a relação do tempo dedicado a si mesmo, do encontro de si e do encontro com o outro, reforçando assim seu caráter objetivo, subjetivo e intersubjetivo.

Para a sociedade grega, o ócio era visto como um estado de graça e contemplação, tinha relação com as artes liberais, estado filosófico e, o mais importante disso tudo, o aprendizado. Para Gomes (2008), o ócio era acima de tudo visto como o desprendimento das tarefas servis, que propiciava o momento para a contemplação, reflexão e sabedoria. Nesse sentido, abarcava como seu ideal a distinção social, a liberdade, a qualidade ética, a relação com as artes liberais e a busca pelo conhecimento.

Todavia, essa noção de ócio reforça os privilégios de classe, que, para Dumazedier (1978)⁵⁷, não seria considerado um lazer.

não acreditamos que a ociosidade dos filósofos da antiga Grécia ou dos fidalgos do século XVI possa se chamar de lazer. Estes privilégios da sorte, cultos ou não, faziam pagar sua ociosidade com o trabalho escravo, dos camponeses ou dos valetes. Esta ociosidade não se define em relação do trabalho. Ela não é nem um complemento nem uma compensação; é um substituto do trabalho (DUMAZEDIER, 1978, p. 27).

Já o ato de buscar o prazer como experiência de vida é chamado de hedonismo, que, segundo grande parte das suas definições, é considerado um estilo de vida que tem como objetivo máximo o prazer e a felicidade.

O caráter hedonístico abordado por Dumazedier (1978) compreende que a felicidade não se resume ao lazer e nem à alegria, é um resultado automático junto à prática de lazer, entretanto “a procura do prazer, da felicidade ou da alegria é um dos traços fundamentais do lazer em sociedade” (DUMAZEDIER, 1978, p. 96).

Essa prática, muito valorizada na antiguidade, foi desvirtuada e pervertida, tendo uma conotação negativa, principalmente com os valores religiosos que apontavam o trabalho como virtude. Seria assim o lazer e o prazer negados pela culpa difundida pela igreja católica e protestante principalmente.

Falta lembrar que a própria Bíblia aponta como um castigo divino à humanidade. Chauí (2012) cita a passagem bíblica em que Adão e Eva foram punidos por deixarem-se levar pelos prazeres da carne e ao deleite da preguiça, e como castigo teriam a dor e o trabalho.

Ao perder o paraíso terrestre, Eva e Adão ouvem do Senhor as terríveis palavras que selarão seus destinos. À primeira mulher, Deus disse: “Multiplicarei as dores de tua gravidez, na dor darás à luz filhos. Teu desejo te levará ao homem e ele te dominará” (Gn.,3:16). Ao primeiro homem, disse Jeová: “Maldito é o solo por causa de ti! Com sofrimentos dele te nutrirás todos os dias de tua vida [...]. Com o suor de teu rosto comerás teu pão até que retornes ao solo, pois dele foste tirado. Pois tu és pó e ao pó tornarás” (Gn., 3:17-9) (GÊNESIS *apud* CHAUI, 2012, p. 80).

Sabe-se que, nas sociedades pré-industriais, as atividades lúdicas, hoje atribuídas ao lazer, estavam ligadas ao culto, à tradição, às festas e não existia de fato o lazer em si, pois as atividades de trabalho envolviam ludicidade e prazer criativo. Não é possível compreender-se o lazer de forma isolada, pois ele tem relação direta com várias esferas da vida social.

⁵⁷ É válido compreender que, no livro “Sociologia empírica do lazer”, Dumazedier é claramente um pesquisador que vê o lazer pelo olhar da classe operária e, nesse momento, posiciona-se contra a aristocracia e seus privilégios.

Com o domínio da Igreja sobre a sociedade na era medieval e influenciando arduamente valores morais na população, as minorias (escravos, mulheres consideradas bruxas, entre outros) não eram aceitas para fazer parte dos fiéis e eram vistas como pagãs. Para Veyne (2002, p. 189) “o paganismo era uma religião de festas⁵⁸, com a qual os deuses se divertiam, pois nela encontravam o mesmo prazer que os homens”.

Nas sociedades antigas, o trabalho era desvalorizado, entretanto, na sociedade industrial, a vida passa a ser regida pela lógica de produção do capital. O trabalho passa a ser visto como fator central da vida, tendo o lazer a função de “compensar” as frustrações e mazelas da vida operária, para uma melhoria na qualidade de vida do trabalhador, a fim de que ele tenha seu tempo livre, recupere-se do trabalho produtivo, tenha tempo para consumir e volte ao trabalho com mais vigor. Ou seja, o tempo livre que vem por meio de mobilização e luta política é usado como instrumento para fazer a produção do capital render mais.

O lazer, então, que se pode ver também como um direito à cidadania, reivindicado pelos trabalhadores, acaba sendo usado como meio de controle e disciplinamento. Conforme afirma Gomes (2008, p. 62), “essa institucionalização do lazer, além de repudiar o ócio, foi atrelada à necessidade de equacionar o tempo livre, selecionar as atividades nele desenvolvidas e disciplinar os divertimentos”.

Nesse sentido, o lazer não é uma categoria fechada, contudo é um estilo de comportamento, podendo ser encontrado em qualquer atividade. O que faz a diferença é a atitude empregada naquela atividade, por exemplo, limpar a casa ouvindo música, fazer um jantar pelo prazer e sociabilidade, exercitar-se brincando, etc. Conforme Marcellino (1983) afirma, a atitude está caracterizada pela ligação que se estabelece entre o sujeito e a experiência vivida. A ideia de que o lazer só acontece em oposição ao tempo de trabalho não faz sentido.

Da mesma forma que o esporte pode ser uma atividade lúdica e libertadora, ela pode ser uma profissão, como a de um atleta, que gera a obrigação de executar aquela demanda. E quando vira obrigação, já perde o sentido de lazer.

⁵⁸ É válido lembrar que a igreja buscou coincidir as festas pagãs com as festas religiosas com o intuito de moralizar. Um desses exemplos é o carnaval e a quaresma que vêm logo após. Quando a igreja libera seus fiéis para ter 7 dias de festa e orgia e prazer extremos e quarenta dias para se purificarem.

Nesse caso, Dumazedier (1974) aborda a possibilidade do semilazer, que seria o lazer com obrigação. Já o autor Huizinga (1993) acredita que, para que o “jogo” exista, o homem tem que jogar como uma criança, de corpo e alma.

É possível compreender que há uma confusão entre lazer X prazer e lazer X jogo. Existe no campo do lazer o caráter liberatório, o caráter desinteressado e o caráter hedonístico. O caráter liberatório está vinculado com o tempo livre e com a própria noção de liberdade, já o caráter desinteressado relaciona-se com o ócio, que não é necessariamente um tempo livre, vai muito além. Já o caráter hedonístico, este sim tem um vínculo direto com o prazer. O prazer, para Moreno (2008, p. 212), “é um dos pilares da felicidade”.

Certamente esses três caracteres têm como ideia central a felicidade⁵⁹ e a busca da alegria, e esta sim não se resume ao lazer.

A partir de um ensaio geral, Kaplan (1960) sistematizou as atividades de lazer em seis áreas fundamentais que são ligadas a seis centros de interesse. Para este estudo, esta tabela vem destacar a conceituação do lazer com os interesses. O que me impulsiona a buscar o lazer?

Tipos de lazer	
SOCIABILIDADE	As pessoas
ASSOCIAÇÃO	Os interesses
JOGO	As regras
ARTES	As tradições
EXPLORAÇÃO	Ir para o mundo
IMOBILIDADE	Receber o mundo

FIGURA 10: Tipos de lazer em Kaplan (1960)
Fonte: Elaborado pela autora (2016).

É a partir das necessidades e desejos do corpo que se age e se praticam atividades de lazer no campo físico, prático, artístico, intelectual e social. Esses campos de atividade relacionam-se com o imaginário, com as emoções, com a busca pelo encantamento.

⁵⁹ Moreno (2008) explica que a noção de Felicidade estabelece-se em três pilares: o Prazer, que gera uma sensação agradável de alívio; o Engajamento, que está relacionado com a dedicação a uma atividade; e o Significado, que é a busca por um sentido na vida.

Dentro do campo intelectual, vem o contato com a realidade, a experimentação, a vivência. No campo físico, as práticas que prevalecem são o movimento, os exercícios, os interesses manuais, a capacidade de manipulação, a transformação (como o artesanato, a jardinagem). Os passeios e viagens estão relacionados às descobertas e à quebra na rotina (contratempo), e o campo do social são os relacionamentos e atividades em grupo.

Para entender o lazer dentro de três bases conceituais, optou-se por encontrar um ponto de intercessão em três conceitos chaves, que são **O JOGO, O RISO e A FESTA**, buscando um entendimento do lazer como uma potência revolucionária.

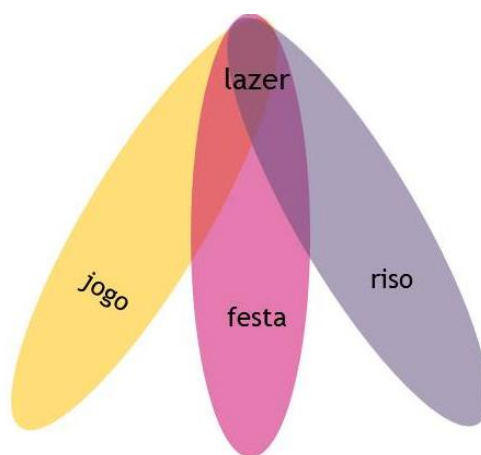


FIGURA 11: Figura representativa dos conceitos abordados na pesquisa
Fonte: Elaborado pela autora (2017).

O jogo, conceito já bastante estudado no campo do lazer, compreende a dimensão cultural do homem, que se relaciona com seu meio a partir de atividades lúdicas. Essas atividades são exercidas a partir de pactos e regras livremente consentidas e apropriam-se temporariamente dos espaços com intuito de divertimento, prazer e alegria.

Para Huizinga (1993), o jogo jamais é imposto pela necessidade física ou pelo dever moral e nunca constitui uma tarefa, sendo sempre praticado nas horas de ócio. Ou seja, o jogo, que vem do instinto mais primitivo do homem, não pertence à vida comum, é a busca dessa ruptura com o cotidiano.

Defende-se aqui a ideia de festa como um fenômeno espacial, que faz da cidade o seu ambiente de privilégio, por ser o local do encontro. A festa é uma experimentação do corpo com a cidade, dentro de um processo efêmero, sedutor e social. O tempo festivo é visto aqui não como tempo produtivo, mas como um

momento em que se inverte a lógica da cidade e, por isso mesmo, tem seu caráter de subversão, levante e fissura que ultrapassa as condições de normalidade. A festa é uma ruptura coletiva da ordem cotidiana.

Com isso, confirma-se que a herança cultural de cada comunidade ou sociedade revela uma relação direta com o lazer, nas brincadeiras, jogos, danças, expressões artísticas, ou seja, na festa. É na festa que as comunidades se encontram e que o sentido de coletividade é expresso na alegria que o lazer proporciona.

Segundo Souza (2010),

É dessa constatação que emerge o caráter espacial da Festa; vem da capacidade de unir os corpos em uma só carne, sua espacialidade inerente. É pela Festa que a cidade se liberta dos limites impostos pela regulação social; é por ela, e para ela, que o espaço urbano se transforma em palco de troca e interação, de uma efervescência orgiástica, ou mesmo ainda, orgástica (SOUZA, 2010, p. 117).

E o riso é proposto na pesquisa pelo seu caráter libertário e cômico, dentro da perspectiva emancipatória e revolucionária que a pesquisa busca abordar. Entende-se o riso como uma expressão puramente humana, que influencia e é influenciado pelo grupo em que se insere e, como afirma Bergson (1983, p. 9), “O riso deve corresponder a certas exigências da vida em comum. O riso deve ter uma significação social”.

O lazer, nesse sentido, está vinculado a uma dimensão cultural, concebido através da vivência lúdica e de manifestações culturais, inserido em um tempo/espaço. Diante desse contexto, entende-se por lazer toda e qualquer atividade que será escolhida de forma voluntária, visando à alegria e ao divertimento, tanto individual como coletivo. O lazer está relacionado intrinsecamente com o sentimento de liberdade, mesmo que essa liberdade esteja seguindo regras, pois foram livremente consentidas.

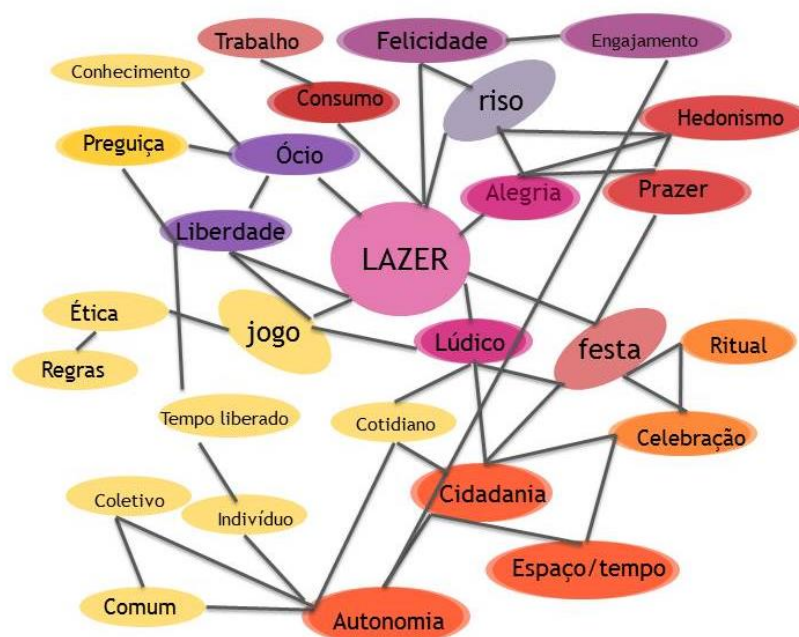


FIGURA 12: Mapeamento das dimensões ancoradas no campo do lazer
Fonte: Elaborado pela Autora (2017).

A fim de expressar graficamente todas as dimensões ancoradas no campo do lazer, elaborou-se um diagrama para elucidar a trama de conceitos que abarca o universo estudado nesta pesquisa. Todas essas palavras permeiam este estudo e buscam assim entender o lazer a partir de sua complexidade e potência.

A partir daqui, buscou-se aprofundar na história e no conceito do jogo, do riso e da festa, estudados principalmente no campo da antropologia, da sociologia, da educação física e da história.

2.1 O JOGO

As grandes atividades arquetípicas da sociedade humana são desde o início, inteiramente marcadas pelo jogo. Como, por exemplo, no caso da linguagem, esse primeiro e supremo instrumento que o homem forjou a fim de poder comunicar, ensinar e comandar. (HUIZINGA, 1938, p. 7).

É pelo desejo e escolha por diversão, recreação, entretenimento, tranquilidade, em um processo pessoal de desenvolvimento, que vem a noção de lazer abordada por Dumazedier (1974). Cabe destacar que o lazer está vinculado a

uma raiz muito mais funda da existência humana, que é a busca pelo prazer enquanto elemento fundamental que o distingue das demais manifestações sociais.

A palavra jogo tem sua raiz no latim, - *jocus* - e a sua etimologia está relacionada com brincadeira, gracejo e divertimento. É uma atividade física e/ou intelectual que tem como uma de suas características um sistema de regras, que acabam por definir quem ganha e quem perde, mostrando também seu caráter competitivo.

A etimologia da palavra lúdico, do latim *Ludus*, remete ao jogo, divertimento. A atividade lúdica é, por assim dizer, um momento de entretenimento, de prazer e de divertimento, e está diretamente relacionada ao ato de brincar.

Para Huizinga (1993, p. 3), as “crianças e os animais brincam porque gostam de brincar, e é precisamente em tal fato que reside à liberdade. Podemos crer então que a noção de liberdade é um valor intrínseco ao ser humano”.

Há o elemento lúdico na ideia do jogo, que consiste na busca inconsciente e subjetiva dos corpos comunicarem-se e estarem se relacionando, envolvendo aspectos da vida social, como desejo, sedução, negociação, poder, concorrência, diversão.

Segundo Huizinga (1993), o jogo está na gênese do pensamento, do encontro de si mesmo, da possibilidade de experimentar, de criar e de transformar o mundo, onde se apresenta justamente o lúdico. “Por detrás de toda expressão abstrata se oculta uma metáfora, e toda metáfora é um jogo de palavras. Assim, ao dar expressão a vida, o homem cria um outro mundo, um mundo poético, ao lado da natureza” (HUIZINGA, 1993, p. 7).

A ideia de jogo, para Huizinga (1993), é central para a civilização e vem como uma categoria absolutamente primária da vida, tão essencial quanto o homem que raciocina (*homo sapiens*) e o homem que produz (*homo faber*) é o homem que brinca (*homo ludens*) Para o autor, o *homo ludens* não substitui o *homo sapiens*, mas o pressupõe, ou seja, a cultura provém do jogo.

Seu estudo influenciou e ainda influencia vários campos do conhecimento, em que jogo é, ao mesmo tempo, liberdade e invenção, fantasia e disciplina e todas as manifestações culturais são dele originadas.

De acordo com Huizinga (1993), o jogo é mais antigo que a cultura, pois o mesmo já está presente no mundo animal, portanto anterior ao ser humano. Mesmo se tratando da formação cultural do homem, o aspecto lúdico ocorre a partir do jogo

social e cultural. O jogo, a partir dessa perspectiva, é uma totalidade, isto é, engloba o ser humano, configurando-se como base humana nas suas mais variadas dimensões, seja espiritual, social, entre outras.

Diante das características que garantem os princípios do jogo, está o seu caráter de oposição ao trabalho e à seriedade, entretanto, para Caillois (1986), em diversas situações, a “seriedade” faz-se presente. Tem um princípio ético no jogo e sua ausência acarreta o fim do jogo e, conseqüentemente, o final da dimensão humana.

Caillois (1986) classificou o jogo por quatro raízes: o “Agon”, que está ligado à noção de competição e, nesse sentido, pode-se enxergar esse elemento na prática esportiva e nos “jogos agonais” (que são lutas disputadas na Grécia antiga); a “Alea”, classificação que aborda o caráter aleatório e a imprevisibilidade do jogo, sendo que na “alea” o homem tem a oportunidade de lidar com a realidade aleatória e o imprevisto, que se pode entender como “jogo de sorte” ou “jogos de azar!”; a “Ilinx”, relacionada à busca de vertigem e de prazer; e a “Mimicry”, que traz a ideia de mimificar, imitar (simulacro – o gosto por uma personalidade alheia).

Para que um jogo de fato possa ser entendido como tal, algumas características são abordadas por Huizinga (1993). A primeira é a voluntariedade, ou seja, a pessoa precisa querer jogar. O segundo aspecto é o tempo, pois o jogo deve ser compreendido como uma atividade temporária. O jogo não faz parte da nossa vida “real-comum” e, por isso, deve ser entendido como um momento de evasão e subterfúgio temporário da realidade, representando assim uma ruptura momentânea da rotina e banalidade do cotidiano.

Chegamos, assim, à primeira das características fundamentais do jogo: o fato de ser livre, de ser ela própria liberdade. Uma segunda característica intimamente ligada ao jogo não é a vida corrente nem a vida real. Pelo contrário, trata-se de uma evasão da vida real para uma esfera temporária de atividade com orientação própria (HUIZINGA, 1993, p. 11).

O jogo infiltra-se em diversas esferas da vida humana, não apenas no engraçado, lúdico ou divertido. Há também uma “seriedade” presente no jogo, um aspecto ético e também estético. A natureza do jogo está presente em várias formas de relações sociais, dentro de um campo político, do meio religioso, no campo econômico e cultural. “Toda poesia tem origem no jogo: o jogo sagrado do culto, o jogo festivo da corte amorosa, o jogo marcial da competição, o jogo combativo da

emulação da troca e da invectiva, o jogo ligeiro do humor e da prontidão” (HUIZINGA, 1993, p. 143).

Cabe destacar que o lazer abarca em suas discussões tudo o que envolve o intervalo da vida cotidiana, sendo temporário e com finalidade autônoma de sentir satisfação e bem-estar. Percebe-se que há uma tendência tanto no jogo, quando na festa e, por que não, no lazer de se buscar a beleza. O fator estético pousa sobre a esfera da arte, da dança, da música, da alegria, e de diversas formas de se manifestar, em que a beleza vem a ser a promessa da felicidade.

Observa-se sobre a relação entre o jogo e o riso que:

O riso, por exemplo, está de certo modo em oposição à seriedade, sem de maneira alguma estar diretamente ligado ao jogo. Os jogos infantis, o futebol e o xadrez são executados dentro da mais profunda seriedade, não se verificando nos jogadores a menor tendência para o riso. É curioso notar que o ato puramente filosófico de rir é exclusivamente do homem, ao passo que a função significativa do jogo é comum aos homens e aos animais (HUIZINGA, 1993, p. 8).

O jogo revela uma capacidade de gerar espaços e estados sociais altamente limiares, intersticiais, que utilizam de outro tipo de linguagem e de outro tipo de organização social para se situar. Essas situações que emergem de momentos de jogo têm como uma de suas formas de linguagem, o riso.

Nesse sentido, em “situações extraordinárias”, como Da Matta (1991) refere-se aos momentos de festas, cerimônias, rituais, solenidades, jogos, afloram a natureza social do homem, que embebido desse ritual, tem no riso um processo de expansão e transformação, fundado na ambivalência de ser ao mesmo tempo a alegria e também a revolta.

O jogo, assim como o riso e a festa, nasce no corpo, antes de ser razão, é instinto, sensação, e suas alegorias apontam para uma sabedoria que contribui para estruturar uma forma de lidar com o mundo. Expressa na interação estimulada por símbolos diversos, recebe-se e celebra-se a memória. Nesse contato com a memória, deseja-se o futuro. Os atos espontâneos do brincar transcendem o humano e extrapolam o tempo espaço cotidiano para se transformarem em outra coisa, num tempo outro.

2.2 O RISO

O riso carnavalesco é em primeiro lugar patrimônio do povo; (...) todos riem, o riso é real. Em segundo lugar, é universal, atinge a todas as coisas e pessoas (...) por último esse riso é ambivalente: alegre e cheio de alvoroço, mas ao mesmo tempo burlador e sarcástico, nega e afirma, amortalha e ressuscita simultaneamente (BAKHTIN, 1999 p. 10).

O riso tem o poder de libertar momentaneamente o ser de tudo que o oprime, do medo da limitação e do limitador. A intenção aqui é discutir o sentido do riso. Este é um ato libertador único do ser humano, que não pode ser controlado, pois é limiar e, com isso, encontra-se no avesso da disciplina e do domínio de uma dada ordem social.

Relaciona-se aqui o riso com um ato revolucionário, apropriando-se da ideia de levante, fissura, sem ter a intenção de trabalhar a revolução no sentido de uma mudança dos moldes capitalistas por total, mas entendendo a fissura como uma tática de vivenciar outra forma de cidade, na escala local e com caráter temporário.

A fissura representa aqui uma brecha que abre a possibilidade de experimentar outros meios de produção do espaço. O riso então dá a chance de gerar espacialidades por meio da alegria, sátira, leveza, ironia, e “faz parte das respostas fundamentais do homem confrontando com sua existência” (MINOIS, 2003, p. 19).

É esse hiato entre a existência e a essência que provoca o riso, essa defasagem permanente entre o que somos e o que deveríamos ser. O riso brota quando vemos esse buraco intransponível, aberto sobre o nada e quando tomamos consciência dele. É a desforra do diabo, que revela ao homem que ele não é nada, que não deve seu ser a si mesmo, que é dependente e que não pode nada, que é grotesco em um universo grotesco (MINOIS, 2003, p. 112).

O riso confunde-se com a própria história do homem. Na visão da mitologia grega, o universo nasce de uma enorme gargalhada. Para se interagir em grupo, usa-se do riso e da brincadeira. O riso alivia as tensões interpessoais e é uma das primeiras formas de expressão humana.

A natureza do riso, para Minois (2003), representa a relação do homem com o divino. Para os povos antigos do Oriente Médio (fenícios, babilônicos, egípcios), a Deusa do riso chamava-se Maat e representava a manifestação da alegria de viver e

da confiança em um futuro, sendo combatente contra os poderes da morte. Dentre a mitologia, os deuses riem, e o riso então sempre esteve associado também ao renascimento, ao retorno, sendo a marca da vida divina.

Já na Idade Média, Minois (2003) afirma que o riso torna-se característico da cultura popular, principalmente pela visão cômica ser suprimida pelo domínio da ordem do sagrado. Foi então fora da esfera oficial que o riso se manifesta, reforçando sua raiz de ser livre, de subversão e resistência, sendo formado de maneira autônoma.

As principais formas de manifestação do cômico, então, eram os ritos de passagem e espetáculos (festas ligadas aos trabalhos agrícolas, peças cômicas e carnavais). Predominava o vocabulário grosseiro cotidiano e as obras cômicas verbais. Minois (2003, p. 156) afirma que “nas festas carnavalescas, o povo representa a própria vida, parodiando-a e invertendo-a, uma vida melhor, nova, livre, transfigurada”.

O riso surge essencialmente em situações sociais, por isso, ele é um elemento importante do comportamento e expressa geralmente alegria, prazer e descontração. Porém, pode-se perceber que o riso vai muito além da brincadeira e do humor, ele pode também manifestar hostilidade e agressão ou arrependimento.

Conforme apresenta Minois (2003, p. 35), “o riso é a ritualização do instinto de agressão que existe em cada um de nós”. Dialeticamente, entende-se principalmente que o riso, tanto no seu caráter de prazer, divertimento e alegria, quanto no de agressão é fruto de um comportamento que se estabelece como uma “arma duvidosa que se encontra em todas as situações de conflito” (MINOIS, 2003, p. 3).

O importante é entender que é uma forte ponte de relação entre as pessoas, e um elemento importantíssimo da biologia comportamental humana que interfere muito nas relações tanto sociais, quanto espaciais.

Platão atribui um conceito negativo ao riso. O prazer cômico e a única forma de apreensão da verdade estão na Filosofia. Para ele, o riso seria um prazer falaz, próprio da multidão medíocre de homens despojados de razão (SILVA, 2014, p. 214). E, nesse sentido, entende-se que o riso faz parte dos excluídos, das minorias.

O riso tem um poder revolucionário. Melhor: é um verdadeiro demiurgo, uma potência criativa capaz de ressuscitar os mortos [...]. É o riso de alívio que arruína os esforços terroristas da pastoral oficial; é a divina surpresa, o relaxamento brutal de tensão, no qual os analistas veem uma das principais

fontes do riso. Ele exorciza o medo, sem negar a existência do inferno. Teologicamente, poder-se-ia dizer que esse castigo por inversão não é pequeno. Mas o que o torna imperdoável é que ele é apresentado pelo riso. É em torno do riso que a divisão e o confronto se efetuam. [...] O riso aparece como uma arma suprema para superar o medo. Quem ri do inferno pode rir de tudo. O riso – eis o inimigo – para aqueles que levam tudo a “sério” (MINOIS, 2003, p. 275).

Para além do riso, a brincadeira é essencial para o aprendizado do ser humano. É brincando que se aprende a comunicar, contar, expressar-se, dividir com o grupo e agir com liderança. Ou seja, a brincadeira e o riso são essenciais para a formação do caráter.

Por ser um ambiente de encontro e convívio, o espaço de lazer (e porque não o espaço do riso) tem importância social para a cidade, pois é através desse convívio que pode acontecer a tomada de consciência e, muitas vezes, o envolvimento do cidadão com o meio onde vive, o que possibilita uma atuação direta no local onde está inserido.

Essa ideia de rir, de brincar e ser feliz na cidade - posto que seja da natureza humana - é revolucionária por ser desviante e tem seu viés crítico. O que se enxerga como um ato revolucionário é a potência que o riso tem quando enxergado como um meio de resistência expresso na alegria, no lúdico, na brincadeira. Coloca-se o riso como um conceito ainda pouco explorado no campo do lazer, mas que tem nele sua forte presença e é de onde se parte para entender as várias lutas cotidianas que ocorrem para se poder Rir na cidade.

O riso tem um aspecto individual e um aspecto coletivo. Uma história do riso é, ao mesmo tempo, uma história da festa, que coloca outra ordem de problemas. A junção dos dois não é evidente. Há festas solenes, sem riso. Contudo, nas dionisiacas, no Carnaval e nas saturnais, na festa dos loucos, admite-se que a festa, como o riso, rompe o curso ordinário das coisas e que seus vínculos são essenciais porque ambos abrem uma janela sobre outra realidade, talvez uma utopia (MINOIS, 2003, p. 19).

Entendendo que o riso está inteiramente inserido na festa, Minois (2003, p. 30) afirma que “é o riso que dá um sentido e eficácia à festa arcaica. Porém, essas festas têm uma função: reforçar a coesão social na cidade”. A festa e o riso são permeados por aspectos míticos e transcendentais, é pela atração e pelo respeito pelo universo desconhecido que se celebra. Assim “o riso festivo é a manifestação de um contato com o mundo divino” (MINOIS, 2003, p. 30).

Historicamente, o riso, em todas as suas manifestações, tem em comum a inversão na estrutura das relações, o escape do domínio (subvertendo leis e

dogmas). Revela-se então subversivo por apresentar uma alternativa, mesmo que temporal, para o espaço onde se manifesta e consequentemente se produz.

O riso tem também uma íntima relação com a expressão do corpo, com o movimento dos corpos individuais e coletivos, com a dança na cidade. Quanto a essa perspectiva, “a dança e o riso têm a virtude do exorcismo. A dança muitas vezes nasceu de passos para esmagar e enterrar influências perniciosas, e o riso tem o poder de dissipar os temores da noite” (MAGNUS *apud* MINOIS, 2003, p. 166).

Não é apenas em uma representação de divertimento que o riso se apresenta, muito menos apenas no embate. Pode apresentar-se também como uma forma de direito à vida urbana, principalmente o riso coletivo. Rir de si, rir do outro, rir do mundo à sua volta e fazer disso uma possibilidade de comunicação evoca o riso festivo. Conforme citou Bakhtin (1999, p. 11), “o riso popular ambivalente expressa uma opinião sobre um mundo em plena evolução no qual estão incluídos os que riem”.

O riso é, sobretudo, uma linguagem que o homem forjou para se comunicar com seus pares, e esses momentos são parte fundamental da vida social, da mesma maneira que as normas e os conflitos. Embebido de negação e afirmação, o riso festivo contribui para o sentimento de liberdade e subversão. Tem, na festa, o motivador para o encontro e a interação, tem o caráter universal e utópico.

2.3 A FESTA

Aquilo que se denomina a festa, corresponde, sem dúvida, a esta “subversão exaltante” (DUVIGNAUD, 1983, p. 31).

Para Lefebvre (1991; 2001), a cidade constitui-se como espaço privilegiado e opera em três esferas: a festa, que tem sua raiz na cultura e ideologia; o poder, embasado na vida sociopolítica e jurídica; e o excedente, relacionado à vida financeira.

Nesse sentido, entende-se a festa como um fenômeno social, um potente meio de ruptura da vida cotidiana e um elemento importante da vida urbana, colocada, nesta pesquisa, como elemento central, gerador de novas espacialidades e temporalidades, que, a partir da experiência dos corpos, tem um poder rearticulador da vida coletiva. A festa faz com que o homem seja transportado para

fora de si, rumo ao divino e ao grupo. “É desse modo, um tempo de aglutinação em que o conjunto prevalece à unidade” (SOUZA, 2010, p. 32).

As festas contribuem para manter viva a memória das comunidades; como produções sociais estão conectadas a histórias e experiências significativas, atualizando os ritos comunitários. A multiplicidade de fenômenos encontrados no contexto da festa implica em adaptações às situações próprias desses eventos, realizados de diferentes formas e estilos (GOMES, 2008, p. 44).

A cerimônia social parte da necessidade, como sociedade, de se celebrar e constitui-se como um elemento fundamental da coletividade, pois representa com intensidade os papéis sociais e seus significados. Historicamente, a festa representa a relação do ser humano com a natureza e a relação do ser humano com o tempo de vida. Assim, celebra-se o tempo da colheita, as mudanças de estações, o nascimento, o batismo, a transição de uma fase da vida para outra e também a morte. Celebra-se o passado, festeja-se o presente e aponta-se para o que há de vir, oferecendo a vida como possibilidade de permanência e de mudança.

A festa é, portanto, sempre uma produção do cotidiano, uma ação coletiva, que se dá num mesmo tempo e lugar definidos e especiais, implicando a concentração de afetos e emoções em torno de um objeto que é celebrado e comemorado e cujo produto principal é a simbolização de uma unidade dos participantes na esfera de uma determinada identidade (GUARINELLO, 2001, p. 972).

A festa expressa um forte meio de socialização e representação das culturas de um determinado meio. Tem uma função política elementar na cidade, é estética, performática, efêmera e limiar, sendo expressa no campo da experiência em um mundo de subjetividade. Para Duvignaud (1983), a festa é uma forma de transgressão das normas estabelecidas, tendo, muitas vezes, o efeito desagregador.

Para Durkheim (1968), a festa abarca três características: 1) a superação da distância entre os indivíduos, ou seja, a capacidade de encontro e aproximação; 2) o estado de “efervescência coletiva”; 3) a transgressão das normas coletivas e o abandono da seriedade, ordem e disciplina.

A festa como experiência espacial da cidade dá-se pelo vivido, pela experiência dos corpos, em que os conflitos entre ordem e desordem materializam-se. Para Sennet (2003), o corpo é aprisionado na cidade contemporânea, a liberdade e o movimento dos corpos são negados pela cidade. Dessa forma, a multiplicação dos corpos rumo ao “Corpo Social” (LEFEBVRE, 1991, p. 283) faz da festa um fenômeno que leva o homem para fora das condições de normalidade, geradas pela satisfação e prazer, junto a um estado de subversão.

Conforme afirma Da Matta (1981):

as possibilidades de realizar um caminho criativo, mas invertido, dentro da estrutura social. Em vez de entrar mais e mais na ordem social, e ser totalmente submetido a ela e suas regras, o que aqui se coloca é a possibilidade de sair do mundo - ou melhor, de deixar “este mundo” (DA MATTA, 1981, p. 259).

Essa inversão da estrutura social, mesmo que dentro de uma temporalidade/estado temporal, é apontada por Duvignaud (1983), ao entender a sensação de vida do “nós”, que se estabelece pela intimidade dos corpos e uma construção de consciência não cristalizada e que ocupa um espaço de resistência. Essa tomada de consciência caminha para um “Nós Ativo”, de conduta imaginária e autônoma e que gera influência sobre a vida coletiva.

A comunicação silenciosa é tão importante quanto à troca de palavras e a quente intimidade cria uma intensidade do sentimento comunal muito mais rica do que a existente entre nós, nas sociedades contemporâneas. É a intimidade do reencontro permanente dos corpos e de consciência não cristalizada pela linguagem escrita. A sensação viva do “nós” ocupa um espaço discreto e resistente (DUVIGNAUD, 1983, p. 40).

Essa sensação viva do “nós”, em direção de um “nós ativo”⁶⁰, sugere uma dimensão política e estética, com forte caráter comunal, e é encontrada, por exemplo, no Carnaval como um dispositivo que politiza a partir da ação direta e da experiência dos corpos em festa na cidade.

Conforme afirma Canuto (2016),

a festa se retrata assim como um dispositivo que politiza, pelo sentido de ocupar o espaço urbano sem o fim de ser produtivo, pela ação direta, da experiência, com uma perspectiva estética e por isso de grande possibilidade de relação de afeto. Se o comum é sempre estetizar a festa a partir da reprodução de imagens fáceis, produzidas e replicadas em contextos vários, quando usada como arma para mudança, ela politiza tudo, inclusive a vida (CANUTO, 2016, p. 489).

Sob esse ângulo, a festa concretiza-se na cidade como um princípio revolucionário, dentro do conceito de revolução apontado por Lefebvre (1991):

não se define, pois, unicamente no plano econômico, político ou ideológico, porém mais concretamente pela eliminação do cotidiano. Quanto ao famoso período de transição, ele mesmo adquire um novo sentido. Recusa o cotidiano e o reorganiza para dissolvê-lo e transformá-lo. “Acaba com o seu prestígio, com a sua racionalidade ilusória, com a oposição entre o cotidiano e a Festa (entre o trabalho e o lazer) como fundamento da sociedade” (LEFEBVRE, 1991, p. 44).

⁶⁰ “Certamente a partir do momento que uma aglomeração destas adquire a consciência particular de um “nós” ativo e diferente do resto da sociedade, não podemos visualizá-la como “multidão” ou como “massa”, mas, ao contrário, nela vemos um grupo atuante dotado de uma lucidez coletiva direcionada para uma ação comum” (DUVIGNAUD, 1983, p. 65).

É na ideia de ruptura, destruição e violação dos códigos de conduta impostos socialmente, formadores de corpos passivos, e na construção de um “nós ativo” que se enxerga o princípio revolucionário da festa, ou como fissura aqui atribuída sob a perspectiva de Holloway (2013). Essas subversões colocam em cena a possibilidade de experimentar outras formas de vida coletiva, propõe outros fazeres. “Isso legitima a formulação do projeto revolucionário: recriar estilos, reanimar a festa, reunir fragmentos dispersos da cultura numa metamorfose do cotidiano” (LEFEBVRE, 1991, p. 45).

A festa se apodera de qualquer espaço onde possa destruir e instalar-se. A rua, os pátios, as praças, tudo serve para o encontro de pessoas fora de suas condições do papel que desempenham em uma coletividade organizada. Então, a empatia ou a proximidade constituem os suportes de uma experiência que acentua intensamente as relações emocionais e os contatos afetivos, que multiplica ao infinito as comunicações, e efetua, repentinamente, uma abertura recíproca entre as consciências na medida em que a festa não mais necessita de símbolos e inventa as suas figurações que desaparecem, muitas vezes, em seguida, perecíveis (DUVIGNAUD, 1983, p. 68).

Pode-se observar no Carnaval uma dimensão cultural, pelo apelo estético, político, de resistência, de experimentação de outra cidade e também como dimensão econômica. No carnaval, a cidade reforça-se como uma arena de interesses diversos. A festa, contraproducente e subversiva, torna-se mercadoria. A segregação socioespacial fica mais evidente. A multidão encontra-se e, muitas vezes, o conflito aparece e o espaço urbano passa a ser compartilhado e disputado em meio à “farra coletiva”.

Para Lobato (2008, p. 15), sendo “produto da realidade social, a festa produz identidades, mas nunca alcança o consenso, muito pelo contrário ressalta e expressa os conflitos e as tensões dessa mesma sociedade”.

Usa-se aqui o conceito de fissura que é abordado por Holloway (2013):

carnaval, pelo menos no mundo medieval, pode ser visto como uma fissura temporal nos padrões de dominação, um tempo no qual as relações normais de hierarquia são simplesmente revertidas ou abolidas. Isto não é somente uma parada da máquina que é funcional para a reprodução da dominação, mas algo muito mais profundo [...] Este também é um tempo no qual o riso rompe a seriedade do empreendimento de dominação e submissão, não um riso individual, mas um riso coletivo, que abre em direção a um outro mundo (HOLLOWAY, 2013, p. 33).

O carnaval, apontado por Da Matta (1986) como uma “Festa sem centro”, foi trazido para o Brasil no século XVII pelos Portugueses, a partir dos Entrudos

ibéricos, e tem suas raízes nas festas Bacantes Greco-romanas, conhecidas também como Saturnais.

Essas festas Saturnais, mais conhecidas como Bacanais (Roma) ou Dionisiacas (Grécia), eram festas que celebravam a fartura em épocas de colheita, homenageando o Deus Dionísio. As Dionisiacas eram festas que duravam dias, regadas de todas as formas de prazer, por meio de uma bebedeira coletiva e encontro dos corpos sem divisão por sexo e classe.

Dentro dessas festas, havia as “Sátiras”, que eram uma encenação da vida cotidiana e uma provocação da mesma. Nas sátiras, libertinos fantasiavam-se de guias religiosos, “mulheres da vida” de donzelas puras, homens viris vestiam-se de mulheres, escravos colocavam-se nos papéis de reis. Essa teatralização servia como um acerto de contas do povo com seus governantes, de forma transfigurada e, metaforicamente, por meio do deboche.

A festa então sempre se estabeleceu com quatro elementos: a representação e imitação; a máscara, o disfarce; a ideia de virar o mundo ao contrário, subverter; e o excesso, o transbordamento. O carnaval representa, de forma radical, a festa na rua e, como afirma Minois (2003, p. 166), “o riso carnavalesco sempre tem uma função de libertação de necessidades recalcadas”.

Sem nenhuma dúvida, o carnaval é a maior festa popular do Brasil, que dura oficialmente cinco dias, mas, na prática, já se inicia por meio dos ensaios dos blocos no meio de janeiro.

Em Belo Horizonte, *locus* da pesquisa, o Carnaval de rua vem crescendo exponencialmente desde 2009 e retoma as ruas como um evento tático e estético, que se coloca em oposição ao poder público local (a gestão do ex-prefeito Márcio Lacerda⁶¹). Em meio a um processo de intensificação das relações sociais e das relações dos grupos sociais com a cidade, ganha, ano após ano, escala muito maior que a prevista e, como efeito colateral, surgem interesses voltados ao consumo e à venda dessa festa como mercadoria.

Todavia, segue como carnaval de luta, com cada vez mais movimentos sociais envolvidos e em constante comunicação e transformação, por meio de novas

⁶¹ Marcio Lacerda foi prefeito de Belo Horizonte entre 2008 a 2016 pelo PSB. Sua gestão foi de difícil diálogo com os movimentos sociais. Diante de diversas recusas ao diálogo e a receber os movimentos, em 2011, surge o movimento Fora Lacerda, que aglutinou diversos atores sociais da cidade.

experimentações e vivências, pautando o direito à cidade, direito à moradia, à preservação dos rios e das águas, ao contato com o divino, ao respeito pelas religiões de matriz africana, ao fim da cultura do estupro e às questões de gênero.

O carnaval de luta acontece o ano inteiro na rua, porque esse é o espaço público comum a todos, sendo não apenas um espaço para ocupar, mas também para tornar visíveis outras modalidades de uso; é na rua porque é popular e aberto a qualquer um que se sinta afetado pelas demandas e pela luta em processo; e o carnaval só pode ocorrer pela luta, uma vez que seu conteúdo político só pode se expressar como exercício de cidadania no momento em que questões individuais tornam-se questões de cunho público (CANUTO, 2016, p. 497).

Assim o carnaval de luta, para muito além da válvula de escape das frustrações cotidianas, faz-se um meio de forte vivência sociológica e colisão de pautas importantes para as cidades, por meio da festa e da humanização da vida urbana. Diante disso, acredita-se que quanto mais festas forem vivenciadas como prática espacial, maiores serão as forças em direção do rompimento de estruturas hierárquicas e excludentes, maior será o caminho para o diálogo real entre pessoas, rumando para uma consciência de classe que emerge a partir da vida urbana. As festas são uma força no sentido contrário à dissolução social.

Superando a ideia de festa apenas como um momento de divertimento sem pretensão de transformação e enxergando-a principalmente como um catalisador de relações sociais que produzem espaços coletivos, temporários ou não, a festa aqui é vista como um potente evento que se tem na relação com a cidade, com força para remetê-la a um local no qual se luta pelo direito à vida urbana. Entende-se então que “a festa não teria nada a ver com qualquer necessidade de diversão, como o afirmaram os moralistas clássicos. Tratar-se-ia de uma coisa muito mais séria, fundamental, pra dizer tudo” (MINIOIS, 2003, p. 33).

Seria então a festa um exercício radicalmente democrático em que, por meio da multidão, de conflitos, de processos de auto-organização, tentando superar a dicotomia do sagrado e do profano, do público e do privado, do corpo e da alma, com o riso encarnado nos corpos e nos espaços, produzir-se-ia uma cidade com maior humanidade, presença e afetos.



3. POR QUE LAZER?

A PULSÃO. O DESEJO. O DIREITO



FIGURA 13: Tirinha Mafalda
Fonte: Quino (2003).

Por que se busca o lazer? Por que o lazer é importante para a vida e o quão importante é? O que leva as pessoas a se moverem rumo ao brincar, o jogar, o festejar? Essas indagações orientam o desenvolvimento desta parte da pesquisa. “Por que Lazer”?

Neste capítulo, pretende-se discutir o lazer dentro de duas dimensões, a pré-disposição para essa vivência, principalmente por se entender que é algo fundamental e necessário para a existência humana e sua vida em sociedade. E também o lazer como um direito fundamental que deve ser assegurado pelo Estado, mas que ainda demonstra pouco aprofundamento e sistematização prática para que esse direito seja garantido.

O direito ao lazer significa também que, para ser reconhecido como tal, deve ter asseguradas as condições para sua expressão e exercício. Parafraseando Henri Lefebvre (1969), que cunhou a expressão “direito à cidade”, podemos também falar do direito ao lazer na cidade de nosso tempo, no sentido de que ela própria, para além das opções de entretenimento que possa abrigar e oferecer a seus moradores é em si mesma um grande equipamento de lazer e, não obstante seus problemas e desigualdades, é objeto de disputas, controvérsias (MAGNANI, 2015, p. 17).

Parte-se da compreensão de que o lazer é uma produção cultural histórica, simbólica, subjetiva e intersubjetiva, (lazer como pré-disposição) e que reflete diretamente no processo de decisão e construção dos espaços de uso coletivo, entendidos, nesta pesquisa, como um fator central para reivindicar o direito ao lazer junto com o direito à cidade.

Relacionando a dimensão simbólica (universo lúdico e a cultura) com a discussão do lazer abordado dentro da perspectiva urbano-industrial capitalista,

(como um direito social e uma extensão do direito trabalhista), buscou-se explicitar o porquê do lazer, visto aqui como um componente fundamental da vida humana e em sociedade e potente meio de romper com as práticas hegemônicas de produção do espaço urbano.

Uma das principais características do lazer é a noção de liberdade e a busca por alcançá-la. Reside no fato de ser livre, ou sentir-se livre. A prática do lazer estabelece-se como forte ato de autonomia. Autonomia que significa “governar a si mesmo”, podendo ser exercida individualmente e na coletividade. Já a raiz da palavra lazer relaciona-se com a noção de ser lícito permitido.

Todo o repertório que surge da espontaneidade do brincar e do lazer brota de relações entre o mundo interior e a interação com o mundo exterior. As crianças, por exemplo, sabem e expressam o que querem a partir de suas brincadeiras, e é ali que um repertório de respostas para suas necessidades constitui-se. É ali que se encontra a construção de sua autonomia.

A pulsão da vida encontra-se no gesto do brincar e reflete em uma pulsão para o crescimento, para a descoberta do bem viver⁶². Esse tempo de lazer e de festa vem ancorado em uma busca incessante do contato com os outros, que, por meio da alegria, constituem-se como seres no mundo. O ato de brincar precisa do aqui, o tempo é o agora, e os gestos manifestam-se através do corpo, afirmando a vontade e a liberdade de ser.

3.1 O Lazer como uma Predisposição

O lazer está inteiramente ligado à construção da identidade do homem, principalmente pela manifestação cultural que, por meio de sua expressão corpificada, torna-se “lugar”, carregado de sentidos, afetos e relações de poder. Sendo assim, “o lazer não é residual nem supérfluo, porque faz parte dos elementos constitutivos e definidores de determinado modo de vida” (MAGNANI, 2015, p. 17).

⁶² Bem viver é uma corrente de pensamento atualmente bastante discutido a partir de práticas ancestrais dos povos andinos e amazônicos que tem uma perspectiva epistemológica decolonial. “Mais do que conceitos ou teorias, o Bem Viver sintetiza vivências. Surge a partir das comunidades indígenas. Nutre-se de seus valores, de suas experiências e sobretudo de suas múltiplas práticas.(...) E na medida em que promove a vida em harmonia dos seres humanos vivendo em comunidade e destas vivendo em harmonia com a natureza, nos oferece há centenas de anos uma série de lições de como se poderiam imaginar outros mundos em que caibam todos os mundos, sempre assegurando a justiça social e a justiça ecológica. (Alberto Acosta, Entrevista. 2017). Disponível em: <https://www.editoraelefante.com.br/mais-do-que-conceitos-ou-teorias-o-bem-viver-sintetiza-vivencias/>. Acesso dia 30 de julho de 2019.

Conforme afirma Silva (2015):

Esses elementos permitem-nos desenvolver qualidades humanas (afetivas, estéticas, éticas, cognitivas, lúdicas) com a lucidez de que nesse “lugar lazer” se tencionam visões de homem, mundo e sociedade que são conflitantes e, muitas vezes, contraditórias, gerando também rupturas, descontinuidades e disputas (SILVA, 2015, p. 167).

Defende-se aqui que o lazer extrapola a dimensão espaço-tempo e repousa no fato de estar profundamente entrelaçado às práticas sociais mais antigas. O lazer como predisposição parte da ideia de que as atitudes lúdicas, que estão imbricadas na vida cotidiana, são uma dimensão da cultura e extremamente necessárias para a vida em sociedade.

É válido lembrar que Gomes (2008) define o lazer como sendo operado em três esferas: Atitude Lúdica ou Ludicidade; Manifestação Cultural; e Tempo-espaço. Essas três esferas são indissociáveis e aqui, nesse esboço, pretende-se aprofundar no entendimento do universo da atitude lúdica e das manifestações culturais.

Huizinga (1993) evidencia que, dentro da ludicidade, o jogo tem uma relevância na constituição de relações do indivíduo com seu meio, na criação de laços e no estabelecimento de regras. Há, nesse sentido, na atitude lúdica, um processo de ressignificação da realidade e da construção de sentidos, estando profundamente ligado ao processo de aprendizagem e à produção social do espaço.

O lúdico, campo do imaginário que propicia a experimentação, a criatividade e a ruptura com a realidade⁶³, contextualiza-se dentro da ideia de ludicidade “como inerente à condição humana, pois as práticas culturais não são lúdicas por si mesmas: elas são construídas na interação do sujeito com a experiência vivida” (GOMES, 2014, p. 13).

As festas e celebrações, as práticas corporais, os jogos, as músicas, as conversações e outras experiências de sociabilidade podem assumir a feição de lazes que têm significados e sentidos singulares para os sujeitos que as vivenciam ludicamente (GOMES, 2014, p. 9).

O lazer aqui é visto muito além de uma oposição ao trabalho, mas como parte essencial da vida humana, mobilizada pelo desejo de liberdade, autonomia, criatividade e prazer. Ele estabelece-se dentro de um entrelaçado de “sentidos e

⁶³ Entende-se aqui que esta ruptura da realidade é um importante meio de escape em que o ser humano, por meio de seu imaginário, pode vir a criar uma outra realidade.

significados dialeticamente partilhados nas construções subjetivas e objetivas dos sujeitos, em diferentes contextos de práticas sociais” (GOMES, 2008, p. 4).

De um ponto de vista mais complexo, o lazer abarca os fenômenos sociais, políticos, culturais e está em plena transformação, posto dentro de um tempo histórico e um tempo simbólico. Situando as práticas de lazer no contexto urbano contemporâneo, Magnani (2003) aponta que:

Com efeito, os deslocamentos de população para grandes centros não envolvem apenas questões de ordem econômica, demográfica ou urbanística; para o próprio migrante, a mudança não se esgota no problema de uma maior ou menor capacidade de adaptação às exigências do trabalho urbano, mas significa alterações profundas em seu modo de vida, na forma de satisfação de suas necessidades e no aparecimento de novas necessidades. Implica, em suma, um reordenamento de todo o seu estoque simbólico (MAGNANI, 2003, p. 25).

Dentro das composições culturais que são visíveis na produção social das periferias urbanas, entende-se que “nesse processo, juntam-se o velho ao novo, tradições rurais com valores próprios da sociedade industrial; algumas coisas permanecem, muitas se transformam, outras ainda desaparecem” (MAGNANI, 2003, p. 26).

As manifestações culturais, conforme demonstra Gomes (2014), são um aspecto que reforça a necessidade do ser humano vivenciar, desfrutar e fruir ludicamente no mundo onde se encontra. Vêm das práticas sociais constituídas culturalmente: das festas, das brincadeiras, dos jogos, do momento de ócio, da contemplação que se estabelece dentro de um espaço-tempo fluido.

Enquanto uma dimensão da cultura, o lazer é dinâmico e, se por um lado é marcado pela diversidade, por outro constitui/é constituído pelas identidades distintivas de cada grupo social, colocando em realce os hibridismos que permeiam a relação global/local (GOMES, 2009, p. 6).

Essa dimensão cultural do lazer, que se transforma constantemente e interage global e localmente, de maneira dialética, pode ser entendida como uma potente forma de socialização comunitária, um forte meio de mobilização e comunicação.

Assim, as manifestações culturais expressas nos jogos, nas artes e nas festas representam, para Costa (2017), uma “sociabilidade festiva”. Para o autor, essa forma de sociabilidade “é mostrada como tendo a sua própria esfera pública na qual a sua reflexividade pode ser expressa através da arte e do jogo (...). A sociabilidade transforma a ‘sociabilidade festiva’ na comunidade festiva” (COSTA, 2017, p. 3-4).

Essa forma de interação social ocorre dentro de um caráter lúdico, em que um sentido peculiar é atribuído ao momento, em que transmissões de conhecimentos tradicionais são postas em contato com atravessamentos da cultura contemporânea.

As paradas estão no contexto desta transformação, que ajuda a comunidade a atualizar a tradição por meio de um diálogo entre as formas contemporâneas de espaço-tempo e as relações familiares e uma reapropriação da comunidade centrada no espaço-tempo. (...) os mecanismos centrais da transmissão da tradição se encontram na “sociabilidade” da comunidade que a sustenta e, ao mesmo tempo, renova-o reflexivamente mediante à incorporação de características modernas e contemporâneas na estrutura sociável da tradição (COSTA, 2017, p. 3).

Saura (2014, p. 172) defende o ato de brincar (e, nesse sentido, o ato lúdico e cultural) “ao contrário da ideia do entretenimento e diversão inconsequente e sem maiores danos, algo profundo, transformador, transgressor e formador da natureza humana”. Ou seja, reside no brincar espontâneo um ato que está profundamente ligado à formação de cada um no mundo. Está no ato de brincar, divertir-se e festejar a construção de nossa humanidade e, por isso mesmo, a construção de espaços mais humanizados.

Considera o brincar e o lazer como um fim em si, não como meio. É uma diferença de visão fundamental, pois se desloca o fenômeno do lazer e do lúdico como forma para se atingir determinados objetivos para ser ele mesmo o objetivo último, justificando por si só sua existência enquanto fenômeno e importância no desenvolvimento humano (SAURA, 2014, p. 164).

O lazer espontâneo aqui se fundamenta na experiência lúdica, que é expressa nos corpos por meios sensoriais (tato, olfato, audição, paladar e visão), e provoca um domínio do conhecimento do ser com seu corpo, tendo, como consequência, uma noção de presença do ser no mundo. Essa espontaneidade, atribuída aqui dentro de um cotidiano, parte da dimensão de autonomia individual e coletiva, basicamente por se tratar de atividades livremente escolhidas.

É dentro da dimensão de autonomia, liberdade, criação e recriação do mundo que repousa o viés de fissura dos meios de produção hegemônicos, no qual o lazer espontâneo apresenta sua potência. Por ser um fim em si mesmo, contraproducente e sem a pretensão de servir para nada além da satisfação, alegria e prazer que as práticas de lazer espontâneas, insurgentes e autoproduzidas podem e devem ser exploradas dentro de uma ótica transformadora.

Junto ao contexto cultural, potencializados pelo imaginário, corpos cultuam interiormente memórias e marcas de costumes tradicionais. Saura (2014) chama a

atenção para o nosso “imaginário bio-cultural”. Para a autora, somos seres bio-culturais e carregamos conosco um repertório de imagens e gestos tanto biológicos como culturais. As festas, as brincadeiras e os jogos populares estabelecem-se dessa forma como um meio de atualização desse repertório e uma adequação ao contexto no qual essas práticas se encontram.

os momentos de lazer abordam a expressão deste imaginário humano, uma vez que se propõe a trabalhar com o corpo, no corpo, a nossa manifestação corporal e assim, o contato com elementos de nossa ancestralidade, expressos no nosso imaginário bio-cultural (SAURA, 2014, p. 167).

Os rituais sempre foram determinantes na vida em sociedade. Diante desse contexto, esses “gestos brincantes estão repletos de movimentos sagrados, arquetípicos e ritualísticos. Enquanto brincam, realizam um importante exercício de ancestralidade por meio da produção simbólica de imagens” (SAURA, 2014, p. 172).

Dentro do universo lúdico, especializado aqui junto com as manifestações culturais por meio das festas, brincadeiras e jogos, vê-se o caráter estético e ético do lazer. As festas tradicionais, por exemplo, representam algo que nutrem os seres humanos e carregam consigo uma relação histórica da humanidade com a natureza. Essas celebrações foram marcadas dentro de um caráter universal, pois todas as civilizações sempre festejaram, com rituais de passagem, celebrando ciclos e tempos da natureza (época da colheita), ou os ciclos da vida, como o nascimento, o aniversário, a morte, entre outros.

Os elementos que determinam o processo de planejar, produzir, vivenciar e findar as festas, a beleza, a alegria e a fartura sempre foram fatores importantes para que a festa funcione e ocorra, mesmo sendo sempre atribuída a ela a noção do inesperado, do misterioso e do celestial. Outro caráter importante da festa é sua coletividade, não se faz festa sozinha e, nesse sentido, o próprio processo de produção da festa é um processo comum.

Para Saura (2017)⁶⁴, o aspecto ético e estético misturam-se. Dentro do caráter ético, a elaboração da festa dá-se em um tempo em que se estabelecem o compromisso e a presença da construção partilhada e sensível de uma celebração

⁶⁴ Disponível em: <http://territoriodobrincar.com.br/videos/videoconferencia-8-criancas-festas-e-manifestacoes-populares/> Acesso em: 19 jul., 2017.

comum. Na dimensão estética, a harmonia, o equilíbrio, a beleza impulsionam a festividade. “Se é bonito, é bom, é justo, é correto” (Saura, 2017) ⁶⁵.

As transferências das tradições, trazidas por Saura (2017), como algo que só pode acontecer a partir da experiência, do vivido, da presença, apresentam-se aqui contextualizadas junto a uma temporalidade que se repete ciclicamente, buscando a profundidade e a intimidade. Assim, a experiência é entendida como “aquilo que ‘nos passa’, ou que nos toca, ou que nos acontece, e, ao nos passar, nos forma e nos transforma” (BONDÌA, 2002, p. 21). Entende-se que, na experiência, pouco se pode dizer, o importante é o que se sente e como esses elementos atravessam a nossa humanidade.

3.2 O LAZER COMO UM DIREITO

• 3.2.1 O Direito pela constituição

Penso que devemos ser primeiro homens, e só depois súditos. Não é desejável cultivar tanto respeito pela lei quanto pelo que é direito. A única obrigação que tenho o direito de assumir é a de fazer em qualquer tempo o que julgar ser correto (THOREAU, 1817).

O lazer hoje é tido como um direito fundamental dentro dos direitos sociais, presente tanto na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, como na Constituição Federal Brasileira, de 1988, nos artigos 6º e 7º⁶⁶. Entretanto, sabe-se que apenas esse marco legal não garante a efetividade desse direito, sua qualidade e a democratização de seu acesso.

O art. 227⁶⁷ determina que é dever do Estado, da família e da sociedade assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar, colocando-os (criança e o adolescente) a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. O art. 217, da Seção III do Capítulo III do Título VIII, refere-se ao desporto, que pode ser classificado conforme o enfoque e objetivo, como direito à educação, à cultura e ao lazer. O seu § 3º determina que o Poder Público deverá incentivar o lazer como forma de promoção social (MAGALHÃES, 1991, sem página.)⁶⁸.

⁶⁵ Disponível em: <http://territoriodobrincar.com.br/videos/videoconferencia-8-criancas-festas-e-manifestacoes-populares/> Acesso em: 19 jul., 2017.

⁶⁶ O Artigo 6º aborda os Direitos Sociais e o Artigo 7º os Direitos dos Trabalhadores.

⁶⁷ Art. 227 Constituição Federal de 1988.

⁶⁸ Disponível em: <http://joseluizquadrosdemagalhaes.blogspot.com.br/2011/05/354-direitos-humanos-direito-ao-lazer.html> Acesso em: 13 jul. 2017.

Historicamente, o direito ao lazer é definido em relação ao trabalho formal. Os homens é que o reivindicaram: “o direito à preguiça é o grito de um homem erguido contra a redução do trabalhador ao papel do produtor” (DUMAZEDIER, 1974, p. 44). Nesse sentido, entende-se que o lazer dentro do campo do direito é ainda visto na perspectiva urbano-industrial dos meios de produção capitalista, tendo um vínculo muito forte com a discussão dos direitos trabalhistas.

A dimensão do lazer como um direito social relaciona-se à cidadania, portanto é uma conquista histórica e social que deve ser estendida a todos, independentemente de gênero, de classe, de idade, de etnia, de cultura e de religião. Entende-se que “o direito ao lazer deve ser compreendido como condição e consequência concomitante do exercício da cidadania ativa e efetiva” (DUARTE, 2015, p. 24).

Levando esse contexto para o aspecto de uma mobilização, reivindicação do tempo de fruir livremente e, por assim dizer, de autonomia, Magnani (2003) afirma que:

O lazer está nos antípodas daquilo que se considera o lugar canônico da formação de consciência de classe, ocupa uma parte mínima do tempo do trabalhador e não apresenta implicações políticas explícitas. Atividade marginal, instante de esquecimento das dificuldades cotidianas, lugar enfim de algum prazer – mas talvez por isso mesmo possa oferecer um ângulo inesperado para a compreensão de sua vida no mundo é lá que os trabalhadores podem falar e ouvir sua própria língua (MAGNANI, 2003, p. 30).

Perante a lei, é de responsabilidade de o Estado garantir uma estrutura que proporcione acesso ao lazer para todas as camadas sociais, tanto no que diz respeito ao tempo, quanto aos espaços de lazer. Contudo, nem direitos básicos como moradia e saneamento são providos pelo Estado para a maior parte da população, que não vê alternativa a não ser a de construir sua própria moradia, seus espaços de uso coletivo e, por assim dizer, produzir a sua própria cidade.

A partir do pensamento moderno (fragmentado e parcelar), o direito ao lazer está mais relacionado ao tempo fora do trabalho do que ao tempo de lazer em si⁶⁹. Ou seja, esse direito fica ainda subordinado ao trabalho. Ainda se está imerso a uma sociedade que enxerga como base moral e de dignidade o trabalho. Porém, para

⁶⁹ Não queremos aqui desmerecer as lutas pelos direitos trabalhistas, mas evidenciar que o lazer é colocado como um direito social, mas pouco é encarnado na cidade e discutido dentro desses direitos como algo muito mais amplo do que o tempo do não trabalho, até porque o direito ao lazer estende-se a todos os cidadãos, não só aos trabalhadores.

muito além dessa ótica, a dignidade humana baseia-se na saúde, no habitar, na cultura e no lazer.

Esta é a grande provocação que Lafargue (2003) faz em seu livro, pois deveria ser o oposto, o trabalho estar subordinado ao lazer e ao ócio. Para Lafargue (2003), esses direitos de redução do tempo de trabalho só reforçam a importância do trabalho como meio de produção capitalista, sendo o tempo livre o tempo de regeneração do operário para que possa continuar a produzir.

Isto fica muito evidente quando se vê que os primeiros parques públicos surgem na Inglaterra e França, no início do século XIX, como os “pulmões” das grandes cidades e também como um filtro das mazelas da sociedade. Ou seja, os parques públicos vêm para melhorar a vida do trabalhador e, principalmente, ser um meio de controle social, pois, ao oferecer a água potável e um local para a família, você tira o cidadão dos Pubs⁷⁰, distancia-os dos vícios e, sobretudo, diminui a possibilidade de motins e organizações operárias.

Nas cidades industriais do final do século XIX, junto com um pensamento positivista e moderno, os parques urbanos surgem como um espaço de relevância dentro do planejamento urbano, que têm no seu discurso e lógica oferecer grandes áreas verdes que possam propiciar ao trabalhador momentos de lazer saudáveis e tranquilizadores, que servem como grandes redutos que curam e aliviam as tensões da longa jornada de trabalho. Os parques então tinham um caráter ambiental, de saneamento, motivador da vida social e política.

Cabe ressaltar aqui que os parques urbanos do final do século XIX e início do século XX, na Europa e nos Estados Unidos, tinham como público-alvo a classe operária, já que a aristocracia e a nobreza já tinham suas casas de campo e frequentavam clubes de caça e a burguesia organizava-se em clubes. No Brasil, os parques urbanos foram introduzidos e eram frequentados pela elite local, que tentava replicar nas terras tropicais a cultura da sociedade burguesa europeia. Esse fato vem ressaltar que o direito ao lazer deve ser relativizado, se entender que esse direito não se aplica a todos da mesma forma.

Serve como exemplo mencionar também as leis trabalhistas, criadas na Era Vargas (década de 30), que, por um lado, diminuíram as horas de trabalho e

⁷⁰ Os Pub's aqui mencionados são os Bares de influência Britânica. Foram usados como exemplo por serem em Londres onde as antigas reservas florestais da coroa Inglesa passam a ser parques públicos.

aumentaram o tempo fora do trabalho para a população; mas, em contrapartida, serviram como estratégia para desarticular movimentos sindicais operários que eram capitaneados por imigrantes, que na época contestavam melhoria tanto nas condições de trabalho como nas de moradia. Além disso, “muitos eram filiados a grupos anarquistas e comunistas que constituíam uma esfera pública alternativa de debate sobre o desenvolvimento econômico da sociedade brasileira” (HOLSTON, 2013, p. 248).

Como resposta do Estado para esse grupo de resistência, além de reprimir as manifestações e deportar muitos imigrantes, em 1930, é criada a Lei dos Dois Terços (Decreto n. 19.482), que nacionalizou a força de trabalho, garantindo que dois terços de seus operários fossem brasileiros e que a liderança sindical não fosse de estrangeiros.

Conforme aponta Holston (2013, p. 249), “o fato de o governo revolucionário ter usado a Lei dos Dois Terços para criar um novo significado de cidadania nacional para os trabalhadores brasileiros, tornando-os beneficiários de suas qualificações para o direito ao trabalho”, também propiciou por outro lado uma desarticulação da luta sindical, que se ancorava na experiência anarquista e comunista dos imigrantes italianos. Esse benefício pode ser visto também como uma tática populista para acalmar os ânimos do movimento operário em troca de “direitos” que se estendem, sobretudo, aos trabalhadores brasileiros, reforçando assim uma política nacionalista.

No Brasil, todos são iguais perante a lei, o que, devido à historicidade, acaba por reforçar muitas desigualdades.

O princípio de igualdade perante a lei contradiz o princípio de igualdade de direitos, pois permite o florescimento de diferenças de grupo, desde que sejam reduzíveis a capacidades individuais e baseadas na avaliação dos legisladores quanto à utilidade pública (HOLSTON, 2013, p. 53).

Há uma contradição no que diz respeito aos direitos de cada cidadão e o que é realmente justo, principalmente, se se analisar que “a norma da igualdade perante a lei permite a distribuição legal de maiores poderes de cidadania a alguns cidadãos” (HOLSTON, 2013, p. 54). Isto evidencia a seletividade com que a lei atende a grupos dominantes para manter privilégios e aplica-se para as minoras, na maioria das vezes, com função punitivista, e até mesmo violenta ou compensatória.

Entende-se, dentro das limitações da elaboração das leis, seu caráter unilateral e descolado das demandas cotidianas, em que o Estado não atua diretamente para garantir e efetivar esses direitos. Dentro de uma crítica às

abordagens tradicionais, vê-se que o direito ao lazer deve-se remodelar e ser revisitado permanentemente, principalmente por cumprir um papel importantíssimo no desenvolvimento de uma cidadania ativa e efetiva. “Entretanto é necessário compreender que essa luta pelo direito à cidade e, conseqüentemente, ao lazer é um processo histórico em construção” (RECHIA, 2015, p. 46).

Levar o lazer a sério, nesse contexto, é considerá-lo não apenas um direito social, tal como descrito no art. 6º, caput, da Constituição da República de 1988, mas também encarar a realidade de que, sob o paradigma democrático, esse direito é condição e consequência do exercício de uma cidadania ativa e efetiva (DUARTE, 2009, p. 77).

Dentro de uma pesquisa aprofundada das emendas para incluir o lazer como um direito social junto à Assembleia Nacional Constituinte, entre 1987 a 1988, Santos (2014) aponta que o lazer para o Estado está atrelado à noção de esporte e recreação e, num terceiro momento, como uma dimensão cultural. Também está relacionado com o turismo e com a educação, no entanto, apresenta-se em emendas separadas, dando assim uma noção fragmentada e parcelar do lazer.

A autora afirma que

Os vestígios encontrados nos permitem perceber que apesar de o lazer ter sido compreendido como fundamental para a vida dos cidadãos brasileiros por todos os atores políticos participantes desse processo, não houve mobilização e organização em torno do lazer (SANTOS, 2014, p. 1305).

E enfatiza que, diferente dos outros direitos sociais, como moradia, educação e saúde, o lazer não foi uma demanda que veio dos movimentos sociais e da população, e sim do próprio Estado.

Essa constatação é de extrema relevância para se refletir como o lazer ainda hoje é visto como uma mera atividade e algo supérfluo pela sociedade. De 1988 para cá, muito se avançou nos estudos do lazer, principalmente impulsionados pela própria Constituição Federal, o que faz com que este passe a ser visto aos poucos como algo intrínseco ao ser humano, muito mais complexo, relacionado à própria formação da pessoa humana e da sua cultura e que faz parte dos momentos mais importantes, tanto individuais quanto coletivos.

O lazer essencialmente engloba um conjunto de práticas sociais e relações que são marcadas pela manifestação do lúdico, a espontaneidade, as relações de grupos sociais e está intimamente ligado aos modos de vida das pessoas. Existe, dentro desse universo, uma reprodução das práticas hegemônicas de lazer

(televisão, cinema, vídeo game, *facebook*, turismo “CVC”)⁷¹ e, ao mesmo tempo, manifestações muito particulares, criativas e de resistência à lógica dominante.

Esse fator faz pensar que, para o direito ao lazer ser realmente efetivado, é necessária a garantia dos demais direitos fundamentais que assegurem uma vida digna. Com isso, um aspecto importante a ser considerado é entender como se dá a garantia dos direitos sociais para a população brasileira, entendendo que essa garantia não significa apenas ter acesso ao lazer como consumo, mas, sobretudo, ter direito ao lazer como um ato libertário, que se estabelece no espaço para o fim em si mesmo. Assim, contraproducente, sendo o lugar do jogo, do riso e da festa.

Diante do atual contexto sociopolítico brasileiro e de todas as suas complexidades, é de grande importância entender que essas sucessivas retiradas de direitos ⁷²são articuladas de forma conjunta em um espaço de tempo muito curto e vêm reforçar ainda mais a perda de direitos fundamentais. Existe, nesse sentido, uma necessidade de (re)pensar urgentemente o lazer como direito social fundamental para a vida de qualquer pessoa. Em um contexto de aumento e criminalização da pobreza, o jogo, o riso e a festa são elementos fundamentais da vida, que devem ser garantidos e reivindicados tanto quanto o trabalho, a moradia, a saúde e a educação.

- **3.2.2 O Lazer e O Direito à Preguiça**

Essa noite eu tive um sonho
De sonhador
Maluco que sou, eu sonhei.
Com o dia em que a Terra parou
(...)
Foi assim
No dia em que todas as pessoas
Do planeta inteiro
Resolveram que ninguém ia sair de casa
Como que se fosse combinado em todo
O planeta
Naquele dia, ninguém saiu de casa,
ninguém ninguém...
O empregado não saiu pro seu trabalho
Pois sabia que o patrão também não tava lá
Dona de casa não saiu pra comprar pão
Pois sabia que o padeiro também não tava lá
E o guarda não saiu para prender
Pois sabia que o ladrão, também não tava lá

⁷¹ A CVC é uma das maiores agências de turismo que operam hoje no Brasil, vendendo pacotes de viagens bem alinhadas com a dinâmica de lazer como consumo.

⁷² Reforma da Previdência, Reforma Trabalhista, Corte de verba para ensino, etc.

E o ladrão não saiu para roubar
Pois sabia que não ia ter onde gastar
No dia em que a Terra parou (êê)
(Claudio Andrade de Azeredo / Raul Seixas,
1977).

Lafargue (2003) descreve em seu livro que o sistema econômico massacra os trabalhadores e reforça seu estado de alienação e dependência do meio de produção capitalista, enxergando assim o trabalho como uma religião. Trazendo suas provocações para os dias de hoje, o operário, além de estar economicamente massacrado, é afastado para áreas periféricas, como reflexo de especulação imobiliária, forçando-o a percorrer grandes distâncias entre a moradia e os locais de trabalho.

Esse viés perverso dificulta o trabalhador de usufruir do seu tempo de lazer, principalmente pela necessidade de complementar o orçamento familiar por meio de “bicos”, ou até mesmo autoconstruir sua moradia. Se relativizar essa reflexão a partir da mulher trabalhadora, vê-se seu tempo de lazer cada vez mais extinto por recair sobre ela a responsabilidade sobre os cuidados da família, da casa e, muitas vezes, o sustento do lar também.

Entretanto, para o autor, todas essas formas de opressão geram no trabalhador alienação e passividade, que só poderão ser rompidas quando a classe trabalhadora se der o direito à preguiça, à contemplação, às festas, ou seja, a uma vida feliz.

Para Lafargue (2003):

Uma estranha loucura dominou as classes operárias das nações onde reina a civilização capitalista. Essa loucura traz como consequência misérias individuais e sociais que há séculos torturam a triste humanidade. Essa loucura é o amor ao trabalho, à paixão moribunda que absorve as forças vitais do indivíduo e de sua prole até o esgotamento (LAFARGUE, 2003, p. 19).

É importante despendar um tempo para falar do panfleto escrito por Paul Lafargue em 1880, publicado na revista *L'Égalité* e reeditado em 1883, que é tão conhecido quanto o manifesto comunista, e que marcou uma série de lutas urbanas que seguem ao longo dos séculos XIX e XX.

Conforme elucida Marilena Chauí (2012), inicialmente Paul Lafargue tinha pensado em intitular seu panfleto como “Direito ao Lazer” e, posteriormente, como “Direito ao ócio”. “A escolha da preguiça não foi casual. O título original do panfleto foi: O direito à preguiça. Refutação da religião de 1848” (CHAUÍ, 2012, p. 86).

Ao escolher e propor como um direito um pecado capital, o autor visa diretamente ao que denomina “religião do trabalho”, o credo da burguesia (não só francesa) para dominar as mãos, os corações e as mentes do proletariado, em nome de uma nova figura assumida por Deus, o Progresso (CHAUÍ, 2012, p. 87).

O capitalismo adaptou-se ao longo dos tempos, passou por crises e foi se transformando e transformando os meios de produção e hoje se vive na era de “financeirização”, ligada diretamente à produção do espaço. Dentro do contexto industrial em que o texto foi escrito, ainda dava para compreender a dicotomia tempo de trabalho e tempo livre, porém hoje se vive nos moldes do capitalismo flexível⁷³, em que o trabalhador não está diretamente subordinado a um patrão, mas a um campo mais abstrato e perverso. Entretanto, as palavras de Lafargue ainda podem ser lidas com muita atualidade, não prescreveram.

Conforme dita o autor, “Trabalhem, trabalhem proletários, para fazer crescer a riqueza social e as suas misérias individuais, trabalhem, trabalhem, para que, tornando-se mais pobres, tenham mais motivos para trabalhar e para ser miseráveis” (LAFARGUE, 2003, p. 37).

Ao questionar o trabalho alienado e defender que o certo seria trabalhar apenas três horas por dia, Lafargue (2003) acredita que é pela virtude do ócio que o trabalhador poderá refletir sobre o sistema no qual se insere e poderá assim romper com esse modelo. Para o autor, o trabalhador deveria “em vez de beber moderadamente mau vinho, mais católica que o papa, beber grandes e fundos copos de Bordeaux, de Borgonha, sem batismo industrial, e deixar a água para os animais” (LAFARGUE, 2003, p. 69).

Que virtudes a preguiça engendra? O prazer da vida boa (a boa mesa, a boa casa, as boas roupas, festas, danças, músicas, sexo, ocupação com as crianças, lazer e descanso) e o tempo para pensar e fruir da cultura, das ciências e das artes. Disso resulta o desenvolvimento dos conhecimentos e da capacidade de reflexão que levará o proletariado a compreender as causas reais de sua situação e a necessidade histórica de superá-la numa sociedade nova (CHAUÍ, 2012, p. 98).

⁷³ O capitalismo flexível representa a fase do meio de produção pós anos 70, dentro de suas principais características deriva a noção de produção flexível, reorganizada no espaço geográfico mundial, externalizando custos e impactos, em países subdesenvolvidos, onde a mão de obra é mais barata e muitas vezes infantil, uma sociedade pautada pelo consumo e onde o papel do Estado (já não mais de bem-estar social) “seria garantir o bom funcionamento do mercado sem interferir nele, a não ser para salvá-lo de colapsos, conforme presenciamos nas crises mais recentes” (BAPTISTA, 2017, p. 125).

O autor indaga como essa força e virtude tirariam o operário desse sistema capitalista em que foi cooptado. Precisaria rezar para a deusa da preguiça: “Ó Preguiça, tem piedade de nossa longa miséria! Ó preguiça, mãe das artes e das nobres virtudes, seja o bálsamo das angustias humanas” (LAFARGUE, 2003, p. 77).

Ao buscar inspiração nos filósofos gregos, que defendiam o ócio como forma de compreender o mundo a sua volta, principalmente na Poética de Aristóteles, o autor afirma provocativamente que “a hipocrisia cristã e o utilitarismo capitalista não tinham pervertido os filósofos das Repúblicas antigas” (LAFARGUE, 2003, p. 83).

A “preguiça heroica” é a maneira como Lafargue compreende os usos do tempo e procede ao elogio dos gregos, inventores da ciência contemplativa, para os quais “pensar é o passeio da alma”. Estado de bem estar e tranquilidade, a preguiça é o presente que coincide consigo mesmo (MATOS, 2012, p. 51).

O humor e a ironia permeiam todo o livro de Lafargue, principalmente ao levar sua narrativa a uma linguagem “bíblica”, ele ri da situação alarmante quando vê que a única saída para a religião capitalista é orar. Orar para a Deusa da preguiça⁷⁴. Como para o autor esse sistema está fadado ao fracasso e esgotar-se-á, os fiéis trabalhadores terão que aprender sim a lidar com o ócio.

Quando já não houver mais lacaios e generais a quem dar galões, nem prostitutas livres e casados para cobrir de rendas, nem canhões para furar, nem palácios para construir, será necessário impor, através de leis severas, às operárias e aos operários de passamarina, de rendas, de ferro, de construção civil, saudáveis passeios em canoas e exercícios coreográficos para o restabelecimento da sua saúde e o aprimoramento de sua raça [...] Os bem-aventurados polinésios poderão então entregar-se ao amor livre sem recear os pontapés da Vênus civilizada e os sermões da moral europeia (LAFARGUE, 2003, p. 70).

A ideia de imposição ao ócio questiona o poder disciplinador das leis e das instituições. A forma com que o Estado e o Clero construíram e ainda constituem uma ordem social a partir do controle dos corpos reflete diretamente no espaço que se produzia para isto. Foucault (1987) chamou de “corpos dóceis”, que são sucessivamente controlados e alienados. Esse paradoxo de obrigar as pessoas a terem prazerosos passeios de canoa é o retrato exato da lei, quando diz que é seu direito ter lazer e repouso. Essa garantia será obedecida, não porque a julguem ser certa, ou por desejo, mas porque é lei.

⁷⁴ “E, numa última inversão dos valores, Lafargue passa de Deus à Deusa” (CHAUÍ, 2012, p. 99).

Dentro do contexto em que o manifesto foi escrito, vale ressaltar que, derivado de uma interpretação da religião cristã, o protestantismo adapta-se à lógica industrial capitalista e serve assim como um forte instrumento de controle da sociedade, que pregava o trabalho como a mais honesta forma de dignificar a vida na terra e abolir as festas e o ócio. Dessa forma, Lafargue (2003) considera que só se é livre quando não se deseja a tirania do trabalho.

O direito à preguiça, de uma forma muito originária e ainda hoje atual, constitui uma teoria crítica à sociedade moderna, aponta para a necessidade de uma vida mais diversa, autônoma e libertária, em contraposição à lógica somente econômica e política. Mas vai além, pois enxerga que é no ato de libertação das amarras do trabalho que se terá tempo para a vida política e se fará política, como os gregos, com alegria e prazer. “Porque viver é mais do que sobreviver, é alcançar virtude do conhecimento, o trabalho é coerção que afasta dos fins últimos e, por isso, deve ser feito prontamente, para logo nos liberarmos do seu fardo” (MATOS, 2012, p. 53).

Deslocando a discussão do direito à preguiça para a realidade brasileira, vê-se que historicamente a noção de vadiagem é impregnada no imaginário coletivo da burguesia e ainda hoje da pequena burguesia e elite dominante. Conforme aponta Chauí (2012), vários são os estereótipos de vadio e preguiçoso, como o caipira Jeca Tatu, da obra de Monteiro Lobato; o nordestino que é lento e preguiçoso; o malandro desempregado que gasta seu tempo na rua; as mulheres da vida, dentre vários outros.

Esse imaginário segue a humilhar e culpar os antigos negros escravos, que foram substituídos por trabalhadores imigrantes; os povos indígenas, que resistem a esse tipo de cultura ocidental há mais de 500 anos; as crianças de rua; as mães solteiras, que necessitam sustentar suas casas; ou simplesmente o desempregado.

O laço que ata a preguiça e o pecado é um nó invisível que prende imagens sociais de escárnio, condenação e medo. É assim que aparecem para os brasileiros brancos as figuras do índio preguiçoso e do negro indolente, construídas no final do século XIX, quando o capitalismo exigiu a abolição da escravatura e substituiu a mão de obra escrava pela do imigrante europeu, chamado trabalhador livre (curiosa expressão numa sociedade cristã que não desconhece a Bíblia nem ignora que o trabalho foi imposto aos humanos como servidão) (CHAUÍ, 2012, p. 77).

No contexto brasileiro atual, o brasileiro, tomado como vadio e preguiçoso ainda colonizado e alienado, já enxerga dentro de sua cultura a força de sua

existência. Valoriza, como algo mais que sagrado, o futebol, a cerveja, o jogo, o samba, o domingo na praia. Talvez resida nessa cultura, ora mal vista, ora usada como “souvenir” para turista, que o direito à preguiça tenha aqui, no Brasil, periferia do mundo global, sua experiência mais potente e revolucionária. Junto aos saberes locais, das terras, dos povos dos trópicos, o povo brasileiro já produz socialmente a cidade pela preguiça, pelo ócio, pela festa e pelo lazer.

Em oposição ao mundo da ordem, da religião católica, da moral burguesa e do trabalho, o malandro inventa, por boniteza ou precisão, um modo de vida em que a pobreza e o desamparo são compensados pela alegria, a disposição infantil para o prazer e a diversão, a brincadeira e a sexualidade sem culpa e sem pudor (KEHL, 2012, p. 371).

O malandro, figura marcante da cultura carioca, pode mostrar à luz aquilo que Lafargue enxergava como a verdadeira revolução da classe popular. Muitas vezes, esse malandro é o trabalhador informal, que busca seu sustento, mas não se curva à lógica da acumulação. É, assim, um desviante, que prefere repousar seu tempo na roda de samba, no bar, no jogo e na orgia. É aquele que batucou na Praça Onze⁷⁵ para seus Orixás, que deu origem aos blocos de carnavais cariocas e brincou de ser rei por um dia.

Fazendo uma ligação da preguiça com sua inversão do ritmo da vida imposta pela lógica da sociedade pós-moderna, repousante e prazerosa, Kehl (2012) afirma:

É uma forma nobre de preguiça em que o corpo se entrega ao ritmo, em que o tempo longe da noite (um turno oposto ao horário da fábrica e do trânsito que buzina, no samba-canção do Chico) transcorre sem peias, sem acenar com a angústia que nos acomete diante do tempo vazio: é um tempo sincopado, marcado pelo ritmo característico do samba. O ritmo confere outra marcação à passagem das horas, diferente da do relógio (KEHL, 2012, p. 356).

Os ritmos da vida então se mostram outros, parar, ouvir uma música, olhar o pôr do sol, dançar, brincar, rir, jogar, gingar, nadar, cantar, festejar, dentre tantas outras práticas que nos transportam para outras temporalidades possíveis, avistam a possibilidade de outros espaços e cidades possíveis. Esses momentos dizem mais daquilo que pode ser o melhor de nós como humanidade e está escondido em nossos atos cotidianos, mostrando que a boa vida é extraordinária.

⁷⁵ A Praça Onze, no Rio de Janeiro, foi o lugar mais marcante de encontro dos antigos escravos libertos no final do século XIX. É lá que se origina o samba, a partir dos ritos e cultos das religiões africanas, os cantos, as danças, as trocas.



4. QUANDO LAZER?

O TEMPO. AS TEMPORALIDADES



FIGURA 14: Tirinha Mafalda
Fonte: Quino (2003).

És um senhor tão bonito
Quanto a cara do meu filho
Tempo tempo tempo tempo
Vou te fazer um pedido
Tempo tempo tempo tempo

Compositor de destinos
Tambor de todos os ritmos
Tempo tempo tempo tempo
Entro num acordo contigo
Tempo tempo tempo tempo

Por seres tão inventivo
E pareceres contínuo
Tempo tempo tempo tempo
És um dos deuses mais lindos
Tempo tempo tempo tempo

Que sejas ainda mais vivo
No som do meu estribilho
Tempo tempo tempo tempo
Ouve bem o que te digo
Tempo tempo tempo tempo

Peço-te o prazer legítimo
E o movimento preciso
Tempo tempo tempo tempo
Quando o tempo for propício
Tempo tempo tempo tempo
(Caetano Veloso, 1979)⁷⁶.

⁷⁶ "Tempo" para o Candomblé é um Orixá, também conhecido como Iroko. Iroko é um Orixá muito antigo. Iroko foi a primeira árvore plantada e pela qual todos os restantes Orixás desceram à Terra. Iroko é a própria representação da dimensão Tempo. Iroko é o comandante de todas as árvores sagradas, o vanguardeiro, os demais Osa Iggi devem-lhe obediência porque só ele é Iggi Olórun, a árvore do Senhor do Céu. Disponível em: <https://ocandomble.com/os-orixas/iroko/> Acesso em: 16 jul. 2017.

Conforme afirma Santos, “o tempo é determinado pelo espaço” (SANTOS, 1994, p. 38), sendo pensando sempre em conjunto, dialeticamente, entendendo que o “espaço não existe sem a materialidade” (SANTOS, 1994, p. 38).

O espaço se impõe através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condição de “viver bem” (SANTOS, 1996, p. 34).

Se o espaço é produzido socialmente, por meio de relações humanas, pautadas entre inúmeros motivos para o lazer, o tempo de lazer é então o tempo em que o ser humano não está necessariamente produzindo para fins de troca, mas sim de uso, sendo uma dimensão importantíssima dos estudos do lazer, dentro da noção de tempo livre, tempo liberado. É o que se tentará esboçar aqui, a partir da noção de temporalidades⁷⁷.

Entendendo a relação de tempo e espaço como algo indissociável, Santos (1996, p. 93) trabalha a noção de evento, compreendendo-o como uma “série de instantes” que se constitui no espaço. O autor entende por “evento” “um instante de tempo dando-se em um ponto no espaço” (SANTOS, 1996, p. 93).

Pensar no tempo dentro do lazer é essencial pelo seu caráter efêmero⁷⁸ e sua variação de intensidade, que são determinados por diferentes agentes de produção do espaço.

Eu lembraria, por exemplo, o que li em Baillard, quando ele divide o tempo em três tipos: o tempo cósmico, o tempo histórico e o tempo existencial. O tempo cósmico, da natureza, objetivado, sujeito ao cálculo matemático; o tempo histórico, objetivado, pois a História o testemunha, mas no qual há cesuras, em vista de sua profunda carga humana; e o tempo existencial, tempo íntimo, interiorizado, não externado como extensão, nem objetivado, é o tempo do mundo da subjetividade e não da objetividade (SANTOS, 2001, p. 21).

Para Santos (2001), essas três dimensões do tempo só podem ser entendidas conjuntamente, por suas continuidades e descontinuidades, e, por isso

⁷⁷O uso do termo “temporalidades” nessa reflexão surge como um meio de enxergar de forma mais complexa a noção de “tempo”, e o uso do termo no plural, não é despretensioso. Entende-se que tempos são vários.

⁷⁸Efêmero significa algo que é passageiro, temporário e transitório. Relaciona-se assim com a ideia de momento.

mesmo, “esses tempos todos se comunicam entre eles, na medida em que o tempo é social⁷⁹” (SANTOS, 2001, p. 21).

A noção de temporalidade então é importante de ser abordada por entender que o “tempo” muda suas características devido à intensidade e ao contexto em que está inserido, ou seja, o tempo só faz sentido se for vivenciado. “Trata-se da dicotomia entre o tempo físico, absoluto, alheio à consciência e à vontade, e o tempo psicológico, relativo à experiência e à percepção do ser humano” (MARQUES, 2008, p. 45).

Partindo do princípio de que só o presente é real, no tempo vivido aqui e agora, entende-se que esse tempo só faz sentido se for comparado com aquilo que pode vir a ser (o futuro) e com o que já foi (o passado).

Se o tempo físico independe de nós, pois é o tempo da natureza, ele na verdade sequer precisaria ou mesmo poderia ser por nós percebido. É o presente absoluto da ação, já que não é passado nem futuro. O *passado* não existe, pois já se foi; o *futuro* também não existe, pois ainda não aconteceu (MARQUES, 2008, p. 45).

O processo de quantificar o tempo é algo que se desenvolve a partir da modernidade, dentro dos avanços técnicos. Conforme defende Santos (1996, p. 34), “as técnicas são uma medida do tempo: o tempo do processo direto de trabalho, o tempo da circulação, o tempo da divisão territorial do trabalho e o tempo da cooperação”.

A partir do século XIV, o relógio mecânico foi inventado e o tempo passa a ser quantificado com mais detalhe. Para perceber esse “tempo matemático”, que futuramente seria cronometrado, as temporalidades foram compreendidas a partir da vida cotidiana. No momento em que a quantificação do tempo é feita (vira horas, minutos e segundos), a noção de tempo sai do campo abstrato, o que reflete profundamente na sociedade.

O estágio atual da reflexão sobre a ideia de tempo, num plano mais amplo, parte basicamente de dois pontos principais, que são a teoria física de Isaac Newton e o uso disseminado da cronometria a partir do século XIV e da invenção do relógio de pêndulo por Christian Huygens no século XVII. A

⁷⁹ “O relógio que é descoberto num determinado momento da História, é redescoberto neste século com o taylorismo e depois com o fordismo; um tempo que é medida do relógio, se não o enchemos dessa substância social. O tempo individual, tempo vivido, sonhado, vendido e comprado, tempo simbólico, mítico, tempo das sensações, mas com significação limitada, não é suscetível de avaliação se não referido a esse tempo histórico, tempo sucessão, tempo social, o ontem, o hoje, o amanhã. Essas sequências, que nos dão as mudanças que fazem história, criam as periodizações, isto é, as diferenças de significação” (SANTOS, 2001, p.21).

importância primordial de tais fatos constitui-se pela desvinculação da temporalidade do cunho eminentemente religioso e elementar do cotidiano medieval e também na abstração e quantificação do tempo “absoluto” (MARQUES, 2008, p. 47).

Entendendo então que a noção de tempo varia pela percepção e experiência e que a relação da sociedade com o tempo vem sendo alterada pela forma como esta se organiza socialmente, como se relaciona, fica claro que tanto fatores externos como fatores totalmente internos e subjetivos afetam a maneira como se enxerga o tempo. Percebe-se com isso que a pressa surge como um fenômeno típico da contemporaneidade e serve ainda hoje para impulsionar os avanços tecnológicos que fabricam equipamentos para que se possa ganhar mais tempo, como o automóvel, os eletrodomésticos, os meios de comunicação, os insumos agrícolas que aceleram o cultivo de alimentos, dentre outros exemplos.

Nos povos e culturas antigas, o tempo de produção era o tempo da natureza, entendido por ciclos e quando o homem tinha uma ligação mais profunda com a terra a partir da agricultura. Entre o plantio e a colheita, festejava-se a vida, entendendo o tempo celestial como o tempo de agradecer a colheita, a abundância e a prosperidade. A partir do desenvolvimento tecnológico e a modernização da sociedade, “a apropriação social do tempo e a produção do homem pelo trabalho humano se desenvolveram em uma sociedade dividida em classes” (DEBORD, 1997, p. 89).

A passagem do nomadismo pastoral à agricultura sedentária é o fim da liberdade preguiçosa e sem conteúdo, o início do labor. O modo de produção agrária em geral, dominado pelo ritmo das estações, é base do tempo cíclico plenamente construído (DEBORD, 1997, p. 88).

Conforme afirma Campbell (2015, p. 98), “a falta de tempo é resultado de um processo econômico e cultural que acelerou todas as dinâmicas de produção e transformou nossa relação com o trabalho e o tempo livre”.

Todavia, deveria ser no tempo livre das obrigações que o indivíduo dispor-se-ia ao autoconhecimento, constituído no tempo social, em que o homem conduz com menor ou maior grau de nitidez a sua vida pessoal e social.

Se o tempo liberado das obrigações deve ser o tempo em que o ser humano tem poder de escolha do que deseja fazer, a noção de autonomia atravessa o campo do lazer, sugerindo que o que difere o uso do tempo livre será a atitude empregada nesse evento. Segundo Marcelino (1996, p. 8), o “lazer considerado

como atitude será caracterizado pelo tipo de relação verificada entre o sujeito e a experiência vivida, basicamente a satisfação provocada pela atividade”.

Essa satisfação gerada pela experiência de lazer é altamente educativa, pois faz a experiência vivida dar espaço ao lugar que o ser ocupa no mundo e como ocupa esse espaço. Nesse contexto, relaciona-se o tempo de lazer e o tempo de ócio ao que os gregos denominavam de “*Scholé*”.

É no tempo em que a mente está calma e em repouso que se pode prestar atenção ao mundo ao seu redor e o aprendizado está relacionado diretamente com esse tempo livre, com o tempo de ócio.

Para os gregos, o tempo da existência seria um dom supremo, que deve ser usado com atividades que proporcionem prazer, alegria e felicidade.

Porque o tempo da existência é um dom do tempo, mas breve, os gregos encontram na *scholé* a forma superior do bem viver e da felicidade (...) *Scholé* associa-se por vezes a *hedoné*, ao prazer, e, nesse caso, o lazer é um prazer perigoso que se liga ao *aidos*, ao pudor, à vergonha em fazer a estima pública (MATOS, 2012, p. 55).

Seguindo na relação da etimologia das palavras, Matos (2012) afirma que o tempo de lazer é de fato o tempo para fazer o que bem se entende.

Dilettare é, em italiano, deleitar-se, dar-se a algo por prazer. Gosto dos diferimentos, da tranquilidade, do descanso e do lazer, o dilettare se reúne ao *liciere* latino, ao lazer que é “ter permissão”, e por isso “licito” é o “tempo para fazer o que bem se entende” (MATOS, 2012, p. 54).

Atualmente as atividades em sociedade estão mais fluidas e não necessariamente seguem as regras das instituições tradicionais (religião, família, trabalho). As regras advindas da sociedade tradicional começam a perder o sentido, a livre escolha do indivíduo sobre seu tempo livre passa a ser mais autônoma. Para Magnani (2015, p. 14), “não existe uma forma única e canônica de organizar o fluxo da vida, o transcorrer do cotidiano – do dia, da semana, do mês, do ano”.

Entretanto, Dumazedier (1974) questiona se o homem tem domínio sobre o seu tempo livre, principalmente ao entrar a fundo na discussão sobre a diminuição do tempo para o trabalho e o aumento do tempo livre. Vários estudos sociológicos apontam que geralmente o tempo liberado das obrigações de trabalho acaba sendo ocupado por um segundo trabalho (em relação ao operário que necessita

complementar sua renda) ou para a dedicação a obrigações familiares⁸⁰, sobrando muito pouco desse tempo liberado para o ócio e o lazer.

No que diz respeito ao tempo liberado e dedicado para atividades familiares, as relações passam a ter outros contornos, um distanciamento do brincar na rua com o desenvolvimento do automóvel, as férias passam a representar um potente meio de desenvolver o consumo a partir do turismo, o cinema de massa e a televisão injetam na sociedade padrões de comportamento e novas “necessidades” de lazer voltados para o consumo alienado que incidem na vida familiar.

Para Dumazedier (1974):

O movimento histórico de liberação do tempo que valoriza o tempo fora do trabalho é fazer ainda uma ideologia do trabalho. É, para os metafísicos do trabalho, tomar seus desejos por realidades, permanecer prisioneiros de uma concepção anacrônica do trabalho, nascida das situações do séc. XIX, é desprezar a realidade observada na escala da maioria dos trabalhadores de todas as categorias nas sociedades industriais avançadas do tipo capitalista ou socialista (DUMAZEDIER, 1974, p. 40).

É esse tempo, que poderia ser voltado para o ócio mais verdadeiro e que já é tão reivindicado e defendido por todas as camadas sociais, que o consumismo deteriora e mercantiliza a *práxis*.

O lazer não seria nem mesmo uma concessão, mas uma necessidade do sistema econômico, entendendo-se que, se esse sistema precisa, para o seu adequado funcionamento, do tempo de trabalho dos seus componentes, precisa também que esses mesmos componentes tenham tempo para consumir o que é produzido (MARCELINO, 1983, p. 13).

O tempo livre vem então, na “sociedade do espetáculo”⁸¹, como um dos fatores mais importantes, senão o principal, do surgimento da indústria do entretenimento, que tem na raiz do seu interesse econômico a constituição de novos consumidores. Esses consumidores são a própria classe operária, que, precisando garantir a produção em massa, é levada a consumir no seu tempo livre o próprio produto que produziu. Conforme o próprio Karl Marx (1857) apontou, não é o tempo do trabalho que mede a riqueza, mas o tempo disponível.

É pela “mercadoria espetacular” que Debord (1997) aponta que o capitalismo produz uma “economia de expansão dos “serviços” e dos lazeres” (DEBORD, 1997,

⁸⁰ É importante ressaltar que esse tempo fora do trabalho que é assumido para atividades familiares é historicamente exercido pelas mulheres. Nesse sentido, Dumazedier (1974) nos lembra de que “neste plano, sabe-se que *aquela* que trabalha é muito mais dominada do que *aquela* que trabalha, mesmo nas sociedades socialistas que empreenderam um grande esforço político em favor da emancipação da mulher” (DUMAZEDIER, 1974, p. 41).

⁸¹ DEBORD (1997).

p. 105). É dentro do tempo do espetáculo que se consomem imagens, que se faz “turismo”, que se viaja, que se assiste à televisão, que se publica a vida nas redes sociais, que se reproduz o ideal da vida do espetáculo, negando a vida cotidiana. Para o autor, “a imagem social do consumo do tempo, por seu lado é exclusivamente dominada pelos momentos de lazer e de férias” (DEBORD, 1997, p. 106).

o tempo, bem supremo, mercadoria suprema, se vende e se compra: tempo de lazer, de percurso, etc. Ele se organiza em função do trabalho produtivo e de reprodução das relações de produção na cotidianidade. O tempo “perdido” não o é para todo mundo, pois é preciso pagar caro por ele (LEFEBVRE, 2016, p. 49).

Percebe-se então que o tempo de lazer é algo que extrapola o tempo fora do trabalho, pois, se uma função é exercida com prazer, atitude lúdica e manifestação de uma cultura, ela pode ser exercida junto ao tempo de produção, dependendo totalmente da experiência subjetiva do sujeito. Conforme Marcellino (1983, p. 20), “o mutirão constitui o mais marcante exemplo de relação produção/festa nas sociedades tradicionais”. E até hoje, todos os finais de semana, nas periferias das cidades brasileiras, o dia de “bater laje” é um dia de festa, o dia de subir as paredes é o momento em que o som é ligado e o churrasco e a cerveja são elementos indispensáveis.

Magnani (2003) também explicita que culturalmente o lazer está tão arraigado na cultura popular que representa sim uma dimensão importante da vida das pessoas, mesmo num contexto de superexploração pelo trabalho (este, na maioria das vezes, não regulamentado e nem visibilizado). Entretanto, os momentos de ócio, riso, festa e jogo constituem uma parte fundamental da vida das pessoas nas periferias, inserida nas práticas cotidianas e, muitas vezes, misturada com atividades de trabalho, como a lavagem do carro, a construção civil, o cultivo de alimentos e o cuidado com os jardins.

Convém recordar, a propósito, que a luta do movimento operário pela diminuição da jornada de trabalho tinha como objetivo, entre outros, conquistar uma parte das horas ocupadas em tarefas produtivas para destiná-las a atividades culturais e recreativas, a leitura, ao descanso. É bem verdade que nas atuais condições de vida dos trabalhadores nos grandes centros urbanos, seu tempo, energia e recursos são, em grande parte, utilizados para assegurar a sobrevivência. No entanto, sempre sobra disposição, um tempinho e uns trocados para o baile ou o circo no sábado a noite, para a partida de futebol das manhãs de domingo, a sinuca no fim de tarde, a festa de aniversário ou casamento de algum colega e às vezes até para uma rapidíssima excursão a Aparecida do Norte, ou então à Praia Grande, na festa de Iemanjá (MAGNANI, 2003, p. 19).

Outra noção que perpassa a discussão do tempo dentro da produção social do espaço urbano é seu caráter sincrônico. Para Santos (1996, p. 104), a sincronia é a “existência comum de um dado momento”. Ou seja, compartilham-se experiências no tempo-espaço e essa coexistência, por meio da ação dos corpos, materializa-se. O tempo só vira espaço, porque algo acontece e as coisas só vêm a acontecer, porque acontecem em um determinado tempo. Essa produção comum do espaço por uma determinada sincronia de tempos existe, para o autor, dentro de uma vida social e de um tempo social.

A vida social, nas suas diferenças e hierarquias, dá-se segundo tempos diversos que se casam e anastomosam⁸², entrelaçados no chamado viver comum. Esse viver comum se realiza no espaço, seja qual for a escala - do lugarejo, da grande cidade, da região do país inteiro, do mundo (SANTOS, 1996, p. 104).

Ao repousar a noção de produção social do espaço dentro do espaço das cidades, Pereira (2017) defende que as cidades são formadas e transformadas, sobretudo pela acumulação de gestos. É a afirmação do corpo no espaço, do movimento e da sincronia da existência em um tempo-espaço que causa uma espécie de “*acronia*”.

Nem sempre pensamos que as cidades são essas acumulações de gestos e, assim, esquecemos essa invenção da duração e do tempo que eles instauram e que se compartilha, se rechaça ou sequer se da conta. Esquecemos que a experiência urbana se realiza nesse convite intemporal de gestos e, portanto, em um território marcado pela sincronia de tempos cujos sentidos estão como que entre fechados, estabilizados e definidos e pela sua *acronia*, dada pela indeterminação e pela abertura dos sentidos (PEREIRA, 2017, p. 152).

É dentro da noção de tempo cotidiano que se atinge a escala do lugar, entendida por Santos (1994, p. 109) como o local onde se efetiva o “acontecer solidário”. É na vida cotidiana que o acontecer solidário manifesta-se em diferentes territórios, que podem ser homólogos, complementares ou hierárquicos.

Santos (1994) afirma que os “espaços homólogos” são atribuídos ao território agrícola ou urbano, onde o cotidiano é compartilhado seguindo regras locais que são negociadas e reformuladas dentro de uma rede local, com caráter horizontal e gerada pela presença e copresença do ser no espaço. O “acontecer complementar” insere-se no território cidade-campo e na relação entre as cidades e é uma extensão do acontecer homólogo, fundamentado ainda na rede de solidariedade. Já o

⁸² Anastomosam significa ligar, comunicar. É uma palavra derivada da medicina que remete à comunicação entre vasos ou canais.

“acontecer hierárquico” representa o território da racionalização e o ordenamento das atividades, sendo o contrário do cotidiano, da espontaneidade, no qual as relações exercem-se a partir da verticalidade. A presença no acontecer hierárquico é pontual e sua forma de comunicação estabelece a informação como privilégio e o segredo como relação de poder.

Esse espaço-tempo produzido na vida cotidiana, dentro da escala local, tem como potência sua execução de forma compartilhada e horizontal, na qual o tempo se estabelece como uma sucessão de eventos cotidianos, sendo o espaço de uma construção comum, dentro do acontecer solidário.

Nestes, eventos simples são amalgamados, formando *situações*. Por isso, mediante sua realização concreta, os eventos são localmente solidários. As diversas situações são resultantes do acontecer solidário. É assim que a integração entre o universal e o individual ganha um novo conteúdo histórico em nosso mundo atual (SANTOS, 1996, p. 107).

É no “acontecer solidário” que Rancière (2005) defende que acontece a “partilha do sensível”, a partir de atos estéticos que se configuram como experiências no tempo-espaço e produzem espaço a partir das subjetividades e intersubjetividades. Partilha, para o autor, representa, ao mesmo tempo, a participação em conjunto e a construção comum e a separação e distribuição igualitária do quinhão que, produzido coletivamente, será repartido entre o grupo. A partir desse pressuposto, “uma partilha do sensível fixa, portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas” (RANCIÈRE, 2005, p. 15).

A contribuição da reflexão da “partilha do sensível”, junto com a produção social do espaço de lazer, comum, temporária, horizontal e estética, leva a entender que essas práticas, dentro das suas mais variadas formas, atuam no espaço, produzindo lugares com dinâmicas não hegemônicas, carregadas de simbologias e significações. E é nessa forma de produção do espaço que reside seu viés revolucionário.

A partilha democrática do sensível faz o trabalhador um ser duplo. Ele tira o artesão do “seu” lugar, o espaço doméstico do trabalho, e lhe dá o “tempo” de estar no espaço das discussões públicas e na identidade do cidadão deliberante (RANCIÈRE, 2005, p. 65).

É justamente nesse sentido que se vivencia a partilha da produção e reprodução da existência nas ocupações urbanas, como um ato de afeto e alto engajamento. É na história da luta, que se mistura com as histórias de vida de cada

morador, que a consciência de classe vai se formulando, que o lugar de opressão e exclusão vai sendo questionado a partir da realidade concreta.

Dito isto, a tomada de consciência de que a vida cotidiana preserva a resistência e dignidade da vida das pessoas mostra outras maneiras de lutar e resistir na cidade. As práticas de lazer e as festas põem em manifesto os momentos de bem viver e de partilha em resposta às práticas espaciais que a partir da alienação e do individualismo fazem da cidade um espaço vazio.

O tempo de festa e o tempo de lazer são momentos que impactam fortemente as relações intrafamiliares, que são o que constituem a organização socioespacial das ocupações urbanas. Esses momentos conseguem dentro de uma temporalidade rearranjar os espaços vividos dos territórios, trazendo outras lógicas de relação que cotidianamente produzem territorialidades mais humanizadas dentro e fora da unidade doméstica. Em intensidade diferente, o tempo de lazer produz situações sociais outras, criando outras experiências de vida urbana.



5. ONDE LAZER



FIGURA 15: Tirinha Mafalda
Fonte: Quino (2003).

5.1 O TERRITÓRIO. O LUGAR. O ESPAÇO

O caminho percorrido neste capítulo pretende destacar o aspecto territorial do lazer na Izidora. Por ser parte fundamental da vida em comunidade, as práticas de lazer apresentam um potencial de gerar lugares de alta sociabilidade, sendo capaz de transformar o espaço-tempo à medida que é vivenciado. Nesse sentido, cabe distinguir o que seria o conceito de território, espaço e lugar, termos que serão utilizados ao longo do texto.

Território é entendido nesta pesquisa como “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995, p. 78)⁸³. Seguindo esse raciocínio, Souza (2006, p. 334) afirma que “quando se fala em território, o que está em jogo é, acima de tudo, a junção dos conceitos de espaço e poder”. Sendo assim, “territórios” não são coisas, pois só existem enquanto ali espacializam as relações sociais e desta se constituem “campos de forças” (SOUZA, 2006, p. 335).

Já as “territorialidades” são essas práticas sociais que se configuram e operam temporariamente no espaço, que podem acontecer de forma sistêmica ou como um evento. É o que Souza (2009) chamou de “ações de territorialização” que acontece em uma

⁸³ A partir da reflexão de Hannah Arendt, “[o] poder é sempre, como diríamos, hoje, um potencial de poder, não uma entidade imutável, mensurável e confiável como a força. Enquanto a força é a quantidade natural de um indivíduo isolado, o poder passa a existir entre os homens quando eles agem juntos, e desaparece no instante em que eles se dispersam (...) [o] poder não pode ser armazenado e mantido em reserva para casos de emergência, como os instrumentos da violência: só existe em sua efetivação” (ARENDR, 1983, p. 212).

escala temporal de curta ou curtíssima duração, e são sempre marcadas, como é óbvio, pela instabilidade, às vezes pelo confronto violento com o Estado: é o que ocorre com um prédio ou terreno ocupado por uma organização de sem-teto, em que as pessoas estão expostas a um risco de despejo e de sofrer agressões; é o que acontece, também, com uma rua ou uma estrada bloqueada por *piqueteros* ou sem-teto (SOUZA, 2009, p. 67).

Nesta pesquisa, as categorias “território” e “territorialidades” são compreendidas de forma distinta no contexto das ocupações da Izidora. “Territórios” constituiriam os bairros/ocupações em separado, Helena Greco, Rosa Leão, Esperança e Vitória e “Territorialidades” são as apropriações das práticas de lazer e das festas que acontecem por todas as ocupações e suas imediações. Entende-se também que tanto as “territorialidades”, quanto os “territórios” tratados aqui são “lugares”. Além do exercício de relação de poder, esses lugares também estão arraigados de significados e simbologias.

Para Souza (2009), essa visão cruzada dos termos pode ser entendida e exemplificada como:

Uma região ou um bairro são, enquanto tais, espaços definidos, basicamente, por identidades e intersubjetividade compartilhadas; são, portanto, “lugares”, espaços vividos e percebidos. Mas uma região e um bairro também podem ser nitidamente ou intensamente territórios, em função de regionalismos e bairrismos, ou mesmo porque foram “reconhecidos” pelo aparelho de Estado como unidades espaciais formais a serviço de sua administração ou de seu planejamento, ou ainda porque movimentos sociais ali passaram a exercer, fortemente, um contrapoder insurgente (SOUZA, 2009, p. 61).

Destaca-se que a noção de lugar passa pela percepção de um “espaço cultural e simbólico”, dotado de significados, o que para Lefebvre (1991) aproximar-se-ia do “espaço vivido”. Assim como o território, não é uma coisa, só existe a partir de relações sociais, as quais se reforçam a partir de um pertencimento. É o que Santos (2001, p. 212) aponta como “os lugares, desse ponto de vista, podem ser vistos como um intermédio entre o Mundo e o Indivíduo” (p.212).

Observe-se que, se tratasse do conceito de “lugar”, já não seria mais a dimensão do poder que estaria em primeiro plano ou que seria a mais imediatamente visível, mas sim a das identidades, das intersubjetividades e das trocas simbólicas, por trás da construção de imagens e sentidos de “lugar” enquanto espacialidade vivida e percebida, dotada de significado, marcada por “topofilias” (e “topofobias”) (SOUZA, 2009, p. 61).

O conceito que aqui se refere parte da leitura do espaço como uma totalidade, que é defendida por Santos (2001) não como a soma de todas as partes, mas suas inter-relações. “A totalidade é o conjunto de todas as coisas e de todos os homens, em sua realidade, isto é, em suas relações, e em seu movimento” (SANTOS, 2001,

p. 74). Sendo uma definição abstrata, só existe a partir das práticas sociais, portanto não é um conjunto de ruas e prédios, só existe por ser produzido socialmente e de forma relacional. Para Raffestin (1993, p. 143-144), “O espaço é anterior ao território [...] de certa forma ‘dado’, como se fosse uma matéria prima”.

Por falar de uma área que abarca quatro ocupações, um reconhecimento e uma leitura espacial mais aproximados a partir de uma cartografia afetiva aconteceram junto à ocupação Rosa Leão⁸⁴ e Vitória. Porém, devido a diversas visitas de campo e entrevistas com moradores das ocupações Esperança e Helena Greco, estas também são consideradas e narradas neste capítulo, ainda que tenham sido menos detalhadas as territorialidades de lazer desses territórios.

Em alguns momentos, o texto terá como referência Rosa Leão e Vitória especificamente, falando de experiências concretas desses territórios, como a Construção do Centro de Poder Popular Rosa Leão, do Galpão do Vitória e do Parquinho ecológico da Vitória. Em outras ocasiões, serão descritas práticas de lazer que acontecem na Izidora⁸⁵, por verificar que as práticas espaciais ocorrem nas quatro ocupações.

Enxerga-se nos momentos de lazer e ócio um tempo de partilha, troca e divertimento. Extrapola a dicotomia espaço privado X espaço público e surge no interstício entre a vida doméstica, nos espaços de intimidade, e a vida pública, nos espaços de anonimato. Não são antagônicos, e sim complementares, gerando territorialidades comuns a partir da interação entre as pessoas.

Essa partilha do lazer e do tempo de festa acontece a partir de atos estéticos e éticos, na busca pelo belo e pelo justo, e configura-se como experiências temporais que produzem espaços a partir das subjetividades e intersubjetividades (o

⁸⁴ Por se tratar de uma leitura do território imersa e construída com os sujeitos, a partir de relações de confiança e afeto, no cotidiano, não foi possível até este momento fazer uma “cartografia afetiva” de todas as ocupações da Izidora, porém se pretende levar adiante esse trabalho de reconhecimento territorial junto aos moradores e demais atores das ocupações Helena Greco e Esperança.

⁸⁵ Há uma diferença de entendimento territorial do que é a Izidora. Para grande parte dos órgãos públicos e sociedade civil, mais voltada para as questões físico-ambientais, a região é entendida territorialmente por seus aspectos ambientais, principalmente a Bacia Hidrográfica do Isidoro, que abarca dentro dela atualmente as quatro ocupações, o Sanatório da Família Wernek, o Quilombo Mangueiras e uma vasta área de mata nativa ainda existente. Porém, para muitas pessoas, principalmente muitos moradores, Izidora é antes de tudo uma Sujeita, mulher, escrava liberta que herdou estas terras, e hoje em dia é lida também como o território das quatro ocupações, e o processo da luta contra o despejo e pelo direito a terra. Entendemos assim a “Região da Izidora” como a soma dessas duas formas de compreender território, objetiva e subjetiva, que se cruzam pela história, porém dando uma centralidade maior à leitura territorial dos bairros/ocupações principalmente por ser com e a partir delas que esta pesquisa está sendo desenvolvida.

eu, o outro e o nós). Conforme afirma Saura (2014), há uma “razão sensível”⁸⁶ nos gestos brincantes, é “um exercício aparentemente simples e ingênuo, um faz de conta, brincar porque é belo, porque é divertido, porque produz um prazer estético, um sentido misterioso” (SAURA, 2014, p. 172).

Nota-se que os gestos revelados enquanto se brinca espontaneamente adquirem contornos de uma atividade fundamental para o conhecimento de si e do mundo em sua volta, do encontro consigo mesmo e do encontro com o outro. Brincar com si mesmo, com o outro, com a realidade é uma atitude lúdica.

Ao interpelar as práticas de lazer como práticas sociais complexas no processo de produção e reprodução da vida, essa “razão sensível” avista outras formas de linguagem, que são manifestadas e materializadas pelo corpo por meio de uma linguagem sensível, simbólica e a partir do imaginário. “O exercício realizado em momentos de lazer e no brincar espontâneo atualiza, adéqua, ajusta, emprega-se em tudo, por isso deve ser considerado sempre como um fim em si” (SAURA, 2014, p. 167).

Entra-se então no caráter territorial do lazer. O lazer pode ser vivido no espaço doméstico ou exterior, e pelas crianças, por exemplo, é exercido principalmente na rua, mas sempre próximo às casas onde moram e nos quintais. Essa apropriação provoca o que Magnani (2003) chama de “pedaço”, que é uma unidade territorial que se constitui pelas práticas de lazer, por isso mesmo tem um caráter efêmero.

Os “pedaços” são formados por pessoas que vivem próximas, e uma das características das ocupações é a proximidade física e o grau de parentesco, ou seja, os vizinhos muitas vezes também são primos, irmãos, sobrinhos. Observa-se, assim, certa unidade familiar. A presença de muitas crianças acaba por contribuir para a formação de núcleos de brincadeiras. Geralmente há um ou mais adultos por perto assistindo, mas não há um controle e imposição das atividades exercidas.

O espaço coletivo do próprio bairro é o primeiro mediador natural entre o entorno doméstico e o indivíduo que passou sua primeira infância em uma imersão plena na sociedade de desconhecidos que lhe espera quando se incorpore de forma plena a vida pública como adulto, que transcorrerá em

⁸⁶ O percurso conceitual para entender o lazer a partir de uma “razão sensível” utilizada por Saura (2014) é ancorado nas reflexões de Gaston Bachelard sobre a “imaginação material” sendo esta uma experiência cognitiva material ou uma filosofia ativa das mãos e do gesto, e Michel Maffesoli com o “racionalismo poético”.

sua maior parte no âmbito do anonimato e mútua indiferença (DELGADO 2014, p. 221, tradução própria)

Ritualmente, a apropriação dos espaços acontece entre “a casa e a rua”⁸⁷ no momento em que o tempo é liberado, sem atividades regidas por qualquer grau de obrigação. As territorialidades são criadas e recriadas cotidianamente a partir do brincar mais despretenso, do jogo de futebol, do jogo de sinuca e da “máquina de som”, da cerveja na calçada, do baralho e do churrasco, no qual a churrasqueira é feita com o material de sobra de construção, e também eventos cíclicos como a época em que o circo instala-se nas proximidades, na época de soltar papagaio/pipa⁸⁸, em datas comemorativas, final de campeonato de futebol, aniversários, dias de santos.



FIGURA 16 - Dia de Circo no "Campinho do Ubirajara" junho 2017- Referência de entrada da ocupação Rosa Leão

Fonte: Izabella Galera (2017).

Outro ponto forte, principalmente entre maio e setembro, são os papagaios/pipas. Toda criança tem ou quer ter uma pipa. Em todas as mercearias, vende-se a corda, e as pipas que não são compradas, são feitas com resto de

⁸⁷ Usamos aqui a referência de Roberto Da Matta(1991), José Guilherme Magnani (2003) e Victor Turner (2013) para entender esses territórios apropriados pelo lazer como “espaços intersticiais”

⁸⁸ Há uma diferenciação para as crianças do que é Papagaio e o que é Pipa. Para eles o Papagaio tem o formato quadrado, e a Pipa tem o formato retangular. Para não ficar totalmente repetitivo, em alguns momentos será usado o termo Pipa, por ser mais conhecido.

sacola plástica e bambu ou algum galho cortado na faca. A rabiola também é improvisada com o material que tiver, mas é preferível o plástico, por ser mais leve. É um momento em que a criança manuseia diferentes texturas e reproduz gestos que são executados há milhares de anos. Ao fazer seu próprio brinquedo, partilha da feitura dele com seus pais, tios, primos, irmãos, amigos, mesmo que racionalmente não seja relacionado ao brincar, já é o tempo da brincadeira.

Dois fatores importantíssimos para se ter sucesso na batalha dos papagaios/pipas é ter um bom vento e um lugar que se possa ver o céu. Para que os papagaios subam, é importante “pegar embalo” e, para isso, é preciso correr. Esses gestos que marcam o cotidiano das ocupações são expressos na figura 17, na qual os meninos descem uma pequena ladeira com os braços levantados para que a pipia suba. Estes também revelam o aspecto coletivo do fazer o brinquedo e do brincar, como mostra a figura 18, em que várias crianças fazem pipas e rabiolas juntas.



FIGURA 17 - Crianças soltando pipa, próximas à Quadra 13 na Rosa Leão.

Foto: OKUPA MÍDIA (2017).



FIGURA 18 - Crianças fazendo pipas no Festival de Pipas que ocorreu no dia 08/07/2017 na Ocupação Rosa Leão

Fonte: Izabella Galera (2017).

5.2 BRINCANDO DE CARTOGRAFIAR O LAZER NA IZIDORA.

As práticas de lazer e as festas foram cartografadas na ocupação Rosa Leão inicialmente a partir de diários de campo elaborado sobre um mapa, sintetizado posteriormente em um único mapa. Dessa forma, além de entender quais são os lazers da ocupação, também se compreende como isto se espacializa, dentro da lógica dos “pedaços” (MAGNANI, 2003).

O exercício de desenhar o mapa e depois desenhar *no* mapa faz com que o entendimento do território estabelecesse-se por outras vias, que são muito mais ricas quando se conhece o lugar no caminhar, sentar, olhar a paisagem, tomar uma cerveja, soltar a pipa junto com as crianças e também ao cartografar dentro de uma escala maior e mais abstrata.

Por isso, foi utilizado como suporte de registro um aplicativo chamado “WikLok”, que grava trilhas com pontos georreferenciados. Esse dispositivo possibilitou no momento de várias visitas de campo uma precisão em marcar pontos que chamavam a atenção, com dados objetivos de altitude, localização no mapa,

gravando fotos em pontos georreferenciados, etc. Foram, ao longo desses anos, gravadas por volta de 28 trilhas feitas em visitas ao território.



FIGURA 19: Foto aérea da ocupação Helena Greco e Rosa Leão em visita em 10/06/2019 com o percurso feito no dia da visita em laranja
Fonte: WikLok (2019).

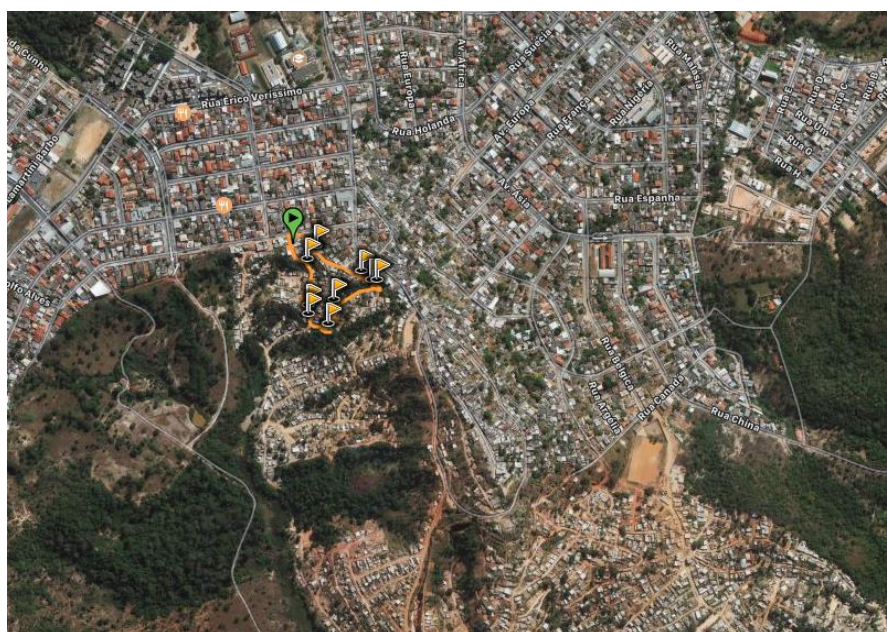


FIGURA 20: Foto Aérea da ocupação Esperança em visita no dia 30/03/2019 com o percurso feito no dia da visita em laranja
Fonte: WikLok (2019).

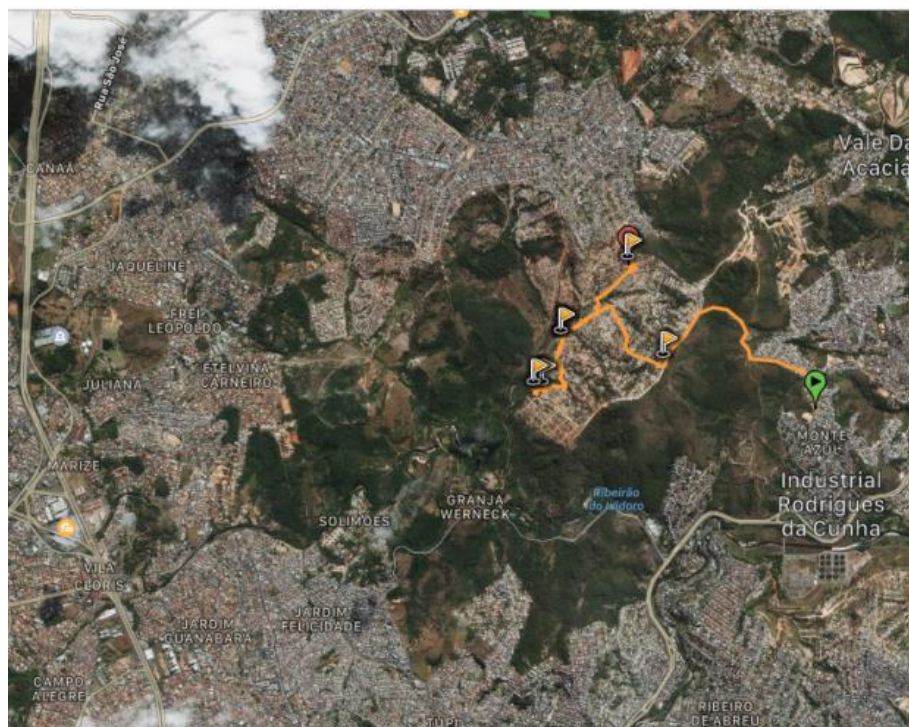


FIGURA 21: Foto aérea da ocupação Vitória em visita no dia 28/05/2019 com o percurso feito no dia da visita em laranja
Fonte: WikLok (2019).

O que é importante trazer à discussão é como a cartografia pode ser potencializada com o cruzamento de uma leitura subjetiva e objetiva do território. Não há motivo para abrir mão dos dados técnicos e objetivos da cartografia clássica, ela ajuda a ter precisão em um território que é, sobretudo, conflituoso e está em constante disputa.

Porém, somente a leitura cotidiana desse território traz para a percepção do espaço as dinâmicas concretas da vida nesses lugares. Onde foram abertas as ruas e quais as trilhas que já existiam? Por onde começou a ser ocupada a região? Onde se buscava água? Onde há áreas com maior sensação de insegurança? Onde alaga, desbarranca, falta água? E assim por diante. Por isso mesmo vale questionar não o que e como se representa o espaço, mas quem representa e quem interpreta o espaço, e com qual intuito.

Mais do que representar ou descrever determinada situação, a cartografia busca acompanhar processos, abrindo-se para a compreensão e a problematização das forças e fluxos de diversas naturezas que entram em jogo, conduzidos em planos simultâneos coexistentes, passíveis de alterar a composição de tais fluxos (TOSTES, 2013, p. 107).

O primeiro mapa (figura 22) foi produzido com um papel vegetal em cima de uma foto aérea. Nesse mapa, foram destacadas em vermelho algumas práticas que chamaram atenção em um sábado, dia 08 de abril de 2017. Nele foi marcada a Rua Aparana, os intermédios do “*Campinho do Ubirajara*”⁸⁹ onde ocorre a transição do Bairro Zilah Spósito, entre o Conjunto Residencial Zilah Spósito, a ocupação Helena Greco e a Rosa Leão.

⁸⁹ O “Campinho do Ubirajara” está localizado na entrada do Conjunto Zilah Sposito, ao lado do “Conjunto Ubirajara”, e leva este nome em homenagem ao falecido Ubirajara Antônio Gomes, marido de uma das lideranças do bairro. Fica em uma área de fundo de vale e nascente.

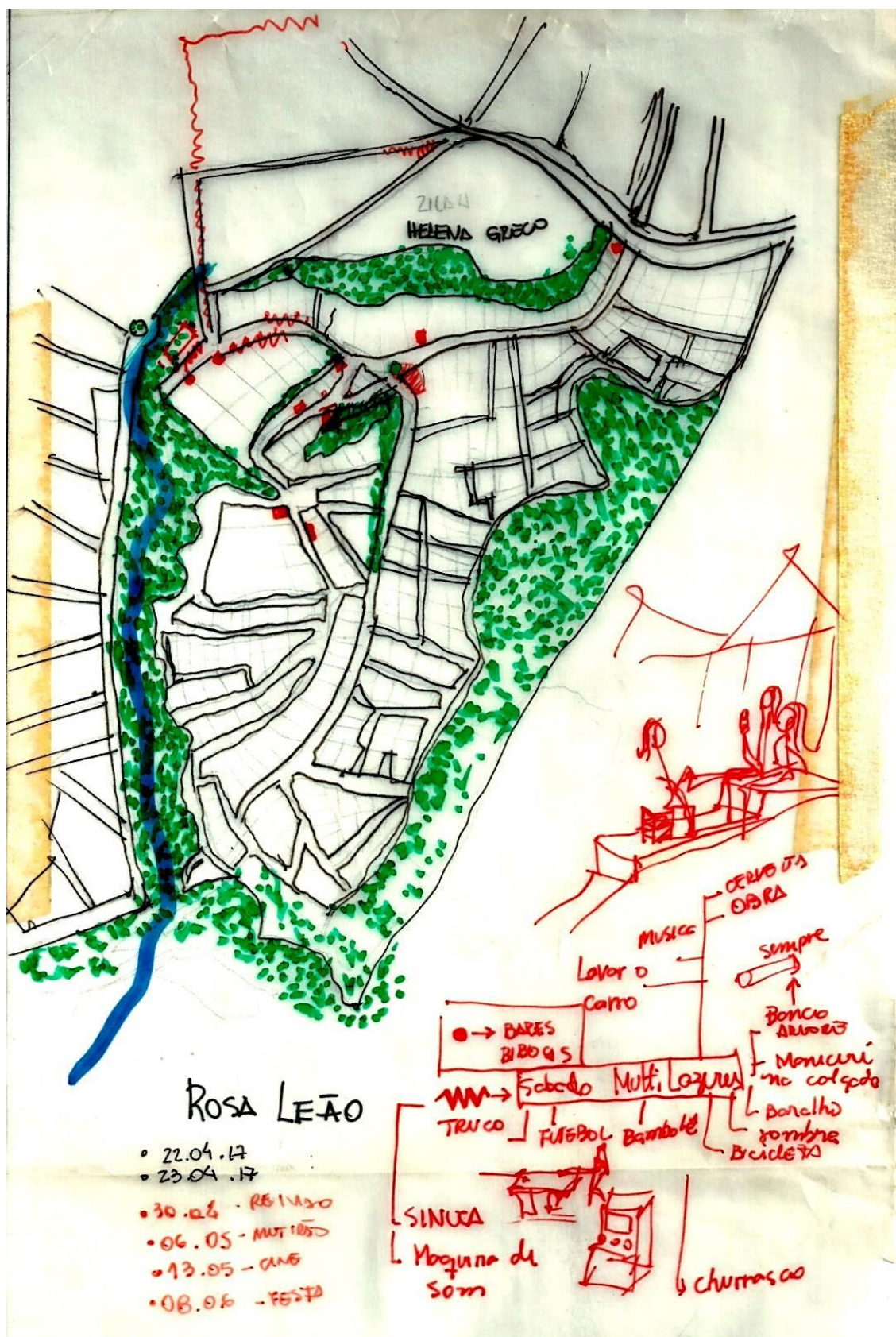


FIGURA 22 - Primeiro mapeamento feito na ocupação Rosa Leão no dia 22/04/2017

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Havia, nesse dia, uma diversidade de práticas espaciais de lazer, como as rodas de cadeira embaixo das árvores, onde os moradores tomavam cerveja e faziam churrasco ouvindo música, as crianças brincavam de esconder e ainda observou-se um morador lavando seu carro com caixa de som em alto volume. Nas calçadas, que por sua descontinuidade criam pequenos bancos, havia um núcleo de quatro mulheres hidratando os cabelos e jogando baralho, em frente a uma lanchonete. E, em outra calçada, três mulheres fazendo a unha uma da outra, utilizando do desnível da calçada para melhor ajustar o corpo e tomando cerveja.

Já ao anoitecer, dois moradores mais idosos improvisaram no espaço entre a rua e a entrada da casa uma mesa para jogar damas. Logo ao lado, um tronco de árvore cortado compunha um banco na curva da rua. Os bares tocavam música com uma máquina de som “junkbox” e alguns homens jogavam sinuca. Nesse mesmo mapa, já dentro da ocupação, foram destacados os terrenos onde havia o bar, uma horta, o terreno do “Barracão Comunitário” e o terreno da futura Creche.

Já no mapa da figura 23, que foi reproduzido a partir de uma base aérea, passada para uma base de Autocad⁹⁰, com maior nível de detalhe, foram sintetizadas práticas e “pedaços” de lazer que foram observados em um período de cinco meses, em que as idas à ocupação Rosa Leão ocorreram durante praticamente todos os finais de semana e durante alguns dias de semana também.

Nele, além de ser representado o que já acontecia espacialmente no território, há um impulso de se planejarem os espaços de lazer, ao se detectarem áreas potenciais de uso coletivo. Reforça-se aqui o papel intervencionista arraigado em práticas urbanísticas, que, mesmo como pesquisadora, no momento em que cartografa o espaço, não se contenta apenas em ler o território, mas em interferir nele.

Nesse sentido, há uma mistura de informações descritas, um pequeno diário de campo que marca as datas e atividades vivenciadas e algumas práticas de lazer que estavam acontecendo, o reconhecimento de locais importantes para a sociabilização do bairro, os “pedaços” e também os “sonhos diurnos”⁹¹ presentes em um desejo individual e coletivo de um reconhecimento formal desses espaços como de uso coletivo.

Em síntese, os locais destacados em laranja marcam os espaços de alta sociabilidade, onde as crianças costumam brincar, onde tem bares e alguns moradores ficam sentados ao pé da rua. Aparecem, na parte baixa do desenho, três açudes, que pertencem à fazenda vizinha, e onde alguns moradores ainda hoje vão pescar, por mais que os donos não permitam.

Espacialmente, as territorialidades onde ocorrem práticas de lazer estão na porção mais alta da ocupação e nos fundos de vale. Nos arredores do “Centro de Poder Popular”/“Barracão Comunitário” e ao redor do terreno da igreja católica, que ficam ao longo da Avenida Rosa Leão, há a presença de núcleos de moradores (mulheres, homens, crianças, jovens) que aproveitam do tempo livre e do ócio na rua.

Nas partes próximas ao fundo de vale da ocupação, há campos de futebol de várzea (pequenos devido à área disponível). Essa região faz divisa com os açudes e

⁹⁰ Autocad é um programa digital muito utilizado no campo da arquitetura e construção civil para representar os projetos arquitetônicos e urbanísticos, saindo em uma formato chamado “dwg”.

⁹¹ “Sonhos Diurnos” são para a psicanálise como os devaneios, que partem de desejos. Seria o ato de sonhar acordado, tem no seu imaginário uma atividade consciente.

conta com a presença de alguns bares, principalmente na “Quadra 13” e no “Campinho do Ubirajara”⁹², que ficam mais próximos do asfalto, na Rua Aparana, bairro Zilah Spósito. Ainda, nessa região, é possível observar as brincadeiras de rua das crianças que, dependendo da prática, permanecem ou se deslocam pelo território.

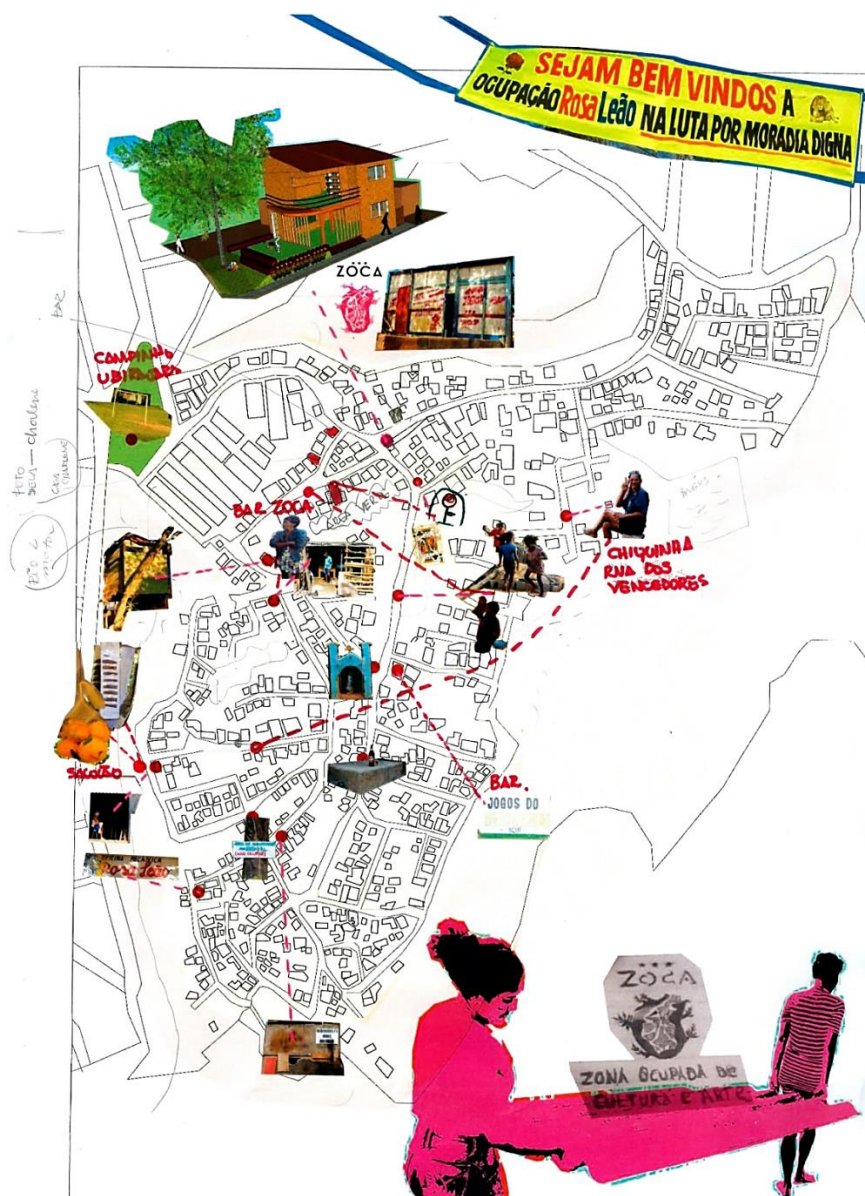


FIGURA 24: Mapa elaborado na “Oficina URB13 Tópicos em Urbanismo – Estudos da Produção Social do Espaço urbano através da humanização da cidade”
Fonte: Acervo da autora⁹³ (2017).

⁹² O “Campinho do Ubirajara” está localizado na entrada do Conjunto Zilah Spósito, ao lado do “Conjunto Ubirajara”, e leva este nome em homenagem ao falecido Ubirajara Antônio Gomes, marido de uma das lideranças do bairro. Fica em uma área de fundo de vale e nascente.

⁹³ Esse mapa foi produzido coletivamente por alunos de Arquitetura e Urbanismo a partir do mapa impresso e fotos tiradas em visita de campo em maio de 2017.

Já o mapa da figura 24 foi elaborado junto à disciplina “URB13” no primeiro semestre de 2017, que propunha um mapeamento das práticas de lazer na ocupação Rosa Leão a partir de visitas de campo com um grupo de quinze estudantes de Arquitetura e Urbanismo da UFMG.

Nesse mapa, elaborado com a sobreposição de fotos tiradas em visitas de campo e imagens desenhadas pelas crianças, estão elencadas as imagens nos locais específicos onde algumas práticas de lazer e símbolos culturais são suportes para experiências no território. Nele também há uma mistura do que existe como realidade concreta e o que é sonhado, como o projeto do “Centro de poder popular” e o desenho feito por crianças nos dias das visitas.

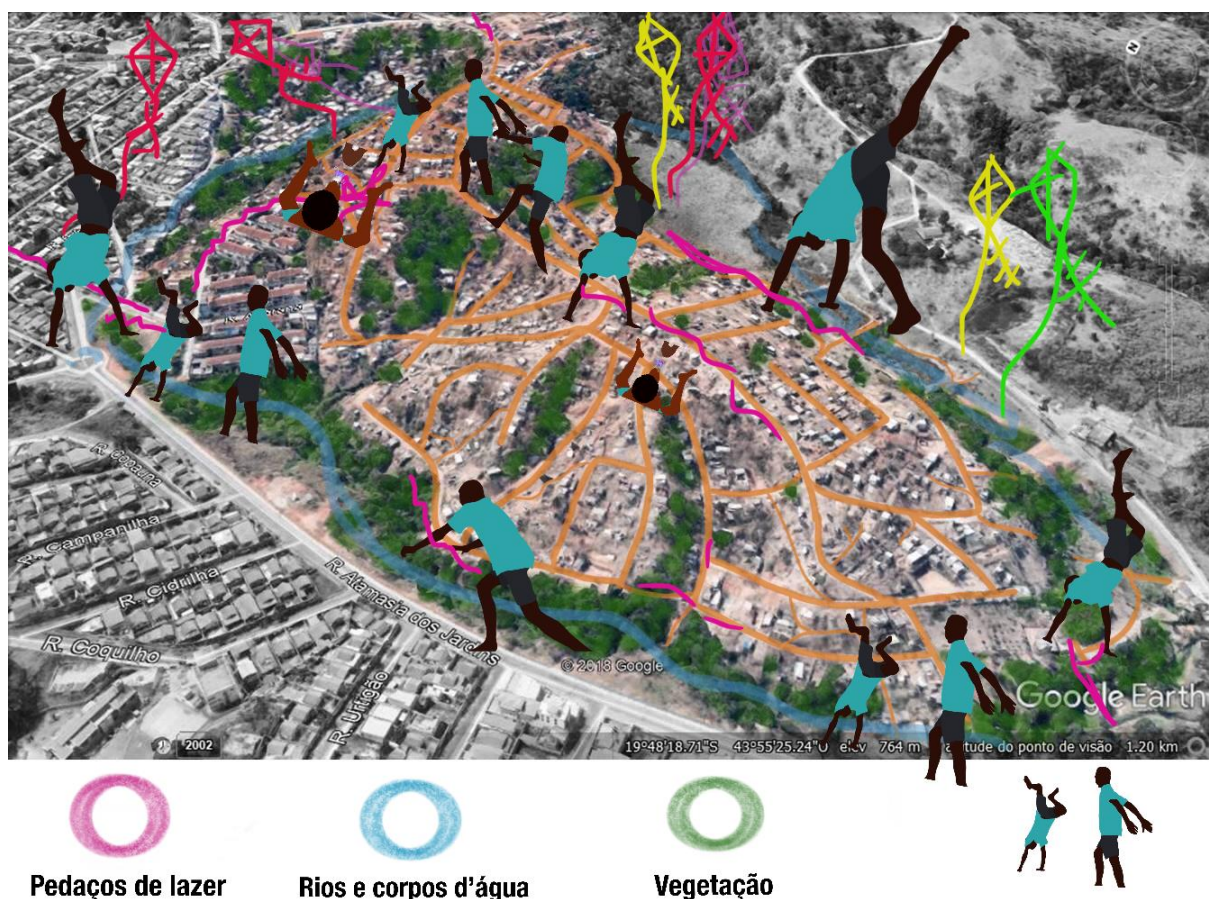


FIGURA 25: Mapeamento afetivo dos “pedaços” do Lazer na ocupação Rosa Leão em cima de foto aérea

Fonte: Elaborado por Letícia Lanza Maciel e Izabella Galera (2019).

Já a ocupação Helena Greco está instalada em um terreno com condições geológicas que restringem o traçado urbano da cidade formal, com ruas largas e quadras bem definidas. Em meio aos becos, ruelas e escadas que se formam, há

uma apropriação do espaço orgânica, espontânea que suscita territorialidades diferentes.

A parte alta da ocupação fica contígua ao bairro Zilah Spósito e tem como referência o Centro Cultural Zilah Spósito (figura 26), local que conta com equipamentos culturais públicos, academia da cidade e quadra esportiva. Os muros de arrimo e rampas que servem de contenção do terreno improvisam bancos que têm como paisagem a grande Belo Horizonte, onde grupos de mulheres, jovens, crianças param para conversar, descansar e contemplar a vista.

Enquanto as ocupações Rosa Leão e Helena Greco não contam com um Centro Cultural próprio, utilizam da estrutura do Centro Cultural Zilah Spósito para diversas atividades, como reuniões de coordenação, oficinas e atividades com as crianças. Entretanto as lideranças das ocupações relatam que, por mais que a estrutura ajude, ainda mostram alguns empecilhos burocráticos que não permitem que as atividades ocorram com tanta facilidade e autonomia por parte dos moradores. E a distância das casas também diminui a participação dos moradores nas atividades.

Um exemplo destas atividades que ocorreram no Centro Comunitário do Zilah Spósito foi o Okupa Mídia, um curso de comunicação para os Jovens das Ocupações da Izidora que foi promovido pela Ong. Internet Sem Fronteiras. As atividades de formação ocorreram ao longo de quatro finais de semana onde os jovens puderam aprender sobre comunicação em mídias sociais, filmagem, edição, etc. Atualmente a própria falta de uma estrutura própria da comunidade é um empecilho para guardar e administrar o uso dos equipamentos que foram destinadas a Ocupação Rosa Leão pelo Okupa Mídia.



FIGURA 26: Foto da Praça junto ao Centro Cultural Zilah Spósito no dia da 1ª oficina do Okupa Mídia em julho de 2017
Foto: OKUPA MÍDIA (2017).

Com os caminhos que acompanham a curva de nível e o próprio percurso da água, as ruelas e becos formam espaços de sociabilidade ao pé das casas e ao pé da rua. As crianças jogam bola ali mesmo, equilibrando a bola na descida, e as bicicletas e o velotrol descem pelas ladeiras e pulam nos pequenos desníveis que aparecem pelo terreno.

Na parte baixa da ocupação, no fundo do vale, passa o “Córrego do Toicinho” que nasce dentro da ocupação. Esse caminho d’água deságua no “Córrego Terra Vermelha”, que passa logo ao lado do “Campinho do Ubirajara”, no encontro da Rua Aparana com a Rua Atanasia dos Jardins, no bairro Zilah Spósito, que, por sua vez, deságua no Ribeirão da Izidora. Mesmo observando-se muitas casas construídas dentro de área de preservação, ainda há a presença de muita vegetação e ocorre o cultivo de hortas e quintais produtivos junto à constante construção das casas.

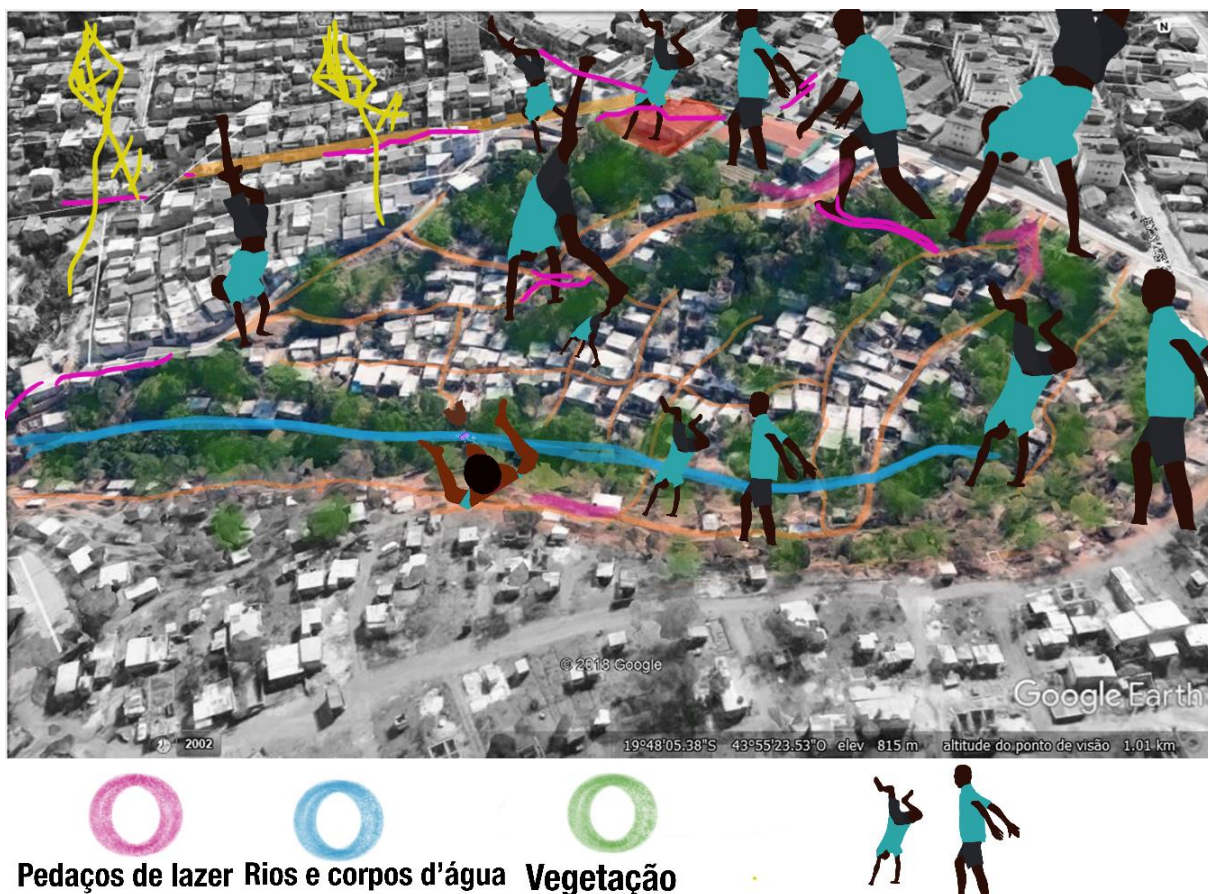


FIGURA 27: Mapeamento afetivo dos “pedaços” do Lazer na ocupação Helena Greco em cima de foto aérea

Fonte: Elaborado por Letícia Lanza Maciel e Izabella Galera (2019).

A ocupação Esperança também tem, em sua condição geológica, grandes áreas de voçoroca e erosão, que estão ainda hoje preservadas e utilizando-se de técnicas ecológicas e de baixo impacto para contenção de encostas. Ao longo das ruas, principalmente nas menos declivosas, as práticas de lazer vão emergindo junto a práticas cotidianas banais.



FIGURA 28: Salão de Beleza na ocupação Esperança
Fonte: Izabella Galera (2019).

Essas práticas cotidianas organizam-se onde há possibilidade espacial pra isto. Nos pontos mais altos do território, como o topo de morro, ruas divisoras de água, em locais onde ocorre um alargamento da via, pode-se identificar uma concentração maior de pessoas na rua, nos fundos do vale, provavelmente por ser o trajeto onde os moradores circulam com mais facilidade, e, por isso mesmo, viram pontos de comércio também.

As partes localizadas nas encostas mais íngremes apresentam muita dificuldade para se permitirem construções. Nesse caso, pode-se observar a presença de plantio de hortas, aproveitando os locais para produzir alimentos e ter ali momentos de prazer e bem-estar. A figura 29 exemplifica essa situação, na horta construída na ocupação Esperança em um terreno de grande desnível, em que a alternativa para conseguir plantar foi construir “terraços” ⁹⁴ ao longo das curvas de nível, expressando um conhecimento tácito que emerge de um saber popular.

⁹⁴ A situação desta horta apresenta uma técnica agrícola chamada “Terraceamento”, que planta em áreas íngremes para conter a erosão, formando pequenas contenções de terra com madeira. “O terraceamento foi inventado pela Civilização Inca, não somente para conservação dos solos, mas também para a ampliação dos espaços agricultáveis, uma vez que sua localização se dava, em maior parte, na Cordilheira dos Andes, Além de evitar a erosão e ampliar as áreas de cultivo, o



FIGURA 29: Horta construída em um terreno íngreme em que não se pode construir utiliza técnica de terraceamento para produzir alimentos e conter a velocidade da água da chuva.
Fonte: Izabella Galera (2019).

No final da Rua Líbia, no bairro Baronesa, fica o mirante da caixa d'água, ponto mais alto da ocupação. Lá há um campo de futebol de várzea muito utilizado tanto por moradores da Esperança quanto pelos moradores do bairro Baronesa. Neste lugar as crianças e moradores ficam na rua brincando na grama, sentados, os adultos tomando cerveja, conversando e contemplando a vista.

O acesso à ocupação Esperança é pela Rua Raimundo Corrêa, onde está o Centro Comunitário do bairro, local em que acontecem as assembleias, os fóruns, as reuniões e as aulas. Além de teatro, cinema, almoços e festas da comunidade. Seguindo a Rua do Centro Comunitário, há um desnível grande do terreno, propício para soltar papagaio.

terraceamento também é importante no sentido de aumentar o aproveitamento da água, pois, dependendo do tipo de terraço aplicado, as águas das chuvas são armazenadas ou retidas, podendo ser reaproveitadas ou direcionadas para outros lugares.” Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/terraceamento.htm> Acesso dia 30 de julho de 2019.

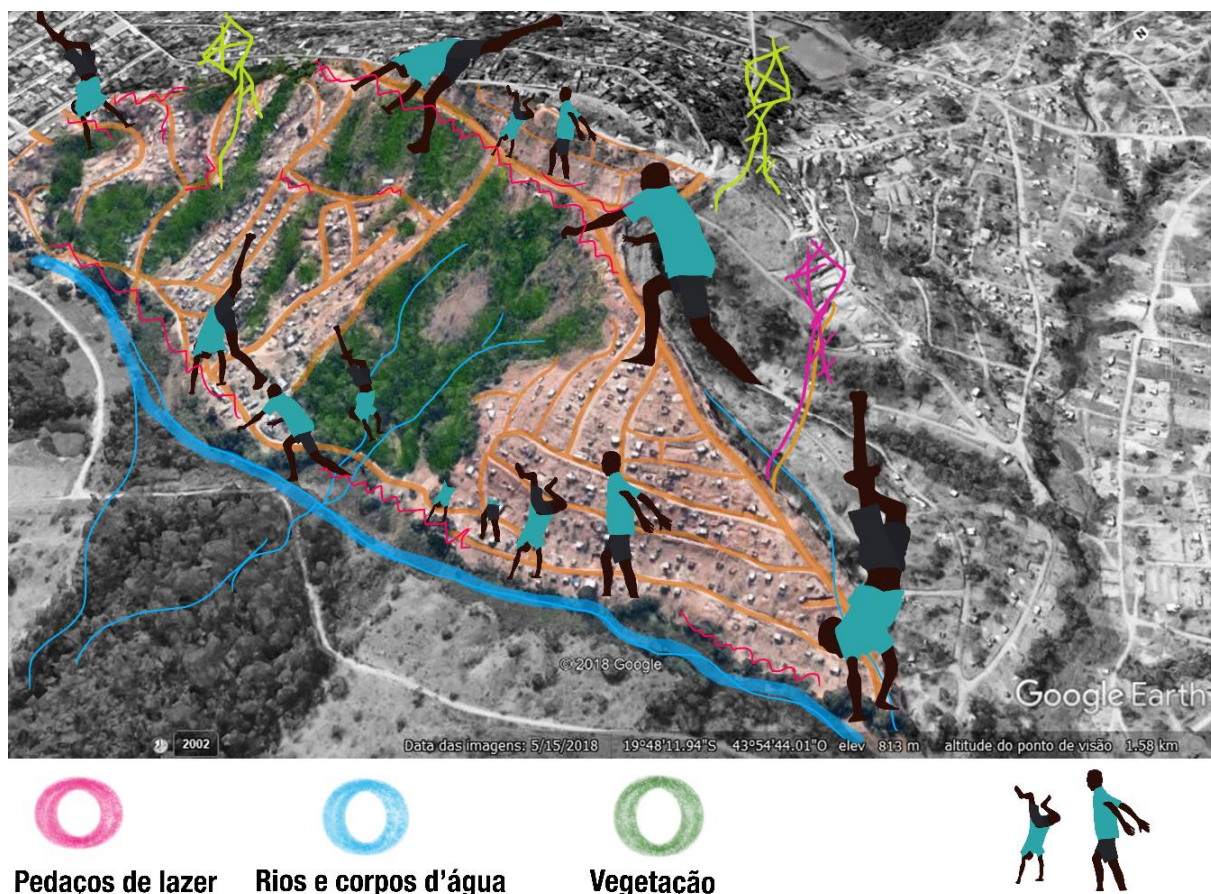


FIGURA 30: Mapeamento afetivo dos “pedaços” do Lazer na ocupação Esperança em cima de foto aérea

Fonte: Elaborado por Letícia Lanza Maciel e Izabella Galera (2019).

Na parte baixa da ocupação, ao longo do fundo do vale, existem alguns bares, um campo de futebol de várzea bastante utilizado pelos moradores, que conta com um time de futebol da ocupação que inclusive participa do campeonato regional. Há ainda uma horta comunitária junto a uma nascente que fica próxima ao Córrego dos Macacos.

Voltando-nos para a ocupação Vitória, trata-se da maior das quatro ocupações, e que detém o maior número de nascentes e corpos d'água, é dividida por setores e está inserida quase que inteiramente em Belo Horizonte. Porém, tem uma pequena porção de terrenos em Santa Luzia e assim, como a ocupação Esperança, tem uma relação maior com o município de Santa Luzia do que com Belo Horizonte.

Os pontos de acesso à ocupação são principalmente pela Rua Canadá no bairro Baronesa, onde logo na entrada tem um campo de futebol de várzea, o

“Campo do Baronesa”, e a Rua dos Milagres, pelo bairro Monte Azul, já em Belo Horizonte.

As adjacências do campo são de extrema importância tanto para o bairro Baronesa, quanto para a ocupação Vitória. É, nesse local, que as crianças pegam o ônibus para ir à escola, que os moradores vão trabalhar e que, na sombra de uma árvore, entre o campo e a rua, alguns vendedores ambulantes posicionam suas barraquinhas, e logo à frente tem uma lanchonete, um ponto que vende açaí, uma papelaria e um bar.



FIGURA 31: Foto do “Campo do Baronesa” na entrada do bairro/ocupação Vitória

Fonte: Izabella Galera (2019).

Na entrada da ocupação pela Rua Canadá, no bairro Baronesa, existe uma rua que dá acesso à “Pracinha do Vitória”, a maior centralidade do bairro, com áreas de comércio mais intenso, maior concentração de bares, salão de beleza, lojas, sacolão, igreja. É um lugar onde confluem rotas, histórias de resistência e festas comunitárias. Na pracinha, foram recebidos representantes do poder público e próximo dali foi o cenário também de conflitos violentos, que resultaram no assassinato de dois coordenadores da Ocupação Vitória: Manoel Bahia e Kadu.

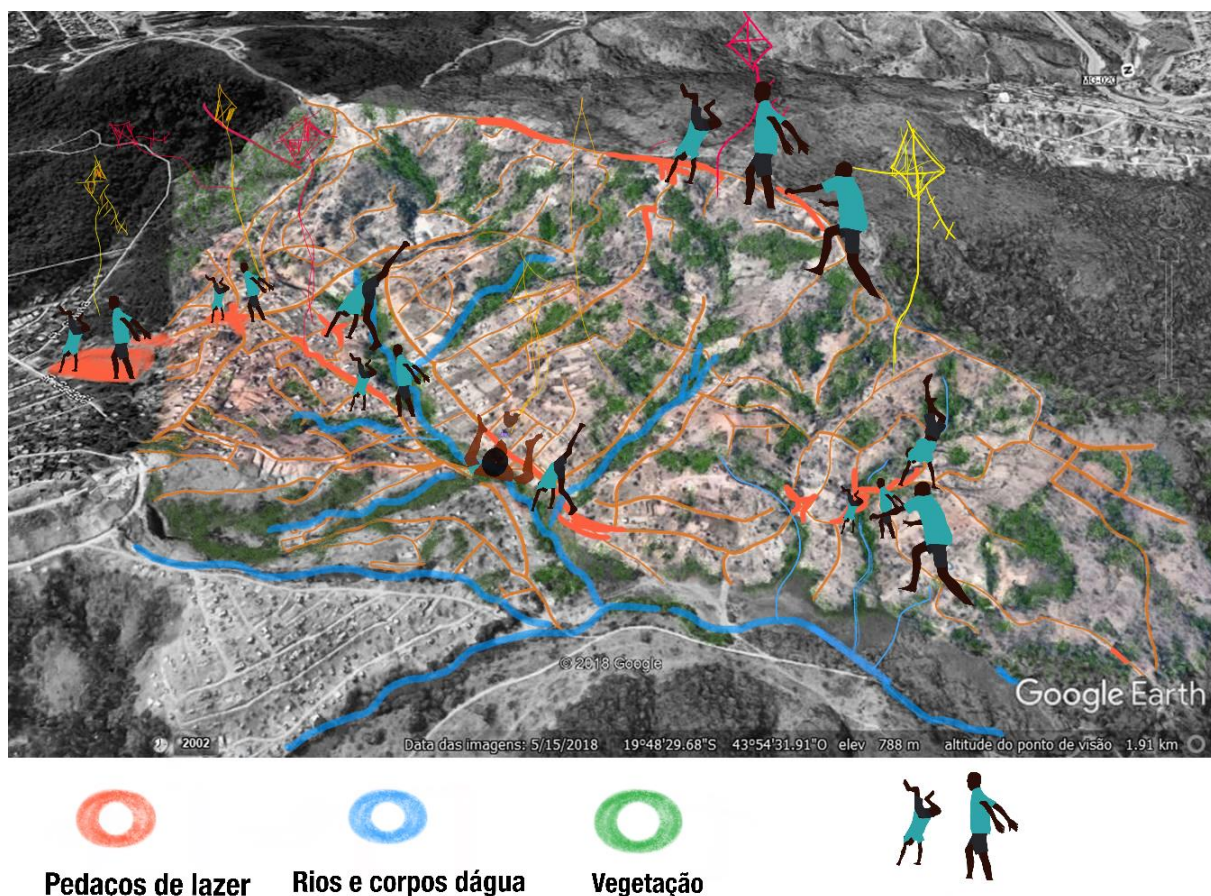


FIGURA 32: Mapeamento afetivo dos “pedaços” do Lazer na ocupação Vitória em cima de foto aérea
 Fonte: Elaborado por Letícia Lanza Maciel e Izabella Galera (2019).

Há uma quantidade grande de bares na ocupação Vitória, ao longo da Rua Aroeira, Jacarandá e Milagres. Há também outros pequenos comércios, salões e barbearias, além de igrejas que constituem territorialidades diversas com alta sociabilidade no cotidiano do bairro.

No trajeto dentro do tecido urbano formal que faz divisa com as ocupações da Izidora, uma quantidade de práticas de lazer, como churrasco na rua, mesa de baralho na calçada, outros campos de futebol de várzea, bares, restaurantes, pagodes podem ser vistas. Porém, por já estar no “asfalto”⁹⁵, uma diferença grande é a apropriação da rua pelas crianças. Nos bairros adjacentes às ocupações, a presença de ruas asfaltadas mostra-se menos apropriada para brincadeiras. Pela velocidade dos carros, esses locais configuram-se como um lugar de perigo maior

⁹⁵ O asfalto é como muitos moradores referem-se aos bairros já reconhecidos formalmente e urbanizados.

para as crianças brincarem soltas, de modo que elas já não se apropriam com a mesma liberdade como nas ruas de terra batida.

A partir das diversas territorialidades aqui cartografadas em busca pelo lazer nas ocupações a rua configura-se como um interstício entre um espaço de intimidade e de interatividade. Pode dar luz a práticas espaciais espontâneas e extremamente prazerosas e divertidas. Isto traz para essa reflexão o fator territorial como central para dar suporte às práticas de lazer e de festas. A rua é o suporte da vida urbana, onde é possível se encontrar, negociar, saber das notícias, passar o tempo fora de casa e rir das banalidades do dia a dia.

5.3 AS TERRITORIALIDADES DO JOGO DO RISO E DA FESTA.

O jogo o riso e a festa são práticas espaciais que refletem no território momentos de alegria, de divertimento, de sátira, e também de conflito. O brincar, o festejo e o riso recriam momentaneamente os espaços da cidade, produzindo, a partir de uma linguagem própria, em diferentes temporalidades, outras territorialidades.

A partir de uma observação participante, em um período de dois anos e meio, confirma-se que o lazer é uma prática transversal, exercida por pessoas de diferentes sexos, idades e credos. Brinca-se e diverte-se de formas variadas, mas para todos brincar e divertir-se é importante. O que vai modificar é a forma com que o ser humano busca o divertimento e como esses momentos dão-se no espaço. Partindo do entendimento de que espaço é algo puramente social e depende de nossos corpos, gestos (individuais e coletivos) e como manipulamos o meio para existir.

O caráter espontâneo dos momentos de lazer torna fundamental a presença no espaço para entender que não se brinca “aqui ou ali”, pois as práticas de lazer arvoram-se na possibilidade que ocorre a partir de diversas situações. Através de observação participante em escolas de ensino infantil, Saura (2014) atenta

que o brincar espontâneo não tem lugar pré-definido para acontecer - ocorre em todos os lugares. Nem tempo demarcado - as crianças podem brincar por horas a fio, durante todo o dia e isso constitui fonte inesgotável de descobertas e aprendizados (SAURA, 2014, p. 168).

De alguma forma, todas as pessoas, em diferentes intensidades, divertem-se, ou têm em suas lembranças como era brincar. A partir de uma leitura concreta da

realidade nas ocupações da Izidora, reconhece-se que há um protagonismo das crianças nas práticas de lazer no que diz respeito à apropriação do espaço.

Brincar na rua, próximos à casa, no ir e vir da aula, mas não necessariamente dentro de casa. O que chama a atenção também são as temporalidades. Durante a semana, as crianças brincam no final da tarde, quando voltam da escola, um pouco antes de escurecer. No final de semana, as brincadeiras acontecem durante o dia, quando tem alguém próximo para olhar.

Na ocupação Rosa Leão, quinzenalmente, um grupo de jovens com o projeto “Rosa Leão” – Evangélicos pelo estado de direito” - faz atividades com as crianças na praça do “Barracão Comunitário”, e mais recentemente no Centro Cultural Zilah Spósito. É um trabalho importantíssimo, pois além de incentivar o uso da “pracinha” e da rua como espaço do brincar, incentiva os laços de amizade das crianças que vivem próximas.

Vale a reflexão sobre a mudança do local das atividades, que acaba por reproduzir um senso comum de visar pela segurança, vigilância e organização do espaço para as crianças brincarem. Isto vai ao sentido oposto do brincar livre, pois por mais que seja necessária uma estrutura onde se possa ir ao banheiro, tomar água, se abrigar da chuva, colocar os brinquedos no chão sem sujar de terra, dentre outras questões, percebe-se a necessidade e a ausência de uma infraestrutura interna que possa dar conta destas atividades trazem consigo um vício de como propor atividades brincantes, ainda voltadas ao controle dos corpos.

Nos sábados à tarde, quando acabam as atividades dirigidas à brincadeira, as crianças querem brincar mais e, muitas vezes, dispersam-se e voltam pra suas casas, mesmo que lá sigam brincando. Isto acontece porque as mães têm que ficar cuidando dos filhos menores e não conseguem olhar as crianças na rua. As atividades concentradas no centro comunitário reduzem a participação de crianças que moram em quadras mais distantes da ocupação justamente pela dificuldade do acompanhamento de um adulto.

Ao longo destes anos foram organizadas algumas atividades, como sessão de cinema na “pracinha” do Centro Comunitário da Rosa Leão e ida das crianças ao cinema Santa Tereza, o que gerou uma alegria e mobilização enorme, mas sem continuidade. Destaca-se, nesses dois momentos, a euforia das crianças e mães, tanto no deslocamento (periferia – centro), desbravando o novo, e também na vontade de uma repetição. Essa demanda é lembrada recorrentemente pelas

crianças que foram ao cinema, o que confirma que o que sacraliza os momentos de coletividade a partir do lazer é a sua repetição e o desejo de que tenham outros momentos destes.

Outro aspecto interessante percebido no processo de gravação de entrevistas e registro audiovisual e fotográfico das práticas de lazer é que manipular a câmera, tirar fotos e filmar as crianças já é em si uma brincadeira. Elas querem filmar, ser filmadas e assistirem a seus próprios momentos de brincar, não separando o registro do aspecto lúdico.



FIGURA 33: Crianças gravando suas brincadeiras na pracinha do centro comunitário no dia 20/04/2019

Fonte: Izabella Galera (2019).



FIGURA 34: Crianças tirando foto das brincadeiras
Fonte: Izabella Galera (2019).

O mais valioso nesse processo de envolver a espontaneidade do gesto brincante com o pensar em um “outro mundo” a partir da celebração do cotidiano é a capacidade de autonomia que as crianças demonstram no ato de brincar e de reivindicar a importância do brincar em suas vidas. Apesar da dureza da vida, os momentos de ócio e divertimento potencializam a produção de espaços, afirmando o direito à vida com a boniteza e a criatividade lúdica.

Não é difícil convencer uma criança a falar sobre o lazer, pois para ela esse é o momento de maior importância. É ali que elas fortalecem a musculatura social dos pequenos núcleos de crianças que se estabelecem nos encontros. Elas são proativas nesses momentos.

Ao conversar com um grupo de cinco crianças da Rosa Leão em abril de 2019, combinou-se que iriam ser registradas as brincadeiras que elas mais gostavam. No sábado em que ficou combinada a filmagem, elas aguardavam ansiosas para poderem mostrar as manobras nas bicicletas, o pega-pega, os saltos, os risos. Não foi preciso bater na porta de ninguém, mobilizar ninguém, elas esperavam queriam aquele momento.



FIGURAS 35 e 36 – Crianças brincando com velotrol em uma segunda-feira e com bicicleta na rua no dia 20/04/2019
Fonte: Izabella Galera (2019).

Em maio de 2017, conversou-se com aproximadamente quinze crianças e, ao perguntar o que elas mais gostavam de fazer para brincar, o que foi levantado foi soltar papagaio, subir em árvore, brincar de esconder, jogar bola, e brincar de escolinha. Ao se refletir sobre essas atividades, ressalta-se que nenhuma das práticas necessitava de um espaço fixo ou de muita estrutura material, exceto, em alguma medida, brincar de escolinha. Ou seja, o importante é que tenham árvores, que tenha um espaço aberto para jogar bola, mas não necessariamente restringe-se o brincar a um espaço de parquinho ou praça. As brincadeiras são brincadeiras de rua e com diferentes formas de deslocamento.

A rua até mesmo nas brincadeiras e na infância ainda se mostra um território mais apropriável para os meninos do que para as meninas. Há, em certos graus, uma divisão sexual em algumas brincadeiras, como, por exemplo, o futebol e soltar papagaio. Por mais que as meninas joguem bola e soltem papagaio, ainda são proporcionalmente em menor quantidade.

É assumido, geralmente pelas meninas mais velhas, o cuidado com os irmãos e primos menores, brincam de casinha e comidinha, e assim já iniciam nessa prática as atividades de cuidado com o lar. Já na rua, em outros momentos, misturam-se em outras brincadeiras, como esconde-esconde, pega-pega. Na ocupação Vitória, os

meninos têm o time de futebol, assim também como os adultos, e jogam com outros times da região.



FIGURA 37: Criança jogando bola em frente a casa na Rua Aroeira, ocupação Vitória
Fonte: Izabella Galera (2018).



FIGURA 38 – Meninos jogando futebol e utilizando o portão como trave
Fonte: Izabella Galera (2019).

Um dos moradores da ocupação Rosa Leão é professor de Capoeira e ensina a arte na Escola Municipal Daniel Alvarenga, onde muitas das crianças das ocupações da Izidora estudam, e no Centro Cultural Zilah Spósito. Com isso, muitas crianças das quatro ocupações e mulheres adultas aprendem a arte e cultura ancestral que carrega a história de resistência do povo negro no Brasil.

Esses gestos da capoeira, do funk, do futebol, das brincadeiras de roda são reproduzidos pelas crianças cotidianamente, trazendo a experiência cheia de sentido e gestos arquétipos para a produção da vida urbana.



FIGURA 39: Meninos brincando de capoeira no dia da primeira atividade no Parquinho Ecológico, na ocupação Vitória no dia 18/05/2019
Fonte: Izabella Galera (2019).

O trajeto de ida e volta da escola, protagonizado pelas crianças em grupo e mães e pais, gera o estado limiar da “rua”, transformando a rotina do bairro nesses horários em uma verdadeira festa.

Pequenos grupos de crianças diariamente percorrem as ruas das ocupações no caminho do ponto de ônibus. As crianças andam acompanhadas na maioria das vezes por um adulto responsável. Os colegas da escola são também vizinhos e as crianças, nesse trajeto, também encontram seus primos e irmãos e vão brincando entre a casa e a escola.

Outras práticas que apareceram espontaneamente ao longo desses anos de observação são: correr ladeira abaixo; pular nos montes de areia e pedra brita; nos dias de calor, tomar banho na caixa d’água ou de mangueira; pular em buracos; subir em galhos de árvores; sentar nas calçadas; jogar boliche com torrão de terra e garrafa pet; jogar capoeira e brincar de luta ao mesmo tempo em que dançam funk. Tudo isto sem um rigor linear e sim criando e reinventando as coisas como estão dadas.

Nesses momentos, exercitam sua capacidade de interação com os outros e com as coisas ao seu redor. São estimulados a desbravar os mistérios que existem em meio a tanta natureza e canteiros de obra.

Em efeito, as crianças e jovens recebem na rua informações chaves sobre o funcionamento da sociedade e seus requisitos e recebem treinamento em formas de sociabilidade grupal diferentes, mas complementares as que são fornecidas na escola, na família e nos meios de comunicação. A rua é, sem dúvida, o cenário em que se entende a passagem da esfera privada para a esfera pública (DELGADO, 2014, p. 221, tradução própria)⁹⁶.

Cabe chamar a atenção para a capacidade criativa das brincadeiras em meio aos materiais de construção, que, no espaço, tornam-se obstáculos e espaços de sociabilidade e interatividade. Lembrando que as ocupações são canteiros de obra constantes. As crianças brincam com carrinho de mão, em que uma delas entra e a outra carrega, com montes de terra, areia, brita. Desses materiais, infinitas possibilidades de divertimento surgem. Geralmente os materiais de construção ficam na rua, rente à casa, o que confirma esse caráter intersticial entre a casa e a rua.



FIGURA 40: Crianças pulando no monte de terra no dia da Oficina de Fossa Biodigestora que aconteceu no Galpão Comunitário da ocupação Vitória em junho de 2018
Fonte: Izabella Galera (2018).

⁹⁶ En efecto, los niños y los jóvenes reciben en la calle informaciones clave sobre el funcionamiento de la sociedad y sus requisitos y reciben entrenamiento en formas de sociabilidad grupal diferentes, pero complementarias, de las que les suministran la escuela, la familia o los medios de comunicación. La calle es, sin duda, el escenario en que se entiende y se asume el paso de la esfera privada a la pública (DELGADO, 2014, p. 221).

Outro aspecto importante de ressaltar nas práticas brincantes dos territórios estudados é o contato das crianças com a natureza, terra, água, fogo, ar. Tudo é muito tocado, sentido, transformado. De um pequeno monte de terra, surge um trampolim, que as impulsiona para o céu.

Bachelard (1990) dedicou ensaios sobre as significações a partir dos elementos da natureza. Conforme se pode perceber na imagem da figura 40, as crianças brincam com o elemento terra e na sua gestualidade com o elemento ar. Para o autor, o ar é o elemento em que o imaginário opera a busca pela sublimação, liberdade, ascensão, que “pela imaginação dinâmica com os fenômenos aéreos, tomaremos consciência de um alívio, de uma alegria, de uma ligeireza. A vida ascensional será então uma realidade íntima” (BACHELARD, 1990, p. 10).

Já o elemento terra remete ao ninho, à barriga da mãe, ao nascer e morrer, ao que brota, ao que nutre, ao que floresce. O brincar na terra e com a terra diz mais dessa relação com as profundezas da vida, do refúgio, do feminino e de sua capacidade de gerar, da fertilidade.

Os brinquedos da terra são aqueles do universo da casa, da família, os que imitam a vida cultural, os que têm contato com a matéria e os de pés no chão, os que sugerem um enraizamento social. Brincar de se aterrar na areia, de moldar objetos com barro e de investigar o que se tem dentro das coisas – como a anatomia de animais –, por exemplo, são brinquedos da terra. Brincar de casinha, fazendinha, cozinha, montaria, carros de boi, lutas de espadas, são todos pertencentes ao elemento terra por sua dimensão cultural e por fazerem com que as crianças criem novas formas de cultura através de sua imaginação. As brincadeiras da casinha ou de fazer comida, por exemplo, se remetem à nutrição, ao servir, à partilha, ao cuidar de bonecas (crianças), ao carinho pela família (TERRITÓRIOS DO BRINCAR, 2016, s.p)⁹⁷.

⁹⁷ Disponível em: <https://territoriodobrincar.com.br/sem-categoria/brinquedos-da-natureza-entenda-o-brincar-a-partir-dos-quatro-elementos-naturais/>. Acesso em: 14 jun. 2019.



FIGURA 41: Crianças brincando de fazer comida com terra. Galpão Comunitário da ocupação Vitória no dia 18/05/2019
Fonte: Izabella Galera (2019).

Os jovens têm uma relação com o lazer no território muito diferente das crianças, pois se apropriam da rua de forma menos tutelada e, por isso, deslocam-se mais. Têm uma relação com o ir e vir, sair, ficar em casa, curtir a noite e o dia. O dentro e fora de casa expandem-se territorialmente e refletem também em uma expansão e variação do meio social, não ligados tão somente com graus de parentesco e vizinhança.

As principais referências de lazer para os jovens dão-se pelo meio digital: celulares (e aí as redes sociais), fliperama, videogame, e também dentro de outra lógica de interação, como no baile funk, em "batalhas" e "duelos de mc's", no bar, jogando sinuca, no futebol (tanto jogando quanto assistindo) e soltando a pipa que segue como uma prática brincante exercida por todas as idades.

Em algumas conversas sobre onde os jovens se divertem na ocupação Vitória, três jovens entre 15 e 20 anos relataram que é no bairro Palmital, no baile no "Setor Sete", em Santa Luzia que "é onde acontecem as festas boas". A centralidade mais próxima para o lazer noturno dos jovens da ocupação não é Belo Horizonte, e sim Santa Luzia.

No mirante da “caixa d’água”, que fica no topo de morro, divisa da ocupação Esperança, Vitória e bairro Baronesa, quinzenalmente, tem também um baile funk, chamado “Baile da Caixa D’água”. Nesse local, pode-se avistar a mancha urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte, com todos os seus contrastes. É lá que grande parte da juventude que vive nas adjacências faz suas festas.



FIGURA 42: Vista do "mirante da caixa d’água". Abaixo aparece parte da ocupação Vitória e Belo Horizonte ao fundo
Fonte: Izabella Galera (2019).

Na Rosa Leão, dois jovens de 13 e 14 anos também relatam que lazer pra eles é sair do território onde se faz o cotidiano, é ir para algum clube, parque de diversões, festas e bailes nos bairros próximos. Evidencia-se, assim, o caráter “extraordinário” e também o lazer como forma de espetáculo e consumo. Inserir-se nesse universo fora do cotidiano tem a dimensão da descoberta, do novo e da possibilidade de experimentar outras situações.

Esse deslocamento para fora do espaço doméstico é onde se exercita a capacidade de anonimato, e, com isso, brinca-se com a possibilidade de interpretar outros papéis sociais. As formas de interação mudam e com elas os gestos, as vestimentas e os interesses. Assim, lazer estaria relacionado ao ato de uma pessoa ou grupo de amigos saírem do território cotidiano, ou seja, da ocupação, e ir para outros lugares, com códigos de conduta diferentes, gerando territorialidades que Magnani (2003) chama de trajetos e manchas.

As mulheres têm uma forma própria de se apropriar do espaço. Instintivamente e também dentro de uma construção social que é imposta, o cuidar. E ao cuidar das famílias, cuida-se de tudo o que é necessário para gestar e gerir uma vida. Essa responsabilidade pela gestão do cotidiano faz com que as mulheres engajem-se muito mais na luta pela moradia digna do que os homens.

As ocupações urbanas de uma forma geral são territórios onde a produção e a reprodução da vida é protagonizada por mulheres. São elas que, na maioria das vezes, também mantêm a casa financeiramente e tomam a linha de frente do conflito contra o Estado. Muitas vezes, o trabalho doméstico ainda não é reconhecido e remunerado e recaem sobre outras mulheres os trabalhos de cuidado a partir de uma rede de cooperação e solidariedade que se forma na vizinhança ou a partir de graus de parentesco. Essas táticas cotidianas de sobrevivência acabam por refletir em uma organização territorial marcada por outras formas de produção do espaço, que, ao agregar-se a uma prática política arraigada na luta pelo direito à terra e à cidade, acaba por criar uma possibilidade de quebra da fonte de isolamento das mulheres no espaço doméstico.

Apesar de por um lado o ato de ocupar decorrer, entre outras coisas, da divisão sexual e racial do trabalho, e reiterar a mulher como responsável por assuntos atinentes à casa e cuidado, essas mulheres lutam pela efetivação de direitos fundamentais e pelo reposicionamento de seus lugares sociais. Nesse sentido, a participação das mulheres nos movimentos de luta por moradia e terra pode não romper totalmente com a dominação masculina e com a exploração pela divisão racial e sexual do trabalho, mas as desestabiliza. (ISAÍAS, 2018 p.85).

O envolvimento de muitas mulheres nos processos de organização territorial possibilita uma rede de poder e proteção que fortalece a sociabilidade feminina na comunidade e transcende a escala do bairro, a partir do momento em que o deslocamento físico para a luta, tomando ruas e espaços políticos de poder, leva muitas mulheres a enfrentarem o estado de submissão ao qual muitas vezes são condicionadas.

Essas formas diversas de sociabilidade, que diferem a partir do gênero, idade e classe social, mas que criam situações que propiciam o contato e a proximidade, sem dúvida criam laços e um sentimento de solidariedade entre as pessoas.

Cabe lembrar, conforme Federici (2017) mostra, que, na reforma protestante, a disciplina social tinha o intuito de descoletivizar qualquer processo de reprodução da força de trabalho, buscando dissolver os laços de afeto que se davam no tempo livre dos proletários, proibindo festejos e encontros e, assim, desarticulando a capacidade da classe trabalhadora de se organizar. Conforme a autora afirma

Como resultado, o cerceamento físico operado pela privatização de terra e o cerceamento das terras comunais foram ampliados por meio de um processo de cerceamento social: a reprodução dos trabalhadores passou do campo aberto para o lar, da comunidade para a família, do espaço público (a terra comunal, a Igreja) para o privado (FEDERICI, 2017, p. 163).

Reflexo de uma organização de sociedade patriarcal, capitalista e racista, pode-se afirmar que não só existe uma divisão sexual do trabalho, mas também uma divisão sexual do lazer. As mulheres, ainda hoje, criam territorialidades de lazer voltadas para o espaço doméstico, muitas vezes nas varandas e nas frentes das casas, nos salões de beleza e na igreja. Entretanto, também há muitas mulheres, geralmente mais jovens, que são donas de bar e comércio e, nos finais de semana, usufruem o tempo livre nesses lugares.

Os homens formam territorialidades bem demarcadas. A presença de bares que se abrem cotidianamente no território afirma a necessidade intrínseca da vida em sociedade, dentro da lógica de produção e reprodução da vida. Valorizam locais de lazer voltados para o jogo e a boemia. Os bares são elementos de intensa circulação de pessoas no cotidiano da ocupação. É ali que os moradores ficam sentados embaixo das árvores, na rua, de dia e de noite.



FIGURA 43: Faixa de propaganda do Forró na Rosa Leão, no "Bar do Negão"
Fonte: Izabella Galera (2018).

Nesses locais de alta sociabilidade, chamados de “balcão de bar”, a vida cotidiana é compartilhada. Em dia de jogos, com uma televisão e um churrasquinho, em sábados e domingos, finais de expediente. Em sua grande maioria, não pode faltar em um boteco da ocupação a máquina de som, potente, e, se tiver um pouco mais de espaço, a mesa de sinuca.

Pelas ocupações organizarem-se territorialmente por famílias, as avós e os avôs têm seu tempo de lazer atrelado também ao tempo de olhar os netos. Além

disso, muitos idosos usufruem seu tempo livre cuidando de seus quintais, dos animais e passam tempo na frente das casas e nas mercearias.

Existem muitos idosos que moram em ocupações e têm na igreja um lugar de acolhimento e lazer. A vida religiosa é um fator importante de organização do território e tem em suas células um local de assistência, onde se constituem outras formas de poder. Conforme afirma Durkinhan (2012, p. 38, tradução própria) “a religião é uma coisa eminentemente social. As representações religiosas são representações coletivas que expressam realidades coletivas”⁹⁸.

Nas ocupações da Izidora, existem dezenas de igrejas evangélicas, que atuam nos momentos de tempo livre com cultos, rodas de conversa e atendimento assistencial e esporadicamente para assembleias do bairro, quando ocorrem reuniões de setor ou quadra.⁹⁹

Nas ocupações Rosa Leão e Vitória, as igrejas católicas estão sendo construídas pelos próprios moradores, que se organizam, arrecadando materiais de construção e fazendo bingos, rifas, festas para construírem as igrejas nos finais de semana em forma de mutirão. Até o momento, há conhecimento de que na ocupação Vitória recentemente abriu um terreiro de umbanda, na Rua dos Milagres. Porém, não se sabe de nenhum outro centro espírita, de umbanda, candomblé ou outra religião de matriz africana dentro das ocupações, mas nas proximidades sim, e que são frequentados por alguns moradores.

Outra prática de lazer muito presente nas ocupações é o cuidado com as plantas. Muitos adultos, tanto senhoras e senhores mais idosos, quanto mulheres e homens mais jovens, cultivam em pequenas porções de terra, que sobram nos terrenos e em frente aos muros, plantas de proteção¹⁰⁰, hortas, plantas ornamentais. Tiram desses locais tanto a subsistência quanto o utilizam como um momento de terapia e descanso.

Grande parte dos moradores da Izidora nasceu em áreas rurais, veio “da roça”, como dizem, e, devido a essa memória afetiva, o cuidado e manejo com a

⁹⁸ “la religión es una cosa eminentemente social. Las representaciones religiosas son de representaciones colectivas que expresan realidades colectivas” (DURKINHAN, 1968, p. 38).

⁹⁹ Na ocupação Vitória, algumas assembleias são organizadas por setor, conseguindo garantir a participação efetiva de mais moradores. Em alguns setores, os espaços das assembleias são nas Igrejas evangélicas, e, nos dois casos, as pastoras são mulheres.

¹⁰⁰ As “plantas de proteção” são comumente vistas em frente às casas brasileiras, são elas: Alecrim, Arruda, Comigo ninguém pode, Espada de São Jorge, Guiné, Manjerição e Pimenta e têm forte ligação com a cultura popular brasileira e a cosmovisão vinda das religiões de matriz afro-brasileiras.

terra atualizam dentro das ocupações urbanas práticas de trabalho e de lazer que vêm de gerações passadas, que aprenderam na infância, na lida. Para muitos moradores, os quintais de suas casas que vêm a partir da luta por moradia representam a conquista de um pedaço de terra onde sua história pode ser reconhecida e existir na cidade.

Dentro desses quintais, cultivam-se: pimenta, couve, banana, tomate, mandioca, milho, taioba; produzem-se: tempero, molho de pimenta, coloral, açafrão; criam-se: galinha, codorna, pato, peixe em tanque feito de caixa d'água.

Além disso, pela região da Izidora tratar-se de um reduto de muitos córregos, nascentes e uma mata, muitos jovens, crianças e adultos vão à mina d'água, também conhecida como “geladeira”, que fica próxima ao “Setor Sete” do bairro/ocupação Vitória, com acesso pela Rua dos Milagres. As pessoas, além de tomar banho no “pocinho”, fazem churrasco e piquenique.

Essa mina d'água (figuras 44 e 45), como muitas outras nos territórios, abasteceram e ainda hoje abastecem de água muitas famílias. Na fonte que vem da nascente da “geladeira”, muitos moradores levam copo para tomar água ou apenas molham a mão, como um gesto de respeito e culto à água.



FIGURAS 44 e 45 – Visita à Mina D'água no dia 28 de abril de 2019
Fonte: Izabella Galera (2019).

A leitura do cotidiano que foi feita nesse percurso deu-se por processos territoriais que emergem de situações concretas, impulsionadas pelas práticas

espontâneas de lazer. Sabendo que toda situação é um estímulo para a ação, é pelo ato de brincar, rir e festejar que territorialidades cotidianamente são produzidas e revelam um “campo cego” (LEFEBVRE, 1999) que existe e é fruto da vida urbana.

5.4 TERRITORIALIZAR COMO AÇÃO REVOLUCIONÁRIA: A Produção Social dos Territórios de Poder Popular

Os processos territoriais em que esta pesquisa incidiu diretamente partiram da reconstrução do Centro de Poder Popular¹⁰¹, na ocupação Rosa Leão; do Galpão Comunitário e do Parquinho Ecológico, na ocupação Vitória.

Os centros comunitários são espaços que catalisam a resistência das ocupações/bairros da Izidora. São lugares onde a luta se organiza, espaço de representações diversas e alto engajamento, entendidos aqui a partir da leitura de Lefebvre (2016a) como “espaços diferenciais”. Pode-se também apontar que esses territórios constituem-se como lugar, trazendo a dimensão de poder e memória.

O “Centro de Poder Popular Rosa Leão”, chamado pelos moradores de “Barracão Comunitário”, é um espaço de auto-organização que acontece por uma apropriação cotidiana protagonizada pelas crianças e jovens, e também pela coordenação da comunidade. É uma centralidade do bairro, em que as crianças brincam e utilizam o chão para diversos jogos. Lá ocorrem as assembleias, as festividades. E também apropriado pelos adultos para esperar alguém na sombra da árvore, onde se aguarda a chegada de algum mantimento ou visita assistencial.

É lugar onde conflui uma rota histórica que liga pontos distintos da cidade, trilhas onde pessoas transitam e que existe muito antes da ocupação Rosa Leão. O que antes eram trilhas que ligavam bairros e existiam para atividades de MotoCross, hoje em dia é uma rota de passagem de muitas moradoras e moradores do bairro, onde passa muito material de construção, onde a polícia também passa como a única presença do Estado no cotidiano do bairro. Passam também motos e automóveis junto com bicicletas, bola e papagaio.

¹⁰¹ No decorrer do texto, foram utilizadas três formas diferentes para se referir ao Centro Comunitário da Ocupação Rosa Leão. O nome oficial, decidido em reunião com a Coordenação e em Assembleia é “Centro de Poder Popular Rosa Leão”. Contudo, a maioria das pessoas se refere ao lugar como “Barracão Comunitário” ou “Centro Comunitário”.

Desde o início da ocupação Rosa Leão, o “Barracão Comunitário” ou “Centro Comunitário” foi local onde ocorriam as assembleias, as reuniões com lideranças, os movimentos sociais; onde eram recebidos os advogados populares, as figuras públicas, os representantes do Estado. É lá que as festas comunitárias acontecem e que, durante os dois últimos anos, está em processo de reconstrução.



FIGURA 46 – Foto do antigo “Barracão comunitário”
Fonte: Izabella Galera (2017).

O local já foi um “barraco” de madeirite de chão batido. Posteriormente já foi reformado e o chão foi cimentado. Depois foi retirado o madeirite e feito um projeto de um “Centro Comunitário” junto aos moradores e lideranças, que começou a ser construído em maio de 2017.

Em duas ocasiões anteriores, houve tentativa de estudantes de arquitetura e urbanismo realizarem um trabalho coletivo com os moradores para construção de um “Centro Comunitário” de alvenaria. Entretanto, nos dois casos, os estudantes passaram por dificuldades de efetivação da concepção projetual coletiva e pedagógica junto aos moradores e em relação à urgência e interesse da comunidade de participar do processo ou apenas de conseguir apoio técnico e

financeiro. Essa mesma dificuldade foi vivenciada no processo de 2017. Com diversas idas e vindas, a concepção do projeto foi representada, os mutirões, empreitadas e oficinas foram feitos, mas a construção passa por dificuldades de ter continuidade.

Mediante conversas da coordenação da Ocupação, o “Barracão Comunitário” foi batizado de “ZOCA – Zona Ocupada de Cultura e Arte”, em homenagem a Zoca, Maria da Conceição, liderança do Conjunto Zilah Spósito e forte referência no processo da Luta da Izidora. Infelizmente, após o primeiro ano em que o Barracão levava o nome da Zoca, a liderança reivindicou para não atribuir seu nome no Centro comunitário devido a conflitos internos do território.

O processo de concepção coletiva do “Centro de Poder Popular” deu-se em diversas reuniões que buscavam tanto desenhar o espaço, quanto estudar estratégias para conseguir recursos para a execução do mesmo. A obra foi sendo feita a partir de pequenas empreitadas, realizou-se a fundação da edificação, ergueu-se parte de suas paredes a partir de um Curso e Oficina de Autoconstrução para Mulheres.



FIGURA 47 – Reunião da coordenação Rosa Leão em torno do projeto do Centro de Poder Popular Rosa Leão, no antigo “Barracão comunitário”
Fonte: Izabella Galera (2017).

A partir de uma iniciativa partilhada entre estudantes de pós-graduação e graduação¹⁰² da Escola de Arquitetura da UFMG com apoio da Pró-reitora de

¹⁰² Ver trabalho de ALVES, Natália. **Feminismo negro e a produção do espaço: uma abordagem interseccional- espacial.** Dissertação (Mestrado). Escola de Arquitetura. Universidade Federal de Minas Gerias, 2018

assuntos estudantis da UFMG, foi proposto para a coordenação da ocupação Rosa Leão aproveitar o processo de construção do Centro Comunitário como base para um curso de Autoconstrução para as mulheres da ocupação.

Foram realizadas cinco aulas/oficinas com lições básicas da construção civil, objetivando a troca de conhecimento entre as diversas participantes e a realização de um processo colaborativo de construção do Centro comunitário em forma de mutirão protagonizado por mulheres. Ao fim de cada dia, acontecia um almoço festivo, que sacralizava o encontro, o esforço, o aprendizado e as amizades ali cultivadas.

Em 2018, o processo de construção do Centro comunitário fica parado, principalmente pelos esforços da coordenação terem se voltado para resolver outros conflitos¹⁰³, que apareciam no cotidiano do bairro. Somente em janeiro de 2019, retomam alguns mutirões, que reorganizaram o espaço e as ferragens da obra que ficou parada, marcou os pontos hidráulicos e as paredes internas. Foram assentadas as janelas e fizeram-se as vigas. No momento, falta ainda cimentar o chão, bater a laje e fazer a arena da praça.



FIGURA 48 – Foto da Oficina de Autoconstrução para Mulheres

Fonte: Zona Ocupada de Cultura e Arte¹⁰⁴.

¹⁰³ Na ocasião foi direcionados esforços de setembro de 2017 até novembro de 2018 para construir a casa de uma moradora que sofria violência doméstica e poderia perder a guarda de seu filho mais novo, se não tivesse uma moradia de alvenaria.

¹⁰⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/zonaocupadadeculturaearte/photos/a.1710329362593119/1778974672395254/?type=3&theater> Acesso em: 16 jul. 2019.

Há o anseio de lançar uma campanha de financiamento para garantir recurso suficiente para completar a construção do “Centro de Poder Popular Rosa Leão”, dependendo atualmente da edição do vídeo da campanha e a definição da data de lançamento, e principalmente de uma maior organização de base da coordenação da Rosa Leão, que se encontra no momento desarticulada. Pretende-se fazer uma festa na comunidade para apresentar e mobilizar os moradores junto à causa.

No presente momento, a obra encontra-se parada, mas em via de continuar, com alguns materiais de construção já no local, esperando uma organização de mutirão ou uma verba para contratar dois moradores para uma empreitada de um ou dois dias. Entretanto nota-se um afastamento dos moradores do processo de construção coletiva.

O entendimento desse processo de construção, que, em alguns momentos, acelera e é impulsionado por urgências e pequenos conflitos; e, em outros, é tomado pela calma, reforça a dimensão do “espaço vivido” sobrepondo-se ao “espaço concebido e representado”, que se redefine dia após dia, a partir das práticas espaciais cotidianas. É a partir das festas, assembleias, mutirões, brincadeiras e lazeres nesse território que são observados lampejos de um “espaço diferencial”, sendo gestado na luta pelo direito à cidade e à vida urbana.

5.5 O GALPÃO DO VITÓRIA.

Entre 2014 e 2015, o Galpão da Ocupação Vitória foi construído nos fundos do quintal da Ana e do Adão, moradores e grandes referências comunitárias, junto ao terreno que pertencia ao Kadu¹⁰⁵, para receber o Encontro de Estudantes e Coletivos Universitários Negros. Desde então, esse espaço tem sido o principal local de acolhimento e encontro para a prática de várias atividades da comunidade, como oficinas, trocas de saberes, reuniões, mutirões e festas, representando claramente um território de uso e produção do comum com a característica de ser um lugar de discussão altamente engajada. Nesse sentido,

¹⁰⁵ Kadu, Ricardo de Freitas Miranda, foi líder comunitário da ocupação Vitória e militante das Brigadas Populares, assassinado no dia 22 de novembro de 2015.

o galpão cumpre um importante papel para a organização comunitária, fortalecimento da luta pela permanência no território, geração de renda, educação ambiental, promoção da agroecologia, troca de saberes e articulação política (AGROECOLOGIA NA PERIFERIA, 2018, s.p.).

Depois de ter o madeiramento desgastado pelo tempo, houve a demanda de reconstruir o antigo galpão, vinculado com o desejo dos moradores, principalmente a Ana e o Adão, do coletivo “Agroecologia na Periferia” e das Brigadas Populares, em agregar a esse espaço um banheiro e uma cozinha comunitária. Desde o início, buscou-se como fio condutor um processo participativo, horizontal e coletivo para reerguer o Galpão.

Combinando uso de técnicas alternativas com os recursos e materiais disponíveis, fez-se necessária a reutilização de madeiras que foram doadas pelo Espaço Comum Luiz Estrela¹⁰⁶, pela Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional¹⁰⁷ e pela Fundação de Parques Municipais.

Uma das primeiras dinâmicas feitas para entender o que era desejado para o galpão foi o “mapeamento dos sonhos”, coordenado pelo coletivo “Agroecologia na periferia”, em que as vivências compartilhadas serviram de base para as decisões sobre o que era preciso no espaço e onde seria a melhor localização, principalmente devido ao tratamento de esgoto e a relação desejada com a horta. Além do espaço para reuniões e encontros, há a proposta da construção de dois banheiros, local para ducha e uma cozinha comum, o que inclui a fossa ecológica com diferentes formas de tratamento.

Em nenhum momento, houve uma prescrição do projeto e um desenho pronto do galpão feito a priori pelos técnicos¹⁰⁸. As decisões sobre a divisão dos espaços foram sendo tomadas no momento do mutirão. Através de desenhos feitos no papel e no chão, os espaços foram divididos e definidos e o galpão foi imaginado de forma coletiva.

¹⁰⁶ O Espaço Comum Luiz Estrela é uma ocupação de um edifício tombado pelo Patrimônio Histórico em Belo Horizonte que tem forte relação com as ocupações urbanas para fins de moradia.

¹⁰⁷ Inserida como apoiadora do processo a partir do Projeto Territórios Sustentáveis.

¹⁰⁸ O coletivo Agroecologia na Periferia é composto por pessoas formadas nas áreas de Geologia, Engenharia Florestal, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil e Sanitária, dentre outros.



FIGURAS 49, 50, 51,52 – Fotos do processo de concepção, projeto e construção do Galpão
Fonte: Izabella Galera (2018).

Isto coloca a experiência em uma situação multi espaço-temporal, na qual se pensa e sonha o futuro, em nível de projeto, e faz-se, apropria-se e usufrui-se no presente.

A obra do galpão traz à tona questões práticas e de tomada de decisões rápidas, como o local para as madeiras, a organização do canteiro, quais materiais serão necessários para a próxima semana e onde e quem fica responsável por cada tarefa. Porém, nunca se perde de vista aquilo que é sonhado para um futuro próximo, a avaliação sobre as ações e a vida que é partilhada nesse processo, como o almoço da Ana no fogão à lenha e a salada e temperos tirados do quintal do "Dão".

Essa aceitação dos múltiplos tempos que se atravessam e a prática de agir e refletir sobre as ações é defendida por Freire (2015) como o tempo da verdadeira *práxis*.

O foco inicial da obra era terminar o banheiro e a cobertura do galpão para receber o ENA – Encontro Nacional de Agroecologia, que aconteceu entre os dias 31 de maio e 03 de junho de 2018, em Belo Horizonte. Como uma das vivências do Encontro foi a visita aos Quintais Produtivos do Adão e do Virgílio¹⁰⁹, havia a vontade de ter o processo da obra em andamento com certa etapa já superada.

Porém, assim como cultivar é saber esperar e entender os ciclos e as estações para além do tempo cronometrado e da urgência, o processo de construção coletiva também não opera somente com o planejamento feito no calendário. A estrutura do banheiro e os pontos hidráulicos foram preparados e os buracos da fossa biogestora e do Tevap¹¹⁰ foram cavados, no entanto os convidados do ENA foram recebidos em meio às madeiras empilhadas, metade da cobertura coberta com chitas e o banheiro em processo de construção.

A obra do Galpão Comunitário caracteriza-se por um processo que tem momentos de aceleração e calma. Não existe um prazo urgente para seu término, o que faz com que a construção possa ser vivenciada com mais calma e cuidado, apesar de algumas demandas necessitarem de finalização devido à época de chuvas, como, por exemplo, o Tanque de Evapotranspiração e o reforço do telhado. Os materiais que serão utilizados no fechamento do galpão não foram predeterminados no projeto, o que permite que sejam utilizadas tecnologias alternativas e disponíveis próximas à construção.

Ainda que não tenha uma estrutura e linearidade de construção definida, a possibilidade de se cruzarem diferentes formas de construir: por mutirão, por empreitada e por oficinas constitui um processo de transformação que se dá de forma horizontal e que se abre para o inesperado e o novo. Nesse sentido, um dos maiores ganhos desse trabalho coletivo que acontece com os pés na terra é a construção de uma autonomia individual e coletiva e de um processo de conscientização que se estabelece “dialogicamente, e, portanto, sem excluir a

¹⁰⁹ Adão e Virgílio são moradores da ocupação Vitória e participam das atividades junto ao Coletivo Agroecologia na Periferia desde o início, e hoje a produção de seus quintais é vendida em feiras.

¹¹⁰ O Tanque de Evapotranspiração (Tevap) é um sistema de tratamento e reaproveitamento dos nutrientes do efluente proveniente do vaso sanitário.

comunhão e a troca, já que conscientizar é um verbo em que à voz reflexiva deve ser conferido particular relevo: conscientizar-se” (SOUZA, 2006, p. 295).

Ademais, esse processo de construção do galpão é conjugado ao Curso de Promotores Agroecológicos, inserido dentro do Projeto Territórios Sustentáveis e produzido em cooperação com outros atores, como a SUSAN – Subsecretaria de Segurança Alimentar da Prefeitura de Belo Horizonte, o Coletivo Agroecologia na Periferia e a Rede de Intercâmbio e Sustentabilidade. Esse curso é baseado na Metodologia Campesina e Campesino (CaC), fortemente difundida em Cuba nos anos de 1990. Dentre os principais fundamentos dessa metodologia social, há a ideia de começar devagar e aos poucos, experimentar em pequena escala e com poucas tecnologias por vez, atingir um efeito rápido e reconhecível com um propósito multiplicador.

As ferramentas de ensino constituem-se basicamente no quintal ou área produtiva e nas oficinas de formação e capacitação. O curso trabalha com a metodologia da Educação Popular, centrada nas reflexões de Paulo Freire, fomentando a troca de saberes, a elaboração conjunta de perguntas e respostas, a capacitação efetiva dos promotores e a capacidade de replicar essa capacitação em outros territórios.



FIGURA 53 – Foto do segundo módulo do Curso de Promotores Agroecológicos

Fonte: Izabella Galera (2018).

Nesse processo de ensino e aprendizagem, tanto o Quintal do Adão e da Ana, quanto o Galpão Comunitário configuram-se como laboratório e sala de aula. Considera-se que essa experiência pode fomentar outros processos territoriais, como um meio de difusão da agroecologia a partir da produção de conhecimento coletivo que é protagonizado pelos moradores da ocupação.

Esses espaços e momentos de produção e troca de conhecimento potencializam o processo coletivo de reflexão sobre seus saberes e práticas nas hortas e quintais produtivos.

As perguntas feitas nos finais dos encontros são muito simples: que bom? Que pena? E que tal? As falas sempre são muito profundas no sentido da transformação e aprendizado que se materializa na tomada de consciência e reconhecimento dos saberes associados a práticas ancestrais. Outro ponto central nesse processo de encontro de saberes é a beleza em tudo que se coloca, o cuidado com a mística, o teatro do oprimido, a fé que envolve a cosmovisão desses saberes, o afeto e a troca de plantas. Nunca se sai de mão e alma vazia.

O Galpão da Ocupação Vitória na Izidora materializa a ideia da agroecologia como forma de empoderamento da população do local em torno de uma prática política, afetiva e de afirmação da permanência no território. Além disso, evidencia uma prática alternativa às práticas neoliberais em curso, priorizando um fazer coletivo e horizontal em torno da relação com a terra.

5.6 O PARQUINHO DA VITÓRIA, A VITÓRIA DO PARQUINHO.

O processo de idealização e construção do “Parquinho Ecológico” surgiu de uma demanda levantada por uma das coordenadoras da ocupação Vitória. Em agosto de 2018, devida a pequenos conflitos territoriais, havia uma área de nascente e passagem de um córrego, no setor sete da ocupação, em que alguns moradores estavam jogando entulho de obra. Como estratégia de conservar a área limpa, juntamente com a demanda de ter um espaço de lazer para as crianças que moram nessa porção do território, veio a ideia de fazer um parquinho ecológico.

A partir dessa demanda, iniciou-se uma conversa com as lideranças do território, moradores, militantes do coletivo Agroecologia na Periferia e apoiadores.

Surgiu então a possibilidade de atuação conjunta com um Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo¹¹¹. Vislumbrou-se assim a possibilidade de debruçar em metodologias ativas para mobilizar as crianças e pais na conscientização da conservação da área e de sua capacidade de agregar ali práticas de lazer e ócio.

Desde o início das conversas, todos os moradores e crianças mostraram-se entusiasmados com a possibilidade de ter um pequeno espaço de lazer nessa porção do território, principalmente por ser distante da centralidade do bairro. Deve-se considerar ainda que é a área mais preservada ambientalmente e onde agora também está sendo feita uma horta coletiva.

Inicialmente seria um parquinho situado somente em uma porção do território, em um cruzamento de ruas às margens de um pequeno córrego, em cima de uma área que intermitentemente mina água, localizado no setor sete, no final da ocupação Vitória. A partir de outras visitas na área, e compreendendo as dinâmicas territoriais de lazer que constelavam naquela região, acabou estendendo-se também para outros pontos do setor sete, na Rua Felicidade abaixo de um ipê amarelo, onde muitas crianças brincam, e também na outra área de conservação logo atrás da Rua Felicidade, em um fundo de vale com presença de nascente e um córrego, área esta que ainda se apresenta bem preservada e com mata ciliar nativa.

¹¹¹ O processo de construção do parquinho vem sendo produzido por esta pesquisa de doutorado em conjunto com o trabalho final de graduação da estudante Leticia Ribeiro Santos, do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, sob minha orientação. O trabalho une a discussão do lazer com as áreas de conservação ambiental e o uso das águas nas ocupações.



FIGURA 54 e 55 – Cartazes feitos para mobilização dos encontros para Construção do Parquinho
Fonte: Elaborado por Letícia Ribeiro Santos (2019).

No dia 18 de maio de 2019, foi feito o primeiro evento de construção do parquinho. Para a mobilização, entregaram-se ¹¹² flores na entrada da ocupação no momento em que as crianças chegavam da escola, falou-se boca a boca com moradores, enviaram-se convites pelo whatsapp e pregaram-se cartazes pelo bairro.

No sábado do dia 18 pela manhã, na praça central da ocupação Vitória, as crianças começaram a chegar, chamando seus amigos, primos, vizinhos, e, depois de uma roda de apresentação com dinâmicas lúdicas, percorreram o trajeto da praça central do bairro até o futuro parquinho, tocando música, contando histórias, brincando de “caça às nascentes”.

O ponto de encontro foi na “Praça do Vitória”, que agregou diversas crianças que moravam mais na região central do bairro. Ao longo do trajeto percorrido, outras crianças iam se interessando pelo que estava acontecendo ali. Curiosas, seguiam juntas, até o ponto final, na área do Parquinho, outro extremo da ocupação. Embaixo do Ipê Amarelo da Rua Felicidade, crianças iam se encontrando e brincando, aproveitando assim para cumprimentar os moradores, sorrir, contar histórias.

¹¹² Izabella Galera e Letícia Ribeiro Santos fizeram a mobilização na terça-feira no dia 14/05/2019.



FIGURA 56 – Crianças olhando o mapa por onde foi o percurso até o Parquinho
 Fonte: Izabella Galera (2019).



FIGURA 57 – Mapa sobre foto aérea marcando o percurso do cortejo até o Parquinho
 Fonte: Elaborado por Letícia Ribeiro Santos (2019).

Nesse dia, foram mobilizadas, ao final, cerca de 80 crianças para a atividade no parquinho. Havia um trajeto que foi percorrido, porém nenhuma brincadeira ou

atividade foi imposta ou colocada alguma forma de instrumentalizar a brincadeira, e sim de propiciar a liberdade e espontaneidade das crianças a partir de provocações. Foi a possibilidade do encontro e do desbravar o espaço em que vivem.

Assim elas foram falando onde passava a água, onde tinha brejo, onde tinha nascente, do que gostavam de brincar, contaram umas às outras a história do muro de pedras. E, em meio a isto tudo, sentiam-se curiosas e empolgadas de registrar com as câmeras de fotografia aqueles momentos e batucar com a caixa.



FIGURA 58: Crianças tocando caixa no dia do “caça à nascente” no dia 18/05/2019

Fonte: Izabella Galera (2019).



FIGURA 59: Crianças mostrando as placas com os desejos e sinalizações do Parquinho no dia 18/05/2019

Fonte: Izabella Galera (2019).

Ao chegar à área do parquinho, foi proposta a seguinte atividade: em quatro grupos, as crianças produziram placas com o que desejavam para aquele lugar, seus sonhos e vontades. Nesse momento, muitas crianças usavam de um morro de terra para descer, pular, escorregar e outros meninos subiam em árvore, tocavam música, cantavam, pintavam o corpo um dos outros e, ali mesmo, produziam seus espaços de lazer pelo gesto. Viviam o presente, a partir de seus corpos, de seus gestos brincantes, de seu imaginário criador. Davam forma ao espaço, materializavam os sonhos.



FIGURA 60: Crianças subindo na árvore na trilha do parquinho no dia 18/05/2019

Fonte: Izabella Galera (2019).

Após um tempo não determinado de brincadeiras e devaneios junto às crianças, de cantigas, tintas que pintam os corpos, saltos em montes de terra, movimentos de capoeira, foi feito um lanche.

Hoje eu estou aqui... Sereia/ No meio da ocupação... Sereia/ Eu convido todo mundo... Sereia/ A dar um aperto de mão... Ô sereia

Bora construir o parquinho... Sereia/ Vai ficar muito bonito... Sereia/ Eu convido a todo mundo... Sereia/ A dançar esquisito... Ô sereia.

A mulherada preparou... Sereia/ Um lanchinho bom demais... Sereia/ Eu convido a todo mundo... Sereia/ A bater palma pra trás... Ô Sereia.

Conversei com o São Pedro... Sereia/ E hoje não vai chover aqui... Sereia/
Eu convido a todo mundo... Sereia/ A pular que nem saci... Ô Sereia.

Na Ocupação Vitória... Sereia/ A criançada é animada... Sereia/ Eu convido
a Todo mundo... Sereia/ A congelar que nem estátua... Ô Sereia

O friozinho já chegou... Sereia./ Eu tô dormindo até de meia... Sereia./ Eu
convido a todo mundo... Sereia/ A fazer uma cara feia... Ô sereia./ E já tá
chegando ao fim... Sereia/ Vamos todos trabalhar... Sereia.
Eu convido a todo mundo... Sereia/ A dar um abraço pra acabar... Ô Sereia.
(BIZZOTTO, 2019, s.p.)¹¹³.

Há, sem dúvida, um ápice em todas as práticas e encontros comunitários que envolvem o ato de alimentar. A comida, o banquete faz com que o dia do mutirão, da atividade lúdica, ou de alguma festa tenha para os moradores uma expectativa sobre o alimento que será servido.

No dia 20 de junho, aconteceu um mutirão para começar a fazer o mobiliário do parquinho. Não existiam desenhos, nem projeto prescritivo. O intuito foi que, a partir da interação e situação de lazer do dia e a partir da disponibilidade de ferramentas e materiais (que foram reciclados cedidos em doações, como pneus, madeiras, corda) fossem produzidos bancos, mesa, balanços, escorregadores pela área.

Ao longo desses três meses de construção e sonho com o parquinho ecológico, alguns moradores espontaneamente vieram a se envolver com grande dedicação e cuidado, transformando a possibilidade de sonhar e construir o parquinho em uma forma de reafirmar a história de luta e a própria história de vida naquele território.

A compreensão das práticas sociais ancoradas no lazer e na festa perpassa a vida cotidiana e revela uma capacidade de criar um “mundo outro” no tempo/espço. Inseridas em um contexto onde a realidade concreta é baseada historicamente em violência e opressão, as experiências do jogo, do riso e da festa nas ocupações urbanas são formas radicais, desviantes e subversivas de se produzirem espaços, apontam para práticas sociais de bem viver e elegem momentaneamente a alegria e o prazer como experiência urbana.

¹¹³ Cantiga escrita para a atividade do parquinho realizada no dia 18 de maio de 2019, pela pesquisadora Luciana Maciel Bizzotto, que colabora com a pesquisa e nas ações e processos territoriais da Izidora.



6. QUEM LAZER?



FIGURA 61: Tirinha Mafalda
Fonte: Quino (2003).

6.1. OS SUJEITOS

Pipa. Na época da pipa é só Jesus pra ter misericórdia, toda hora um soltando pipa... Então eles brincam muito pra todo lado aqui, eles gostam muito de brincar com pipa (ANA MARIA PEREIRA DE SOUZA, 2019)¹¹⁴.

Na tentativa de experimentar e compreender as práticas de lazer que afloram nos territórios das ocupações urbanas, mais diretamente nas ocupações Helena Greco, Rosa Leão, Vitória, e Esperança, na região da Izidora, foi vivenciado junto das crianças, das moradoras e moradores de luta, momentos de prazer e alegria. Em territórios que concentram uma soma de carências e injustiças resultantes de um modelo de sociedade excludente e exploratório, existe muita riqueza, que se expressa em modos de construir e cuidar dos espaços de reprodução da vida: a casa, a rua, o bairro. Esses atos ancoram-se em sentimentos que estão diretamente ligados aos sonhos e à revolta, àquilo que se deseja e àquilo que a partir de uma insubordinação reivindica-se e produz outras formas de sociabilidade.

“Quem lazer” aborda o entendimento do território a partir do sujeito, no intuito de produzir uma reflexão e ação conjuntas em que se possa reconhecer juntos quais são as práticas e espaços de lazer que se constituem no cotidiano dos bairros. Seguindo os preceitos de Freire (2011), “não posso pensar pelos outros, nem para os outros, nem sem os outros. A investigação do pensar do povo não pode ser feita sem o povo, mas com ele, como sujeito de seu pensar” (FREIRE, 2011, p. 141).

¹¹⁴ Entrevista realizada com Ana Maria Pereira de Souza, moradora da ocupação Vitória no dia 04/04/2019.

As entrevistas foram realizadas com moradoras e moradores que são referências na luta da Izidora e que durante o período de dois anos e meio entraram em contato com a pesquisa por meio das diversas atividades territoriais que foram compartilhadas cotidianamente. Ao conversar com as lideranças das quatro ocupações, foi criada uma constelação de moradores que poderia dar seu relato a partir de sua história de vida e sua história de luta na Izidora. Utilizou-se assim o termo “moradores de luta”, que são crianças, mulheres, homens, jovens, que, além de morarem no bairro, têm uma relação de engajamento na luta pela moradia e pela terra.

Acredita-se, assim, que existem outras formas de resistência e de se produzir um “outro mundo”, que só pode se dar a partir de atos de amor e de uma visão crítica do que está posto neste momento. Imersas em uma luta fundiária e em um ambiente com alto engajamento político, essas práticas de lazer são afirmadas, aqui, como atos revolucionários e radicais.

A partir de perguntas geradoras, as histórias de vida dos moradores narram a importância do conflito da Izidora como uma luta de classes e de acesso a direitos básicos, da garantia da moradia, do contato com a natureza, do acesso à água como fator essencial para a vida. As conversas deixam claro que o jogo, o riso e a festa podem ser fundamentais para se pensar no direito à cidade e à vida urbana.

Izidora pra nós é tudo, né? Ela é luta, ela é moradia, ela é sobrevivência das pessoas que vieram pra cá, não tinha pra onde ir, não tinha onde morar. Muita gente sobrevivendo de aluguel, sobrevivendo de favor, né, aí veio pra dentro do Izidora, ocupando o espaço pra obter uma moradia. Então o Izidora hoje é um sonho de cada família realizado que ali colocou seus barracos de lona e de madeirite, e hoje são casas de alvenaria né, com muita luta. Izidora é luta, muita luta (EDNA, ocupação Esperança, informação verbal, 2019)¹¹⁵.

Foi onde eu me conheci. Foi onde eu aprendi meus direitos. Foi onde que minha mãe sorri. Foi onde que a gente padrou de passar necessidade porque teve ajuda de apoios. E também o dinheiro que minha mãe ganhava já dava pra sustentar a gente. A Izidora pra mim é vida. Sei lá. É viver (RAQUEL RODRIGUES, ocupação Rosa Leão, informação verbal, 2019)¹¹⁶.

Entendendo que o lazer é uma prática comum, enraizada nos desejos de existência de todos, sendo necessária e fundamental para nossa experiência de

¹¹⁵ : Entrevista realizada com Edna, liderança e moradora da ocupação Esperança no dia 10/06/2019.

¹¹⁶ Entrevista realizada com Raquel Rodrigues, liderança e moradora da ocupação Rosa Leão no dia 14/07/2019.

viver bem nesse mundo, optou-se por não ter um recorte específico de quem seria entrevistado, conversando com mulheres e homens, crianças e jovens de ambos os sexos.

Para fazer um registro que não ficasse guardado dentro de páginas que pouco seriam lidas, a ideia foi produzir um registro audiovisual junto com os moradores, a partir da narrativa registrada nas entrevistas e das práticas de lazer espontâneas que foram captadas no cotidiano das ocupações. Por se tratar de uma metodologia ativa (participa-ação), foi criado um grupo com duas jovens, coordenadoras e moradoras da Rosa Leão, além de duas arquitetas recém-formadas e uma pesquisadora de doutorado que investiga a infância nas ocupações. Esse grupo tem como objetivo idealizar, gravar e editar as entrevistas para a produção de uma série de vídeos, documentando essas histórias de luta da Izidora. A ideia parte da necessidade de tornar mais acessível a linguagem utilizada na produção no âmbito do conhecimento científico.

Sabendo que este trabalho não se encerra ao fim da tese, sendo uma via aberta para o engajamento da luta contínua para uma vida mais humana e alegre, pretende-se seguir com essas conversas, a partir de outros trabalhos de base, que aflorem e reconheçam ainda mais o papel fundamental do bem viver nas ocupações urbanas.

6.2. O BRINCAR E A FESTA EM MEIO DA LUTA

A maior força que compõe a organização de base nas ocupações da Izidora é composta por mulheres. Não é somente nesses territórios que isto acontece, mas, nas ocupações urbanas e rurais em todo o Brasil, vê-se, majoritariamente, uma estrutura matriarcal e o protagonismo feminino na formação política e no engajamento na luta. Conforme afirma a música feita por “Vovô”, morador da ocupação Vitória, “Quem vai mandar no mundo, eu sei quem é! Quem manda na Vitória são as mulher!” (ADAIR JOSÉ DE SOUZA, ocupação Vitória, informação verbal, 2019)¹¹⁷.

As ocupações urbanas são organizadas em toda a sua estrutura, desde as práticas cotidianas até quem lidera a mediação de conflitos, em sua maioria, por

¹¹⁷ Entrevista realizada com Adair José de Souza, o “vovô”, morador da ocupação Vitória no dia 24/04/2019.

mulheres, negras, mães (solteiras ou com companheiro) que cresceram na periferia. Ao se referir à imagem de mãe, não se faz referência só à mãe que cuida de seus filhos de sangue, já que grande parte das mulheres das ocupações urbanas são mães de seus sobrinhos, netos, primos, amigas, vizinhos. Cuidam para que tenham alimento na mesa, tenham roupa para vestir e sapato para ir para a escola. Cuidam para que não morram.

Isto se dá principalmente pela noção e atribuição da importância central que a família representa na vida das mulheres, que em grande parte sustenta seus filhos sozinha e, em muitos outros casos, ainda sofre com violência de gênero de seus companheiros ou parentes próximos, ou então é afastada dos maridos e filhos pelo sistema prisional.

Em seu livro histórico, Carolina Maria de Jesus narra em seu diário a vida cotidiana de uma mãe solteira na favela, que, nos anos 50, catava papel diariamente para dar o que comer aos filhos. Narra as privações e os pequenos momentos de lazer que se permitia em sua vida, como pequenos lampejos de uma vida outra. “Hontem eu bebi uma cerveja. Hoje estou com vontade de beber outra vez. Mas não vou beber. Não quero vícios. Tenho responsabilidade. Os meus filhos! E o dinheiro gasto em cerveja faz falta para o essencial” (JESUS, 2014, p. 21).

Aqui na favela quase todos lutam com dificuldade para viver. Mas quem se manifesta o que sofre é só eu. E faço isto em prol dos outros. Muitos catam sapatos no lixo para calçar. Mas os sapatos já estão fracos e aturam só 6 dias. Antigamente, isto é de 1950 até 1956, os favelados cantavam. Faziam batucadas. 1957, 1958, a vida foi ficando mais causticante. Já não sobra dinheiro para eles comprar pinga. As batucadas foram cortando-se até extinguir-se (JESUS, 2014, p. 36)¹¹⁸.

O desejo de melhora individual e coletiva, de um mundo mais justo, bonito, menos feio e desigual ou, como diz Freire (1992, p. 21), “menos arestoso, em que se pudesse amar” faz com que muitas mulheres, que estão engajadas na luta pela moradia e pelo direito à terra, consigam alcançar uma visão mais crítica da situação de opressão e busquem, a partir desse desvelamento da realidade, forças e todo seu conhecimento tácito para mudar essa realidade, imersas em um sentimento dialético de esperança e medo.

¹¹⁸ Vale ressaltar aqui a transição histórica do Brasil entre a década de 50, o processo migratório do povo do campo para a cidade grande, a industrialização que vinha com um caráter de empresas multinacionais ancoradas nas políticas de desenvolvimento econômico de Juscelino Kubistchek, e o inchamento dos centros urbanos, trazendo assim um agravamento nos problemas de desigualdade social no Brasil.

O desejo de ver as coisas melhorarem não adormece. Nunca nos livramos do desejo, ou então nos livramos apenas ilusoriamente. (...) Os que sofrem privação sequer pensam nisso: eles sonham que seus desejos um dia se realizarão (BLOCH, 2005, p. 79).

A resistência que se consolida a partir do afeto e das redes de solidariedade é carregada de uma radicalidade que Freire (1997) defende como sendo a partir da “ética na luta e boniteza na briga”.

Nesse sentido, entende-se o afeto como o ato de “ser afetado”, motivado tanto por sentimentos de carinho, prazer, beleza e bem-estar, aqui explicitados pelo jogo, riso, festa, bem como pela fome, pela necessidade de morar em algum lugar, pela necessidade de trabalhar, de alimentar os filhos, ou seja, pela sobrevivência. Essa soma de sentimentos constituída de forma complexa, em determinados momentos, configura-se como revolta, pela tomada de consciência desse lugar de injustiça e opressão.

O que move a luta dos moradores da Izidora é a esperança de uma vida mais digna e justa, que passa pelo reconhecimento de sua força como sujeitos e da força do povo organizado, garantindo a legitimação da produção da vida na cidade. Dona Maria, ¹¹⁹moradora da ocupação Vitória, confirma em sua narrativa que seu sonho é uma vida digna e isto passa pelo espaço de onde existir. Ela entende que é a partir da luta e da construção coletiva de cada pedaço da ocupação que se legitima o poder popular.

A gente sonha uma evolução. Os meios para nos locomovermos. Que eles possam urbanizar. Saber que moramos numa ocupação, mas com dignidade. Levantar as nossas cabeças e andar lá fora com dignidade. “Moro lá no bairro Vitória, onde nós lutamos e fizemos aquele bairro” (...) A pessoa comprou um lote em um bairro, mas ele já estava pronto, ele foi urbanizado. Aqui não. Aqui foi feito por uma organização popular, que o povo se organizou e fez o bairro. É cada morador que fez o bairro. Eu fiz a minha parte, o vovô a dele, o nosso outro vizinho fez a dele e foi assim. Não tenho vergonha de falar que já morei em barraco de lona, que passei dificuldade morando em barraco de lona. Buscamos ter dignidade, nossa própria casa, pois não tínhamos condições financeiras de comprar (DONA MARIA, ocupação Vitória, informação verbal, 2019).

O entendimento da história a partir do lugar do oprimido, de conhecer e reconhecer a história de luta pelo direito à moradia, pelo direito à cidade, e por descobrir a capacidade de transformação que o povo organizado tem, superando uma leitura determinista de mundo, faz com que esses moradores encontrem no

¹¹⁹ Entrevista realizada com Dona Maria, moradora da ocupação Vitória, no dia 24/04/2019.

processo de engajamento e organização popular¹²⁰ um espaço para libertarem-se uns aos outros.

É justamente nessa possibilidade de união e diálogo que os moradores das ocupações relatam que, a partir da luta, fizeram muitas amizades nesses territórios e que o momento de organizarem-se foi um processo de sensibilização, formação política e acolhimento. Conforme conta Joaquim¹²¹, coordenador e morador da ocupação Rosa Leão, “aqui na comunidade é o lugar onde encontrei pessoas boas, né, que se tornaram família pra mim. E bem creio que não fico muito tempo fora sem tá em comunhão com as pessoas aqui” (JOAQUIM RONALDO NEVES, ocupação Rosa Leão, informação verbal, 2019).

Para Charlene, liderança da Rosa Leão, a história da Izidora cruza-se com a história de vida dela, fazendo com que ela se redescobrisse outra mulher, entendendo seu lugar no mundo, sua história de opressão e de seu povo.

A Izidora é minha vida. Assim, eu posso dizer que, nem todas as pessoas elas sentem o que eu vou dizer, né, mas uma grande parte das pessoas que passaram por aqui e que moram aqui teve uma transformação de vida gritante em questão de sabedoria e conhecimento, empoderamento, reconhecimento, conquistas de direitos. Quando você passa a ter acesso a essas coisas, você passa a viver. Então tendo a falar que a Izidora me fez renascer de novo, e a pessoa que existia fora da ocupação era uma que morreu ao entrar na ocupação e fazer parte dessa luta (CHARLENE CRISTIANE EGÍDIO, ocupação Rosa Leão, informação verbal, 2019).

Essa narrativa da Charlene reforça o caminho que Freire (1997) aponta como “pedagogia da esperança”, ao afirmar que:

Alcançar a compreensão mais crítica da situação de opressão não libera os oprimidos. Ao desvelá-la, contudo, dão um passo para superá-la desde que se engajem na luta política pela transformação das condições concretas em que se da à opressão (FREIRE, 1997, p. 16).

No seio de uma esperança destemida, no desejo de melhora, os sonhos dos moradores da Izidora são construídos, situados em meio à guerra que se trava cotidianamente contra uma estrutura injusta e opressora. Tendo assim o sonho como motor da história, ainda Freire (1997) ensina que a esperança é a espera de quem luta.

¹²⁰ Organização popular é entendida aqui como a organização que parte do povo e pelo povo, não sendo necessariamente uma organização que reflete o modelo de movimento social e organização política.

¹²¹ Entrevista realizada com Joaquin Ronaldo Neves, morador da ocupação Rosa Leão, no dia 25/05/19.

A espera, nesse sentido, não tem nada a ver com passividade, e sim com o desejo de melhora, que só acontece pelo fazer, ou seja, pela esperança de quem luta para ter acesso aos direitos fundamentais de todo cidadão. Essa esperança aparece na defesa de cada morador, pelo direito de serem respeitados como seres humanos, como trabalhadores, pelo direito à terra, pela liberdade de produzir seus espaços de vida, de criar e viver com dignidade, de existir.

Enquanto projeto, enquanto desenho do “mundo” diferente, menos feio, o sonho é tão necessário aos sujeitos políticos, transformadores do mundo e não adaptáveis a ele, quanto, permita-se-me a repetição, fundamental é, para o trabalhador, que projete em seu cérebro o que vai executar antes mesmo da execução (FREIRE, 1997, p. 47).

Para os moradores que foram entrevistados durante esse período, os dias de ação direta, marchas, ocupação da prefeitura, da Câmara dos Vereadores, reuniões de negociação e a participação de atos são vistos como momentos de lazer e festa. Isto confirma aqui a leitura da festa como um ato de rebeldia, de subversão, de enfrentamento, ou seja, de luta, e, nesse sentido, luta de classes. Para Josi, liderança da ocupação Helena Greco, “eu curto, o meu lazer é ocupado com ocupação mesmo. Nas reuniões, nas assembleias, nas audiências” (JOSI, ocupação Helena Greco, informação verbal, 2019)¹²².

Arvoram-se na capacidade que as festas e as marchas têm de unir as vontades de cada um, de aproximar, e de gerar momentos extracotidianos, da suspensão e substituição temporária de algumas regras. Essas ações diretas contribuem para a humanização dos sujeitos e, como ainda afirma Freire (2001, p. 64), “é naturalmente, segundo seu ponto de vista, subverter, e não ser mais”.

Nesse sentido, os momentos de festa e de lazer dentro e fora das ocupações acabam por propiciar o encontro e laços de afeto entre os moradores. É em meio a um processo de luta e a partir de dificuldades partilhadas entre as famílias que nascem experiências urbanas de alto engajamento, em que se compartilha e celebra o cotidiano a partir de risos e brincadeiras.

¹²² Entrevista realizada com Josi, moradora da ocupação Helena Greco, no dia 14/07/2019.

6.3. A AUTONOMIA FLORESCE NO BRINCAR ESPONTÂNEO, NÃO NO LAZER ENLATADO.

Uma das percepções mais nítidas a partir das entrevistas é que os moradores entendem o lazer como as práticas de ócio que acontecem formalmente, em espaços pré-estabelecidos, formais, com brinquedos prontos. Já as brincadeiras que acontecem na rua, na cerca perto de casa, no interstício, com brinquedos improvisados, com o que se tem disponível, as conversas e risos que acontecem no tempo não produtivo são vistos como um momento de divertimento, mas não associado em primeiro momento com o termo lazer. Seria o brincar espontâneo um “lazer”? Ou apenas uma atividade lúdica, uma prática social que ainda não tem nome e não se encaixa em uma categoria que veio de “cima para baixo”?

Isto fica muito explícito ao se perguntar para os moradores adultos onde acontece o lazer no bairro. Geralmente eles respondem que não têm áreas de lazer, como mencionou Joaquim Ronaldo Neves (Ocupação Rosa Leão informação verbal 2019),¹²³ “Muitas vezes a gente ainda não tem aquele lazer definido aqui dentro da comunidade”. Porém, ao ser perguntado sobre quais brincadeiras acontecem, as práticas listadas foram inúmeras.

Geralmente a gente sai, né, pra fazer uma pescaria. Então isso aí é que é o lazer que eu tenho. Fazer uma pescaria, fazer um passeio. Então, aqui mesmo ainda não tem como ainda acontecer aquele lazer preferido que a gente gosta. Porque nós não temos um rio por perto, né. Nós temos um, apenas uma nascente, porém pouca água, né. Parece que ela está até diminuindo bastante. E hoje nós não temos um lazer que dê na comunidade, não (JOAQUIM RONALDO NEVES, ocupação Rosa Leão, informação verbal, 2019).

Tanto para as mulheres, quanto para os homens adultos, os brinquedos sempre foram feitos com o que se tinha de disponível no momento. A carência material fazia com que as brincadeiras fossem criadas e reproduzidas junto à natureza, com materiais da natureza. As bonecas de espiga de milho, o carrinho de rolimã, o carrinho feito de chinelo, o caminhãozinho com tampa de garrafa, brincar de casinha, de escolinha sempre foram atividades presentes na infância. Isto reforça que ter o brinquedo não é brincar, porém fazer o brinquedo já é uma forma de

¹²³ Entrevista realizada com Joaquin Ronaldo Neves, morador da ocupação Rosa Leão, no dia 25/05/19.

brincar e, em muitos dos casos relatados, é uma apropriação diferencial e lúdica do material e da atividade de trabalho.

Esse momento do fazer o brinquedo atualiza nas crianças gestos arquétipos, executados de geração em geração. Compartilham e significam um saber que é experienciado a partir da ludicidade, aprendendo assim a produção e a reprodução da vida. Das meninas que costuravam vestidos para as bonecas e aprenderam a costura; dos meninos que brincavam no canteiro de obra, ajudando a mexer a massa de cimento, e transformaram-se em pedreiros; do menino que brinca de dirigir caminhãozinho e transforma-se, posteriormente, em motorista; das crianças que brincam de escolinha e viram professoras, educadoras populares e assim por diante. O gesto de brincar, assim, já é em si uma pedagogia.

Na infância, a minha brincadeira era de pegar bonequinha de milho, mamãe batia na gente, mas a gente pegava escondido. Juntar tampinha de garrafa pra fazer comidinha, que a gente não tinha condições de comprar um brinquedo pra gente brincar e as roupinhas a gente pegava uns pedaços de pano e enrolava nas bonequinhas de milho e fazia as roupinhas. Nem isso nós não tínhamos, nós nunca teve uma boneca de verdade pra brincar na minha infância (ANA MARIA PEREIRA DE SOUZA, ocupação Vitória, informação verbal, 2019)¹²⁴.

Observa-se que Ana aprendeu, desde muito cedo, a partir de suas brincadeiras, funções que desempenha até os dias atuais. Aninha, ou “Mãe Ana”, como é chamada por todos, é uma agricultora urbana que tem em seu quintal uma horta agroecológica. É cozinheira e, nesses seus anos da luta da Izidora, já alimentou inúmeras pessoas que passam cotidianamente pela sua casa. Em muitas festas e encontros que acontecem no bairro Vitória, ela contribui com o seu tempero e cuidado. E Ana também é artesã, costura, faz crochê e bijuterias. Ou seja, Aninha tem como sustento de sua vida, hoje, aquelas mesmas atividades que ela aprendeu nas brincadeiras e no trabalho, quando criança.

Essa ideia de tempo de lazer ser tempo fora do trabalho, contado e cronometrado dentro dos moldes capitalistas e dos direitos trabalhistas, sendo os finais de semana refúgio do bem viver, não é condizente com a lógica que opera a

¹²⁴ Entrevista realizada com Ana Maria Pereira de Souza, a “Aninha”, moradora da ocupação Vitória, no dia 04/04/2019.

história de vida de grande parte dos moradores das ocupações, principalmente dos que vieram da “roça”¹²⁵.

Eu não tive infância. Minha infância foi trabalhar. Desde criança, tudo que eu peço a Deus, ele me dá. A Maria contou a história dela de criança. Eu vou contar a minha. Eu fazia um banco e fincava um pau no chão, pegava uma peneira e fingia que era um volante. Doido pra ser motorista. Graças a Deus, aprendi a dirigir na autoescola, a pilotar moto e carro (ADAIR JOSÉ DE SOUZA, ocupação Vitória, informação verbal, 2019).

Desde pequenos, muitos trabalhavam e era entre um trabalho e outro que, quando crianças, brincavam, com os materiais que ali dispunham. Dona Fátima, da ocupação Rosa Leão¹²⁶, em sua entrevista, fala que sua infância foi “na enxada”. Ela e suas irmãs costumavam estragar todo o milho que colhiam para sua mãe para fazerem bonecas. Isto reforça ainda mais a realidade de quem nunca foi reconhecido e absorvido pela cidade formal. A vida em meio à miséria é baseada em muita opressão e exploração, é injusta e, mesmo assim, mantém, em sua resistência, alguma boniteza.

Ah, na minha infância, foi uma infância muito atribulada. Como meus pais pagavam aluguel, família muito grande, numerosa, então a gente brincava de fazer casa. Aquilo que nós não tinha, nós programava dentro da gente mesmo: brincar de fazer casas, casa de barro, casa de tijolinho, que a gente mesmo fazia. Então, hoje pra o que vemos em nossa frente, nós temos, nós vemos uma realização de muitos dos nossos sonhos do passado (JOAQUIM RONALDO NEVES, ocupação Rosa Leão, informação verbal, 2019)¹²⁷.

Essas atividades econômicas que, desde muito cedo, são incorporadas no dia a dia das crianças pobres no Brasil, misturadas com os atos lúdicos que afloram com muito mais facilidade na infância, agregam à vida das pessoas gestos de trabalho produtivo. As bonecas de milho feitas pelas crianças que moravam na roça, e tinham na agricultura seu sustento, os pedreiros, os carpinteiros, os catadores, os carroceiros, que, desde cedo, acompanhavam seus pais no dia a dia de trabalho ou no mutirão, aprendendo, ao mesmo tempo em que brincavam de construir casas, a fazer móveis, a separar latinhas, entre outros.

Charlene, também em sua entrevista, relata que em uma família numerosa, com muitas necessidades e poucos recursos, o “tempo de lazer” ou o “tempo de

¹²⁵ “Da roça” é o termo popular que identifica uma pessoa que veio do campo, que viveu em áreas rurais e tem em seus modos de vida a ruralidade.

¹²⁶ Entrevista realizada com Dona Fátima, moradora da ocupação Rosa Leão, no dia 25/05/2019.

¹²⁷ Entrevista realizada com Joaquin Ronaldo Neves, morador da ocupação Rosa Leão, no dia 25/05/19.

brincar” confundiam-se com o tempo de trabalhar, de ajudar na casa, de ajudar as irmãs. A consciência de que sua história de vida entrelaça-se à história de muitas mulheres negras da periferia faz com que aflore uma consciência de classe e uma revolta pela falta de direitos básicos como lazer e moradia.

A minha infância ela retrata muito a maioria do povo pobre do Brasil. Eu vejo que quando eu cheguei aqui e comecei conversar com as famílias, eu vi que era muito parecido as nossas histórias. Assim, por exemplo, na minha infância eu não tinha brinquedo. Minha mãe dava pra gente espiga de milho. Olha pra você ver, milho, espiga de milho pra fazer as bonequinhas, pra gente brincar, porque não tinha condições de comprar boneca, televisão. Fui ver televisão depois de muito tempo e adorava ver desenho. Inclusive hoje, com 37 anos, se eu quero relaxar eu vejo desenho. Então isso é consequência de uma infância interrompida, né? Na verdade, a gente tinha que trabalhar pra sobreviver. Isso era muito natural. Então falar, ah a infância você brincou muito, ah você teve lazer, ah você teve o Patati Patatá - na época nem se existia o Patati Patatá, mas tinha o Fofão na época, ah você tem que conhecer o Fofão... Nada disso, a gente não tinha tempo e nem condição de ter acesso a lazer (CHARLENE CRISTIANE EGÍDIO, ocupação Rosa Leão, informação verbal, 2019)¹²⁸.

Essas infâncias interrompidas refletem ainda a realidade de grande parte do povo brasileiro. Nesses últimos anos, tem-se vivenciado a retirada de direitos fundamentais que pudessem garantir o mínimo de dignidade para o povo, causando um desmonte na estrutura do Estado como provedor de um mínimo de “bem-estar social”. Raquel, moradora da ocupação Rosa Leão, jovem com ainda 18 anos, relata que a sua infância foi mais dentro de casa cuidando dos irmãos. “Eu nunca tive muita infância porque eu sempre fiquei dentro de casa pra ajudar minha mãe. Minha mãe saía pra trabalhar e eu tomava conta dos irmãos, essas coisas”¹²⁹.

Tudo isso, infelizmente, aponta para um agravamento da condição precária de vida das famílias mais pobres e, nesse sentido, um impacto direto nas possibilidades de um lazer pleno e de um trabalho pleno. No entanto, é justamente pela tomada de consciência de viver em um cotidiano marcado por muita carência e violação de direitos que muitos moradores organizam-se no caminho de um sujeito coletivo, que acontece a partir de situações concretas.

A construção dessa coletividade incide em práticas políticas que são orientadas a partir do cotidiano, como mediação de conflitos intrafamiliares, apoio e solidariedade entre as mulheres das ocupações, assembleias organizadas em setores e quadras das ocupações para orientar e solucionar problemas como falta

¹²⁸ Entrevista realizada com Charlene Cristiane Egídio, moradora da ocupação Rosa Leão no dia 16/05/19.

¹²⁹ Entrevista realizada com Raquel, moradora da ocupação Roa Leão no dia 14/07/2019.

de água e de luz nas casas, preocupação com o saneamento para não poluir as nascentes e rios, presença na votação do Plano Diretor na Câmara Municipal de Vereadores, nas audiências públicas e assim por diante.

É por meio de tantas temporalidades distintas que as moradoras e moradores das ocupações vão se organizando como sujeito coletivo. É o tempo do conflito fundiário, o tempo das urgências, dos riscos sociais, das áreas de risco em época de chuva, o tempo estatal do atendimento habitacional e de serviços básicos, como saúde, e, atravessando isto tudo, o tempo de ócio e de celebração. O tempo de festa “é quando a comunidade tá toda reunida e todos vêm, participam. Não deixam de participar, e é um ganho muito grande, né” (EDNA, ocupação Esperança, informação verbal, 2019)¹³⁰.

É uma coisa também pra tirar aquele foco ruim também, né? Aqueles momentos de muita dor, muito sofrimento. (...) Muita luta, foi uma batalha imensa! Então, tinha que ter uma festa pra quebrar aquele clima ruim, né? E os governantes, a justiça sempre pesando em cima mesmo. Então a gente sempre faz uma organização de uma festinha, mesmo que seja uma mais ou menos organizada, mas, no momento, não era aquela festa que a gente desejaria ter, né? Só que aí, foi fazendo estas festas pra tirar o foco do povo. O povo fica muito, psicológico muito abalado. Só derrota, derrota, e o povo fica meio isento das coisas boas que tinha na vida. Então a gente fazia uma festa pra quebrar este clima (LUIZINHO, ocupação Esperança, informação verbal, 2019)¹³¹.

Os tempos de festa são lembrados, muitas vezes, como tempos relacionados à religiosidade, vinculados aos tempos da colheita, das estações da natureza. Conforme afirma Durkinhan (2012, p. 39, tradução própria), “as divisões em dias, semanas, meses, anos, etc., correspondem à periodicidade dos ritos, das festas, das cerimônias públicas”.

Eu já ficava rezando pra vê o dia que o povo ia fala que era dia santo pra nós num trabaíava. Era porque o serviço era pesado... A gente tinha que trabaíá mesmo. Agora esse negócio de sábado e domingo, isso nunca ia dá a nós não. Era só dia santo mesmo que tinha esse negócio de respeitá... Hoje é feriado, né? Antigamente era dia santo e nós tinha esse negócio de respeitá (JOSÉ ADÃO CHAVES¹³², ocupação Vitória, informação verbal, 2019).

Outro ponto importante que as entrevistas trouxeram foi a dimensão das festas tradicionais, chamadas de “Dia Santo” por José Adão Chaves, o Dão. As

¹³⁰ Entrevista realizada com Edna, moradora da ocupação Esperança, no dia 10/06/19.

¹³¹ Entrevista realizada com Luizinho, morador da ocupação Esperança, no dia 10/06/19.

¹³² Entrevista realizada com José Adão Chaves”, morador da ocupação Vitória, no dia 04/04/2019.

festas, em sua memória e história de vida, não se assemelham às festas oficiais e mercadológicas.

As festas, como aniversário, dia das mães, dos pais, dos namorados, não eram comemoradas ou não fazem parte da memória dos mais velhos, principalmente porque não se tinha condição de fazer uma festa. Hoje em dia, as festas de batismo e aniversário acontecem, mas vão depender muito do momento que a família atravessa e de suas condições materiais e imateriais.

Não, eu nunca sabia que tinha festa de São João, festa de Natal, festa de aniversário, Páscoa, essas coisas. Eu vim saber depois que eu vim... Depois de velha, depois que tava com 19, 20 anos. Portanto, meu aniversário de 23 anos eu fiz igual festa de criança. Eu mesma fiz meu aniversário, que eu não tive. Minha mãe nunca teve condições de fazer pra gente e era meu sonho, eu fazer meu aniversário. As meninas falava assim: “ah, Ana! Mas você já tá velha”! E eu: “não, eu tô realizando meu sonho”. E fiz igual de criança, com balão, com tudo. Tudo de criança, que a criança tem hoje em dia, eu fiz meu aniversário (ANA MARIA PEREIRA DE SOUZA, ocupação Vitória, informação verbal, 2019)¹³³.

Como descreve Ana em sua história de vida, sua família nunca teve condições de fazer festas de aniversário, Natal, Páscoa. Foi somente quando já adulta, quando trabalhava como doméstica, que teve condições de comemorar seu aniversário. E o fez igual a uma festa de criança, reproduzindo ali o desejo da infância, seus símbolos, suas representações, seus significados.

As festas comunitárias, como a festa da resistência, que comemora o aniversário das ocupações da Izidora, geralmente, coincidem com festas juninas. A festa da Padroeira do Bairro¹³⁴ e a festa do dia das crianças são organizadas pelas lideranças e moradores do bairro. É por meio de uma arrecadação coletiva que se faz o bolo da festa, em que “um agrega uma farinha, um agrega glacê, vai um doce de leite, e faz aquela mistura boa. Daqui a pouco, faz a festa” (LUIZINHO, ocupação Esperança, informação verbal, 2019)¹³⁵.

Então a gente faz se a gente organiza. Às vezes, pede ajuda e cada um dos moradores, quem puder, quem pode, ajuda com alguma quantia. A gente vai, igual no Natal, a gente vai na loja, compra os brinquedinhos e doa pras crianças. Às vezes, a gente tem ajuda de apoiador (...) movimentos sociais, que ajudam muito. A organização, igual a gente fez a festa de quatro anos da ocupação. Foi no ano retrasado. (...) A gente fez um tema junino. Foi muito legal, muito divertido. A gente fez a quadrilha, aí teve a quadrilha

¹³³ Entrevista realizada com Ana Maria Pereira de Souza, a “Aninha”, moradora da ocupação Vitória, no dia 04/04/2019.

¹³⁴ Entre os dias 24, 25 e 26 de maio de 2019, houve a primeira festa de Nossa Senhora de Fátima, organizada pelos moradores da ocupação Vitória para comemorar a Construção da Capela que levará o mesmo nome.

¹³⁵ Entrevista realizada com Luizinho, morador da ocupação Esperança, no dia 10/06/19.

infantil e a quadrilha dos adultos. Foi ótimo, muito legal! Foi um momento de entretenimento, um momento de estar junto, de conhecer, “Nossa, eu não sabia que você morava...”. Então, conhecer outras pessoas que mora dentro da sua comunidade que você não conhecia. Foi um momento muito gostoso. Foi uma festa boa. Teve barraquinhas com comidas típicas. Foi muito bom o aniversário da ocupação (PAULA FONSECAPAULA FONSECA, ocupação Vitória, informação verbal, 2019)¹³⁶.

Ao lembrar sobre a dimensão da festa como momento de divertimento e vida em comunidade, José Adão, da ocupação Vitória, relata que as únicas festas que eram celebradas pela família dele eram as festas de São João. Em seu imaginário, as festas duravam o mês de junho inteiro.

Rá... São João sim! Festa junina sim... Agora aniversário. Esse negócio.. Não tinha esse negócio não... Esse negócio. São João tinha... Porque minha avó era muito devota, né? Era muito católica... Lá na Roça a gente falava que era "Dia Santo". Ah! Amanhã é Dia Santo. Cabô. Ninguém trabalhava (JOSÉ ADÃO CHAVES, ocupação Vitória, informação verbal, 2019)¹³⁷.

Em toda a sua narrativa sobre os dias de festa e sobre as brincadeiras, José Adão colocou como ponto central o trabalho, que era feito de forma familiar, e a religiosidade, que orientava o cotidiano da vida coletiva. Esse aspecto do tempo do brincar na infância, não ser vivenciado por muitos moradores entrevistados, revela a vida difícil das crianças em meio à pobreza, que, desde muito cedo, trabalham para ajudar a família.

A festa de São João tem como referência os povos antigos com as festas da colheita. Existia, nesse momento de celebração, uma ritualização em torno de um ofício e essa festa é comemorada em todas as partes do mundo. É nesse “tempo de festa” que os camponeses agradecem à natureza pela fartura e alimento, pela recompensa do trabalho, sacralizado em momentos de união e celebração, o sentido da vida social.

Sei que no São João, eu gostava de umas cachaças e de uns forró... Quando entrava o mês de junho pra nós era o mês melhor que tinha! Que era festa quase o mês inteiro, o mês de junho. Começava dia de Santo Antônio e acabava dia de São Pedro... Direto todo dia. Era. Tinha um lugar lá com o nome de Almeça... Cada dia era num lugar. E todo dia nos ia. E trabalhava no outro dia. Não tinha desse negocio não! De noite nós ia... De dia nós trabalhava. De noite nos ia de novo (JOSÉ ADÃO CHAVES, ocupação Vitória, informação verbal, 2019)¹³⁸.

¹³⁶ Entrevista realizada com Paulinha, moradora da ocupação Vitória, no dia 14/05/19.

¹³⁷ Entrevista realizada com José Adão Chaves, morador da ocupação Vitória, no dia 04/04/19.

¹³⁸ Entrevista realizada com José Adão Chaves, morador da ocupação Vitória, no dia 04/04/19.

Compostos de forma cíclica, como todo o ritual, tendo em sua origem ancestral a repetição, os momentos de festa e celebração, para Da Matta (1991), ocorrem em um “tempo ritual” em que “celebramos nossas próprias relações sociais”.

Estritamente oposta a um tipo de “tempo linear”, que é uma “duração cumulativa da história”, esses momentos acontecem a partir de situações extraordinárias que rompem temporalmente com uma estrutura social que é organizada formalmente e transformam-na em outra. Essa temporalidade opera principalmente com outro grau de intensidade, em um espaço/tempo aglutinado, oposto ao alargamento da vida cotidiana. Esses atos, até então pouco reparados, mas altamente sofisticados, passam de uma experiência ordinária para uma experiência extraordinária.

Para Da Matta (1991, p 43), o momento ritual possibilita uma “transformação da família ou até mesmo sua substituição por outro grupo desta mesma sociedade”. Essa inversão temporária de papéis sociais e protagonismo em cena são definidos por Turner (2013) como *communitas*:

A “*communitas*” irrompe nos interstícios da estrutura, na liminaridade; nas bordas da estrutura, na marginalidade; e por baixo da estrutura, na inferioridade. Em quase toda parte a “*communitas*” é considerada sagrada ou “santificada”, possivelmente porque transgride ou anula as normas que governam as relações estruturadas e institucionalizadas, sendo acompanhada por experiência de um poderio sem precedentes. Os processos de “nivelamento” e de “despojamento”, para os quais Goffman chamou nossa atenção, frequentemente parecem inundar de sentimento os que estão sujeitos a eles. Esses processos libertam seguramente energias instintivas, porém estou agora inclinado a pensar que a “*communitas*” não é apenas produto de impulsos biologicamente herdados, liberados das coações culturais. São antes produtos de faculdades peculiarmente humanas, incluindo a racionalidade, a volição e a memória, desenvolvidas pela experiência da vida em sociedade (TURNER, 2013, p. 156).

O processo ritual “momento situado dentro e fora do tempo” (TURNER, 2013 p. 118) vai culminar em um estado social altamente limiar¹³⁹ denominado *Communitas*, que ocorre em três etapas. A primeira é no momento de separação e afastamento do sujeito limiar de seu grupo e estrutura social, composto por um conjunto de condições e regras culturais; o segundo momento é “a margem”, no interstício, em um estágio intermediário, que desvia do domínio cultural; e, por fim, o

¹³⁹ As entidades liminares não se situam aqui nem lá, estão no meio e entre as posições atribuídas e ordenadas pela lei, pelos costumes, convenções e cerimonial (TURNER, 2013, p.117).

terceiro é a desagregação, momento em que o sujeito limiar reincorpora-se novamente à estrutura social.

Sob esse raciocínio, Turner (2013) acredita que a “*communitas*” tem a capacidade de dissolver e depois recombina certas unidades sociais que ele chama de “estrutura” e “antiestrutura”, justapondo e alternando vínculos que organizam a sociedade a partir de laços matrilineares, ou seja, a partir dos laços maternos, podendo ser passageiras e acontecer intensamente em um espaço de tempo curto, e voltar a operar sobre a mesma estrutura, ou não.

O que a festa põe em manifesto é que o uso extraordinário que recebe a rua ou a praça, é uma expressão mais de como uma comunidade socializa o espaço para convertê-lo em suporte para a criação e a evocação de significados, ao submetê-lo a todo tipo de manipulação acústica e ornamental das que resulta em uma situação em que a vizinhança não se comporta como uma mera soma de moradias, mas em uma comunidade de interesses e identidade (DELGADO, 2014, p. 224, tradução própria)¹⁴⁰.



FIGURA 62: Festa de Quatro anos da ocupação Vitória no dia 19/08/2017
Fonte: Izabella Galera (2017).

Por mais que tenha sua efemeridade, o jogo, o riso e a festa ficam guardados no imaginário, dando um repertório muito maior de gestos e formas de linguagem com as quais nos comunicamos, agregando outros sentidos para nossos corpos,

¹⁴⁰ Lo que la fiesta pone de manifiesto es que el uso extraordinario que recibe la calle o la plaza es una expresión más de cómo una comunidad socializa el espacio para convertirlo en soporte para la creación y la evocación de significados, al someterlo a todo tipo de manipulaciones acústicas y ornamentales de las que resulta una puesta en escena del vecindario no como mera suma de viviendas, sino en tanto que comunidad de intereses e identidad (DELGADO, 2014, p. 224).

sendo reproduzidos ciclicamente de tempos em tempos, e, ao passar de geração em geração, adaptando-se a diversos fatores.

Compartilhando das reflexões desta pesquisa com as moradoras e moradores da Izidora, pensamos e vivenciamos juntos vários momentos de lazer, que, por estarem carregados de consciência de ação, geraram um processo de reconhecimento dessas práticas como resistência e o reconhecimento da dignidade dos moradores em detrimento da forma tão arestosa de vida que as pessoas são submetidas.

Vale ainda mencionar que, em maio de 2018, o Galpão Comunitário Vitória, situado em meio ao quintal da Ana e do Adão, foi sede do Encontro Nacional de Agroecologia (ENA). Foram recebidas cerca de 50 pessoas, de todas as partes do mundo, principalmente da América Latina. Eram camponeses, militantes e pesquisadores que se debruçam na luta pela agroecologia e puderam vivenciar, junto a moradoras e moradores da Izidora, a história de luta pela moradia em conjunto com a luta pela agroecologia. Foi um dia de festa e muito afeto, que possibilitou uma troca de saberes e reconhecimento dos relatos de vida de cada um em torno da horta, da colheita, do cultivo.

E fica marcado. Ano passado a gente recebeu pessoas importantes de outros países, na festa da horta. Veio pessoas dos Estados Unidos, França, Colômbia, México. E cada um falava sua língua e todos nós entendemos. Descobrimos que as mesmas dificuldades que eles têm por lá, nós temos aqui. Somos um povo só. Um povo que luta pelo mesmo objetivo. Eles disseram que lá quem trabalha mais são as mulheres... (DONA MARIA, ocupação Vitória, informação verbal, 2019)¹⁴¹.

Nesse sentido, cabe refletir sobre a capacidade de troca e diálogo que os momentos de lazer e a festa trazem para a vida de cada indivíduo. A festa tem um efeito acelerador de partículas da vida social, consolidando autonomia individual e coletiva, por meio da interdependência das pessoas.

Destaca-se que é também no cultivo da esperança, do desejo de uma vida menos árida, que cotidianamente as pessoas produzem suas cidades. O que move a vida de cada um é a necessidade e o desejo, e é por essa espera de justiça que a organização de base articula-se em ações de resistência e atos revolucionários. Frente a uma realidade repleta de limitações, exploração, discriminação, preconceito

¹⁴¹ Entrevista realizada com Dona Maria, moradora da ocupação Vitória, no dia 24/04/19.

e injustiças, não se pode perder de vista o caráter revolucionário e libertário das festas e brincadeiras espontâneas, que possibilita um saber da experiência vivencial, profunda e significativa.

6.4. O BRINCAR, A FESTA E A REVOLTA: A RESISTÊNCIA COMO FORMA DE ESPERANÇA E O LAZER COMO UM ATO LIBERTÁRIO

E estou começando a perder o interesse pela existência. Começo a revoltar. E a minha revolta é justa (JESUS, 2014, p. 35).

Cruzando essas três práticas sociais, o brincar, a festa e a revolta, a partir das falas das moradoras e moradores da Izidora, depara-se com momentos de alta sociabilidade, atitudes lúdicas e da expressão individual e coletiva de insubordinação contra o Estado, dando a esses territórios contornos libertários.

A revolta, aqui, é entendida como uma reação espontânea que acontece em virtude de algum conflito. Pode-se conformar como um levante, uma insurreição ou, de forma organizada, como uma projeção de uma mudança social e política profunda, partindo de um ato de insubmissão. Afirma-se assim a luta da Izidora como uma revolta do povo que há muito tempo ali já existia e resistia perante um projeto de cidade excludente, desigual e feita para atender aos interesses da elite dominante. Ou seja, é o poder popular contra o poder das oligarquias.

A festa é um potente recurso que coloca em cena a identidade e a memória da Izidora. A atuação não se restringe em conquistar um teto, mas contribui para ampliar a consciência de classe, de gênero e de raça.

É no dia a dia que essa consciência de bairro/ocupação é criada: ao pé da rua, nos momentos de interação e sociabilidade, no estar frente a frente, cruzar olhares, cumprimentar-se, ir e vir do trabalho e da escola, na solidariedade em casos de extrema necessidade entre os vizinhos, no sentar em frente ao portão, nas calçadas improvisadas ao pé das casas, no ato de fazer o sacolão ou ir à mercearia e ao bar.

São nessas atividades cotidianas que brota a matéria prima da festa, mas também da revolta. É na festa e na revolta que esses pequenos atos sociais do dia a dia entram em ebulição e revelam-se como atos revolucionários, pelo seu caráter de liberdade e subversão.

Deveria ser obrigação do nosso Estado, trazer o lazer, né? Em todas as esferas, em todos os cantos da cidade, não só para uma classe privilegiada que tem, né? E eles não trazem. Mas a gente conquista isso a partir da

nossa própria vivência, porque que eu digo: nós não temos um espaço amplo pra gente ter acesso da questão do nosso lazer, mas as nossas crianças conseguem sintetizar em uma rua mesmo, assim, um encontram delas, elas encontram todo dia à tarde pra jogar bola numa rua que é uma descida, é incrível, né? A bola desce, eles param ela no peito, então consegue se virar nos 30. Além disso, nós temos o nosso ponto de encontro também. Hoje está sendo construído uma arena, mas hoje é o nosso ponto de referência. Desde o início da comunidade Rosa Leão que é o coração da comunidade. É onde tinha o nosso barracão comunitário que hoje está em processo de construção. É o nosso ponto de encontro. Então muitas mulheres nesse espaço sentam à noite, se encontram, conversam, homens também. Tem uma árvore maravilhosa que eles sentam ali de baixo. Nesse espaço onde está sendo construído a nossa arena, os meninos jogam bolinha de gude, conseguem no espaço muito pequeno assim jogar futebol. Então a gente meio que tenta de fato arrumar espaços que sejam de coletividade, para nosso lazer, para nossa cultura, para nossa convivência. (CHARLENE CRISTIANE EGÍDIO, ocupação Rosa Leão, informação verbal, 2019)¹⁴².

Nesse sentido, as narrativas das moradoras e moradores persistem no processo de desvelamento da face criativa, afetiva e simbólica desses territórios, buscando uma superação do estigma socialmente construído sobre os moradores de ocupação e apontando para a capacidade de produzir espaços diferenciais a partir de práticas urbanas diferenciais.

Dividem-se, assim, as narrativas dos moradores em três momentos. O brincar, a partir de suas histórias de vida, da infância e do que é vivenciado nos territórios e suas significações. A festa, como motor da vida social e possuidora de uma capacidade de criar situações sociais que são permeadas de riso e de jogo. E a revolta, esse ato de insubmissão em busca da libertação, aqui narrado pela história da luta dos moradores, a partir do processo de resistência imerso no conflito da Izidora.

Ao perguntar sobre como e onde eram as brincadeiras na infância, Luizinho, morador e liderança da ocupação Esperança, traz em sua narrativa a experiência de quem viveu desde sua infância na Região da Izidora e tem em sua história de vida a memória do brincar nessa mata. Conta que fazia trilhas, ia brincar nos pés de manga onde hoje é a “Praça do Vitória”, tomava banho na “geladeira”, na lagoa, na região onde hoje é o supermercado EPA, e que seu pai tirou o sustento de sua família plantando no lugar onde hoje se encontram as ocupações.

Essa narrativa põe em manifesto que muitos dos moradores da Izidora têm uma relação afetiva muito profunda com esse lugar, por viverem desde muitas

¹⁴² Entrevista realizada com Charlene Cristiane Egídio, moradora da ocupação Rosa Leão, no dia 16/05/19.

gerações nos arredores da antiga Granja Werneck, mostrando uma relação com a terra totalmente oposta ao público que a Operação Urbana da Izidora, e junto a ela a construtora Direcional, previa para ocupar esta área.

Incrível que, você fala de infância, mas eu fui criado neste território, né. Criado dentro da Izidora mesmo, como diz o outro. Sobre esta área, a geladeira, este pé de manga na pracinha do Vitória... Tem várias ocorrência. A lagoa do EPA, por exemplo, aqui também, tem várias ocorrência. A gente nadava lá. Buscava goiaba, era muito bom. Tinha um pé de jatobá lá. Brincava na infância. E meu pai também, ele foi agricultor muitos anos atrás. Deve ter uns 40 anos, mais ou menos, ele plantava também, na Izidora também. E aquela infância que a gente via a colheita sair daqui de dentro e ver as moradias aí. Essa alegria toda (LUIZINHO, ocupação Esperança, informação verbal, 2019)¹⁴³.

Em muitos relatos, as memórias de infância dos moradores mais antigos remetem ao contato com a terra, com a água e as brincadeiras estavam em plena comunhão com os elementos da natureza, que produzem para eles experiências sensoriais riquíssimas. Essa relação viva da experiência do brincar com o espaço que o cerca produz outra relação do ser com o meio.

É interessante analisar a fala de Dona Maria, moradora da ocupação Vitória, que, em sua infância, brincou muito com a terra, subindo em árvores, em qualquer hora do dia. Ela lamenta que hoje as crianças, com o acesso à Internet, não brincam mais da mesma forma.

Para Josi, liderança e moradora da ocupação Helena Greco, a preocupação com o interesse das crianças em brincar apenas com o celular também aparece em sua fala. “Que hoje, né... são poucas crianças que brincam com isso. Não querem nem brincar. Hoje é o celular que tá em mídia, na realidade” (JOSI, ocupação Helena Greco, informação verbal, 2019)¹⁴⁴.

No entanto, além da escuta, nesses últimos anos, observou-se com cuidado e atenção as práticas de diversão mais singelas e despretensiosas das crianças, jovens e adultos. Práticas semelhantes as da infância da Dona Maria na “roça”, na terra, sem luz, com pouca água, com vizinhos, irmãos, primos, também acontecem com as crianças, cotidianamente, na Izidora. Por mais que em seu relato apareça que as crianças de hoje não brincam da mesma forma, isto se refere ao domínio da internet e da tecnologia nas relações sociais. Porém, os atos mais cotidianos do

¹⁴³ Entrevista realizada com Luizinho, morador da ocupação Esperança, no dia 10/06/19.

¹⁴⁴ Entrevista realizada com Josi, moradora da ocupação Helena Greco, no dia 14/07/19.

brincar passam despercebidos. Além disso, as brincadeiras coletivas citadas por quase todos os moradores ainda continuam as mesmas.

Eu gostava de brincar em árvore. Eu até machuquei meu pescoço brincando num pé de urucum. Na casa da minha mãe, tinha dois pés de goiaba. A gente pegava aquele saco de linhaça, fazia rede pra brincar no fundo do quintal e brincava com os vizinhos do lado. A gente não ia para o quintal dos outros. A gente brincava na beirada da cerca. Eles na casa deles e nós na nossa casa. E aquilo era muito gostoso. Amanhecia o dia e a gente corria pra beirada da cerca. Era um lugar onde não tinha luz, não tinha água, não tinha nada. Era tipo aqui. Hoje em dia tem a internet, tem tudo. Mas a nossa infância foi muito gostosa, tinha terra pra brincar, coisas que hoje as crianças não fazem. Brincava de queimada, de rouba bandeira, de esconde-esconde, as velinhas que colocávamos dentro das latinhas pra clarear a rua! Pegávamos tronco e folhas de bananeira pra fazer fogueira. Brincava até 11 horas da noite. Hoje ninguém faz isso mais. Apesar de tudo, tivemos uma infância feliz. Os meninos de hoje não conhecem esse tipo de infância (DONA MARIA, ocupação Vitória, informação verbal, 2019)¹⁴⁵.

Grande parte dos moradores entrevistados teve sua infância no interior, muitos do Norte de Minas, Bahia, ou como Andréia Luiza¹⁴⁶, moradora da Rosa Leão, que veio do Espírito Santo. É justamente por esses modos de vida rurais que permanecem na memória dos moradores, que, espacialmente, muitas casas nas ocupações carregam, junto a uma sociabilidade periférica, características da vida no campo, “na roça”, com fogão à lenha, quintais com plantas medicinais e de cura, estoque de água para os dias de falta de água.

É por essa combinação sensível que as ocupações vão se tornando bairros nas cidades. É refletindo dimensões elementares da vida, como o brincar e a festa, e toda sua carga simbólica, que, na Izidora, ainda hoje, podem-se ver aspectos de uma ruralidade¹⁴⁷ e uma urbanidade metropolitana. Ou seja, de práticas sociais arraigadas em saberes do campo junto a práticas sociais embebidas das periferias urbanas e, nesse sentido, é na justaposição dessas práticas cotidianas e ancestrais que são formados os sujeitos da Izidora.

Brinquei muito, gente. Brincar é bom demais. É curtir. Eu morava lá numa rocinha, lá no sertãozinho do Espírito Santo. E lá foi gostoso. Que lá eu tinha aquele lugar, aquelas frutinha que vai lá no pé e colhe, come. Aquelas maravilha, né, aquele sabor. Por isso sou uma negra bonita. Porque eu curti

¹⁴⁵ Entrevista realizada com Dona Maria, moradora da Ocupação Vitória, no dia 24/04/19.

¹⁴⁶ Entrevista realizada com Andréia Luiza, moradora da Ocupação Rosa Leão, no dia 17/06/19.

¹⁴⁷ “Nem só de serviços, da indústria e da mineração é composta a vida urbana da RMBH. Características culturais da população do estado também estão presentes na região e contribuem para a permanência de espaços dedicados às atividades agrícolas e pecuárias dentro da terceira maior metrópole brasileira.” Disponível em: <http://www.rmbh.org.br/mzrmbh/pt-br/content/alguns-conceitos-para-o-planejamento-metropolitano.htm>. Acesso em: 25 de junho de 2019.

o que é bom. Brinquei de pique esconde, brinquei de amarelinha. Que é o bom nosso, é essa gente, é o curtir da natureza, é o brincar, é o ser amigo um do outro (ANDRÉIA LUÍSA, ocupação Rosa Leão, informação verbal, 2019)¹⁴⁸.

Conforme já foi falado anteriormente, o lazer está na Constituição como um direito fundamental, assim como a moradia, a saúde, o trabalho e a educação. Para além de um direito constitucional, o lazer é constituidor de sujeitos que, a partir de atitudes e atividade lúdicas, são capazes de aprender, de se desenvolver de forma mais plena e dentro de uma perspectiva utópica, na qual o trabalho livre contém, em sua atividade econômica, momentos de prazer e divertimento.

Entretanto, não é assim que a realidade se dá. Charlene, liderança e moradora da Rosa Leão, em sua entrevista, aponta que uma das brincadeiras que mais gostava era a de escolinha. Esse espaço que as crianças reproduzem um lugar de aprender, de encontro de saberes, como um jogo, e põe em cena o que elas idealizam como educação em suas brincadeiras. Cabe ressaltar, aqui, a importância de reconhecer em sua história a negação de direitos que foi realidade de grande parte dos moradores das ocupações em de suas vidas, já que muitos não tiveram acesso à escola. Ainda, hoje, muitas crianças têm dificuldades de serem matriculadas nas escolas públicas, em creches. E quando têm acesso à escola, muitas vezes, sofrem preconceito por morarem na ocupação.

Brincava muito de escolinha, adorava brincar de escolinha. Escolinha... Olha pra você ver a brincadeira da camarada, né? Brincava de escolinha e não tinha acesso à escola, né? Não tinha acesso a um ensino de qualidade que vai trazer uma perspectiva de uma adolescente de um adulto formado pra enfrentar o mercado grande de exclusão e do capital aí que nos extermina todos os dias. Enfim, brincava muito de rouba bandeira, gostava muito de rouba bandeira. Nossa! Adorava! E eu sempre ganhava também. Eu sou muito competitiva, assim, desde sempre, né? Então, quando eu quero algo, aquilo tem que ser conquistado e eu não desisto fácil (CHARLENE CRISTIANE EGÍDIO, ocupação Rosa Leão, informação verbal, 2019)¹⁴⁹.

Arthur, neto de Dona Madalena, foi morar na ocupação Vitória com sua avó quando tinha dois anos de idade e hoje tem oito anos. Eles moram no final do Setor Sete da ocupação, a área mais preservada e menos adensada. Ao perguntar a ele sobre suas brincadeiras, ele conta que gosta de andar de bicicleta, que chama os vizinhos próximos para brincar e que, quando alguém vai passear de carro, ele gosta

¹⁴⁸ Entrevista realizada com Andréia Luiza, moradora da Ocupação Rosa Leão, no dia 17/06/19.

¹⁴⁹ Entrevista realizada com Charlene Cristiane Egídio, moradora da ocupação Rosa Leão, no dia 10/06/19.

de ir junto. O deslocamento e a possibilidade do novo é um elemento lúdico para Arthur.

Sobre sua brincadeira preferida, ele responde:

De bola, bicicleta, de skate.(...) De brinquedo, de terra. (...) Final de semana? Eu não vou pra escola. Quando eu chego da escola eu brinco com eles. O dia que a gente sai pra fazer compra e eles deixam a gente ir fazer compra (ARTHUR, ocupação Vitória, informação verbal, 2019)¹⁵⁰.

Já a narrativa de Joaquim¹⁵¹ dá sinais de que suas lembranças de lazer e das brincadeiras quando criança foram fundamentais para os sonhos que ele carrega na vida. Ao brincar com o barro, de fazer casinhas, construir, cuidar, cozinhar, limpar, ele sonhava com a casa que ele queria ter para ele. Pode-se recorrer ao que Bachelard (1990) chama de “Imaginação Material”, sendo uma experiência cognitiva com o empenho do corpo. Essas linguagens experimentadas no brincar conformam-se como uma atividade criadora, a partir do fazer com as mãos o que se sonha e se deseja.

Em outras conversas, ao longo desses anos, Joaquim já havia sinalizado que a luta da Izidora é a conquista de um sonho para ele. É de uma potência revolucionária entender que aspectos lúdicos da história de sua vida refletem em seu engajamento em uma luta por um mundo mais justo, em que, além de ter um lugar em que possa existir, tenha o direito de viver dignamente, bem e feliz na cidade que cotidianamente constrói.

É a gente fazia essa brincadeira no quintal de casa. A gente separava lá um cantinho lá. Fazia uma corredeira duma água que saía até mesmo da pia da cozinha. Aí, ali a gente começava a fazer, limpava tudo direitinho. Daí fazia ali umas, umas cinco casas, eu mais meus irmãos. E a gente ficava divertindo. Aquilo pra gente era um divertimento, né? Era um sonho que a gente tinha pro futuro, mas não sabia se ia realizar (JOAQUIM RONALDO NEVES, ocupação Rosa Leão, informação verbal, 2019)¹⁵²,

Cidalvo, também morador da ocupação Rosa Leão, conta que sua infância, no Norte de Minas, tem o Rio Verde como principal elemento de lazer. Era no rio que pescava e nessa atividade, que era tanto de subsistência quanto de lazer, passou

¹⁵⁰ Entrevista realizada com Arthur, morador da ocupação Vitória, no dia 14/05/19.

¹⁵¹ Entrevista realizada com Joaquim Ronaldo Neves, morador da ocupação Rosa Leão, no dia 25/05/19.

¹⁵² Entrevista realizada com Joaquim Ronaldo Neves, morador da ocupação Rosa Leão, no dia 25/05/19.

grande parte da sua infância. Um elemento importante que Cidalvo traz em sua narrativa é a divisão sexual do trabalho e do lazer, em que suas irmãs ficavam responsáveis por limpar os peixes que ele trazia da pesca.

Minha vida, eu nasci e criei dentro da roça. A minha cidadezinha é uma cidade por nome Jaíba, talvez vocês nem nunca tenha ouvido falar. É depois de Montes Claros, 300 km. Nasci e criei. Eu com 13 anos de idade eu era pescador da família, que eu sou o único filho homem, numa família de oito mulheres, e eu sou o único filho homem. Então eu saía pra pescar e elas ficavam com raiva. Que eu chegava com 20, 30 quilos de peixe. Você entendeu? Aí elas tinha que limpar, elas, minha mãe. Mas e o lazer, tinha um rio muito bom. Era o Rio Verde, que hoje não existe mais, acabou. Tinha bola pra brincar. Eu levantava 6 horas da manhã pra ir pra escola. Eu levantava 6 horas e ia pro Rio tomar banho pra depois eu chegar em casa, trocar de roupa e ir embora. Quer dizer, era muito gostoso. Você entendeu? Era uma vida boa (CIDALVO COSTA, ocupação Rosa Leão, informação verbal, 2019)¹⁵³.

Hoje como pai de um menino de oito anos, que mora com a mãe, e de uma menina de dois anos, que está sob a guarda dele, Cidalvo relata que não se sente seguro em deixar seus filhos brincarem na rua, principalmente a filha mais nova. Ele entende que dentro de casa tem mais segurança e proteção para ela. Ao perguntar então qual era o lazer que ela tinha dentro de casa, Cidalvo responde: “lazer dentro de casa é televisão, é brincar. É brincar. Às vezes ela brinca com carrinho, às vezes ela brinca com boneca. Às vezes ela não quer carrinho, nem boneca, ela quer ver é Chaves” (CIDALVO COSTA, ocupação Rosa Leão, informação verbal, 2019).

Jennifer¹⁵⁴, moradora e coordenadora da ocupação Rosa Leão, tem três filhos pequenos e também conta que não se sente segura para deixar as crianças brincarem na rua. Quando brincam na rua, estão sempre próximas à sua casa, com a tutela sua ou de alguém de confiança. “Aí, às vezes, no portão da minha casa, eles brincam com os outros vizinhos, mas não igual eu tinha quando eu era na infância, né? Uma liberdade de sair, de brincar na rua” (JENIFFER, ocupação Rosa Leão, informação verbal, 2019).

Outro ponto importante que aparece na entrevista de Cidalvo é que, se ele tivesse condições financeiras, levaria seus filhos aos parques da cidade. Porém, por ter uma vida de múltiplas carências, não consegue ter acesso a esses equipamentos urbanos.

¹⁵³ Entrevista realizada com Cidalvo Costa, morador da ocupação Rosa Leão, no dia 17/06/19.

¹⁵⁴ Entrevista realizada com Jeniffer, moradora da ocupação Rosa Leão, no dia 25/05/19.

Então você tem que recolher. Você tem que fazer de conta que tá tudo bem. Mas não tá, é lógico! Maravilha se eu tivesse dinheiro aqui pra ir lá pro Parque Municipal com ela, pra brincar, aí vou lá pro Mangabeira. Mas infelizmente Deus não dá esse, a gente não teve ainda esse conforto, né? Essa oportunidade. Então a gente tem que viver como Deus permite (CIDALVO COSTA, ocupação Rosa Leão, informação verbal, 2019).

Junto dessas histórias de vida, podem-se costurar questões importantes que dão à perspectiva do brincar, nas ocupações da Izidora, texturas próprias. Observa-se uma relação íntima com os elementos da natureza, uma resistência nos territórios, um brincar como produção de sujeitos desejantes, que sonham com algo belo a partir de suas brincadeiras. Observa-se, ainda, um divertimento atrelado a uma experiência que extrapola o espaço cotidiano, podendo acontecer fora dos territórios, porém que tem como limitador a dificuldade de acesso à cidade e ao centro da cidade.

Essa conjugação do brincar, da festa e da revolta expõe um potencial de articulação da vida do bairro. Pois é a partir de práticas como estas que as culturas entram em contato através do encontro das pessoas. É junto com experiências lúdicas, de altíssima sociabilidade, e de engajamento que se produzem espaços diferenciais.

Tem o dia específico pra esse grande encontro: é a festa do Rosa Leão. Pra gente ela só acontece devido a nossa resistência. Então não é exatamente uma festa somente, é um dia de resistência. Mais um dia de vitória na luta travada todos os dias. Assim, e é maravilhosa que a gente vem com umas temáticas popular e cultural mesmo do território, né? A nossa primeira festa foi o aniversário mesmo, a segunda foi o Arraiá do Rosa Leão. Nós tivemos a festa do Quilombo do Rosa Leão que as mulheres negras da comunidade desfilaram, que foi maravilhosa essa festa, inesquecível. Este ano a gente pretende fazer novamente com essas temáticas mesmo que é uma temática cultural (CHARLENE CRISTIANE EGÍDIO, ocupação Rosa Leão, informação verbal, 2019).

O sentido da Festa da Resistência só se dá a partir do envolvimento dos moradores no fazer a festa. Ou seja, o tempo festivo começa dias antes da festa em si. Depende de organizar o espaço, convidar os apoiadores, arrecadar fundos para ter uma mínima estrutura, pensar na decoração, no bolo que a cada ano fica um metro maior, ensaiar a quadrilha da festa junina, tirar bambu nos arredores para fazer as barraquinhas, chamar os músicos, e assim por diante.

Por ser chamada de “Festa da Resistência”, essa celebração ganha outros contornos, que só podem ser sentidos por quem vive e acompanha a luta da Izidora, que é diária. Não se trata de uma celebração qualquer, e sim um momento

importante de construção da memória coletiva dos moradores em torno da luta por direitos fundamentais e do reconhecimento desse esforço e da formação política que o processo de resistência confere a cada sujeito.

Porque o trem começa que meio devagar. Aí, de repente, vai os ensaios, começa a barraquinha. De repente, o povo se envolve e aí é muito gratificante esses momentos na comunidade, sabe, muito gratificante. E traz também essa simbologia da luta como um todo e de lembrar pra cidade que é um dia de luta e resistência, porque a gente não pode deixar nunca de dizer pra toda sociedade que enquanto tiver um sem teto, todos nós somos sem tetos. Então a luta continua. Então a nossa festa ela é uma festa de resistência e temos que lembrar pra cidade que estamos em resistência todos os dias, estamos em luta todos os dias. Luta pela garantia de direitos previstos, volto a dizer, previsto em uma Constituição Federal de 88 que era pra ser uma Lei Universal e prevalecer assim (CHARLENE CRISTIANE EGÍDIO, ocupação Rosa Leão, informação verbal, 2019).

Ainda sobre a importância da memória da luta cotidiana, Joaquim lembra-se dos teatros que contam a história da luta da Izidora para que, nos momentos de alegria, não se deixe morrer a memória desses lugares. “As pessoas apoiadoras trazem aquele teatro muito bonito. E eles estudam, eles fazem lá aquele número, é... mostrando pra nós aquele, aquela aflição, aquele começo, como é que foi quando a gente chegou aqui” (JOAQUIM RONALDO NEVES, ocupação Rosa Leão, informação verbal, 2019).

Outro ponto relevante nas narrativas compartilhadas pelos moradores refere-se ao estado de suspensão temporária dos conflitos cotidianos nos dias de festa e de encontro, que impulsionam outras formas de convivência.

E eu acho engraçado porque nos dias que tem isso não existe briga. Bacana é isso. No dia que tem essa festa não tem briga. Que maravilha! Enquanto tem outros finais de semana que por aqui, o cara abre o barzinho pra ficar até três horas da manhã, eles cai dando porrada. Na barraquinha não tem, nas festas não tem. Que tá todo mundo empolgado, todo mundo pensando naquilo. “Vamo divertir gente”. “Vamo ali e tal”. Entendeu? É maravilhoso! Exatamente, muito bom (CIDALVO COSTA, ocupação Rosa Leão, informação verbal, 2019).

Além da “Festa da Resistência”, em que se comemora o aniversário de cada ocupação, na ocupação Vitória, em maio de 2019, foram organizados, por um grupo de moradores, três dias de festa de Nossa Senhora de Fátima, que foi homenageada como a padroeira da ocupação. Houve, nestes três dias de festa, procissão e o ritual de coroar a imagem de Nossa Senhora de Fátima, envolvendo muitos moradores e crianças em torno da fé e da religiosidade, muito presente na cultura desses territórios.



FIGURA 63: Meninas esperando para Coroar a Santa na Festa de Nossa Senhora de Fátima. ocupação Vitória no dia 12/05/2019
Fonte: Izabella Galera (2019).

Importante ressaltar que a organização da Festa de Nossa Senhora de Fátima não foi centrada nas lideranças, nem nos apoiadores da ocupação, partindo de um grupo auto-organizado, também protagonizado por mulheres, em torno da construção da igreja católica, que conquistou, nesse último ano, um terreno no alto da ocupação, próximo à Rua dos Milagres. As missas vêm acontecendo, desde janeiro, aos domingos às 17:00 no terreno da Igreja.

E foi muito bom. Foi divertido, teve procissão que eles fizeram, eles fizeram barracinha. E aqui é uma comunidade eclética, né? Tem gente de todas as religiões. E foi bastante bacana a festa. Juntou muita gente, muita gente foi, no terreno da igreja que ainda não está construído, mas em breve estará. Foi muito bom (PAULA FONSECA, ocupação Vitória, informação verbal, 2019)¹⁵⁵.

Como já comentado, o ato de nutrir, alimentar, não só de comida, mas de alegria, de partilha, de vida está enraizado nas significações da festa. Levando essa lente para a realidade concreta dos moradores de ocupação, fica evidente que o dia de festa é o dia em que se pode comer bem, coisas especiais, que, para muitos, não é possível e viável no cotidiano.

Que tem criança que não tem um bolinho de aniversário na sua residência. E quando nós fazemos um bolinho de aniversário aqui, eles ficam alegres, participando desse bolo junto conosco. É bão demais, gente! Vamos fazer cada vez mais essa canjica gostosa que eles não conhecem. Um cachorro

¹⁵⁵ Entrevista realizada com Paulinha, moradora da ocupação Vitória, no dia 14/05/19.

quente. Tem menino aí que não conhece (ANDRÉIA LUÍSA, ocupação Rosa Leão, informação verbal, 2019).

Este ato de alimentar, nutrir, explicita uma vez mais quem é que organiza e cuida das festas e das ocupações da Izidora. Federici (2019) aponta para um estágio zero, ou seja, o princípio das práticas revolucionárias, ou seja, o cuidado e a reprodução da vida como ponto de partida para a transformação profunda desse mundo.

É pelas atividades do dia a dia, através das quais produzimos nossa existência, que podemos desenvolver nossa capacidade de cooperação, e não só de resistir a nossa desumanização, mas aprender a reconstruir o mundo como um espaço de educação, criatividade e cuidado (FEDERICI, 2019, p. 19).

Dentro dessa perspectiva, entende-se que, no espaço doméstico, e em seus interstícios, faz-se a reprodução da vida e o trabalho do cuidado, sendo parte central na constituição da resistência nas ocupações.

Muitos dos relatos que foram compartilhados aqui apontam para um processo profundo de transformação dos sujeitos que ali moram. Uma das descrições mais tocantes neste trabalho diz respeito à história de vida de Dona Maria, moradora da ocupação Vitória, que reconhece um processo de cura e conquista de seus sonhos no lugar que ela encontrou para viver.

Dona Maria, em seu relato, conta que, devido a uma doença, teve dois filhos tirados pelo conselho tutelar, que hoje moram com sua filha mais velha. Em uma vida de sofrimento e muita simplicidade, ela acredita que foi pelo engajamento em processos territoriais dentro da ocupação em conjunto com um acompanhamento médico que ela conseguiu uma grande melhora na saúde e já pode vislumbrar ter a guarda de seus filhos novamente.

Quando apresentou sua casa, Dona Maria mostrou que já tem preparado o quarto dos filhos e sonha que em breve estejam juntos e eles possam usufruir da natureza que envolve a sua morada.

E aqui eu comecei a fazer o tratamento lá em Santa Luzia e fui evoluindo. Fui conhecendo as pessoas, comecei a participar da horta comunitária que nós temos aqui no bairro. E isso me trouxe saúde, uma alegria tão grande e conhecimento, porque eu não tinha diversão, já tinha perdido meus filhos para o conselho tutelar e não tinha nada. Tive um desenvolvimento que o médico não entendeu. Hoje eu tenho a minha casinha, tenho paz, tenho saúde, tenho sossego. Apesar de não estar pronta, ela é mais confortável que todas as casas que eu tive. Já estive internada em hospitais, já morei em Vitória do Espírito Santo. Mas onde encontrei o lugar mais gostoso pra

viver foi aqui. Quando eu durmo na casa da minha irmã, eu sinto saudade da minha casa. É tão bom morar no lugar que a gente gosta. A gente aprende viver, compartilhar com outras pessoas. A dor da gente é compartilhada. E a Izidora tem me ajudado a conquistar a volta dos meus filhos. Quando os meus filhos tiverem aqui, eu vou fazer outra gravação, mostrando-os. São as coisas mais lindas que o Senhor me deu (DONA MARIA, ocupação Vitória, informação verbal, 2019).

Também, para Joaquim, a luta da Izidora é um momento de grande aprendizado e recomeço de sua vida. Essa tranquilidade que hoje encontra na Rosa Leão é resultado de muita resistência e engajamento coletivo. Lembra, nessa narrativa, os dias de vigília que faziam ao redor da fogueira, a polícia, com a ordem de despejo, ameaçava entrar nos territórios.

Os tempos de total concentração foram marcantes para grande parte dos moradores. Foi quando, em meio a muito medo e revolta, criaram laços de afeto uns com os outros e com militantes dos movimentos sociais e também com os apoiadores da Rede #resisteizidora.

Olha a Izidora pra mim foi um recomeço de uma vida aflita pra uma vida mais tranquila. Porém, pra acontecer essa tranquilidade de eu falando aqui hoje, foi necessário muita luta. Muitas noites de sono perdida. Muita campanha em volta das fogueiras, à noite, vigiando as polícias, vigiando entrada, observando quem entra quem era visitante, quem não era. Então era uma coisa, assim, muito complexa do que aqui ultimamente, no tempo do começo (JOAQUIM RONALDO NEVES, ocupação Rosa Leão, informação verbal, 2019).

Esse recomeço e esse aprendizado apontam para um sentimento de dignidade e para uma possibilidade de igualdade, de autoestima, de reconhecimento social que só se opera a partir da intersubjetividade. Existe um fio invisível que constitui uma teia social que opera nas ocupações, em que uma identificação mútua de solidariedade e articulação ocorre como base de sustentação da vida cotidiana.

A proximidade das casas e ter um motivo para lutar em comum traz aos moradores a possibilidade de costurar novos vínculos sociais, conforme narra Jennifer: “eu acho que é muito importante, é... Ter esse vínculo que a gente tem entre a gente e a ocupação. Porque às vezes a pessoa acha que só porque a gente mora em ocupação, a gente não tem direitos, e é isso” (JENNIFER, ocupação Rosa Leão, informação verbal, 2019). Cidalvo completa:

Essa ocupação foi uma coisa que deu alegria pra muita gente. Que tinha muita gente morando na rua, dormindo em passeio, e hoje tem um barraquinho pra morar, tem uma tranquilidade, né? Sai pra trabalhar, mas sabe, aqui pelo menos tem lugar onde que deixa os filhos pra ser cuidado.

Então isso é muito importante. Faz parte da vida do ser humano (CIDALVO COSTA, ocupação Rosa Leão, informação verbal, 2019).

Ao perguntar aos moradores sobre quais seriam seus sonhos para a Izidora, a grande maioria trouxe a vontade de ter a garantia da posse de suas casas, ter a regularização fundiária feita de forma justa, ter espaços de lazer para as crianças e jovens do bairro. Andréia Luiza descreve esse sonho da seguinte maneira: “Oh filha... O que eu quero é meu bairro bonito, lindo, igual conseguiu o Felicidade¹⁵⁶. Aqui vai ser feliz também, vai ser lindo, vai ter asfalto, água, luz e a juventude fazendo curso aqui dentro” (ANDRÉIA LUÍSA, ocupação Rosa Leão, informação verbal, 2019).

Para além da necessidade da regularização fundiária, Luizinho sonha com o reconhecimento dos moradores como cidadãos, ou seja, que sejam incluídos na cidade com dignidade. A fala dele aponta para uma luta pelo direito à cidade.

O cidadão entra como, dentro da cidade também, que era excluída, uma pessoa que era mal vista, volta a ser aquele cidadão comum, como é respeitado pela legislação. E a gente fica muito feliz. Acho que esta luta é um aprendizado pra muita gente também. A pessoa passa a entender que não é só uma luta. É um contexto muito maior que do que uma luta. É uma ampla atitude que abrange o cidadão, passa a ter a característica (LUIZINHO, ocupação Esperança, informação verbal, 2019).

Já Charlene aponta para uma luta que não termina na conquista da garantia da posse e do acesso à cidade. Sua leitura crítica de mundo avista que a luta popular não começou em seis anos e não terminará tão cedo, e, por isso, deve seguir na resistência para além das conquistas de seu território de base.

Falando em específico da Izidora, para que o povo não deixasse morrer a necessidade de continuar a lutar pelos seus direitos, estamos em um momento que, o pessoal fala que estamos em um momento negro do Brasil. Isso é racismo, tá? Não existe, porque que tudo que ruim é negro, né? Estamos em um momento branco do Brasil, digamos assim, onde o capitalismo tá tomando conta, o retrocesso muito grande no Brasil, e eu vejo que as comunidades, as ocupações urbanas, em geral, as favelas, as periferias, o povo trabalhador como um todo. Toda a luta popular social que existe na cidade precisa de fato se unir e resistir, mais do que nunca, e eu acho que a partir daí é que vem uma perspectiva de uma Izidora sequencial, que vai dá uma sequência em várias outras lutas, e que não vai morrer por conta de uns tetos, de umas paredes, porque a luta não se fecha só em um quadrados de tijolos, ela ultrapassa esse quadrado de tijolos, e é por isso que precisamos sonhar e acreditar que seremos exemplos para o Brasil

¹⁵⁶ “O Felicidade”, que Andréia fala, é o Bairro Felicidade, que fica próximo da Região da Izidora, e também foi fruto de uma ocupação por necessidade e luta organizada dos moradores.

inteiro, como já somos, mas temos que continuar sendo, não só para o Brasil, dando esperança para o nosso povo brasileiro que vem perdendo a esperança mesmo, acreditando que essa luta vai dizer: olha, ainda vale a pena lutar. Estamos aqui e esse sonho não vai morrer em quatro paredes de tijolos não. Seguiremos juntos e fortes com a Izidora na luta eternamente. É isso (CHARLENE CRISTIANE EGÍDIO, ocupação Rosa Leão, informação verbal, 2019).

Junto de garantias mínimas para a existência, o processo de aprendizado produzido na resistência aponta para uma possibilidade de mudança social mais radical, na qual as pessoas possam ter qualidade em suas atividades econômicas, tendo assim possibilidade de alcançar o que precisam para uma vida mais justa e digna. Essa luta transforma profundamente os sujeitos que ali vivem, e, nesse sentido, em muitos casos, já se vislumbra uma luta vitoriosa.



7. O JOGO TERMINA. MAS A FESTA CONTINUA...

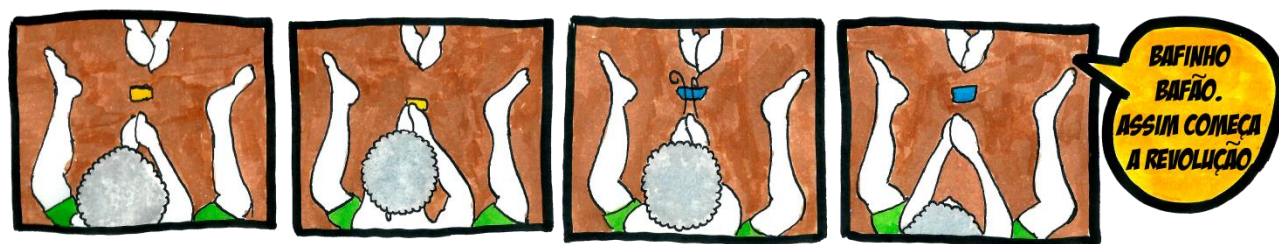


FIGURA 64: Tirinha feita a partir de imagens das brincadeiras na Rosa Leão
Fonte: Elaborado por Leticia Lanza Maciel (2019).

7.1. FIM DE JOGO

As reflexões sobre as práticas de lazer espontâneas e a festa como meio de mobilização comunitária, em locais que estão à margem da cidade e da sociedade e sem suporte institucional, guiaram esta pesquisa, apontando para vários caminhos, ao apresentarem relações diversas com aspectos políticos, ideológicos, culturais e socioespaciais.

Inicia-se este nosso debate refletindo sobre a produção social do espaço urbano, partindo da ideia de que o espaço é resultado de relações sociais que se estabelecem e produzem lugares por meio da materialidade do próprio corpo em ação. Busca-se apontar que é por meio da presença do ser no mundo, interagindo com os outros, que o espaço é constituído, sendo orientado por intenções, pelo encontro, pela presença, pela participação e, principalmente, pelos atos. O espaço, então, foi definido como algo condicionado e condicionante das relações humanas, como algo aberto e em plena transformação e atualização. Não só produto, mas processo.

Aponta-se, contudo, que, na lógica e estrutura urbana capitalista, na qual a desigualdade socioespacial é um pressuposto, a produção e a transformação da cidade são pautadas por interesses diversos e inúmeros conflitos. Apresenta-se, então, o conflito da Izidora, reflexo das desigualdades materiais e simbólicas das cidades brasileiras.

Enxergam-se, assim, as ocupações urbanas como um movimento de resistência e desobediência civil, em busca de se fazerem valer leis e direitos. Um

movimento de luta pelo direito à cidade e à vida urbana. Resistência ao despejo, à ausência de políticas públicas, à repressão policial, à marginalização, entre outras.

Continua-se a caminhada, explorando a importância do lazer de uma forma mais geral, entendendo-o como um conceito polissêmico. Aponta-se o lazer como uma prática intrínseca e necessária ao ser humano. Uma prática que produz espaços cotidianamente e que deve ser entendida pelo seu caráter histórico, sua dimensão lúdica, cultural, política, por sua apropriação e, principalmente, pela sua capacidade de produzir uma vida urbana mais plena. Nesse sentido, aposta-se em sua potência revolucionária.

Posteriormente, debruça-se sobre três matrizes conceituais que se amarraram em todos os momentos da pesquisa: o jogo, o riso e a festa.

No terceiro capítulo, trouxe-se a pergunta: por que lazer? Discute-se, nesse momento, o lazer dentro de duas dimensões: como pré-disposição para essa vivência, principalmente por se entender que é algo necessário para a existência humana e a vida em sociedade; e como um direito fundamental, que deve ser assegurado pelo Estado, apesar das dificuldades observadas na prática e da não efetividade na garantia desse direito. Assim, apontou-se para a necessidade de se reivindicar o direito ao lazer junto com o direito à cidade.

O quarto capítulo discutiu a noção de tempo e de temporalidade a partir da perspectiva do lazer. Quando lazer? Avançou-se na ideia de que o tempo de lazer seria o tempo em que o ser humano não está necessariamente produzindo para fins de troca, mas sim de uso. Entende-se que pensar no tempo a partir do lazer é essencial pelo seu caráter efêmero e sua variação de intensidade, que são determinados por diferentes agentes de produção do espaço.

O caminho percorrido no quinto capítulo destacou o aspecto territorial do lazer: onde lazer? Sendo parte fundamental da vida em comunidade, as práticas de lazer apresentam um potencial de gerar lugares de alta sociabilidade, podendo transformar o espaço-tempo à medida que são vivenciadas. Utilizou-se da cartografia como uma das formas de compreender como o lazer espacializa-se nas ocupações da Izidora.

Ao chegar ao sexto capítulo, procurou-se entender o território, a partir do sujeito: quem lazer? Destaca-se que a investigação realizada ao longo da pesquisa foi feita com o povo, “como sujeito de seu pensar”. As entrevistas realizadas trouxeram uma riqueza de sentimentos e de memórias. A ação conjunta possibilitou

entender e reconhecer como e quais são as práticas e espaços de lazer que se constituem no cotidiano das ocupações. Em territórios que concentram uma soma de carências e injustiças resultantes de um modelo de sociedade excludente e exploratório, o afeto mistura-se à luta que se expressa em modos de construir e cuidar dos espaços de reprodução da vida, da casa, da rua. Os sentimentos revelam-se em um misto de sonho e revolta - aquilo que se deseja e aquilo que a partir de uma insubordinação reivindica-se e produz outras formas de sociabilidade.

Nesse momento final, nos despede-se do jogo. Contudo, sabe-se que o jogo termina, mas a festa continua. Faz-se necessário trazer, então, algumas reflexões que se amparam nas discussões até então desenvolvidas, com a certeza de que indicam outros caminhos, inúmeras possibilidades futuras. Termina-se acreditando na luta que transforma e na resistência que precisa ser entendida cotidianamente como um processo de aprendizado, apostando nos pequenos atos revolucionários que, mesmo inconscientemente, produzem espaços de sobrevivência e de existência.

7.2. A FESTA SEGUE ADIANTE...

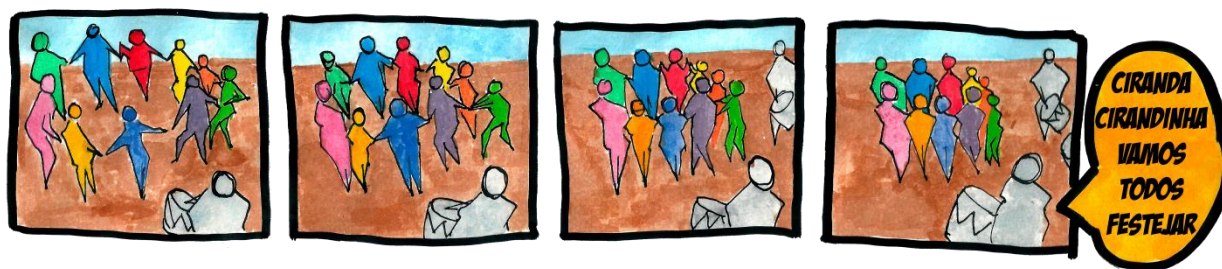


FIGURA 65: Tirinha feita a partir de imagens no dia da Festa no Parquinho, na ocupação Vitória dia 20/06/2019

Fonte: Elaborado por Leticia Lanza Maciel (2019).

Sendo uma prática social que surge a partir do cotidiano, o lazer carrega consigo tanto a possibilidade da liberdade, desvio e subversão, como, contraditoriamente, também a reprodução da alienação. O lazer e a festa são atividades fortemente tratadas como mercadoria e espetáculo, entendendo que a apropriação capitalista está também impregnada no tempo de divertimento das pessoas.

Por se entenderem as práticas de lazer espontâneas como processos potentes de transformação, as reflexões acerca do jogo, do riso e da festa nas ocupações urbanas trazem à luz a capacidade criadora dos sujeitos, propiciando, por meio de interações, que outras possibilidades de mundo surjam a partir de experiências voltadas para o lúdico e para os momentos de ócio.

Vale observar, aqui, que a capacidade criadora do brincar e do riso não se restringe a uma classe, gênero ou raça específica. É transversal. Todos nós brincamos e divertimo-nos de alguma forma. Fazemos isto imersos em sentimentos de prazer. Mas quando essas práticas situam-se em uma ocupação urbana, território de conflito fundiário e lugar de muitas carências, onde se revela a negação de direitos fundamentais de qualquer cidadão, as relações com o espaço e a produção do espaço dão-se de formas diferentes do que ocorre na cidade formal. Na ocupação, é a terra. Na cidade formal, é o asfalto.

Partimos assim da ideia do fazer e do “que fazer”, tanto no ato do brincar, do festejo, quanto no ato de produzir seu próprio espaço de morar. O conceito do “que fazer” é iluminado pelo pensamento de Paulo Freire (2002) sobre a *práxis* libertadora. Para o autor, o “que fazer” é a expressão da *práxis* ligada à ação e à reflexão. Processo em que o sujeito, refletindo a partir de sua prática e, nesse

contexto, da prática espacial, transforma-se em torno de um processo dialético de constante transmutação.

Gosto de ser homem, de ser gente, porque sei que minha passagem pelo mundo não é predeterminada, preestabelecida. Que o meu “destino” não é um dado, mas algo que precisa ser feito e cuja responsabilidade não posso me eximir. Gosto de ser gente porque a história em que me faço com os outros e de cuja feitura toma parte é um tempo de possibilidades e não de determinismo. Daí que insista tanto na problematização do futuro e recuse sua inexorabilidade (FREIRE, 2002, p. 58).

Amadurecendo a reflexão a partir do ato libertário que é o brincar, o riso e a festa, junto com a produção espacial da Izidora, compreende-se que, em um contexto de conflito fundiário complexo, violento e de muita precariedade, existe uma potência revolucionária que, dentre outras formas, também se expressa na vida cotidiana, por meio de práticas que geram alta sociabilidade e experiências prazerosas e intensas. Entretanto, não se pode negar que, quando a vida é marcada por inúmeras e profundas desigualdades, há vários limites para a concretização de um processo de luta que tenha como premissa a busca pela autonomia.

Nesse sentido, enquanto a autoprodução do espaço urbano e a sua autogestão ainda forem alternativas de sobrevivência, advindas de urgências e ausências do dia a dia, e não práticas vinculadas ao trabalho livre e pleno, reconhecido e remunerado, devem também ser consideradas como uma forma de superexploração e precarização do trabalho e da vida. Quando se analisa o papel das mulheres nas ocupações, idealizadas como “super mulheres”, que estão à frente dos processos territoriais, tanto coletivos quanto domésticos, não se pode negligenciar o peso dessas considerações, sobretudo ao se entenderem as inúmeras demandas de produção e reprodução da vida que recaem sobre elas.

A reprodução da vida cotidiana, que não é formalmente reconhecida como trabalho, precisa contar com uma rede de solidariedade em que o trabalho de cuidado é, geralmente, sustentado por mulheres. Com a falta de creches e a recente retirada das escolas em tempo integral, a necessidade de uma rede de cuidados dentro das ocupações faz-se ainda mais necessária.

Muito se fala das mulheres guerreiras das ocupações, que estão na linha de frente tanto no embate direto com o Estado e com a polícia, que estão em constante formação política junto aos movimentos, que estão mediando conflitos tanto da vida coletiva quanto da doméstica, que fazem assembleias e que também criam seus filhos, que trabalham para sustentar a família e que cuidam de suas casas.

Entretanto, por detrás da figura das super mulheres¹⁵⁷, encontra-se uma super exploração da vida, que, muitas vezes, acaba sendo romantizada e legitimada.

São também mães solteiras, são chefes de família, responsáveis pelos cuidados com as filhas e filhos. São donas de casa com muitos afazeres domésticos, avós, cabelereiras, pedreiras, adoram cozinhar, fazem comida para vender, são mulheres religiosas, católicas, evangélicas, espíritas, são lésbicas, são jovens, são poetisas, são cantoras de rap e, por meio de cada um desses lugares, dessas práticas, lutam não só pelo direito à casa, mas pelo reconhecimento de suas identidades, de suas dinâmicas de vida (ISAÍAS, 2018, p. 167).

Assim, existe uma complexidade de lutas nas ocupações que devem caminhar conjuntamente: a luta por moradia, a luta pela terra, a luta por direitos básicos, mas também a luta por reconhecimento justo do trabalho das mulheres, entre outras. Torna-se fundamental apostar no entrelaçamento das lutas. Assim, por exemplo, a luta feminista deve caminhar junto com a luta de classes, para que, além do empoderamento¹⁵⁸ feminino (que já é um começo), caminhe-se no sentido de outras abordagens que dizem respeito à questão de gênero.

Para Federici (2019), a luta por serviços sociais não pode perder de vista a raiz dos papéis femininos na sociedade. Nesse sentido, não basta realizar a luta feminista, atrelada nessa perspectiva com a luta pela moradia, pelo direito à cidade e à vida urbana, sem atacar radicalmente o reconhecimento dos papéis sociais, não apenas nos discursos, mas também em práticas que garantam uma possibilidade de renda para as mulheres, com condições justas de trabalho, dentro ou fora de casa¹⁵⁹.

Assim como é difícil não romantizar o papel das mulheres, nas ocupações urbanas, mas também fora delas, há também uma grande dificuldade em fugir de

¹⁵⁷ Refere-se aqui a esse impasse da luta feminista nas ocupações urbanas, que envolvem também questões de raça e de classe, mas não se deixa de considerar que questões próximas são encontradas no dia a dia das mulheres que vivem em áreas formais da cidade, em outras classes sociais. Assim, os locais de representatividade e poder ainda estão extremamente distantes de uma igualdade de gênero.

¹⁵⁸ O empoderamento refere-se ao reconhecimento de uma fonte objetiva de direitos e cidadania por parte do cidadão, que resulta na noção de poder subjetivo, que é o poder de mudar arranjos existentes (HOLSTON, 2013).

¹⁵⁹ “Uma coisa é construir uma creche da forma que queremos e então exigir que o estado pague por ela. Outra coisa bem distinta é entregar nossas crianças ao Estado e pedir para que ele cuide delas, não por cinco, mas por quinze horas diárias. Uma coisa é organizar comunalmente a forma como queremos comer (sozinhas, em grupo) e então reivindicar que esse gasto seja assumido pelo Estado; outra diametralmente oposta é pedir que o Estado organize nossas refeições. No primeiro caso, nós recuperamos algum controle sobre nossas vidas; no segundo, ampliamos o controle do Estado sobre nós” (FEDERICI, 2019, p. 51).

uma visão romantizada da precariedade e da pobreza, principalmente quando o foco volta-se para os momentos de diversão e alegria nesses territórios. Ao mesmo tempo, sem desconsiderar as limitações e agruras, torna-se um desafio explicitar as práticas espaciais das ocupações, sobretudo voltadas para o lazer, no sentido de valorizá-las e entender a sua importância.

Destaca-se que as práticas de lazer que aqui se defende não se referem à negação do trabalho, e sim à sua complementariedade, como a extensão do trabalho livre, que tenha em si dimensões de lazer e do imaginário criador, oposto à “máquina de apertar pregos”, que é onde todo estado de alienação, tanto na dimensão do trabalho, quanto na do lazer, ancoram-se. Aposta-se na utopia, em outra revolução possível.

No entanto, a partir das histórias de vidas compartilhadas nesta pesquisa, observa-se que a realidade dura, desigual e opressora toma o tempo da infância de muitas crianças que começam a trabalhar desde muito cedo. Entretanto, observa-se também que o brincar ainda assim resiste e é fundamental para a formação de cada ser nesse mundo. Faz parte de momentos afetuosos e alegres da memória das vidas, arrancando sorrisos por meio das lembranças de como se brincava e como se fazia o brinquedo, ao mesmo tempo em que se reconhece o lugar de opressão na medida em que se conclui que a infância foi negada.

Nosso Deus! Apesar que eu não tive infância. Mas mesmo assim eu brincava... Mas era muito pouco, eu não tive infância não uai. Primeiro que eu fui criado com minha vó e meu tio. Meu tio não dava mole pra mim. Até porque se desse mole hoje eu era... Ou já tinha morrido ou era um bandido perigoso. Não tinha muito tempo não, que era só serviço... Levantava... Nossa... No interior... Que eu sou do interior, lá do Norte de Minas. Eles tinham um negócio de levanta e oiá pro céu, oiá pra estrela e falá: é quatro da manhã... Não sei se estrela tem relógio pra marca hora... E eu tinha que buscá boi no pasto... Pra poder moer cana e fazer rapadura. Quando o dia amanhecia tinha rapadura fria já... A gente já tinha feito muita rapadura... Aí eu ia moendo cana. Quando eu tinha um tempozinho, a gente brincava de pega-pega, de esconder (JOSÉ ADÃO CHAVES, ocupação Vitória, informação verbal, 2019).

Segundo os moradores das ocupações, o trabalho é um fator central na vida, faz parte de suas histórias e é onde seus saberes foram se moldando, a partir dos fazeres. Há encravado nas histórias de vida dessas crianças, que quando jovens vieram para o grande centro vender sua força de trabalho, uma relação direta com a história das cidades brasileiras e sua formação desigual e injusta. É na prática do trabalho braçal e nas necessidades de sobrevivência que se constitui o conhecimento para a autoconstrução e esse conhecimento torna-se força produtiva.

Para Ferro (2006), a arquitetura é antes de tudo mercadoria, sendo uma regra externa que condiciona os indivíduos a serem corpos produtivos. Entretanto, quando esses corpos produtivos organizam-se como “sujeitos coletivos” e adquirem no processo da luta e de resistência uma “consciência de si e do nós” como produtores do espaço, outras práticas espaciais são geradas.

Nos feriados, fins de semana ou férias quando ergue sua casa, o trabalhador produz para si. Não como faz diariamente, como força de trabalho vendida, empenhada na valorização do capital. Não como mercadoria abstrata – força socialmente necessária – a produzir valores genéricos encarnados em valores de uso a ele indiferentes, não enfrentando os meios de produção como poderes materiais hostis e alheios. Ao contrário, produz com seus instrumentos seu abrigo, meios de produção próprios guiados por sua vontade e direção a construir um objeto para seu uso (FERRO, 2006, p. 65).

Nesse sentido, tanto o trabalho quanto o lazer caminham juntos com a emancipação dos sujeitos. E são essas atividades que se ancoram em técnicas absorvidas no cotidiano com o conhecimento popular intrínseco. Se, por um lado, as urgências podem obstruir inovações, gerando uma reprodução alienada das técnicas produtivas; por outro lado, elas também instigam a criatividade e a inventividade. Levando a cabo essa ambiguidade, o fazer, quando pensado criticamente e refeito, aponta para o que Paulo Freire (2015) chama do “que fazer”, que é em si uma prática libertadora.

Caminhando lado a lado com essa perspectiva, pensar no “como lazer” situado no contexto das ocupações da Izidora, por mais desviante e potente que seja em suas práticas espaciais, pelo espaço vivido gerado, não alcançará uma ruptura no sentido de luta pelo direito à vida urbana, à produção de espaços diferenciais, se não se pensar em alternativas ao “como trabalho” também.

Assim, entende-se a necessidade de que a produção do espaço construído, ou seja, que a autoconstrução desses bairros seja reconhecida como um trabalho, com a possibilidade de uma contratação de coletivos de trabalho e cooperativas de moradores para fazer as obras de infraestrutura. Da mesma forma, deve-se lutar pelo reconhecimento do trabalho de reprodução da vida, em que as creches, escolas, centros de saúde e assistência social tenham coletivos de trabalhos de cuidado e em que essas atividades econômicas não sejam divididas sexualmente e sim escolhidas livremente.

7.3. REFLEXÕES SOBRE A BOA VIDA: CAMINHOS QUE APONTAM PARA A EMANCIPAÇÃO



FIGURA 66: Tirinha feita a partir de imagens das brincadeiras na “geladeira”, na Ocupação Vitória.
Fonte: Elaborado por Leticia Lanza Maciel (2019).

O povo é o sujeito de uma exigência de igualdade: seu poder não é o de escolher chefes, Mas de romper com as hierarquias constituídas (GRELET; LÈBRE; WAHNICH, 2012).

Aclama-se aqui que o lazer e a festa são manifestações de autonomia e emancipação, defendidas como uma forma de desvio e, por isso mesmo, capazes de subverter a lógica de dominação. Encarando estudar as manifestações de lazer e a festa em territórios de grandes conflitos e precariedade como as ocupações urbanas, reforça-se que a luta pelo direito à cidade a partir do lazer mostra-se radical, sendo, mesmo que inconscientemente, um ato revolucionário praticado por sujeitos revolucionários.

Entende-se, então, que a emancipação a partir do lazer ocorre por ser um ato de autonomia e busca pela liberdade, que não tem intuito de servir pra nada além dele mesmo, por isso contraproducente, e, por operar em uma lógica espaço/temporal própria, agrega em si uma capacidade criadora. Para Rancière (2012, p. 530), a emancipação é, em si mesma, uma ruptura com a lógica da reprodução. Seria a criação de uma certa continuidade, de uma espiral que se constrói, desviando-se de seu círculo.

A emancipação é a refutação em ato dessa partilha a priori das formas de vida. É o movimento pelo qual aqueles e aquelas que tinham sido localizados no mundo privado afirmam-se capazes de um olhar, de uma palavra e de um pensamento públicos (RANCIERE, 2012, p. 526)

Quando se intitula esta pesquisa, pretensamente, de “Outras Revoluções Possíveis”, o intuito é não deixar de olhar para a constante presença dos gestos espontâneos que aflora a toda hora no riso e no divertimento, de forma livre e que

pode conduzir à emancipação. Com os elementos mais simples e inimagináveis, criam-se mundos mirabolantes, enquanto se brinca. Refaz-se intensamente o universo ao redor, na medida em que há uma entrega ao universo lúdico.

Brincar não tem idade, sobrevive nos adultos a partir de memórias que são decodificadas em seus corpos, mas é de fato, na infância, que essas práticas são mais elementares. São nos atos mais despretensiosos, mas inteiros e presentes, que as brincadeiras intensificam experiências de bem viver e humanizam as relações uns com os outros e com o espaço, a partir também de outras linguagens possíveis.

Para aprender a brincar, é preciso, em primeiro lugar, não querer brincar. Não pense em querer nada. Você está à toa na vida e, de repente, um gesto lhe chama e você se esquece de você, você entra no brinquedo. É um mistério. Eu não saberia, a esta altura, dizer o que é brincar. Mas é tudo o que mais busco, a inspiração da minha vida. Quando você brinca, você se esquece de si mesmo e faz parte do todo. Na hora, você não tem consciência disso, você é feliz, vive uma inteireza. Brincar é, para mim, o último reduto de espontaneidade que a humanidade tem. É a língua do ser humano (HORTÉLIO, 2018, s.p.)¹⁶⁰.

Segundo Freire (2016), a autonomia é construída a partir das decisões que vão sendo tomadas em experiências variadas, considerando-se a verdadeira *práxis* aquela que constitui uma ação sobre a realidade e uma reflexão sobre essa ação, pois, a partir de uma reflexão crítica sobre a prática, é possível melhorar a próxima prática.

As relações do homem com o mundo são dialéticas. Considerando que os dois são inacabados, o homem transforma o mundo e sofre os efeitos dessa transformação. Nesse sentido, a educação popular como um meio de diálogo faz com que a problematização e a crítica insiram o homem em sua realidade como sujeito da transformação, pois "a problematização é a reflexão que alguém exerce sobre um conteúdo, fruto de um ato, ou sobre o próprio ato, para agir melhor, com os demais, na realidade" (FREIRE, 2015, p. 111).

Cabe, aqui, abrir um parêntese e apontar o processo de especulação de baixa intensidade que essas ocupações sofrem desde o dia em que começam a existir. Se se entender a produção do espaço urbano como produção de mais valia, as moradias são uma necessidade básica de existência e, a partir da resistência

¹⁶⁰ Disponível em: <http://institutotear.org.br/lydia-hortelio-e-a-brincadeira-musicada/?fbclid=IwAR37vKh6VV3qwPuVPjAtu1nGf6fXqjo0hH3Feniti9y8q6NAh8qwLhS53Fo>. Acesso em: 07 jul. 2019.

desses lugares, iluminam o sonho por uma vida mais justa, mas também são uma mercadoria, e, como esta, têm um valor de troca.

Ressalta-se que, apesar da tendência de sobreposição do valor de troca sobre o valor de uso, a Izidora afirma-se, em certa medida, diante das várias reviravoltas do processo judicial, como uma luta pela vida urbana, ao reivindicar o acesso e o reconhecimento da cidade, mas também mantém uma ruralidade em seu modo de vida, atribuindo características rururbanas¹⁶¹, que apontam para uma produção de cidade que não se estabelece pelas grandes empreiteiras da construção civil.

Diante desse cenário e a partir dessa característica que envolve também a ruralidade, observa-se na Izidora uma das experiências concretas mais emancipadoras, a agroecologia, que traz em sua essência a centralidade dos saberes tradicionais, que se contrapõe às formas hegemônicas e dominantes de produzir e disseminar o conhecimento.

A partir dessa reflexão, aponta-se que a agroecologia praticada em territórios populares, assim como outras práticas de lazer e de festa, pode ser caracterizada como uma fissura/prática insurgente, que, de acordo com Holloway (2013), é uma experiência – partindo de uma realidade concreta - que propõe outra prática ao sistema capitalista, em direção à autonomia e à auto-organização para além do Estado. As fissuras representam uma negação das condições pré-estabelecidas e, sendo assim, sempre devem ser apoiadas por outro fazer, tratando-se de um movimento chamado de contra-e-mais-além, caracterizado como uma tentativa de criar algo diferente, de aprender na luta, de abrir caminho para a revolução (HOLLOWAY, 2013).

Por isso, pensar as fissuras em contraposição aos valores calcados sobre o individualismo, priorizando os processos e não os resultados imediatos (MORADO NASCIMENTO, 2016), abre caminho para a oportunidade de desafiar a lógica de dominação vigente na construção de “outra prática”, na qual os sujeitos sejam atores e não objetos (DUSSEL, 2012). Além disso, mobilizações de “baixo para cima”, “capacidades combinadas de intervenção espacial, empoderamento social e crítica política” (DOWBOR, 2016, p. 82) com visão prática e participativa podem levar ao

¹⁶¹ O termo “rurururbano” é utilizado para caracterizar uma área que tem especificidades rurais e urbanas entrelaçadas.

questionamento do espaço mercantilizado neoliberal, a partir da ideia de soberania e a processos de construção da autonomia da população nos territórios urbanos.

Nesse sentido entende-se que,

a autonomia não é uma seita, uma ideologia ou uma agrupação política, mas sim um caminho de luta. Implica um modo de estar no mundo, um uso intensivo da criatividade e da imaginação com profundas implicações políticas, filosóficas e existenciais (ENCINA; EZEIZA; SANCHES, 2017, p. 24, tradução própria).

Além disso, o plantar e mexer com a terra é considerado uma prática de lazer cotidiana dos territórios, sendo de grande importância na vida dos moradores, fazendo parte dos sonhos de vida ter uma casa com terra pra plantar. Enxergam nessas atividades um momento de terapia, em que, no período em que cuidam do seu quintal, estão cuidando de si mesmos.

As ocupações da Izidora estão repletas de “quintais produtivos”, espaços que no âmbito privado conseguem preservar ainda parte do terreno permeável, com uma variedade incontável de plantas que são trocadas entre os moradores cotidianamente. Esses quintais têm três potentes dimensões na vida e nas pautas políticas: a segurança alimentar, a preservação ambiental e a possibilidade de uma atividade econômica. Assim, cabe ressaltar que os quintais produtivos são espaços “onde a ciência e saberes populares se abraçam. Nas idas e vindas pessoas aprendem e ensinam, levam no balaio fôlor cheirosa, doces e estórias que iluminam o caminhar” (SILVA, 2015, p. 10).

Esses quintais conformam-se como um “espaço de aprendizagem na construção e transformação dos saberes ecológicos, tendo em vista que fatores socioculturais influenciam diretamente no sistema de manejo” (SILVA, 2015, p. 11). No caso da ocupação Vitória, ao reunir em um mesmo solo o quintal do Adão e da Ana e o galpão comunitário, a dicotomia entre âmbito doméstico/privado e o âmbito público é extrapolada, transbordando para uma partilha comum, que Rancière (2009) denomina “Partilha do Sensível”.

Logo, práticas que se pretendem horizontais, coletivas e anti-hegemônicas, como a agroecologia em territórios de ocupações urbanas, não são compatíveis com a perspectiva de superioridade, imposição, elitismo autoritário e treinamento pragmático. Ainda que sejam naturais as preocupações particulares de cada indivíduo, “a assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros” (FREIRE, 2016, p. 42). Uma das tarefas mais importantes dessa prática política,

educativa, crítica e reflexiva é fazer com que as relações de uns com os outros passem pela experiência de assunção do sujeito como um ser "social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar" (FREIRE, 2016, p. 42).

Diante de experiências tão potentes como as que acontecem a partir da agroecologia e do lazer nas ocupações urbanas, ficam os desafios para que essas práticas contribuam com o gesto de levantar a cabeça, conversar olhando nos olhos, superar constrangimentos e aceitar as diferenças que fazem a diversidade.

Ainda dialogando com a perspectiva de Paulo Freire (2016), não há processo de apreensão e transformação sem alegria e esperança, como um anseio de profundo querer algo que supere o estado atual das coisas. É nessa experiência concreta da história da Izidora, que moradores, lideranças, militantes dos movimentos sociais e assessores técnicos vão, dialogicamente, construindo uma memória de luta com elementos técnicos e políticos que propiciam um espaço altamente engajado para a construção de sujeitos revolucionários a partir do "inédito viável".

Há uma relação entre a alegria necessária à atividade educativa e a esperança. A esperança de que professor e alunos juntos podem aprender, ensinar, inquietar-nos, produzir juntos igualmente resistir aos obstáculos à nossa alegria. Na verdade, do ponto de vista da natureza humana, a esperança não é algo que a ela justaponha. A esperança faz parte da natureza humana. Seria uma contradição se, inacabado e consciente do inacabamento, primeiro, o ser humano não se inscrevesse ou não se achasse predisposto a participar de um movimento constante de busca e, segundo, se buscasse sem esperança (FREIRE, 2002, p. 80).

Uma das indagações mais fortes que vem a caracterizar a luta da Izidora é a disputa de terras e da produção da vida urbana a partir de um poder popular versus o poder do capital. Nesse sentido, como se daria o poder do povo? Conquistando a posse da terra? Conquistando acesso à formalização e o reconhecimento de seus territórios na cidade? Conseguindo determinar e pautar o que e como seria mais interessante que seu bairro fosse organizado?

Questões que passam por um campo de interesses de poder e manutenção de uma estrutura socioespacial desigual, a partir de práticas clientelistas e que reforçam ainda mais a dependência do povo de seus representantes, são constantemente provocadas nesses contextos. Nesse sentido, reafirma-se que o poder popular não será alcançado sem que haja a consciência de classe e sem que o "povo organizado" não tenha em sua realidade uma possibilidade de emancipação.

Para Grelet, Lèbre e Wahnich (2012, p. 521), “democracia” é também o nome do surgimento do homem “emancipado”, autônomo, mestre do mundo e de si mesmo, sujeito de uma história capaz de conduzir ao cumprimento desse “homem”. Será, contudo, que a democracia brasileira conduz ao surgimento do sujeito emancipado? Será, então, que a garantia de direitos básicos é suficiente para superar carências tão grandes que estão marcadas profundamente no povo brasileiro como um todo e, ao mesmo tempo, contribuir para um processo de emancipação dos sujeitos?

O envolvimento de vários atores com as ocupações urbanas é proveniente de um desejo de construir experiências que conduzam a mudanças sociais, nos retirando de uma condição de vida em sociedade marcada pela desigualdade. Porém, essa busca pela mudança social ocorre de uma maneira pouco crítica, os procedimentos adotados ao invés de mudar, acabam reafirmando os nossos vícios e com isso a nossa condição de uma das sociedades modernas mais desiguais do mundo (LOURENÇO, 2014, p. 170).

Esses contrastes e ambiguidades que se apresentam na cidade revelam uma marca de injustiça social que está longe de ser superada. Porém, a articulação e a atuação de atores sociais juntamente às ocupações urbanas e aos moradores dessas ocupações pode contribuir para um outro fazer que se manifeste em meio às brincadeiras de rua, conversas na frente dos botecos, quintais produtivos, ações diretas e festas.

Esses momentos suscitam a perspectiva do encontro e a interação da vida. Criam, com base na vida cotidiana, uma identidade e um autorreconhecimento. Propiciam arranjos que temporalmente operam num sentimento individual e coletivo de prazer. Brincar e rir e festejar são atos autônomos que precisam da vida ao pé da rua para acontecerem, que moldam uma consciência de bairro e de classe, junto a um processo de luta pelo direito à vida urbana.



7.4. NA CADÊNCIA PARA UM PRÓXIMO DEBATE



FIGURA 67: Tirinha feita a partir de imagens das brincadeiras na ocupação Vitória.
Fonte: Elaborado por Leticia Lanza Maciel (2019).

Como a própria condição humana, entende-se esta pesquisa como inconclusa, porém repleta de janelas que se abriram ao longo desses quatro anos e alguns apontamentos e indagações que podem se desdobrar em outros debates e tentam contribuir para uma reflexão, a partir da autonomia no ato de brincar, e produzir espaços, a partir do lazer e da festa.

As questões e perspectivas que foram abordadas ao longo do trabalho tentaram costurar uma diversidade de conceitos e categorias teóricas junto a uma análise etnográfica e uma experiência de pesquisa-ação.

Ao longo da pesquisa, em campo e em conversas constantes com as moradoras e moradores da Izidora, e também nas entrevistas transcritas, percebe-se que, em geral, as atividades de ócio e brincadeiras de rua e divertimentos banais não eram associadas com práticas de lazer. Ao perguntar se tinha lazer nas ocupações, a maioria dos adultos, quando respondia, dizia que não tinha, tinha muito pouco lazer no bairro, pouco espaço, que as crianças não brincam mais como antigamente, que faltam espaços de lazer.

O lazer, nesse sentido, na maioria das respostas dadas pelos moradores, foi associado ao mundo exterior à ocupação, com práticas fora do cotidiano, com espaços formais (público e privado) e institucionais, como uma praça, um campo de futebol, um parque, uma academia da cidade, um clube, um lugar pra pescar. O lazer, muitas vezes, confundiu-se com espaços concretos e formais de lazer. Quando as perguntas se voltavam para o brincar e o divertir, as práticas elencadas mostravam-se diversas. Foram citados, como palcos para as brincadeiras, os espaços da rua, o canto do balcão, a sombra da árvore, ou seja, os interstícios, os pedaços, que são vários e em constante expansão na construção das ocupações. É nesse entremeio que a vida ordinária torna-se extraordinária.

Dessa forma, é possível questionar se o lazer não seria uma prática privilegiada, para privilegiados, ou simplesmente uma categoria que nasceu da luta trabalhista e da associação aos direitos fundamentais, como moradia, saúde, educação e trabalho, mas que nunca foi reconhecido como algo possível para todos (assim como tantos outros direitos).

Cabe apontar aqui que as categorias teóricas e todo o esforço de aprofundar reflexões e epistemologias dentro um campo acadêmico não conseguem dar conta de captar o real, a vida, o cotidiano. O real é imprevisível e provoca questionamentos e desconcertos o tempo todo. Colocá-lo dentro de caixas e discursos é limitar a capacidade criadora que reside em diversas práticas espaciais cotidianas, como, por exemplo, o divertimento, o descanso, a algazarra, o fuzuê, a brincadeira e a boa prosa.

Uma das constatações da pesquisa que une a teoria e a realidade concreta é que se brinca muito e que o brincar é uma prática fundamental na vida das ocupações. Mesmo antes das ocupações, esse espaço vem sendo produzido na Região da Izidora, nesse território repleto de córregos, nascentes, trilhas, crianças, jovens e adultos que brincavam e divertiam-se já há muito tempo.

O mais valioso e inegável nessas práticas de lazer é o exercício da liberdade e da intensidade na experiência do vivido. Quando se brinca, está-se inteiro no ato, tem-se nesse momento o seu todo. O exercício do brincar, e do brincar sobre o brincar são atos e momentos extraordinários que estão imersos no cotidiano e têm, principalmente nas crianças, os últimos resquícios de uma autonomia plena.

Outro ponto a se destacar é que as práticas espaciais possibilitam a criação de muitos núcleos de moradores. As crianças, por exemplo, são muitas e sempre andam juntas umas das outras. Os momentos de diversão e de estar junto com outras crianças traz a experiência da infância, propiciando uma partilha maior e uma capacidade de interação e senso de coletividade que só vêm a qualificar a vida social desses territórios.

Isto se dá também por uma característica da forma espacial dessas ocupações. As quatro ocupações da Izidora são horizontais, com lotes individuais de tamanhos diferentes, e em situações geológicas distintas e diversas também - desde um topo de morro muito alto, de encostas íngremes, de áreas mais planas e regiões mais próximas a brejo. Porém, a forma da ocupação permite o encontro constante, a proximidade entre as habitações, e isto muda substancialmente a experiência

espacial que se carrega. A possibilidade de abrir a porta e pisar na terra, de ter um quintal transforma a relação com os espaços e com as pessoas, estimulando a noção de coletivo.

Outro ponto relevante na experiência do lazer na Izidora dá-se pela presença da natureza. As quatro ocupações têm ainda hoje a presença dos elementos da natureza. Infelizmente, dia após dia, as árvores vão sendo cortadas, assim como na cidade formal.

No entanto, há um esforço de manter as áreas de preservação ao longo dos córregos, por mais que a água dos mesmos já venha sofrendo com os processos de urbanização. A água e as árvores, assim, são elementos vivos e de acesso e relação direta com os moradores. Destaca-se que há ainda na Izidora nascentes preservadas. Alguns moradores têm o cuidado de conservar minas d'água em seu terreno, o que já atendeu muitas pessoas no início da ocupação e hoje são usadas para irrigação de horta. Importante mencionar, também, sobre esse mesmo aspecto, a construção do parquinho ecológico, na ocupação Vitória.

Nas análises realizadas, o gesto do corpo produtivo é algo que chama a atenção ao se perceber que as crianças brincam com os elementos e instrumentos de trabalho de seus pais e mães. Brincar no monte de terra, pedra, brita e areia, fazendo a massa do cimento, escondendo atrás dos tijolos, carregando os amigos no carrinho de mão são práticas cotidianas que reproduzem, nesses atos lúdicos, gestos de trabalho, como a construção civil.

Isto também acontece com as crianças brincando de cozinhar, limpar e arrumar a casa, salão de beleza, escolinha. Acontece na brincadeira uma réplica daquilo que se vê sendo feito nos trabalhos produtivos e reprodutivos que acontecem nos territórios. Deve-se lembrar de que os trabalhos nas ocupações não acontecem em escritórios, salas, espaços separados da vida cotidiana. Eles acontecem na rua ou na casa, no espaço coletivo ou doméstico.

Muitos dos moradores adultos narram em suas falas que não tiveram infância e que tiveram que trabalhar e brincavam entre um tempo e outro do trabalho, ou mesmo escondidos. Manifesta-se aqui um problema extremamente preocupante na realidade brasileira que é o trabalho infantil. Não há possibilidade de se aproximar minimamente da ideia de princípio revolucionário em uma realidade em que crianças têm de trabalhar para ajudar no sustento da família e não conseguem ter acesso à escola. Não há possibilidade nenhuma de uma perspectiva de melhora

humanizadora da realidade sem que esteja garantido a todos o direito de brincar livre e de estudar, principalmente na infância.

Outro ponto que deve ser considerado, relacionando a questão do trabalho com o lazer, é que, com altos níveis de desemprego, o tempo fora do trabalho ou tempo de lazer opera em outras temporalidades. Com muitos trabalhadores informais e que têm suas atividades econômicas por empreitadas, somando a isso os finais de semana como os momentos para construírem suas casas, os finais de semana e dias de semana, e até mesmo férias e recessos, não são temporalidades absolutas. No caso das mulheres, esse fato agrava-se, por serem elas que assumem as atividades domésticas e grande parte das vezes também sustentam a casa.

Há, nesse sentido, um desejo profundo de que a luta da Izidora e de todas as ocupações urbanas caminhe também para a possibilidade de um trabalho livre e de um brincar livre. Só a segurança de posse das famílias e o acesso a um bairro “formalizado” não garante que a vida seja menos penosa e precária.

Mesmo com uma regularização fundiária, a possibilidade de que muitas famílias não consigam se manter nesses territórios no momento que forem sendo valorizados pela lógica do mercado imobiliário, faz com que o despejo possa ser feito a conta-gotas, de forma homeopática.

Reafirma-se, então, a necessidade do reconhecimento do trabalho que está embutido na construção e produção desses bairros e na reprodução da vida e rede de cuidados que são invisíveis, mas de extrema importância para que se possa começar a pensar em um passo à frente no caminho de justiça social e direito à cidade e à vida urbana.

Vale dizer ainda que a luta da Izidora colocou em manifesto o potencial em rede de vários setores progressistas que têm se unido e apoiado a luta popular. Muitas têm sido as atividades culturais, teatros, oficinas e trabalhos junto com as universidades que foram feitas nas ocupações, ao longo do tempo. Esse encontro de saberes mostra-se de grande valia para consolidar com mais densidade experiências e práticas de resistência em uma perspectiva crítica do mundo.

No entanto, muito ainda tem de se avançar nessas experiências, para que elas superem a condição de evento e espetáculo, o que poderia transformar essa luta popular em um “artigo de luxo” nos discursos acadêmicos e de setores mais progressistas. É necessária uma transformação radical da linguagem e um

compromisso mais constante no cotidiano das ocupações para que a troca e o encontro de saberes ocorram de forma efetiva e não superficial e maquiada.

A permanência, a paciência e o trabalho continuado são importantes para o amadurecimento e o reconhecimento das contradições inerentes a todos nós. Mas, deve-se entender que é desejável que o trabalho em conjunto com as ocupações e outras situações de vida precária deve ir dissolvendo-se ao longo de um processo de cooperação, interdependência e busca por uma autonomia individual e coletiva. Cabe o desafio às universidades de superar seu olhar distante, fazendo a crítica sem a própria autocrítica e a mudança de suas práticas viciadas, olhando também sob a perspectiva da educação popular. Talvez esses esforços possam diminuir os abismos de uma estrutura de classes desigual, principalmente na produção do conhecimento.

Destaca-se, ainda, o esforço coletivo de diversos atores que não estão diretamente ligados a instituições e que se envolvem na construção e participação de estruturas de base comunitária, que somam esforços na luta por direitos. Os encontros, as assembleias, as marchas e protestos também unem as pessoas e carregam potência semelhante ao lazer e à festa. Muitas vezes, como apontaram entrevistas, os moradores consideram os protestos como lazer. A possibilidade de ser ouvido, de falar e de dialogar propicia a sociabilidade que estimula, ao mesmo tempo, momentos de prazer e divertimento e o sentido da organização popular.

As práticas e atos de resistência nas ocupações devem seguir acontecendo, sobretudo, “contra o Estado”¹⁶². Na atual conjuntura política do Brasil, a resistência e a insubordinação são necessárias, mas é preciso saber a hora de dar visibilidade ao processo de resistência, e a hora de deixá-lo oculto e protegido. É preciso estar atento e forte.

No que tange à Izidora, a luta “Pelo Estado”¹⁶³ aponta na efetivação justa da regularização fundiária com representação real dos moradores na tomada de decisões, e que isto não se resume a uma título de propriedade, e sim a uma vida mais digna e igualitária, que deve ser garantida pelo Estado.

¹⁶² SOUZA, Marcelo Lopes. Com o Estado apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. **Revista Cidades**, v. 7, n. 11, p. 13-47, 2010.

¹⁶³ “Optou-se por utilizar o termo “Pelo” e não “com” o estado, por entender que não necessariamente se constrói “com” no sentido de fazer junto e ter uma participação efetiva, mas a partir dele.

Já os processos territoriais que precisam se manter, “apesar do Estado”, seriam o lazer, a festa e os jogos. Como diria Vovô, morador da ocupação Vitória, “aqui nós faz!”. A parte mais prazerosa da vida das pessoas não é e não deve ser regulada pelo Estado. As festas desde sempre foram rituais que mantiveram a resistência das culturas oprimidas e subalternizadas. A partir de sua linguagem diferente, cantada, brincada, em meio ao riso, mantém-se viva. Pode-se comunicar melhor a partir do riso.

As festas, as brincadeiras e os jogos não têm que ser organizados pelo Estado, pois é aí que mora o interesse de poder, e, nesse sentido, o poder institucional populista e utilitarista, que vê através da alienação do povo um meio de garantia de votos. O lazer e a festa têm que ser algo feito pelo povo e para o povo, que não venha a ter outro objetivo se não o fim nele mesmo.

Junto a essa perspectiva, vale lembrar que são os moradores da Izidora que determinam os espaços em que vivem baseados em um acúmulo de lutas e de outras experiências que são cotidianas, invisíveis aos olhos da cidade e do centro, e que foram construídas ao longo da história de sucessivas batalhas. Izidora materializa nas ocupações essas lutas que são cheias de contradições e estão ainda muito longe de serem superadas. Principalmente, porque a dureza da vida está marcada também por uma história de muita violência e humilhação.

Depois de mais de quinhentos anos de história de opressões, e de reprodução da opressão, seja pela polícia, pelo Estado, pela sociedade em geral, incluindo aqui as classes ricas e pobres, não se espera que, repentinamente, desigualdades e injustiças tão profundas sejam resolvidas e superadas. Entretanto, deve-se considerar que se tem também quinhentos anos de resistências, de conhecimento tácito, de saberes populares que ficaram subterrâneos e mantidos pela oralidade, na maneira de festejar, jogar e rir. Defende-se e almeja-se aqui que o jogo, o riso, a festa e o brincar sejam as práticas que façam com que a chama dessa luta fique acesa como uma fogueira de São João!

REFERÊNCIAS

- ABENSOUR, M.; NANCY, J. L.; RANCIÈRE, J. In: GRELET, S; LÈBRE, J; WAHNICH, S. (org.). **Insistências Democráticas**. Natal, v. 19, n. 32, p. 517-538, jul./dez., 2012.
- AGROECOLOGIA NA PERIFERIA. **Re-construção do galpão na Ocupação Vitória – Izidora**, 2018. Disponível em: <https://www.vakinha.com.br/vaquinha/re-construcao-do-galpao-na-ocupacao-vitoria-izidora>. Acesso em: 13 jun. 2018.
- AGROECOLOGIA NA PERIFERIA. **Agroecologia na Periferia – Uma comunidade unida e produtiva**, 2017. Disponível em: <http://www.casa.org.br/pt/2017/04/11/agroecologia-na-periferia-uma-comunidade-unida-e-produtiva/>. Acesso em: 14 jun. 2018.
- ALVES, Natália. **Feminismo negro e a produção do espaço**: uma abordagem interseccional- espacial. Dissertação (Mestrado). Escola de Arquitetura. Universidade Federal de Minas Gerais, 2018
- ARENDT, Hanna. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.
- BACHELARD, Gaston. **O ar e os Sonhos: Ensaio sobre a imaginação do movimento**. São Paulo: Martins Fontes. 1990.
- BARBOSA. Adoniran. **Saudosa Maloca**. São Paulo: Brasil Continental. 1951. Duração: 2:50. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yjjn1ksG-0&list=PL8KXcTNmji6x_s-csmVcC99LROlxUFOwU&index=4.
- BARBOSA. Adoniran. **Abrigo de vagabundo**. São Paulo: Brasil Continental. 1959. Duração: 2:45. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0OQmp5ZJPRc&list=PL8KXcTNmji6x_s-csmVcC99LROlxUFOwU&index=7
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70; LDA, 2009.
- BASTOS. C. D.; MAGALHÃES, F. N. C.; MIRANDA, G. M.; SILVA, H.; TONUCCI FILHO J. B. M.; CRUZ, M. M.; VELLOSO, R. C. L. Entre o espaço abstrato e o espaço diferencial: ocupações urbanas em Belo Horizonte. **Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.**, Recife, v.19, n. 2, p. 251-266, mai./ago., 2017.
- BELO HORIZONTE. **Lei n. 0082** de 24 de outubro de 1914. Revogada pela Lei nº 6370, de 12.08.93 Disponível em: http://cm-belo-horizonte.jusbrasil.com.br/legislacao/239371/lei-82-14?ref=topic_feed. Acesso em: 01/06/2015.
- BERGSON, H. **O riso**: ensaio sobre a significação do cômico. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- BITTENCOURT, Rafael Reis. **Cidadania autoconstruída**: o ciclo de lutas sociais das ocupações urbanas na RMBH (2006-15). MORADO NASCIMENTO, Denise. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- BIZZOTTO, Luciana Maciel. **#RESISTEIZIDORA**: controvérsias do movimento de resistência das Ocupações da Izidora e apontamentos para a justiça urbana.

- MENDONÇA, Jupira Gomes. .Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- BLOCH, Ernest. **O Princípio Esperança**. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. UERJ, 2005.
- BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de Experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, p. 20-28, jan./fev./mar./abr., 2002.
- BOULOS, Guilherme. Organização coletiva e poder popular. In: BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?** São Paulo: Scortecci, 2014.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, Senado Federal, Brasília, 1988.
- CAILLOIS, Roger. **Os Jogos e os Homens: a Máscara e a Vertigem**. Lisboa: Edições Cotovia, 1990.
- CAMPBELL, Brígida. **Arte para uma cidade sensível**. São Paulo: Editora Invisíveis Produções, 2015.
- CANUTO, Frederico. Da carnavalização do planejamento urbano para Belo Horizonte-para-a-guerra: da política ao político e vice-versa. **Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.**, Recife, v.18, n. 3, p.485-506, set./dez., 2016.
- CHAUÍ, Marilene. Sobre o direito à preguiça. In: NOVAES, A. **Mutações: elogio à preguiça**. Rio de Janeiro: Editora Sesc, 2012.
- COLETIVO MARGARIDA ALVES. **Pagina do facebook**. Disponível em: <https://www.facebook.com/coletivomargaridaalvesap/photos/a.543306255705460/1255015991201146/?type=3&theater> Acesso em: 07 jun. 2019.
- COSTA, Heloisa. Natureza e Cidade na Periferia: ampliando o direito à cidade. In: COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloisa S. M.; MONTE-MÓR, Roberto Luís M. (Orgs.) **Teorias e Práticas Urbanas. Condições para a sociedade urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p.41-54
- COSTA, X. **Festividade: formas moderna e tradicional de sociabilidade**. São Paulo: Ponto Urbe, 2017.
- DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis - Para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1991.
- DEBORD, Guy-Ernest. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DELEUZE, Guilles; GUATTARI, Felis. **Mil Platôs**. São Paulo: Editora 34, 1997.
- DELGADO, Manuel. **El derecho a la calle**. Barcelona: Ed. Repensar Bon Pastor, Virus, 2014.
- DEMO, P. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.
- DOWBOR, L. O poder local. **Piseagrama**, Belo Horizonte, n. 09, p. 76-85, 2016.
- DUARTE, B. A. F. Recriando o direito ao lazer. In: GOMES, Christianne Luce; ISAYAMA, Hélder Ferreira (org.). **O Direito social ao lazer no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2015.

- DUMAZEDIER, Jofre. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- DURKHEIM, E. **Las Formas Elementales de la vida religiosa**. México: FCE - Fondo de Cultura Económica, 2012.
- DUSSEL, E. **El giro descolonizador**. (Transcrição). Entrevista concedida para os grupos NorLarNet e CROP na Noruega em 18 de abril de 2012. Disponível em: <http://marcelogfernandez.blogspot.com.br/2014/09/enrique-dussel-el-giroidescolonizador.html>. Acesso em: 11 mai. 2017.
- DUVIGNAUD, J. **Festas e Civilizações**. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.
- ENCINA, J.; EZEIZA, A.; SANCHES, A. V. **Autogestión, autonomía e interdependencia**. Construyendo colectivamente lo común en el disenso. Volapük Ediciones. **UNILCO espacio nómada - Colectivo de Ilusionistas Sociales - Seminario de Ilusionistas Sociales**. Guadalajara, oct., 2017.
- FARIA, Daniela Oliveira. **Operação no Isidoro e Ocupações na Izidora**. Monografia (Graduação). LOURENÇO, Tiago Castelo Branco Escola de Arquitetura. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa** - Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva. Brasil: Edição 1a. Elefante, 2017.
- FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução** – Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Brasil: Edição 1a. Elefante, 2019.
- FERREIRA, J. S. W. **O mito da cidade-global**: o papel da ideologia na produção do espaço urbano. São Paulo: Vozes, 2007.
- FERRO, Sérgio. **Arquitetura e trabalho livre**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- FIGARO, R.. A triangulação metodológica em pesquisas sobre a Comunicação no mundo do trabalho. **Revista Fronteira**. mai./ago., 2014. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/viewFile/fem.2014.162.06/4196>. Acesso em: 16 mar. 2016.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FRANZONI, Julia Ávila. **O Direito & O Direito**. Estórias da Izidora contadas por uma fabulação jurídico-espacial. GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa. Tese (Doutorado). Faculdade de Direito. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- FREITAS, Luis Fernando Vasconcelos. **Do profavela à Izidora**: a luta pelo direito à cidade em Belo Horizonte. REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo Dissertação (Mestrado). Faculdade de Direito da UFMG, Belo Horizonte, 2015.

GADELHA, Regina Maria d'Aquino Fonseca. A Lei de Terras (1850) e a abolição da escravidão: capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX. **Rev. História**. São Paulo, p. 153-162, jan./jul., 1989.

GAJARDO, M.. Pesquisa participante: propostas e projetos. In: BRANDÃO, C. R. (org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2010.

GOMES, C. L. **Lazer, Trabalho e Educação. Relações históricas, questões contemporâneas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

GOMES, C. L. Lazer Urbano, Contemporaneidade e Educação das Sensibilidades. **Revista Itinerarium**, v.1, 2008.

GOMES, C. L. Lazer: Necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v. 1, n.1, p.3-20, jan./abr., 2014.

GOMES, C. C. S. Festas, Memórias e Representações. Salvador. Festas. **Cadernos do GIPE-CIT**, n. 20, 2008.

GUARINELLO, N. L. Festa, trabalho e cotidiano. In: JACSÓ, István; KANTOR, Íris (org.). **Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa**. São Paulo: HUCITEC; Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP; Imprensa Oficial, 2001.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOLLOWAY, J. Fissuras: a antipolítica da dignidade. In: HOLLOWAY, J. **Fissurar o capitalismo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

HOLSTON, J. **Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HORTÉLIO, Lydia . Lydia Hortélio e a brincadeira musicada. 2018. **Entrevista dada ao Instituto Tear**. Disponível em: <http://institutotear.org.br/4187>. Acesso em: 16 jul. 2019.

HUIZINGA, J. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 1931.

INDISCIPLINAR. **A operação urbana do Isidoro**. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: http://ouchh.indisciplinar.com/?page_id=822 Acesso em: 11 mai. 2017.

INDISCIPLINAR. **Operações Urbanas**. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: http://ouchh.indisciplinar.com/?page_id=998 Acesso em: 20 mai. 2017.

ISAÍAS, Thaís Lopes Santana. **Mulheres em luta: feminismos e Direito nas ocupações da Izidora**. REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

JAQUES, Paola. Berenstein. **Apologia da deriva: Escritos situacionistas sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo – Diário de uma favelada**. São Paulo: Editora Ática, 2015.

KAPLAN, M. **Leisure in America: A social Inquiry**. Nova York, Wiley: Front Cover, 1960.

KAPP, Silke. Direito ao espaço cotidiano: moradia e autonomia no plano de uma metrópole. **Cad. Metrop.** São Paulo, v. 14, n. 28, p. 463-483, jul./dez., 2012.

KEHL, M. R.. A preguiça na cadência do samba. In: NOVAES, A. **Mutações**: elogio à preguiça. Rio de Janeiro: Editora Sesc, 2012.

KOWARICK, Lúcio Félix Frederico. A autoconstrução de moradias em áreas periféricas: os significados da casa própria. In: KOWARICK, Lúcio Félix Frederico. **Viver em risco**. São Paulo: Editora 34, 2009. (xerox)

LAFARGUE, P. **O direito à preguiça**. São Paulo: Editora Claridade, 2003.

LE BOTERF, G. Pesquisa participante: propostas e reflexões metodológicas. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

LÉFÈBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ed. Ática, 1991.

LÉFÈBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: EDUFMG, 1999.

LÉFÈBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LÉFÈBVRE, Henri. **La presencia y la ausencia**: contribución a la teoría de las representaciones. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

LÉFÈBVRE, Henri. **La production de l'espace**. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LÉFÈBVRE, Henri. **Espaço e Política**. O direito a cidade II. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

LEITE, P. G. **O riso como expressão de um posicionamento na cidade**: o encontro de Demócrito e Hipócrates. Belo Horizonte: Nuntius Antiquus, UFMG, 2009.

LEMINSKI, Paulo. **Toda Poesia**. São Paulo: Companhia das letras, 2013.

LOBATO, L.. Festa: Uma transgressão que revela e renova. **Cadernos do GIPE-CIT**. Salvador, n. 20, 2008.

LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. **Cidade Ocupada**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

MACEDO, A. F.; ALMEIDA, A. M. **O espaço público frente ao urbanismo tático**: o caso das Praias do Capibaribe. Porto Alegre. 1º CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESPAÇOS PÚBLICOS, 2015.

MAFFESOLI, La hipotesys de la centralidad subterránea. **Revista de Occidente**. Madrid, n. 73, jun., 1987.

MAGALHÃES. Jose Luiz Quadros. **Pagina da internet**. Disponível em: <http://joseluizquadrosdemagalhaes.blogspot.com.br/2011/05/354-direitos-humanos-direito-ao-lazer.html> Acesso em: 13 jul. 2017.

MAGNANI, J. G. C. **Festa no pedaço**: Cultura Popular e lazer na cidade. São Paulo: Hucitec/UNESP, 2003.

MAGNANI, J. G. C. O direito social ao lazer na cidade do nosso tempo. In: GOMES, Christianne Luce; ISAYAMA, Hélder Ferreira (org.). **O Direito social ao lazer no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2015.

- MAGNANI, J. G. C. **Da periferia ao centro**: trajetórias de pesquisa em antropologia urbana. São Paulo: Terceiro Nome; NAU, 2012.
- MAGNUS, O. **Carnavals et mascarades**. Paris: Bordas, Spectacle, 1988.
- MARCELLINO, N. C. **Lazer e Humanização**. Campinas: Papirus, 1983.
- MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer**: uma introdução. Campinas: Autores Associados, 1996.
- MARICATO, E. As ideias fora do lugar, e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O. B. F.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**. Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARQUES, J. B. O conceito de temporalidade e sua aplicação na historiografia antiga. **Revista de História**, n. 158, p. 43-65, 1º sem., 2008.
- MARX, K. **O Capital**: Livro 1 - o Processo De Produção Do Capital. v. 1. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MATOS, O. Educação para o ócio: da acídia à “preguiça heroica”. In: NOVAES, A. **Mutações: elogio à preguiça**. Rio de Janeiro: Editora Sesc, 2012.
- MATTOS, C. L. G. A abordagem etnográfica na investigação científica. In: MATTOS, C. L. G.; CASTRO, P. A. (org.). **Etnografia e educação**: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011.
- MINOIS, G. **História do Riso e do Escárnio**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- MORADO NASCIMENTO, Denise; COSTA, Heloisa S. de M.; MENDONÇA, Jupira G. de; LOPES, Marcela S. B.; LAMOUNIER, Rosamonica da F.; SALOMÃO, Thais N. M.; SOARES, André C. B. Programa Minha Casa Minha Vida: desafios e avanços na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: SANTO AMORE, Caio; SHIMBO, Lucia Z.; RUFINO, Maria Beatriz C. (org.). **Minha Casa... e a cidade?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- MORADO NASCIMENTO, D. **Saberes [auto]construídos**. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2015.
- MORADO NASCIMENTO, D. As políticas habitacionais e as ocupações urbanas: dissenso na cidade. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 145-164, abr., 2016.
- MORADO NASCIMENTO, D; BITTENCOURT, R. R.; GOULART, F. F. Ocupações Urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: LIBÂNIO, C.; MORADO NASCIMENTO, D. (org.). **É Isso Aí**. Relatório, jun., 2016.
- PEREIRA, M. S. Gestos urbanos: pensar o tempo. In: BRITTO, F. B.; JQUES BERENSTEIN, P. (org.). **Gestos Urbanos**. Salvador: EDUFBA. 2017.
- PLANO METROPOLITANO RMBH. **Página da internet**. 2014. Disponível em: <http://www.rmbh.org.br/mzrmbh/pt-br/content/alguns-conceitos-para-o-planejamento-metropolitano.htm>. Acesso em: 25 de junho de 2019.
- QUINO, J. L. **Toda Mafalda**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RANCIÈRE. J. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo: EXO experimental org., Editora 34, 2009.

RANDOLPH, R. A nova perspectiva do planejamento subversivo e suas (possíveis) implicações para a formação do planejador urbano e regional – o caso brasileiro. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. **Actas** [...] COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, UNIVERSIDAD DE BARCELONA, may., 2008. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/430.htm> Acesso em: 11 mai. 2017.

RECHIA, S. Cidadania e o direito ao lazer nas cidades brasileiras: da fábula à realidade. In: GOMES, Christianne Luce; ISAYAMA, Hélder Ferreira (org.). **O Direito social ao lazer no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2015.

RESISTE IZIDORA. **Pagina do Facebook**. <https://www.facebook.com/resisteizidora/photos/a.515537448592237/573115696167745/?type=3&theater> Acesso em: 07 jun. 2019.

RESISTE IZIDORA. **Pagina do Facebook**. Disponível em: <https://www.facebook.com/notes/resiste-izidora/para-compreender-melhor-os-dois-decretos-do-prefeito-de-belo-horizonte-alexandre/1383434508469189/>. Acesso em: 07 jun. 2019.

RESISTE IZIDORA. **Pagina do Facebook**. Disponível em: <https://www.facebook.com/notes/resiste-izidora/izidora-resiste-e-caminha-para-a-regulariza%C3%A7%C3%A3o-mas-pimentel-premia-especuladores/1456108777868428/>. Acesso em: 07 jun. 2019.

RODRIGUES, G. J. L. **Nuestros magnificos passados**. Madrid: El Mundo. 1994.

ROLNIK, R. O lazer humaniza o espaço urbano. In: SESC SP. (org). **Lazer numa sociedade globalizada**. São Paulo: SESC São Paulo; World Leisure, 2000.

ROLNIK, R. **Democracia na história**. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qYwWEzeGEkU>> Acesso em: 18 mai. 2017.

ROLNIK, S. **Cartografia Sentimental, transformações contemporâneas do desejo**. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 1989.

SANCHEZ, F. Políticas Urbanas em renovação: Uma leitura crítica dos modelos emergentes. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais**. n. 1, mai., 1999.

SANTOS, F. C. Procurando o lazer na constituinte: sua inclusão como direito social na Constituição de 1988. **Revista Movimento**. Porto Alegre, v. 20, n. 4, p. 1305-1327, out./dez., 2014.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **O tempo nas cidades**. Coleção Documentos. fev., 2001.

SANTOS, Milton. **Crianças, Festas e Manifestações Populares**. Disponível em: <http://territoriodobrincar.com.br/videos/videoconferencia-8-criancas-festas-e-manifestacoes-populares/> Acesso em: 19 jul. 2017.

SAURA, S. C. O imaginário do lazer e do lúdico anunciado em práticas espontâneas do corpo brincante. **Rev Bras Educ Fís Esporte**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 163-175, jan./mar., 2014.

SEIXAS, Raul; ROBERTO, Claudio. **O dia em que a terra parou**. Warner Music Group. 1977. Duração: 4:25 Disponível em: <https://www.cifraclub.com.br/raul-seixas/o-dia-em-que-terra-parou/>. Acesso 10 de dezembro de 2019.

SENNETT, R. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SERPA, A. Teoria das representações em Henri Lefebvre: por uma abordagem cultural e multidimensional da geografia. **GEOUSP – Espaço e Tempo**. São Paulo, v. 18, n. 3, p. 487-495, 2014.

SILVA, I. V. L. **Quintais Urbanos**: Saberes, memórias e resistência. Monografia (Licenciatura). Universidade do Estado de Minas Gerais, Ibirité, 2015.

SILVA, J. M. C. **O Papel do Arquiteto e Urbanista na Construção Autogestionária**: Um Estudo Sobre a Prática de Assessoria Técnica na Ocupação Novo Horizonte. Monografia (Graduação). Instituto Metodista Izabela Hendrix, Belo Horizonte, 2016.

SILVA, F. M. **As várias faces do Riso**. Travessias. Cascavel: Unioeste - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2014.

SILVA, D. A. M. O lazer como campo: desafios à concretização do direito social em um Brasil “em construção” democrática. In: GOMES, Christianne Luce; ISAYAMA, Hélder Ferreira (org.). **O Direito social ao lazer no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2015.

SOJA, E. W. **Postmetrópolis**: estudios críticos sobre las ciudades y las regions. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Jessé. **A Ralé Brasileira**: Quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a Cidade – Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e gestão das cidades. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes. “Território” da divergência (e da confusão): Em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. (org.). **Territórios e Territorialidades**: Teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, UNESP. 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes. Com o Estado apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. **Revista Cidades**, v. 7, n. 11, p. 13-47, 2010.

SOUZA, Marcos Felipe Sudré. **A Festa e a Cidade**: Experiência coletiva, poder e excedente no espaço urbano. MONTE MOR, Roberto Luís. Dissertação (Mestrado). Escola de Arquitetura. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

TERRITÓRIOS DO BRINCAR. **Página da Internet**. Disponível em: <https://territoriodobrincar.com.br/sem-categoria/brinquedos-da-natureza-entenda-o-brincar-a-partir-dos-quatro-elementos-naturais/>. Acesso em: 14 jun. 2019.

- THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2000.
- THOREAU, H. D. **A desobediência civil**. Porto Alegre: L&PM, 1997.
- TOLEDO, R. F.; JACOBI, P. R. Pesquisa-ação e educação: compartilhando princípios na construção de conhecimentos e no fortalecimento comunitário para o enfrentamento de problemas. **Educ. Soc. [online]**. v. 34, n. 122. Campinas, 2013.
- TONIOLO, L. B.; CUNHA, C. F.; GUERRA, M. C. Cidades e Fronteiras: Entre expansão e fragmentos. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, v. 23, n. 32, 1º sem., 2016.
- TOSTES, S. P. Pesquisa-Cartografia e a Produção Desejante do Espaço Urbano. **Lugar Comum**. n. 39, p. 105-118, 2013.
- TURNER, V. W. **O processo ritual: Estrutura e Antiestrutura**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- VAINER, Carlos. Cidade de Exceção: Reflexões a Partir do Rio de Janeiro. XIV ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PLANEJAMENTO URBANO (ANPUR), **Anais [...]**. v. 14, 2013.
- VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, O. B. F.; VAINER, C.; MARICATO, E. **Cidade do Pensamento Único, desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- VELLOSO, Rita de Cassia Lucena. **Apropriação ou o urbano-experiência**. Disponível em: < <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.189/5949> > Acesso: 15 jun. 2017.
- VELLOSO, R. Rita de Cassia Lucena. O tempo do agora da insurgência: memória de gestos e política do espaço, segundo Walter Benjamin. In: BRITTO, F. B.; JAQUES BERENSTEIN, P. (org.). **Gestos Urbanos**. Salvador: EDUFBA. 2017.
- VELLOSO, Rita de Cassia Lucena. Contraconduta, Sublevação: insurreição urbana no interior das bordas da governamentabilidade. In: VELLOSO, R. **Arquiteturas da Insurreição**. Belo Horizonte: Puc Minas, 2016
- VEYNE, P. **História da vida privada I: do império romano ao ano mil**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- WEBB, E. J.; CAMPBELL, D.T.; SCHWARTZ, R. D.; SECHREST, L. **Unobtrusive Measures: Non-Reactive Research in the Social Sciences**. Rand Chicago: McNally, 1996.

ENTREVISTADOS

ANA MARIA PEREIRA DE SOUZA Entrevista com a moradora da Ocupação Vitória, concedida a Izabella Galera e Leticia Ribeiro Santos na ocupação Vitória, no dia 04/04/2019.

ANDRÉIA LUÍSA Entrevista com a moradora da Ocupação Rosa Leão, concedida a Izabella Galera, Samantha Souza, Leticia Ribeiro Santos e Leticia Lanza Maciel, na Ocupação Rosa Leão, no dia 17/06/19.

ARTHUR. Entrevista com o morador da Ocupação Vitória concedida a Izabella Galera, na ocupação Vitória, no dia 14/05/19.

CIDALVO COSTA, Entrevista com o morador da Ocupação Rosa Leão, concedida a Izabella Galera, Samantha Souza, Leticia Ribeiro Santos e Leticia Lanza Maciel, na Ocupação Rosa Leão, no dia 17/06/19

DONA MARIA, Entrevista com a moradora da Ocupação Vitória, concedida a Izabella Galera e Leticia Ribeiro Santos, na Ocupação Vitória, no dia 24/04/19

EDNA. Entrevista com a moradora da Ocupação Esperança, concedida a Izabella Galera, Leticia Lanza Maciel e Leticia Ribeiro Santos, na ocupação Esperança, no dia 10/06/19.

JENNIFER. Entrevista com a moradora da Ocupação Rosa Leão, concedida a Samantha Souza e Luciana Bizzotto, na ocupação Rosa Leão, no dia 25/05/19

JOAQUIM RONALDO NEVES, Entrevista com o morador da Ocupação Rosa Leão, concedida a Samantha Souza e Luciana Bizzotto na ocupação Rosa Leão, no dia 25/05/19

JOSÉ ADÃO CHAVES, Entrevista com o morador da Ocupação Vitória concedida a Izabella Galera e Leticia Ribeiro Santos na ocupação Vitória, no dia 04/04/19.

CHARLENE CRISTIANE EGÍDIO Entrevista com a moradora da Ocupação Rosa Leão, concedida a Izabella Galera e Leticia Ribeiro Santos na ocupação Rosa Leão, no dia 16/05/19.

JOSI, Entrevista com a moradora da Ocupação Helena Greco, concedida a Izabella Galera e Samantha Souza na ocupação Helena Greco, no dia 14/07/19

LUIZINHO. Entrevista com o morador da Ocupação Esperança, concedida a Izabella Galera, Leticia Lanza Maciel e Leticia Ribeiro Santos, na ocupação Esperança, no dia 10/06/19.

PAULINHA, Entrevista com a moradora da Ocupação Vitória, concedida a Izabella Galera na ocupação Vitória no dia 14/05/19.